

2025

**Cheila Adriana
Ricardo Durão**

**O Design para a Revitalização Rural, no Combate da
Desertificação Territorial e Êxodo Populacional**

Projeto RAIZ: Rede de Aprendizagem
e Intercâmbio em Zonas Rurais

2025

**Cheila Adriana
Ricardo Durão**

**O Design para a Revitalização Rural, no Combate da
Desertificação Territorial e Êxodo Populacional**

Projeto RAIZ: Rede de Aprendizagem
e Intercâmbio em Zonas Rurais

Projeto apresentado ao IADE - Faculdade de Design, Tecnologia e Comunicação da Universidade Europeia, para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Design de Produto e do Espaço realizada sob a orientação científica do Doutor Vasco Alexandre Milne dos Santos, Professor Auxiliar do IADE – Faculdade de Design, Tecnologia e Comunicação da Universidade Europeia.

Dedico este trabalho à minha avó, Julieta, que sempre cuidou de mim e continua a cuidar. Amiga, conselheira, porto seguro, sempre com as palavras certas e o colo pronto quando mais precisei. Foi com ela que aprendi a importância de estar presente, de dar sem esperar receber, e de manter os pés no chão.

A ela dou todo o meu amor e gratidão incondicional. Obrigada, avó.

i. Agradecimentos Primeiramente, manifesto o meu sincero agradecimento a todos os que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a concretização deste trabalho. Como tal, passo a expressar o meu agradecimento:

- Aos meus pais, por colocarem-me no mundo e por me darem todas as ferramentas, valores e ensinamentos que possibilitaram chegar até aqui. Reconheço, com o coração cheio, todos os sacrifícios que fizeram ao longo da vida. Sei que nenhum esforço da minha parte será alguma vez suficiente para retribuir tudo o que me deram, mas espero, do fundo do coração, que tenha valido a pena.
- Aos meus irmãos, porque, apesar das constantes brincadeiras à minha custa, estão sempre lá quando mais preciso.
- À minha madrinha, que desde pequena sempre me fez “a cabeça” para estudar e acreditar em mim. Agradeço-lhe por nunca desistir de me incentivar. Afinal resultou.
- A todas as minhas tias, que sempre me incentivaram, apoiaram e ajudaram. A vossa presença e carinho fizeram, e continuam a fazer toda a diferença.
- A toda a minha família, de forma geral, seria imperdoável da minha parte não a referir, pois tenho o privilégio de poder afirmar que todos, à sua maneira, contribuíram um bocadinho para o meu percurso.
- Agradeço profundamente ao Professor Doutor Vasco Alexandre Milne dos Santos pela dedicação e disponibilidade demonstrada ao longo de toda a investigação. A sua motivação e energia fizeram toda a diferença no processo. Reconheço que, sem os seus conhecimentos e orientações, este processo teria sido muito mais difícil e certamente menos gratificante.

- Quero agradecer a todos os participantes que responderam aos questionários, bem como aos entrevistados — Carolina, Maria, Anabela, Rafael, Duarte e Manuel — pelo contributo e possibilitarem o desenvolvimento deste trabalho.

- À comunidade Rural Pact, mais especificamente aos Membros do grupo *Culture and Creativity in Rural Areas*, e aos designers que avaliaram a solução desenvolvida.

-A todos os meus amigos e colegas que me acompanharam e apoiaram ao longo desta fase.

Por fim, agradeço a todos os que acreditaram em mim e no meu potencial. Foi graças a esse apoio que consegui tornar-me na pessoa confiante que sou hoje.

ii. Palavras-Chave

Desertificação; Êxodo Rural; Design; Sistema Demográfico; Revitalização

iii. Resumo

A presente investigação procurou compreender de que forma o design pode desempenhar um papel ativo no combate ao êxodo rural, promovendo a atração e fixação da população jovem. Para responder à problemática, foi desenvolvida uma proposta projetual de um módulo habitacional de vivência temporária, concebido para proporcionar aos jovens uma experiência imersiva no contexto rural.

A abordagem a esta temática surgiu da observação da crescente desertificação territorial que se tem agravado ao longo das últimas décadas, devido a fatores como a centralização urbana, a falta de oportunidades fora dos grandes centros e a negligência institucional relativamente ao desenvolvimento rural. Esta problemática compromete a coesão territorial, social e económica de várias regiões, afetando não só o meio rural como também o bom funcionamento das áreas urbanas (Marques, et al., 2019). Se esta tendência não for revertida, terá implicações ainda mais constrangedoras para o equilíbrio social, resultando em insegurança e insustentabilidade. Estima-se que, até 2050, mais de metade da população mundial resida em cidades (UNO-Habitat, 2022), um cenário preocupante, tendo em conta que a extensão territorial destas é significativamente menor quando comparada às áreas rurais, colocando dúvidas sobre o planeamento e sustentabilidade do território. Posto isto, surgiu a questão principal da investigação, **“Como o design pode contribuir para a revitalização das áreas rurais, atraindo a população jovem, combatendo o despovoamento demográfico?”**. É importante compreender que são os jovens quem herdarão e moldarão os territórios, a economia, a cultura e os valores das sociedades no futuro. Não contemplar este grupo etário seria abandonar a base para qualquer mudança duradoura. A integração do design, como ferramenta de combate a este problema, parte da convicção de que o seu carácter multidisciplinar pode contribuir na ativação do potencial adormecido das zonas

rurais, estimulando a sua revitalização. Deste modo surge a seguinte hipótese, **“O design constitui uma ferramenta estratégica para auxiliar na inversão da desertificação das zonas rurais, através do desenvolvimento de soluções que envolvam as comunidades locais e os jovens urbanos.”**

O desenvolvimento da investigação encontra-se estruturada em quatro fases importantes, exploratória, generativa, avaliativa e conclusiva seguindo os princípios abordados por Bruce Hanington e Bella Martin (2019). A primeira fase, exploratória, pretende compreender o problema e identificar de que forma o design pode ser aplicado para gerar resultados concretos. Investigando inicialmente os principais fatores que influenciam o êxodo rural, com foco nas motivações da população jovem, compreensão das perceções e aspirações que os habitantes têm sobre o meio onde vivem (rural e urbano), bem como as consequências que este fenómeno traz tanto para as zonas rurais como para as urbanas. Posteriormente, é abordado de que forma o design social pode potenciar a regeneração do tecido social e económico local, promovendo a valorização dos recursos endógenos e a participação ativa das comunidades.

Para responder a estes objetivos, recorreu-se a metodologias como, a revisão bibliográfica e documental, complementada pela aplicação de inquéritos por questionário, entrevistas e a análise de estudos de caso, para comparar a perceção real das partes afetadas, como para avaliar as soluções existentes que integram o design como estratégia para atenuar o problema. Com base nesta análise, concluiu-se que a solução projetual, deveria privilegiar a mobilidade em detrimento da fixação permanente dos jovens nas zonas rurais, e que para ser efetiva a sua revitalização, a proposta precisaria integrar três dimensões fundamentais, a valorização cultural, a inclusão social e a dinamização territorial.

Na segunda fase, generativa, foi proposta a solução, a RAIZ (Rede de Aprendizagem e Intercâmbio em Zonas Rurais), uma iniciativa que pretende mobilizar jovens e outros grupos interessados para uma experiência imersiva no contexto rural. Promovendo a aprendizagem prática e colaborativa com as comunidades locais, contribuindo assim para a regeneração social, económica e cultural das áreas rurais. Aspira-se que a presença recorrente destes grupos estimule o desenvolvimento económico local,

favorecendo a fixação de novos habitantes ativos, que desenvolvam os seus próprios projetos, capazes de responder às novas necessidades locais que surjam.

Para testar esta premissa, propôs-se que a hipótese de solução seria a criação de um módulo habitacional de vivência temporária, funcionando como um protótipo de baixo impacto ambiental, social e cultural a ser avaliado no contexto rural.

Na fase avaliativa, para avaliar a proposta, contou-se com a colaboração de stakeholders estratégicos e experientes, como membros da comunidade Rural Pact e Designers Seniores, por meio de um inquérito por questionário. Os dados e o feedback recolhidos demonstraram-se positivos para com a iniciativa. No entanto, refere-se que existiram algumas preocupações relativamente à efetividade do objetivo do projeto na revitalização das zonas rurais, sabendo que o problema nunca poderá ser resolvido apenas pela implementação de projetos, mas sim por uma transformação social, económica e cultural. As principais preocupações apontadas foram a integração dos jovens nas comunidades e a aceitação destes por parte dos habitantes locais e se de facto, a iniciativa conseguirá contribuir para o crescimento económico e a resiliência destes territórios.

Por fim, na fase conclusiva, considerou-se pertinente desenvolver uma nova proposta com base no feedback dos stakeholders, atendendo os critérios de funcionalidade, sustentabilidade, integração no território e favorecimento da criação de relações interpessoais, visando garantir uma melhor aceitação por parte das comunidades locais e dos jovens participantes. Avulta-se que desde o início da investigação compreendeu-se que uma intervenção de design como a que foi proposta, poderia contribuir para a atenuação de parte do problema do êxodo rural, uma vez que este envolve variáveis incontáveis que carecem de ação governamental para fomentar a revitalização destes contextos.

Contudo, com esta investigação ambicionou-se contribuir para uma nova perspetiva sobre o desenvolvimento territorial, em particular no meio rural, promovendo a sua valorização e a revitalização social, económica e cultural, apostando na deslocação temporária de jovens em formação, de diferentes áreas de estudo, para este meio.

Sob este conceito, promove-se a integração dos jovens no meio rural, incentivando o seu contacto com os residentes locais, as culturas e os saberes tradicionais, de modo a reativar estas zonas através da interação e da criação de vida para além dos períodos de férias.

iv. Keywords

Desertification; Rural Exodus; Design; Demographic System; Revitalization

v. Abstract

The present research sought to understand how design can play an active role in countering rural exodus by fostering the attraction and retention of younger populations. To address this challenge, a project proposal was developed for a temporary housing module designed to offer young people an immersive experience within the rural context.

The choice of this theme stemmed from the observation of the increasing territorial desertification that has been worsening over the past decades, driven by factors such as urban centralisation, the lack of opportunities outside major cities, and institutional neglect of rural development. This phenomenon undermines the territorial, social, and economic cohesion of many regions, affecting not only rural areas but also the proper functioning of urban centres (Marques, et al., 2019). Should this trend not be reversed, the consequences for social balance will become even more constraining, resulting in insecurity and unsustainability. It is estimated that by 2050, more than half of the world's population will live in cities (UNO-Habitat, 2022), a concerning scenario given that the territorial extension of urban areas is significantly smaller compared to rural areas, raising questions about planning and territorial sustainability. From this, the central research question emerged: **"How can design contribute to the revitalisation of rural areas, attracting younger populations and countering demographic decline?"** It is important to recognise that young people are those who will inherit and shape the territories, economies, cultures, and values of future societies. To exclude this age group would be to abandon the foundation for any lasting change. The integration of design as a tool to address this issue is grounded in the conviction that its multidisciplinary nature can help activate the dormant potential of rural areas, stimulating their revitalisation. Accordingly, the following research hypothesis was formulated: Design can serve as a strategic tool to

assist in reversing the desertification of rural areas by developing solutions that engage both local communities and urban youth.

The research was structured into four main phases, exploratory, generative, evaluative, and conclusive, following the principles outlined by Bruce Hanington and Bella Martin (2019). The first, exploratory phase sought to understand the problem and identify how design could be applied to generate tangible results. This included investigating the key factors influencing rural exodus, with a focus on the motivations of young populations, understanding the perceptions and aspirations of inhabitants of both rural and urban contexts, as well as the consequences this phenomenon brings to both settings. Subsequently, the study addressed how social design could enhance the regeneration of local social and economic fabrics, fostering the valorisation of endogenous resources and the active participation of communities.

To achieve these objectives, methodologies such as literature and documentary review were employed, complemented by surveys, interviews, and the analysis of case studies. These methods enabled both the comparison of the real perceptions of those affected and the evaluation of existing solutions that integrate design as a strategy to mitigate the problem. From this analysis, it was concluded that the design solution should prioritise mobility over the permanent settlement of young people in rural areas, and that effective revitalisation would require the proposal to integrate three fundamental dimensions: cultural valorisation, social inclusion, and territorial dynamisation.

In the second, generative phase, the proposed solution was a project titled RAIZ (Rede de Aprendizagem e Intercâmbio em Zonas Rurais), an initiative aimed at mobilising young people and other interested groups for an immersive experience in rural contexts. By fostering practical and collaborative learning with local communities, the initiative contributes to the social, economic, and cultural regeneration of rural areas. It is expected that the recurrent presence of such groups will stimulate local economic development, encouraging the settlement of new active inhabitants who may develop their own projects in response to emerging local needs.

To test this premise, the hypothetical solution involved the creation of a temporary housing module, functioning as a prototype with low environmental, social, and cultural impact, to be assessed within the rural context.

During the evaluative phase, the proposal was assessed with the collaboration of strategic and experienced stakeholders, including members of the Rural Pact community and senior designers, through a questionnaire. The data and feedback collected were generally positive towards the initiative. However, some concerns were raised regarding the effectiveness of the project's objective of rural revitalisation, acknowledging that the problem cannot be solved solely through project implementation, but rather through broader social, economic, and cultural transformation. The main concerns identified included the integration of young people into local communities, their acceptance by residents, and the extent to which the initiative could indeed contribute to economic growth and territorial resilience.

Finally, in the conclusive phase, it was considered pertinent to develop a new proposal based on stakeholder feedback, attending to criteria of functionality, sustainability, territorial integration, and the fostering of interpersonal relationships, with the aim of ensuring better acceptance by local communities and the young participants. It is worth noting that, from the outset, the research acknowledged that a design intervention of this kind could contribute to mitigating certain aspects of rural exodus. However, it also recognised that the issue involves uncontrollable variables that require governmental action to promote comprehensive revitalisation of these contexts.

Nevertheless, this research aimed to contribute to a new perspective on territorial development, particularly in rural areas, promoting their valorisation and social, economic, and cultural revitalisation, through the temporary relocation of young people in training, across diverse fields, to these contexts. In this context, the integration of young people into rural environments is encouraged, fostering their interaction with residents, cultures, and traditional knowledge, thereby reactivating these areas through interaction and the creation of life beyond holiday periods.

vi. Índice Geral

i. Agradecimentos.....	i
ii. Palavras-Chave	iii
iii. Resumo	iii
iv. Keywords	vii
v. Abstract.....	vii
vii. Índice de Figuras.....	xiii
viii. Lista de Abreviaturas e Acrónimos	xvi
I Capítulo 1- Introdução.....	1
1.1. Motivação	1
1.2. Introdução	1
1.3. Problema e Problemática de Investigação	2
1.4. Questões de Investigação	5
Questão Principal	5
Questões Secundárias.....	5
1.5. Objetivos de Investigação	6
1.6. Hipótese de Investigação	7
1.7. Desenho da Investigação.....	7
II Capítulo 2- Fase Exploratória: Enquadramento Teórico.....	12
Parte 1- Êxodo Rural.....	12
2.1. Definição de Zonas Rurais e Zonas Urbanas.....	12
2.2. Definição de Qualidade de Vida	14
2.3. O que é o êxodo rural?	16
2.4.1. Cenário Histórico Europeu.....	17
2.4.2. Cenário Histórico Português.....	20
2.4.3. Cenário Atual	22
2.5. Fatores que levam ao êxodo rural.....	23
2.6. Impacto e Consequências do Êxodo Rural.....	29
2.6.1. Zonas Rurais	29
Impacto Económico.....	30
Impacto Social e Demográfico	30
Impacto Territorial e Ambiental.....	31
2.6.2. Zonas Urbanas.....	31

Impacto Económico.....	31
Impacto Social e Demográfico	33
Impacto Territorial e Ambiental.....	36
2.7. Medidas e estratégias para mitigar o êxodo rural	37
2.8. Diagnóstico Comparativo: Revisão Literária vs. Realidade Observada.....	40
2.8.1. Inquéritos por Questionário a Habitantes de Zonas Rurais e Urbanas	41
2.8.1.1. Desenvolvimento do Guião	41
2.8.1.2. Escolha da Amostra	41
2.8.1.3. Nível de Confiança	42
2.8.1.4. Análise e apresentação dos dados.....	42
Zonas Urbanas	42
Zonas Rurais	56
2.8.1.5. Conclusões dos Dados Adquiridos.....	65
2.8.2. Entrevistas a Habitantes de Zonas Rurais e Urbanas	67
2.8.2.1. Desenvolvimento do Guião	67
2.8.2.2. Perfil dos Entrevistados	67
2.8.2.3. Análise e apresentação dos dados.....	68
2.8.2.4. Conclusões dos Dados Adquiridos.....	72
2.9. Conclusão Intermédia	72
Parte 2- O Design como Ferramenta para a Revitalização Territorial	74
2.10. O Papel do Design como Agente de Mudança Interdisciplinar.....	74
2.11. Design Orientado para a Intervenção Social.....	75
2.12. Design Centrado no Humano.....	76
2.13. Design na Revalorização Social e Territorial.....	78
2.14. Estudos de Caso: Estratégias de Revitalização Territorial.....	79
2.14.1. Conclusões sobre os Estudos de Caso	95
2.15. Conclusão Intermédia	97
2.16. Síntese Conceptual do Capítulo.....	98
III Capítulo 3- Fase Generativa: Caso de Estudo	97
3.1. Enquadramento da Proposta.....	97
3.2. Conceito da Proposta.....	97
3.3. Integração do Design na Proposta.....	99
3.4. Parâmetros para o Desenvolvimento do Produto.....	101
3.5. MoodBoard	103

3.6. Esboços da Proposta.....	105
3.7. Seleção das Propostas	107
3.8. Exploração Tridimensional das Propostas Seleccionadas.....	107
IV Capítulo 4- Fase Avaliativa: Validação da Proposta.....	112
4.1. Desenho da Experiência	112
4.2. Desenvolvimento do Guião	113
4.3. Perfil dos Stakeholders.....	113
4.4. Análise e Apresentação dos Dados	114
4.5. Contributos Complementares da Comunidade Rural Pact.....	135
4.6. Conclusão Sobre a Avaliação dos Stakeholders	135
V Capítulo 5- Proposta Final	137
5.1. Síntese dos Pontos Fortes dos Módulos	137
5.2. Apresentação da Proposta	138
5.2.1. Módulo Base	138
5.2.2. Sistema de Fecho	139
5.2.3. Organização Espacial dos Módulos	140
5.2.4. Layout dos Espaços Interiores	141
VI Capítulo 6- Conclusão	145
6.1. Conclusões	145
6.2. Fatores Críticos de Sucesso	150
6.3. Pesquisas Futuras	151
Referências Bibliográficas.....	153
Anexos	158

vii. Índice de Figuras

FIG. 1- CICLO DO ÊXODO RURAL FONTE: AUTORA, 2025	3
FIG. 2- NASA WORLDVIEW (2024) VISTA NOTURNA DA EUROPA, CAPTADA VIA SATÉLITE NO DIA 1 DE AGOSTO DE 2024 [FOTOGRAFIA]. ACEDIDO A 6 DE JANEIRO DE 2025. FONTE: HTTPS://WORLDVIEW.EARTHDATA.NASA.GOV/?v=-18.650447151495445,31.965850709169 HTTPS://WORLDVIEW.EART	4
FIG. 3- DESENHO DA INVESTIGAÇÃO, FONTE: AUTORA, 2025	11
FIG. 4- CARACTERIZAÇÃO DE ZONAS URBANAS E RURAIS FONTE: AUTORA, 2025.....	14
FIG. 5- FATORES E ELEMENTOS QUE ENLOBAM A QUALIDADE DE VIDA FONTE: AUTORA, 2025	16
FIG. 6- CHILD LABOR IN THE INDUSTRIAL REVOLUTION [FOTOGRAFIA]. (S.D.). HISTORY CRUNCH - HISTORY ARTICLES, BIOGRAPHIES, INFOGRAPHICS, RESOURCES AND MORE - HISTORY CRUNCH. FONTE: HTTPS://WWW.HISTORYCRUNCH.COM/UPLOADS/4/1/1/6/41169839/CHILD_3_ORIG.JPG	19
FIG. 7- PASTOR, A. (S.D.). ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA [FOTOGRAFIA]. ABRILABRIL O OUTRO LADO DAS NOTÍCIAS.	20
FIG. 8- ESPON. (2022). ENCLAVES WITH POOR ACCESS TO SERVICES-OF-GENERAL-INTEREST (2021) [MAPA]. ESPON EGTC. HTTPS://ARCHIVE.ESPON.EU/SITES/DEFAULT/FILES/ATTACHMENTS/FINAL%20REPORT%20-UPDATING%20AND%20INTEGRATING%20PROFECY%20DATASET%20AND%20MAPS.PDF	25
FIG. 9- MAPA DA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS CORPOS DE BOMBEIROS EM PORTUGAL ELABORADO PELA AUTORA. FONTE: LIGA DOS BOMBEIROS PORTUGUESES, 2024.....	27
FIG. 10- FATORES QUE LEVAM AO ÊXODO RURAL. FONTE: AUTORA, 2025	28
FIG. 11- CESTARIA EM CANA E VIME DO ALGARVE [FOTOGRAFIA]. (S.D.). PINTEREST.	30
FIG. 12- LPP. (2023). LINHA VERDE CHEIA ÀS 18 HORAS DE UMA QUINTA-FEIRA NO MARTIM MONIZ [FOTOGRAFIA]. FONTE: HTTPS://LISBOAPARAPESSOAS.PT/WP-CONTENT/UPLOADS/2023/05/METROLINHAVERDECAOS_01.JPG 32	
FIG. 13- MAPA DA INCIDÊNCIA DE CRIMINALIDADE EM PORTUGAL ELABORADO PELA AUTORA. FONTE: RASI, 2024 ..	34
FIG. 14- IMPACTOS E CONSEQUÊNCIAS DO ÊXODO RURAL. FONTE: AUTORA, 2025.....	37
FIG. 15- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS ZONAS URBANAS. PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO. PERGUNTA 1-6. FONTE: AUTORA, 2025	43
FIG. 16- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS ZONAS URBANAS. PERGUNTA 7 E 8. FONTE: AUTORA, 2025.....	44
FIG. 17- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS ZONAS URBANAS. PERGUNTA 9 E 10. FONTE: AUTORA, 2025.....	45
FIG. 18- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS ZONAS URBANAS. PERGUNTA 11. FONTE: AUTORA, 2025	46
FIG. 19- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS ZONAS URBANAS. PERGUNTA 12. FONTE: AUTORA, 2025	46
FIG. 20- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS ZONAS URBANAS. PERGUNTA 13. FONTE: AUTORA, 2025	47
FIG. 21- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS ZONAS URBANAS. PERGUNTA 14. FONTE: AUTORA, 2025	48
FIG. 22- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS ZONAS URBANAS. PERGUNTA 15. FONTE: AUTORA, 2025	48
FIG. 23- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS ZONAS URBANAS. PERGUNTA 16 E 17. FONTE: AUTORA, 2025.....	49
FIG. 24- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS ZONAS URBANAS. PERGUNTA 18. FONTE: AUTORA, 2025	50
FIG. 25- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS ZONAS URBANAS. PERGUNTA 19. FONTE: AUTORA, 2025	51
FIG. 26- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS ZONAS URBANAS.....	52
FIG. 27- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS ZONAS URBANAS.....	52
FIG. 28- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS ZONAS URBANAS. PERGUNTA 22. FONTE: AUTORA, 2025	53
FIG. 29- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS ZONAS URBANAS. PERGUNTA 23. FONTE: AUTORA, 2025	53
FIG. 30- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS ZONAS URBANAS. PERGUNTA 24. FONTE: AUTORA, 2025	55
FIG. 31- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS ZONAS URBANAS. PERGUNTA 25. FONTE: AUTORA, 2025	55
FIG. 32- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS ZONAS RURAIS. PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO. PERGUNTA 1-6. FONTE: AUTORA, 2025	56
FIG. 33- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS ZONAS RURAIS. PERGUNTA 7-10. FONTE: AUTORA, 2025.....	57
FIG. 34- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS ZONAS RURAIS. PERGUNTA 11 E 12. FONTE: AUTORA, 2025.....	58
FIG. 35- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS ZONAS RURAIS. PERGUNTA 13. FONTE: AUTORA, 2025	59
FIG. 36- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS ZONAS RURAIS. PERGUNTA 14 E 15. FONTE: AUTORA, 2025.....	60

FIG. 37- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS ZONAS RURAIS. PERGUNTA 16 E 17. FONTE: AUTORA, 2025.....	60
FIG. 38- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS ZONAS RURAIS. PERGUNTA 18. FONTE: AUTORA, 2025.....	61
FIG. 39- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS ZONAS RURAIS. PERGUNTA 19. FONTE: AUTORA, 2025.....	62
FIG. 40- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS ZONAS RURAIS. PERGUNTA 20. FONTE: AUTORA, 2025.....	62
FIG. 41- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS ZONAS RURAIS. PERGUNTA 23. FONTE: AUTORA, 2025.....	63
FIG. 42- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS ZONAS RURAIS. PERGUNTA 24. FONTE: AUTORA, 2025.....	64
FIG. 43- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS ZONAS RURAIS. PERGUNTA 25. FONTE: AUTORA, 2025.....	64
FIG. 44- CRITÉRIOS DO HUMAN-CENTERED DESIGN FONTE: AUTORA, 2025.....	77
FIG. 45- MILES, J. (2020). HAISHA EXTERIOR [FOTOGRAFIA]. JAPAN JOURNEYS. HTTPS://JAPANJOURNEYS.JP/KAGAWA/NAOSHIMA/LIFESTYLE/ART/NAOSHIMA-ART-HOUSE-PROJECT/	80
FIG. 46- VxMAG. (2021). CASAL DE SÃO SIMÃO [FOTOGRAFIA]. VORTEX MAGAZINE VORTEXMAG. HTTPS://WWW.VORTEXMAG.NET/WP-CONTENT/UPLOADS/2015/03/127098-E1509215156678.JPG	82
FIG. 47- SPEARMAN, C. (S.D.). DISCUSSING DESIGN CONCEPTS DURING A WORKSHOP IN FREDERIKSTED, VI [FOTOGRAFIA]. HTTPS://WWW.RURAL-DESIGN.ORG/ . HTTPS://CDN.PROD.WEBSITE-FILES.COM/609D69B87D0991B293229AA0/680B937290B01CA743A90543_HOMEPAGE-FREDERIKSTEDVI-BYCOURTNEYS	84
FIG. 48- IAAC. (S.D.). [VALLDAURA GREEN FAB LAB] [FOTOGRAFIA]. VALLDAURA. HTTPS://VALLDAURA.NET/WP-CONTENT/UPLOADS/2016/03/VALLDAURA1.JPG	87
FIG. 49- BORGIOFFICE. (2021). LA SOCIÉTÉ AGRICOLE Ca' BIANCA, À PADERNA, DANS LE PIÉMONT (ITALIE) [FOTOGRAFIA]. LE MONDE. HTTPS://IMG.LEMDE.FR/2022/02/03/0/0/4032/2600/1668/0/75/0/C957B63_907479653-FOTO-BORGIOFFICE-2.JPG	89
FIG. 50- UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR] [FOTOGRAFIA]. (S.D.). CRUP – CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES PORTUGUEAS. HTTPS://WWW.CRUP.PT/CRUPSITE/WP-CONTENT/UPLOADS/2022/02/CAPAUBI-1.JPG	92
FIG. 51- SÍNTESE CONCEPTUAL DO CAPÍTULO, FONTE: AUTORA, 2025.....	96
FIG. 52- CRITÉRIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO MÓDULO FONTE: AUTORA, 2025	102
FIG. 53- MOODBOARD, ADPATADO PELA AUTORA, 2025.....	103
FIG. 54- ESBOÇOS DE IDEACÃO DO MÓDULO 1-4, FONTE: AUTORA, 2025.....	105
FIG. 55- ESBOÇOS DE IDEACÃO DO MÓDULO 5-9, FONTE: AUTORA, 2025.....	106
FIG. 56- SELEÇÃO DOS ESBOÇOS A EXPLORAR, FONTE: AUTORA, 2025.....	107
FIG. 57- MÓDULOS SINGULARES RENDERIZADOS A PARTIR DOS ESBOÇOS, FONTE: AUTORA, 2025.....	108
FIG. 58- MÓDULOS ACOPLADOS RENDERIZADOS A PARTIR DOS ESBOÇOS, FONTE: AUTORA, 2025	108
FIG. 59- APARÊNCIA INTERIOR DOS MÓDULOS RENDERIZADOS A PARTIR DOS ESBOÇOS, FONTE: AUTORA, 2025	109
FIG. 60- IMAGENS DE REFERÊNCIA, INTERIORES,	110
FIG. 61- DORMITÓRIOS DOS MÓDULOS, FONTE: AUTORA, 2025	110
FIG. 62- BALNEÁRIOS DOS MÓDULOS, FONTE: AUTORA, 2025.....	111
FIG. 63- LABORATÓRIOS DOS MÓDULOS, FONTE: AUTORA, 2025	111
FIG. 64- SALAS DE CONVÍVIO DOS MÓDULOS, FONTE: AUTORA, 2025	111
FIG. 65- DESENHO DA EXPERIÊNCIA, FONTE: AUTORA, 2025	112
FIG. 66- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS STAKEHOLDERS PERGUNTA 1 A 3. FONTE: AUTORA, 2025	115
FIG. 67- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS STAKEHOLDERS PERGUNTA 4. FONTE: AUTORA, 2025.....	116
FIG. 68- - INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS STAKEHOLDERS PERGUNTA 1 A 3. FONTE: AUTORA, 2025	116
FIG. 69- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS STAKEHOLDERS CRUZAMENTO PERGUNTA 1 E 4. FONTE: AUTORA, 2025	116
FIG. 70- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS STAKEHOLDERS PERGUNTA 5 E 6. FONTE: AUTORA, 2025	117
FIG. 71- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS STAKEHOLDERS PERGUNTA 7 E 8. FONTE: AUTORA, 2025	118
FIG. 72- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS STAKEHOLDERS PERGUNTA 9. FONTE: AUTORA, 2025.....	119
FIG. 73- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS STAKEHOLDERS PERGUNTA 10 E 10.1. FONTE: AUTORA, 2025.....	120
FIG. 74- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS STAKEHOLDERS PERGUNTA 11. FONTE: AUTORA, 2025.....	121

FIG. 75- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS STAKEHOLDERS PERGUNTA 12. FONTE: AUTORA, 2025.....	122
FIG. 76- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS STAKEHOLDERS PERGUNTA 13. FONTE: AUTORA, 2025.....	123
FIG. 77- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS STAKEHOLDERS PERGUNTA 14. FONTE: AUTORA, 2025.....	123
FIG. 78- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS STAKEHOLDERS CRUZAMENTO PERGUNTA 6 E 14. FONTE: AUTORA, 2025	124
FIG. 79- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS STAKEHOLDERS PERGUNTA 15. FONTE: AUTORA, 2025.....	124
FIG. 80- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS STAKEHOLDERS CRUZAMENTO PERGUNTA 10 E 15. FONTE: AUTORA, 2025	125
FIG. 81- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS STAKEHOLDERS CRUZAMENTO PERGUNTA 12 E 15. FONTE: AUTORA, 2025	126
FIG. 82- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS STAKEHOLDERS CRUZAMENTO PERGUNTA 13 E 16. FONTE: AUTORA, 2025	127
FIG. 83- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS STAKEHOLDERS PERGUNTA 16. FONTE: AUTORA, 2025.....	127
FIG. 84- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS STAKEHOLDERS PERGUNTA 17 E 18. FONTE: AUTORA, 2025	128
FIG. 85- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS STAKEHOLDERS PERGUNTA 18.1 FONTE: AUTORA, 2025.....	129
FIG. 86- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS STAKEHOLDERS CRUZAMENTO PERGUNTA 10 E 19. FONTE: AUTORA, 2025	130
FIG. 87- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS STAKEHOLDERS PERGUNTA 19. FONTE: AUTORA, 2025.....	130
FIG. 88- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS STAKEHOLDERS PERGUNTA 20 FONTE: AUTORA, 2025.....	131
FIG. 89- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS STAKEHOLDERS PERGUNTA 21 A 24 FONTE: AUTORA, 2025	132
FIG. 90- INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIOS STAKEHOLDERS PERGUNTA 25 FONTE: AUTORA, 2025.....	133
FIG. 91- FEEDBACK COMPLEMENTAR DA RURAL PACT, FONTE: AUTORA, 2025.....	135
FIG. 92- PONTOS FORTES DE CADA MÓDULO, FONTE: AUTORA, 2025.....	137
FIG. 93- MÓDULO STANDARD, FONTE: AUTORA, 2025	138
FIG. 94- PROPOSTA DE SISTEMA DE FECHO DO MÓDULO, FONTE: AUTORA, 2015.....	140
FIG. 95- ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DOS MÓDULOS, FONTE: AUTORA, 2025.....	140
FIG. 96- ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DOS MÓDULOS 2, FONTE: AUTORA, 2025.....	141
FIG. 97- LAYOUT LABORATÓRIOS 1, FONTE: AUTORA, 2025.....	141
FIG. 98- LAYOUT LABORATÓRIOS 2, FONTE: AUTORA, 2025.....	142
FIG. 99- LAYOUT WC, FONTE: AUTORA, 2025.....	142
FIG. 100- LAYOUT BALNEÁRIO 1, FONTE: AUTORA, 2025.....	143
FIG. 101- LAYOUT BALNEÁRIO 2, FONTE: AUTORA, 2025.....	143
FIG. 102- LAYOUT DORMITÓRIOS 1, FONTE: AUTORA, 2025	144
FIG. 103- LAYOUT DORMITÓRIOS 2, FONTE: AUTORA, 2025	144
FIG. 104- LAYOUT SALA DE CONVÍVIO, FONTE: AUTORA, 2025	145

viii. Lista de Abreviaturas e Acrónimos

ADXTUR- Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto

CIRD- Citizens' Institute on Rural Design

CLLD- Community-Led Local Development

ESPON- European Observation Network for Territorial Development and Cohesion

Eurofound- Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho

Eurostat- Statistical Office of the European Union

FEADER- Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

IA- Inteligência Artificial

INE- Instituto Nacional de Estatística

LDS- Local Development Strategies

LSF- Light Steel Frame

NEB- New European Bauhaus

NEIA- New European Innovation Agenda

OECD- The Organization for Economic Cooperation and Development

ONU- Organização das Nações Unidas

PAC- Política Agrícola Comum da União Europeia

UBI- Universidade da Beira Interior

UE- União Europeia

WHO- The World Health Organize

I | Capítulo 1- Introdução

1.1. Motivação

A motivação para abordar este assunto reside na convicção de que o design possui um potencial significativo para transformar comunidades, com especial enfoque nas pequenas povoações rurais. Esta investigação pretende promover a revitalização destas áreas, contribuindo para um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável, assegurando que estas não desapareçam, preservando a sua cultura e identidade local. O compromisso assenta na promoção de um futuro mais inclusivo e resiliente, no qual tanto as áreas urbanas quanto as rurais possam prosperar de maneira harmoniosa.

1.2. Introdução

A presente investigação aborda a temática do êxodo rural e a influência que este detém sob as ramificações que compõem o sistema que são as sociedades. Atualmente, a urbanização é um fenómeno global que se expande à medida que as dinâmicas económicas, sociais e geográficas se transformam, com as áreas urbanas assumindo a liderança no funcionamento da sociedade moderna. Estas emergem como polos de inovação e desenvolvimento, atraindo investimentos, talentos e recursos, sendo responsáveis por gerar mais de 80% do PIB mundial (ONU, 2019), contribuindo expressivamente para o crescimento económico.

A concentração de atividades e recursos que impulsionam o desenvolvimento económico, acaba por atrair a atenção de diversas faixas etárias, nomeadamente as camadas mais jovens que, cada vez mais, optam por viver nestas áreas. Segundo o relatório Mundial das Cidades, publicado pelo ONU-Habitat (2022) estima-se que 68% da população mundial resida em cidades até 2050, este cenário evidencia uma tendência de valorização dos centros urbanos como motores de crescimento e inovação.

Em detrimento, todas as áreas fora desse espectro de interesse tendem a ser negligenciadas. Este fenómeno tem sido particularmente problemático para as áreas rurais, que são as mais afetadas pela desertificação territorial, um resultado direto do êxodo rural. Estas inevitavelmente tornam-se menos apelativas para as novas gerações, que optam pelas comodidades que os centros urbanos oferecem, seja a nível económico, social, educacional ou cultural (UNESCO, 2021).

1.3. Problema e Problemática de Investigação

O fluxo migratório desencadeado pelo êxodo rural acarreta consequências tanto nas áreas de origem quanto nos destinos. À medida que a população aumenta nos centros urbanos, será progressivamente perceptível problemas como a superlotação, pressão sobre os serviços públicos e exacerbação das desigualdades socioeconómicas, dificultando a integração dos novos residentes e restringindo o acesso equitativo a oportunidades, especialmente, para aqueles em situações vulneráveis (Eurofound, 2023).

Por sua vez, as zonas rurais enfrentam um declínio demográfico acentuado, resultante do êxodo rural, do envelhecimento populacional e da estagnação económica, esta última decorrente dos fatores anteriores e responsável por agravar ainda mais o despovoamento destas regiões, perpetuando um ciclo de abandono e desinteresse (Marques, et al., 2019). Este fenómeno de desertificação territorial não se traduz somente na ausência de pessoas, mas também na degradação progressiva do território, dos seus serviços, infraestruturas, dinâmicas sociais e identidades locais, evidenciando que, sem pessoas, não há meios para o progresso.

Ademais, o crescimento descontrolado nas zonas urbanas e a desertificação territorial nas áreas rurais contribuirá para a degradação ambiental, colocando em risco a sustentabilidade dos ecossistemas, a qualidade de vida das populações e a capacidade de resposta às mudanças climáticas (European Commission, 2021a). Atendendo este

panorama, se não mitigado, este ciclo de **polarização demográfica**¹, poderá futuramente intensificar as desigualdades sociais, económicas e territoriais a nível global, dificultando a construção de sociedades mais equilibradas e resilientes.



Fig. 1- Ciclo do Êxodo Rural Fonte: Autora, 2025

Em Portugal, particularmente, este cenário é notório, cerca de 40,8% da população residente (4 217 732 habitantes) concentra-se nos 21 municípios mais habitados, que representam apenas 3,7% do território nacional. Todavia, 19,8% (2 050 766 habitantes) vive dispersa pelos 208 municípios menos povoados que engloba 65,8% da área do país (INE, 2022).

¹ A **polarização demográfica** refere-se à distribuição desigual da população, que leva ao desequilíbrio entre zonas urbanas e rurais (ESPON, 2017).

Para facilitar a compreensão deste fenómeno, na prática, abaixo encontra-se uma imagem de satélite da Europa à noite, incluindo Portugal (Fig.2), nela é possível observar o impacto da urbanização e a densidade populacional em determinadas regiões do continente através da intensa concentração de iluminação. Constata-se também, uma tendência de **litoralização**², existindo uma preferência habitacional pela faixa costeira face às zonas interiores.



*Fig. 2- Nasa Wordview (2024) Vista Noturna da Europa, Captada Via Satélite no Dia 1 de Agosto de 2024 [Fotografia].
Acedido a 6 de janeiro de 2025. Fonte: <https://worldview.earthdata.nasa.gov/?v=-18.650447151495445,31.965850709169https://worldview.eart>*

Destaca-se que, apesar das adversidades, as áreas rurais ocupam a maior área do território europeu (Eurostat, 2024a), representando uma dimensão geográfica e estratégica importante. Ignorar estas regiões significa desvalorizar o seu potencial e aprofundar os desequilíbrios territoriais existentes.

² A litoralização é um fenómeno territorial caracterizado pela concentração populacional ao longo da faixa litoral de um país. Este processo ocorre devido à acessibilidade que as zonas costeiras oferecem a nível estratégico para o desenvolvimento económico, que, como já referido anteriormente, são um atrativo para a fixação populacional (Porto Editora, s.d.).

À vista disso, é necessária uma reflexão sobre estratégias de desenvolvimento regional que promovam uma maior coesão entre as diferentes regiões de cada país. É de conhecimento que as principais agendas europeias de ordenamento territorial estão voltadas para a promoção da revitalização das zonas rurais, mas a ausência de modelos de ação concretos para reverter este problema limita a eficácia dessas políticas.

Nesse contexto, o design pode emergir como um meio agregador de valor, capaz de descentralizar as grandes massas populacionais das áreas urbanas em direção às rurais. O design social pode desempenhar um papel importante na criação de soluções que tornem as regiões rurais mais atrativas e habitáveis, promovendo um equilíbrio entre as diferentes regiões.

1.4. Questões de Investigação

Tendo em consideração a problemática atual e a previsão do seu agravamento no futuro, conforme referido na alínea anterior, surgem as seguintes questões de investigação, com especial foco na população jovem. Mas porquê os jovens? Os jovens são os principais agentes de transformação social, estes herdarão e moldarão os territórios, a economia, a cultura e os valores das sociedades. Assim, desenvolver uma solução sem contemplar este grupo etário, seria descuidar um dos alicerces fundamentais de qualquer mudança duradoura.

Questão Principal

- **Como o design pode contribuir para a revitalização das áreas rurais, atraindo a população jovem, combatendo o despovoamento demográfico?**

Questões Secundárias

- Quais são os fatores que levam ao despovoamento demográfico?
- Como o design pode tornar as áreas rurais mais atrativas para os jovens?

- Como os jovens podem contribuir para o desenvolvimento das áreas rurais?
- Como o design pode estimular a criação de oportunidades económicas nas áreas rurais?

1.5. Objetivos de Investigação

Perante o agravamento da desertificação territorial nas zonas rurais, torna-se essencial refletir sobre novas abordagens para a revitalização destes territórios. A integração do design como ferramenta, pode desempenhar um papel ativo e efetivo na promoção da coesão territorial, contribuindo para o desenvolvimento de uma solução que responda às necessidades e expectativas das comunidades rurais, enquanto desperta o interesse das novas gerações.

É importante referir que este problema não se manifesta isoladamente, fazendo parte do sistema que são as sociedades, interligando-se em vários aspetos que a compõem. Nesse sentido, a desertificação territorial, atua como um fator que intensifica outras problemáticas sociais, como a sobrelotação das áreas urbanas. Como tal, compreende-se que a implementação de uma solução para combater o despovoamento rural, poderá não só mitigar diretamente esta realidade, como também atenuar indiretamente problemáticas exteriores a esta.

Posto isto, a presente investigação tem como **objetivo geral** propor uma solução de design orientada para o combate ao despovoamento demográfico, estimulando a revitalização das áreas rurais através da atração e fixação da população jovem.

Para alcançar este objetivo, definem-se os seguintes **objetivos específicos**:

1- Investigar os principais fatores que influenciam o êxodo rural, com foco nas motivações da população jovem ativa, bem como nas consequências que este fenómeno acarreta tanto para as zonas rurais como para as urbanas;

2- Compreender as aspirações e percepções que os habitantes têm sobre o meio onde vivem, tanto no contexto urbano como rural;

3- Investigar de que forma o design social pode potencializar a regeneração do tecido social e económico local, promovendo a valorização dos recursos endógenos e o envolvimento ativo das comunidades na revitalização das zonas rurais;

4- Identificar e analisar estratégias em projetos existentes que recorram do design como ferramenta de revitalização territorial em contextos rurais, bem como de outras abordagens relevantes;

5- Desenvolver uma solução de design que reflita as inferências e conclusões extraídas dos resultados obtidos.

1.6. Hipótese de Investigação

Com base nestas reflexões, definiu-se a seguinte hipótese de investigação, que serviu de ponto de partida para todo o estudo:

“O design constitui uma ferramenta estratégica para auxiliar na inversão da desertificação das zonas rurais, através do desenvolvimento de soluções que envolvam as comunidades locais e os jovens urbanos.”

1.7. Desenho da Investigação

A presente investigação encontra-se dividida em 4 momentos, fase exploratória, generativa, avaliativa e conclusiva abordando os princípios de Bruce Hanington e Bella Martin (2019). Enfatiza-se que a abordagem proposta por estes autores engloba os

princípios do **Human-Centered Design**³, sendo pertinente para os objetivos desta investigação. Dado o exposto, as metodologias adotadas estão distribuídas, articuladamente, ao longo dos momentos de modo a estabelecer uma ligação lógica contínua entre a recolha e a análise de dados, o desenvolvimento da proposta e a sua respetiva validação tornando o processo investigativo participativo, e centrado no utilizador.

Fase Exploratória:

Metodologias: Revisão Literária; Prospeção de Campo Através de Inquéritos por Questionário; Entrevistas; Estudos de Caso, Concept Mapping

Neste momento inicial procurou-se analisar o contexto do problema em estudo, visando identificar necessidades, desafios e oportunidades que sustentem a construção de uma base teórica sólida, para dar apoio ao desenvolvimento da solução no momento seguinte da investigação.

Nesse sentido, a fase exploratória encontra-se dividida em 2 momentos. O primeiro aborda o conceito de êxodo rural através da revisão literária com a análise de conteúdos bibliográficos e documentais. Complementarmente, foram implementados inquéritos por questionário e entrevistas de modo a recolher informações sobre as vivências e perspetivas das populações residentes em contextos rurais e urbanos. Esta abordagem permitiu entender os fatores que influenciam as suas decisões de permanência ou deslocação e cruzar os dados recolhidos com os conhecimentos adquiridos na revisão teórica. O segundo momento é dedicado ao design e como este irá extrapolar-se para responder à problemática, para tal foi realizada uma revisão bibliográfica do assunto. Numa vertente mais prática, foram analisados estudos de casos que recorreram do

³ O Human-Centered Design (HCD), é uma abordagem que coloca o ser humano e todo o seu meio envolvente no centro de todo o processo de criação. Este valoriza a compreensão profunda dos comportamentos, experiências, aspirações e motivações das pessoas para a criação de soluções adaptadas às suas realidades e necessidades (IDEO, 2015).

design como ferramenta de revitalização territorial no contexto rural, bem como a avaliação de outras abordagens pertinentes.

No final desta fase, foi elaborado um mapa conceptual conclusivo para sintetizar todas as informações e induções obtidas ao longo da fase exploratória. Este integra a análise crítica dos dados recolhidos, identificando necessidades, oportunidades e direções de atuação para o desenvolvimento conceptual que irá acontecer na fase seguinte.

Fase Generativa:

Metodologias: Tree Diagram; Moodboard; Sketching; Prototyping.

Nesta fase deu-se o desenvolvimento do caso de estudo, primeiramente através da definição do conceito da proposta e pela elucidação do modo como o design seria nela integrado. Seguidamente foi concebido um diagrama em árvore para sintetizar os parâmetros a considerar na elaboração da solução.

Posteriormente, deu-se início ao processo de ideação com a criação de um moodboard que representa as intenções do design e estabelece a direção estética e simbólica da proposta. Mais tarde, procedeu-se ao esboço de diferentes variações formais e funcionais do projeto. As propostas com maior potencial foram aprofundadas através da modelação tridimensional recorrendo a ferramentas de AI para serem avaliadas na fase seguinte.

Fase Avaliativa:

Metodologias: Inquéritos por Questionário a Stakeholders

Para avaliar o conceito e determinar qual proposta de design apresenta maior potencial, foi elaborado um questionário por questionário dirigido a stakeholders, solicitando-lhes uma avaliação heurística da solução de modo a recolher insights, e identificar possíveis ajustes que possam contribuir para o aperfeiçoamento da solução.

Fase Conclusiva:

Por fim, apresentou-se uma solução, aperfeiçoada a partir do feedback recolhido, seguida das conclusões finais e das inferências extraídas de todo o processo de investigação.

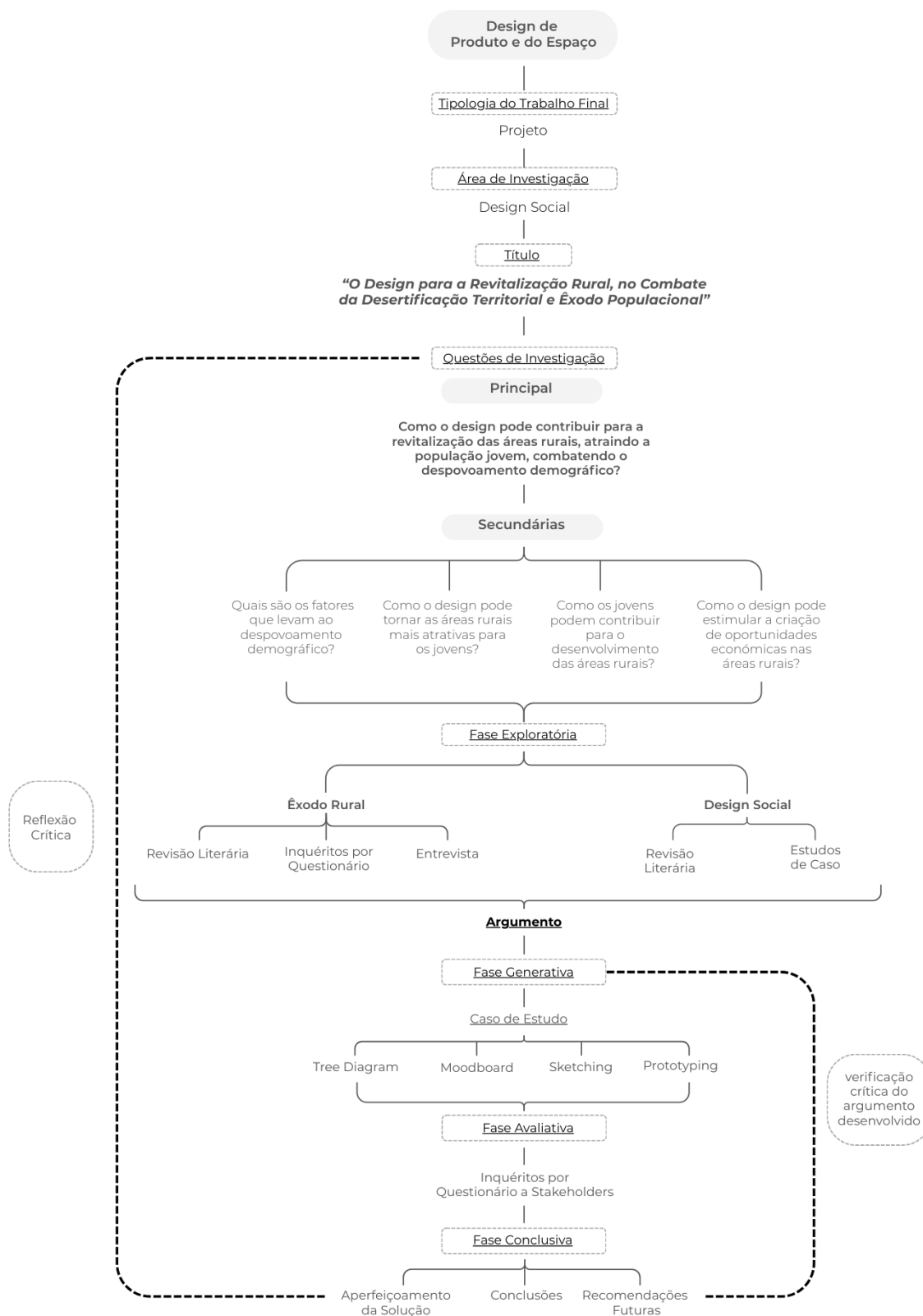


Fig. 3- Desenho da Investigação, Fonte: Autora, 2025

II | Capítulo 2- Fase Exploratória: Enquadramento Teórico

Este capítulo é dedicado à prospeção do argumento. Para fundamentar o raciocínio que orienta o desenvolvimento da proposta, foi realizado o enquadramento teórico da investigação, no qual se pretendeu compreender todo o fenómeno que compõe o êxodo rural e analisar de que forma o design, pode ser utilizado com uma ferramenta para combater este problema.

Parte 1- Êxodo Rural

2.1. Definição de Zonas Rurais e Zonas Urbanas

A definição de zonas urbanas e rurais pode diferir consoante o entendimento pessoal, tornando-se essencial clarificar os critérios adotados nesta investigação. Para assegurar uma abordagem coerente e alinhada com as diretrizes europeias, cuja aplicação será considerada na fase generativa, esta investigação fundamenta-se nos conteúdos da Agenda Territorial 2030 (2020). A adoção deste referencial, ainda que não apresente de forma explícita uma definição fixa dos conceitos de rural e urbano, justifica-se pelo facto de apresentar e descrever as diferentes tipologias territoriais, destacando as suas funções, desafios e interdependências, permitindo a sua interpretação com base nas características territoriais descritas ao longo do documento.

Assim, considerando o conteúdo da Agenda e com o objetivo de esclarecer a distinção entre zonas rurais e urbanas no contexto da investigação, optou-se por uma abordagem que agrupa algumas das tipologias territoriais identificadas no documento dentro destas duas categorias principais. Ao longo da Agenda, as zonas rurais e urbanas são caracterizadas pelas suas singularidades, permitindo a identificação de atributos específicos para cada uma. Com base nessas características, foi estabelecida uma definição para ambos os conceitos e, a partir dessa estrutura, as tipologias territoriais

foram distribuídas conforme a sua proximidade com os traços predominantes das zonas rurais ou urbanas.

Assim, as zonas urbanas são caracterizadas por uma alta densidade populacional, maior disponibilidade de infraestruturas e serviços essenciais, possuindo um papel importante na economia nacional e regional (União Europeia, 2020). Incluem capitais; áreas metropolitanas; cidades de pequena e média dimensão e zonas costeiras.

As zonas rurais caracterizam-se por uma baixa densidade populacional, economia ligada ao setor primário, têm menor acesso a infraestruturas e serviços essenciais e possuem desafios de conectividade, como o acesso a redes de comunicação e transporte. Muitas dessas áreas enfrentam problemas como o despovoamento, envelhecimento populacional e dificuldades de desenvolvimento económico (União Europeia, 2020). Incluem zonas rurais; zonas periféricas; zonas periféricas interiores; zonas escassamente povoadas; zonas setentrionais⁴; zonas montanhosas; zonas em declínio demográfico e zonas ultraperiféricas⁵.

No entanto, existem territórios que, pelas suas características híbridas, não se enquadram exclusivamente como urbanos ou rurais, formando um grupo intermédio que combina elementos de ambos os contextos. Estas áreas funcionam como espaços de transição. Incluem macrorregiões; zonas periurbanas; regiões transfronteiriças; ilhas e zonas em transformação económica e transição industrial. Salienta-se que este grupo territorial não será abordado na investigação.

⁴ Regiões no norte da Europa, com baixa acessibilidade e densidade populacional, possuem uma forte dependência de recursos naturais como fonte económica (União Europeia, 2020).

⁵ As Zonas Ultraperiféricas são territórios da União Europeia que, devido à sua localização geográfica distante do continente europeu, enfrentam desafios relacionados com isolamento, acessibilidade, condições climáticas adversas e dependência económica de setores limitados. Estas regiões fazem parte integral da UE, mas beneficiam de um estatuto especial que lhes confere apoios financeiros e medidas adaptadas no âmbito da Política de Coesão (União Europeia, 2020).

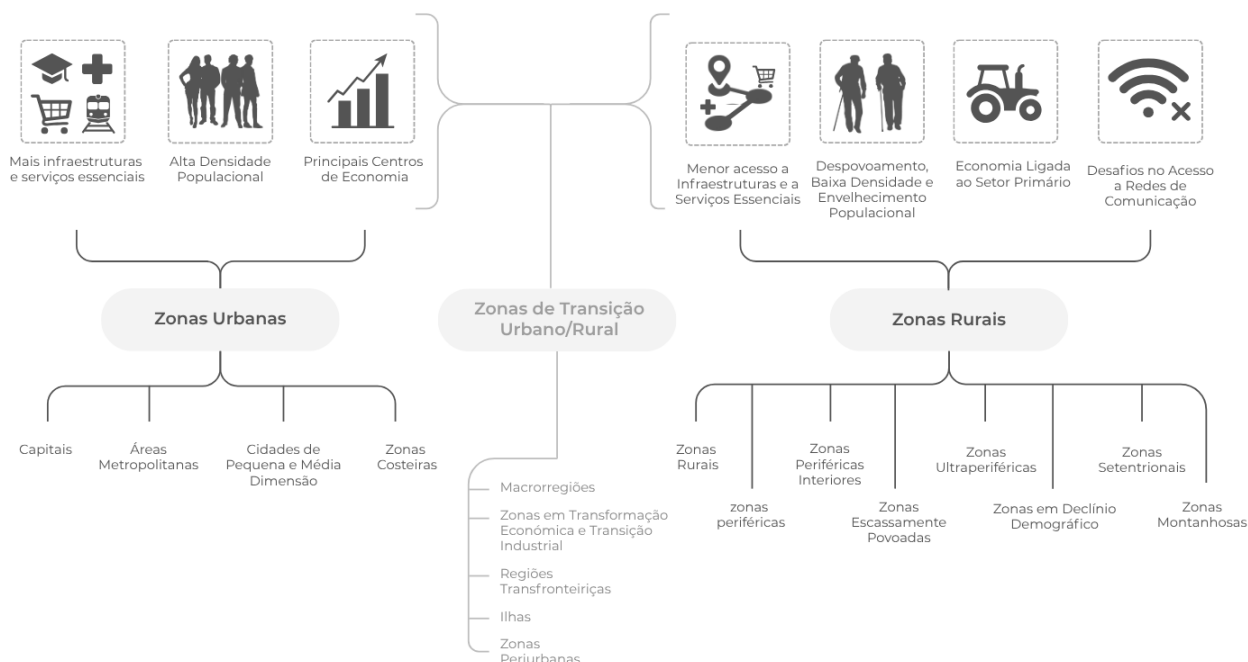


Fig. 4- Caracterização de Zonas Urbanas e Rurais Fonte: Autora, 2025

2.2. Definição de Qualidade de Vida

Antes de analisar o fenómeno que compõe o êxodo rural, é essencial compreender o conceito de **qualidade de vida**, dado que este está diretamente relacionado com as motivações que impulsionam a migração das áreas rurais para as urbanas.

Esta investigação será orientada tendo em conta a definição proposta pela **WHO**⁶, e da **OECD**⁷.

⁶ A **WHO** (2012), define o termo qualidade de vida de forma abrangente e subjetiva, enfatizando que se trata de um conceito dinâmico que varia de acordo com os objetivos, expectativas e preocupações de cada indivíduo. Esta percepção é fortemente influenciada por fatores como cultura, contexto social e padrões de vida, sendo uma avaliação que depende da forma com cada indivíduo interpreta o seu próprio bem-estar nas diferentes dimensões da sua vida.

⁷ A **OECD** (s.d.) adota uma abordagem tangível e mensurável para avaliar a qualidade de vida nos países membros, assente em 11 dimensões fundamentais: habitação, rendimento, emprego, comunidade, educação, ambiente, saúde, segurança, participação cívica, satisfação com a vida e equilíbrio entre vida pessoal e profissional.

Dado que o objetivo é desenvolver um projeto centrado na comunidade portuguesa, é pertinente adotar a definição da OECD, uma vez que esta disponibiliza dados alinhados ao contexto nacional, além de definir parâmetros de avaliação objetivos adequados aos fins académicos desta investigação. No entanto, esta será complementada com a abordagem da WHO a fim de obter uma compreensão holística do conceito de qualidade de vida.

Tendo em conta as definições das organizações, foi estabelecida a seguinte **definição de qualidade de vida**:

A qualidade de vida refere-se ao nível de bem-estar que um indivíduo experiêcia, englobando fatores objetivos e subjetivos. Os fatores objetivos referem-se a elementos tangíveis, como o acesso à saúde, educação, transporte, habitação, boa condição económica e estabilidade laboral. Estes aspetos podem ser avaliados de forma concreta e comparados entre diferentes contextos, fornecendo uma visão clara das condições materiais que influenciam o bem-estar.

Por outro lado, os fatores subjetivos relacionam-se com a perceção individual do bem-estar, que é influenciada por aspetos como a satisfação com o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, as relações sociais, o sentimento de pertença à comunidade, segurança e a satisfação geral com a vida. Estes fatores dependem das expectativas, valores e prioridades de cada um, sendo, por isso, variáveis e pessoais. Assim, a qualidade de vida resulta da interação entre estas duas dimensões, refletindo não apenas as condições materiais em que um indivíduo vive, mas também a forma que a vida é percebida e valorizada no contexto da sua experiencialidade.

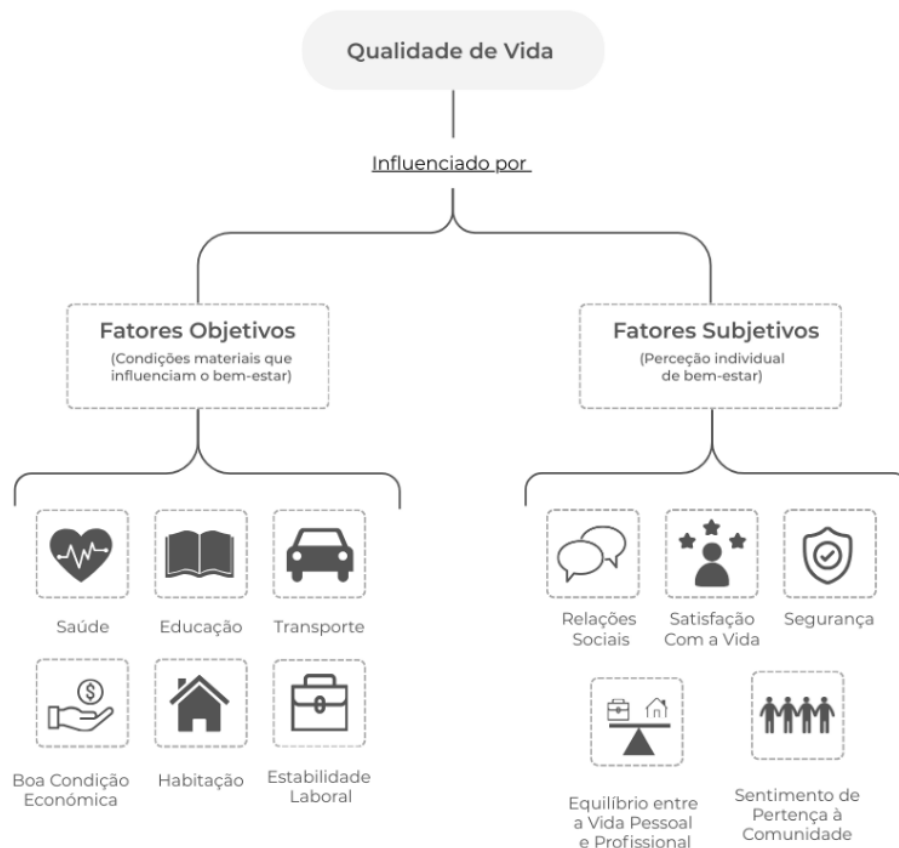


Fig. 5- Fatores e elementos que englobam a qualidade de vida Fonte: Autora, 2025

2.3. O que é o êxodo rural?

Analisando o conceito, a palavra êxodo origina-se no latim *exodus*, que significa "saída". Este termo refere-se ao deslocamento coletivo de indivíduos, geralmente uma comunidade ou povo, de um local para outro, sendo frequentemente associado a migrações em massa (Academia das Ciências de Lisboa, 2001a).

Por outro lado, o termo rural, proveniente do latim *tardio rurālis*, diz respeito ao "campo" ou à "vida agrícola", caracterizando as áreas fora dos centros urbanos e tipicamente associadas à agricultura e à vida no campo (Academia das Ciências de

Lisboa, 2001b). Estas áreas são historicamente marcadas pela dependência de atividades agrícolas e por uma densidade populacional muito menor quando comparadas às zonas urbanas. Assim, o conceito de “êxodo rural” refere-se ao abandono das áreas rurais em direção às zonas urbanas.

2.4.1. Cenário Histórico Europeu

O êxodo é um fenómeno que sempre fez parte da humanidade, desde a Pré-História o ser humano e as suas comunidades deslocavam-se à procura de melhores condições de subsistência, segurança e acesso a recursos essenciais (Groeneveld, 2017). Com o tempo, este movimento foi-se transformando, assumindo novas motivações e formas. Como aconteceu com as populações das zonas rurais, que, pressionadas pelas adversidades e limitações impostas pela vida no campo, foram forçadas a abandonar as suas raízes em busca de melhores oportunidades. A Revolução Industrial intensificou ainda mais essa necessidade, pois, com o avanço da mecanização, as áreas rurais perderam a sua importância como centros de trabalho, levando a população a migrar para as cidades.

Ademais, a introdução de novas formas de mecanização agrícola reduziu a necessidade de mão de obra no campo, aumentando a produtividade com menos trabalhadores, alterando a estrutura da força de trabalho rural (Rioux, 1972).

Segundo Jean-Pierre Rioux (1972), os trabalhadores que anteriormente ocupavam os **terrenos comunais**⁸ foram excluídos das novas formas de distribuição de terras e da produção agrícola que surgiram com a modernização do campo. Muitos dos terrenos comunais e pequenos lotes foram convertidos em grandes propriedades privadas voltadas para a produção em escala. Esta transformação reduziu a necessidade de mão de obra e excluiu os pequenos agricultores que, sem posse da terra, dependiam de acordos informais para subsistir. Muitos viram-se forçados a assumir funções assalariadas

⁸ **Terrenos comunais** são terras que eram tradicionalmente usadas coletivamente por uma comunidade.

sob o controle de grandes proprietários, enquanto outros foram empurrados para as cidades, na esperança de encontrar novas oportunidades.

O mesmo ocorreu com outros ofícios tradicionais, como carpinteiros, correeiros, alfaiates, entre outros, que, devido à concorrência das grandes maquinofaturas, viram as suas fontes de rendimento ameaçadas (Rioux, 1972). A produção industrial oferecia bens de forma mais rápida, em maior quantidade e a preços reduzidos, o que dificultava a competitividade dos artesãos locais (Cartwright, 2023a). Esses trabalhadores, que dependiam da produção artesanal e do comércio local, assim como os agricultores, foram gradualmente obrigados a abandonar as suas atividades e a adaptar-se às novas exigências do mercado. Com isso, perderam o espaço e a relevância que anteriormente detinham nas suas comunidades.

O declínio da manufatura para a maquinofatura, atraiu para as cidades um elevado número de trabalhadores sem formação, seduzidos pelos salários da indústria. Este fenómeno de migração não só intensificou o êxodo rural nas pequenas localidades, como também resultou na redução da natalidade, comprometendo a reposição populacional necessária para a sustentabilidade do meio (Rioux, 1972).

A crescente pobreza nas zonas rurais, juntamente com o êxodo para as cidades, favoreceu o aumento de migrantes nos centros urbanos, intensificando o seu crescimento e gerando desorganização e precariedade nas condições de trabalho e de vida. O desenvolvimento do **proletariado**⁹ trouxe consigo uma nova classe social, desprovida de direitos e sujeita a ambientes insalubres. Viviam em habitações degradadas, situadas em bairros operários, com condições de higiene inadequadas.

⁹ O **proletariado** é uma classe social composta por trabalhadores, denominados como operários, que, não possuindo meios de produção, vendem a sua força de trabalho em troca de um salário (Cambridge Dictionary, 2024).

Toda a família era submetida a longas jornadas de trabalho, que variavam entre 12 e 16 horas diárias (Pousinho, 2021).

As Mulheres e as crianças, em particular, enfrentavam condições de trabalho extremamente duras e recebiam salários inferiores aos dos homens (Cartwright, 2023b).

Perante esta situação, os operários começaram a unir-se e a criar sindicatos, reivindicando os seus direitos, incluindo a regulamentação de horários justos, descanso semanal, proteção contra acidentes e limitações ao trabalho infantil.



Fig. 6- Child Labor in the Industrial Revolution [Fotografia]. (s.d.). HISTORY CRUNCH - History Articles, Biographies, Infographics, Resources and More - HISTORY CRUNCH. Fonte: https://www.historycrunch.com/uploads/4/1/1/6/41169839/child_3_orig.jpg

Esta mobilização trouxe uma nova consciência de classe, defendendo que o desenvolvimento económico deveria assegurar também a justiça social (Pousinho, 2021). A partir desse momento, a melhoria das condições de vida urbana e o aumento das oportunidades laborais, contribuíram para que o êxodo rural se estabelecesse como um fenómeno contínuo e intensificado.

2.4.2. Cenário Histórico Português

Bem mais tarde, no contexto português, a vida dos trabalhadores rurais assalariados era um retrato do sacrifício, marcado pela exploração e pela extrema precariedade e pobreza (Aparício, 2007), onde cada dia era uma luta para sobreviver em condições que roubavam a sua dignidade e futuro. Como denunciado na obra *Gaibéus*, de Alves Redol (1989), os trabalhadores rurais eram submetidos a jornadas extenuantes e tratados como ferramentas descartáveis, muitas vezes equiparados a animais. A precariedade das condições de vida manifestava-se em detalhes desumanos como dormir em barracões inóspitos e consumir alimentos insuficientes para sustentar o esforço físico exigido pela profissão.



Fig. 7- Pastor, A. (s.d.). Arquivo Municipal de Lisboa [Fotografia]. AbrilAbril / O outro lado das notícias.

Fonte: https://www.abrilabril.pt/sites/default/files/styles/node_aberto_vp768/public/assets/img/16543.jpg?itok=8i1qWfAB

Reduzidos a uma existência mecânica, muitos trabalhavam até à exaustão, desprovidos de voz e sem qualquer possibilidade de escolha sobre as suas condições laborais. Trabalhavam arduamente durante o ano, para garantir o sustento no inverno, quando as terras ficavam inativas e o trabalho agrícola era escasso. Essas dificuldades, agravadas pela falta de direitos e pelo trabalho extenuante mal remunerado e

exacerbado pela falta de investimento agrícola, impulsionaram o crescente movimento migratório para as cidades (Lagarto, 2021).

A industrialização abriu novas oportunidades nos centros urbanos, onde os migrantes encontravam maior diversidade laboral. Diferente da realidade do campo, marcada pela dependência de um único patrão ou proprietário, nas cidades os trabalhadores tinham a possibilidade de escolher entre diferentes setores e empregadores, alimentando a esperança de almejar melhores condições de vida, ainda que enfrentassem os mesmos desafios, como a precariedade habitacional e jornadas laborais intensas.

Entre as décadas de 1940 e 1960, o impacto do êxodo rural tornou-se evidente em Portugal, o país passou de uma economia predominantemente agrícola, para uma fase de urbanização e industrialização acelerada. A agricultura, que historicamente era o setor central da economia portuguesa, enfrentava desafios estruturais. Caracterizada por métodos tradicionais e uma dependência elevada de mão de obra intensiva, a agricultura já não conseguia competir com os avanços industriais. Apesar de empregar cerca de 48% da força de trabalho em 1955, a sua contribuição para o PIB nacional era cada vez menor, representando apenas 28% naquele ano e caindo para 17% em 1965 (Paço, et al., 2008). Este declínio refletia a crescente industrialização do país, que se acelerava desde meados do século XIX.

A crescente oferta de emprego na indústria e nos serviços urbanos fez com que cidades como Lisboa e Porto emergissem como os principais polos de atração, oferecendo não apenas oportunidades de trabalho, mas também o acesso ampliado a serviços básicos, aspetos estes que se traduziam numa perceção de melhores condições de vida. Paralelamente, a emigração internacional aumentou durante este período. Muitos portugueses, especialmente oriundos do setor agrícola, procuraram melhores condições de vida em outros países no pós-guerra (Paço, et al., 2008).

Este movimento trouxe consequências profundas ao longo das décadas, levando ao abandono de inúmeras aldeias e a uma drástica redução populacional nas zonas rurais, que passaram a ser caracterizadas por um acentuado envelhecimento demográfico e uma diminuição constante da densidade habitacional. Uma realidade que permanece evidente até aos dias de hoje.

2.4.3. Cenário Atual

Atualmente, o êxodo rural continua a moldar a **geografia humana**¹⁰, acentuando o contraste entre as áreas urbanas e rurais. Embora as transformações sociais e tecnológicas do século XXI, tenham introduzido novas dinâmicas, as motivações subjacentes a este movimento populacional permanecem enraizadas na procura por melhores condições de vida, tal como ocorria anteriormente.

A crescente migração da população, sobretudo jovem, para as cidades impulsionou a expansão das mesmas e fomentou o desenvolvimento de novas zonas suburbanas em torno dos principais centros económicos. As restantes faixas etárias, particularmente envelhecidas, tendem a preferir viver em locais afastados dos centros urbanos, optando por zonas intermédias ou rurais, onde a sua presença tem um impacto limitado, pois não se encontram em idade ativa (AURAMBOUR, et al., 2021). Esta organização, levou a que a Europa regista-se uma redistribuição populacional, que impactou a estruturação dos territórios, causando consequências visíveis na paisagem, na dinâmica demográfica e nas atividades económicas das diferentes regiões (AURAMBOUR, et al., 2021).

Sendo cada vez mais evidente, a polarização demográfica faz com que os centros urbanos se tornem continuamente polos de crescimento e inovação, enquanto as zonas

¹⁰ A **geografia humana** é uma disciplina da geografia que se dedica a estudar de que forma os seres humanos interagem com o ambiente e o espaço que os rodeia. Foca-se na análise de como as atividades, comportamentos, culturas e estruturas sociais não só influenciam o território, mas também são moldadas por ele (Gibson, 2020).

rurais, ficam despovoadas, mantendo um caráter disperso, focado em atividades ligadas ao território. Diante o agravamento desta realidade, tem surgido entidades preocupadas e empenhadas a combater o desequilíbrio territorial, propondo e incentivando a criação de soluções para os desafios associados à distribuição populacional.

2.5. Fatores que levam ao êxodo rural

Como já mencionado, o principal motivo que impulsiona a migração para as áreas urbanas é a procura por uma melhor qualidade de vida, um conceito que engloba um conjunto diversificado de fatores. Sendo os elementos de natureza objetiva os centrais e mais facilmente identificáveis, estes são:

A procura por melhores **oportunidades de emprego**, no contexto atual, está associada à busca por economias já consolidadas e à diversidade de ofertas de emprego em múltiplos setores nos centros urbanos (AURAMBOUR, et al., 2021). Este cenário permite que os habitantes destas áreas beneficiem de uma maior estabilidade profissional, uma vez que têm acesso a uma rede de oportunidades, sem a necessidade de se deslocarem para outras regiões, mantendo o acesso aos mesmos benefícios sociais, culturais e económicos.

Outro fator determinante é a **acessibilidade a serviços essenciais**, como saúde, educação, alimentação e telecomunicações, sendo frequentemente limitados ou distantes das zonas rurais (AURAMBOUR, et al., 2021). Nas áreas urbanas, a concentração destes recursos garante um acesso rápido a hospitais, escolas e supermercados, sem a necessidade de utilizar ou possuir transporte próprio.

Além da proximidade a infraestruturas físicas, a **qualidade das redes de telecomunicações** tornou-se num elemento fundamental na acessibilidade aos serviços. A conectividade digital não só influencia o desempenho técnico das comunicações, mas também a eficiência na assistência em casos de falhas ou avarias. A capacidade de resposta a estas situações é essencial para a integração das populações, especialmente em territórios mais isolados, onde as telecomunicações estabelecem uma ponte de ligação com o resto do mundo (Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, 2022).

Ademais, nas zonas urbanas, a resolução de problemas é geralmente mais célere devido à maior disponibilidade de recursos e técnicos especializados, garantindo uma infraestrutura de resolução de problemas eficiente. Esta realidade estende-se também a outros serviços, como o abastecimento de eletricidade e água, cujas intervenções e reparações tendem a ser mais ágeis em comparação com as zonas rurais, onde a menor densidade populacional e a dispersão geográfica dificultam a manutenção regular e a resposta imediata a eventuais falhas.

O mapa abaixo disponibilizado pela ESPON apresenta as **enclaves**¹¹ com fraco acesso a serviços de interesse geral em 2021 na Europa (Fig.8), ou seja, áreas onde a população tem dificuldades em aceder a pelo menos cinco serviços essenciais como hospitais, escolas ou estações ferroviárias.

¹¹ O termo "**enclaves**" refere-se a regiões dentro de um território que, embora não sejam geograficamente remotas, apresentam características semelhantes às periferias externas ou isoladas. Estas áreas, designadas como periferias internas, distinguem-se pelo fraco acesso a serviços essenciais, infraestruturas e oportunidades económicas, o que resulta num isolamento funcional em relação às regiões vizinhas (ESPON, 2022).

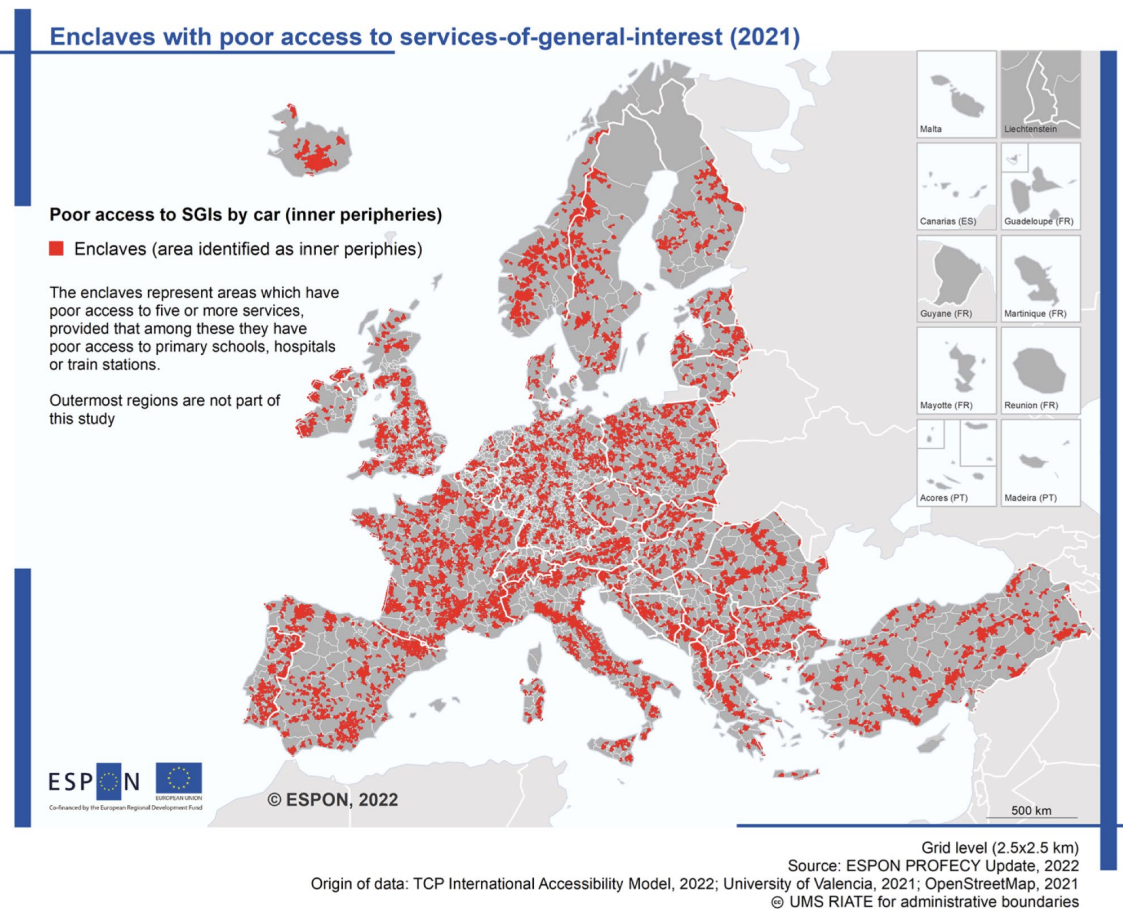


Fig. 8- ESPON. (2022). Enclaves with poor access to services-of-general-interest (2021) [Mapa]. ESPON EGTC. <https://archive.espon.eu/sites/default/files/attachments/Final%20Report%20Updating%20and%20Integrating%20PROFECY%20Dataset%20and%20Maps.pdf>

As zonas assinaladas a vermelho correspondem a regiões onde o acesso a serviços essenciais permanece limitado, mesmo quando se utiliza um automóvel como meio de transporte. Este facto sugere que, nestes territórios, as infraestruturas rodoviárias são insuficientes ou que as distâncias até aos serviços são longas, dificultando a acessibilidade mesmo para aqueles que possuem transporte individual.

No contexto português, as regiões do interior, como Trás-os-Montes, Beiras e Alentejo, apresentam uma elevada concentração de enclaves, caracterizadas por uma oferta reduzida de infraestruturas e dificuldades no acesso a serviços essenciais. O acesso a estes serviços agrava significativamente as condições destas regiões, onde as distâncias

a percorrer para alcançar tais serviços ultrapassam, frequentemente, as dezenas de quilómetros (AURAMBOUT, et al., 2021). A ausência de transporte próprio ou de uma rede rodoviária eficiente limita ainda mais a acessibilidade, dificultando a aquisição e a utilização desses serviços pela população, refletindo a tendência de despovoamento e preferência por outras regiões como o litoral do país.

Além de disponibilizarem uma maior variedade de serviços, os principais centros oferecem **diversos sistemas de transporte urbano**, que facilitam as deslocações diárias e contribuem para a sua atratividade populacional. Estes sistemas incluem transportes públicos e **transportes ativos**¹² (AURAMBOUT, et al., 2021). O facto de a população estar próxima a estes serviços, locais de trabalho e espaços de lazer facilita a adoção de meios de deslocação sustentáveis, como a bicicleta ou a mobilidade pedonal, promovendo um estilo de vida mais ativo e saudável. Esta acessibilidade contribui igualmente para a redução da dependência de veículos motorizados, favorecendo a mobilidade sustentável e a melhoria da qualidade de vida urbana.

Outro fator é a segurança pública, sendo um ponto determinante na escolha de zonas urbanas como local de residência, estas dispõem de uma maior concentração de forças de proteção civil e serviços de emergência. A presença de postos de bombeiros, polícia e serviços médicos de urgência permite que a população receba uma resposta rápida em casos de emergência, acidentes ou outras situações de perigo. Esta capacidade de mobilização imediata, cria uma sensação de segurança e proteção que muitas vezes não existe nas áreas rurais, onde a resposta tende a ser demorada devido à menor disponibilidade e maior distância dos serviços.

Para ilustrar esta realidade, no contexto português, foi elaborado um mapa (Fig.9) com base nos dados facultados pela Liga dos Bombeiros Portugueses (2024) e nas localizações obtidas através do Google Maps. O mapa abaixo apresenta a distribuição

¹² Os **transportes ativos** referem-se a modos de deslocação que dependem do esforço físico humano, sem uso de veículos motorizados.

geográfica dos corpos de bombeiros em Portugal continental, permitindo visualizar a sua presença nos diferentes distritos. Os pontos a vermelho indicam a localização aproximada de cada corpo, que se organiza em quatro tipos de associação: Voluntário, Municipal, Bombeiros Sapadores e Privativo. Esta representação cartográfica facilita a análise da cobertura territorial dos serviços de emergência e do acesso a meios de proteção civil.

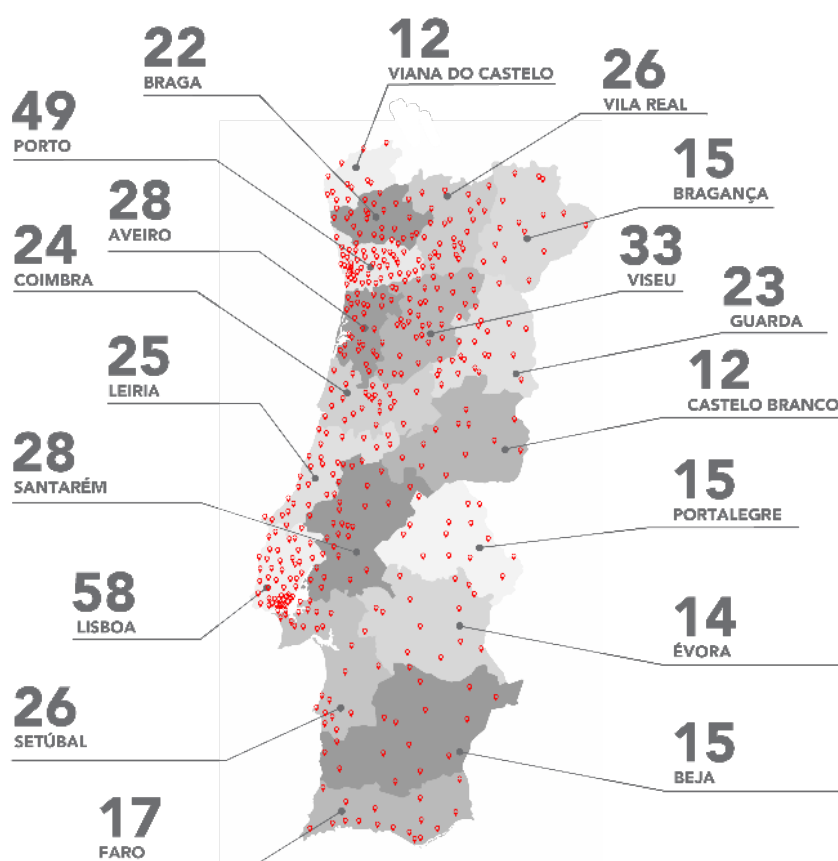


Fig. 9- Mapa da Distribuição Geográfica dos Corpos de Bombeiros em Portugal Elaborado pela Autora. Fonte: Liga dos Bombeiros Portugueses, 2024

Nele é possível observar uma maior concentração de corpos de bombeiros em áreas densamente povoadas, como Lisboa, Porto e Viseu, localizadas no litoral norte e centro do país. A quantidade de corpos nestes locais, pode ser justificada pela elevada densidade populacional e pela necessidade de assegurar uma resposta rápida, visto que

a frequência de acidentes e emergências tende a ser superior nestes distritos (Sistema de Segurança Interna, 2024).

Contudo, no interior e sul do país, nomeadamente no Alentejo e Trás-os-Montes, verifica-se uma menor densidade de corpos de bombeiros, o que pode comprometer a capacidade de resposta a emergências. Este fator deve-se, sobretudo, às grandes distâncias entre os serviços de emergência e os locais de intervenção, tendo em conta que estas regiões possuem uma maior área territorial e apresentam uma população dispersa, o que dificulta a mobilização de meios.

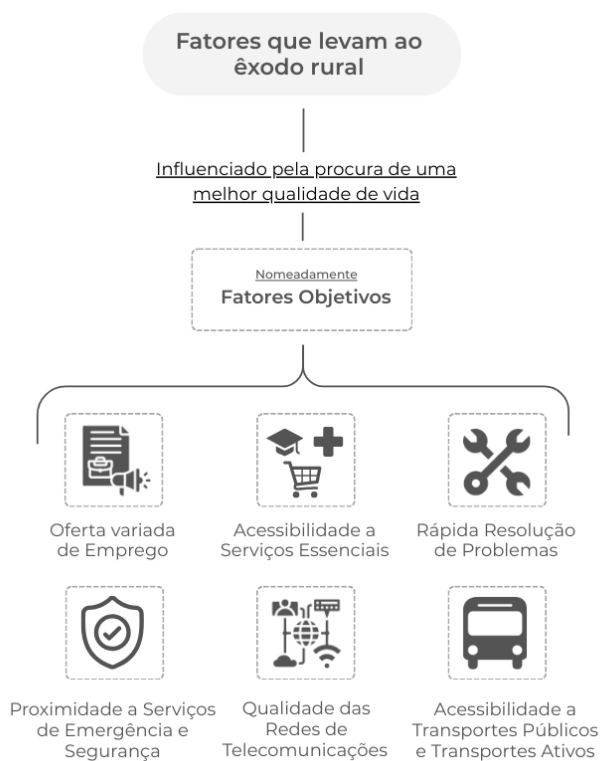


Fig. 10- Fatores que Levam ao Êxodo Rural. Fonte: Autora, 2025

Visto que as zonas rurais não dispõem da maioria destes atrativos, associados à perceção de qualidade de vida objetiva, isto contribui para o progressivo afastamento da população, especialmente entre os jovens. No início da vida adulta, estes procuram redes de apoio mais sólidas, seja a nível educacional, laboral ou social, uma vez que ainda

não têm bases para possuir uma vida totalmente consolidada, encontrando nas zonas urbanas essas condições, com maior facilidade (Mauritti, et al., 2022). O desequilíbrio nos investimentos governamentais em áreas como saúde e educação agrava, ainda mais a situação, pois favorecem as áreas urbanas em detrimento das rurais (Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, 2022), criando um ciclo de declínio que desincentiva a permanência e o avanço das populações.

2.6. Impacto e Consequências do Êxodo Rural

Como já se indicou, o êxodo rural gera um conjunto de impactos dependentes entre si que afetam tanto as zonas rurais quanto urbanas, influenciando a coesão social, o ordenamento territorial e o desenvolvimento económico.

De modo a tornar mais perceptível a compreensão das diversas formas pelas quais se manifestam as consequências do êxodo rural, estas foram organizadas em três grupos: **impactos económicos, impactos sociais e demográficos, e impactos territoriais e ambientais**, visando evidenciar os diferentes níveis em que este fenómeno impacta cada uma dessas dimensões.

2.6.1. Zonas Rurais

Segundo a Comissão Europeia (2021b) a vitalidade dos territórios está ligada ao ritmo de envelhecimento demográfico. A migração dos jovens para os centros urbanos altera significativamente a dinâmica populacional das zonas rurais, deixando para trás comunidades com taxas de natalidade reduzidas, população envelhecida e saldo migratório negativo. Este cenário alimenta um ciclo complexo e sensível de reverter, prejudicando a fixação de novos residentes, tornando a economia local inexistente e aumentando o isolamento social e a precariedade da vida daqueles que ainda permanecem, incentivando a desertificação territorial.

Impacto Económico

A redução da população ativa e a falta de dinamismo económico desencadeiam um processo de degradação produtiva, que compromete a capacidade de retenção e atração de investimento (Curtale, et al., 2025). Com um mercado consumidor reduzido e dificuldades em manter uma mão de obra qualificada, instala-se um ciclo de estagnação económica que leva ao encerramento de negócios e à escassez de oportunidades produtivas.

Este fenómeno repercute-se também na viabilidade dos serviços públicos essenciais, a falta de utilizadores e trabalhadores, torna insustentável a manutenção de escolas, centros de saúde e redes de transporte, conduzindo ao encerramento das mesmas (Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, 2022).

Os setores tradicionais como a agricultura, a pecuária e a produção artesanal, que ainda resistem, enfrentam maiores dificuldades pelo envelhecimento da população que detém o conhecimento dos saberes ancestrais e à falta de pessoas interessadas para os aprender e dar continuidade (Unesco, s.d.).



*Fig. 11- CESTARIA EM CANA E VIME DO ALGARVE [Fotografia]. (s.d.). Pinterest.
Acedido a 4 de agosto de 2025
<https://i.pinimg.com/736x/06/fc/82/06fc82f6eae28d3c5616b6156e5ce745.jpg>*

Impacto Social e Demográfico

Sem a população jovem e o seu interesse, a transmissão dos valores culturais das localidades é limitada, colocando em risco a preservação de costumes, festividades e

saberes tradicionais. Esta erosão da identidade cultural enfraquece o sentimento de pertença e compromete a coesão comunitária.

Acresce que, a conjugação do despovoamento com a falta da renovação geracional, a presença reduzida de uma população envelhecida e a escassez de serviços, contribuem para um forte sentimento de isolamento. Esta sensação acaba por deteriorar a qualidade de vida, também a nível subjetivo, afetando o bem-estar psicológico de quem continua a viver nesses territórios podendo desencadear problemas de saúde mental (Eurocities, 2024).

Impacto Territorial e Ambiental

O abandono das terras agrícolas e pastoris, aliada à falta de manutenção dos solos, desencadeia um processo de degradação ambiental, caracterizado pela erosão, pelo crescimento descontrolado de espécies invasoras e pela redução e pela redução da biodiversidade (Pawlewicz & Pawlewicz, 2023). A ausência de uma gestão adequada nestes territórios aumenta o risco de incêndios florestais de grande escala, tornando as localidades rodeadas de zonas verdes mais vulneráveis. Esta ameaça é exacerbada pela escassez e dispersão dos meios de combate, comprometendo a capacidade de resposta a emergências.

2.6.2. Zonas Urbanas

Impacto Económico

O aumento da população urbana exerce pressão sobre as infraestruturas e os serviços públicos, nomeadamente nos sistemas de educação, saúde, transportes e saneamento, comprometendo a capacidade de estes darem uma resposta eficiente.

No sistema de ensino, a escassez de vagas obriga muitos pais a recorrer ao ensino privado ou a deslocações mais longas para garantir a escolarização dos filhos (Rádio Renascença, 2024; Pinheiro, 2025). Já nos centros de saúde e hospitais, o aumento da procura gera tempos de espera mais prolongados, dificultando o acesso a cuidados médicos atempados (Conselho das Finanças Públicas, 2024).

A mobilidade urbana também sofre, uma vez que a saturação dos transportes públicos, especialmente nas horas de ponta (Alvarez, 2023), limita a eficiência dos deslocamentos e encoraja o uso de transporte individual, contribuindo para congestionamentos e para o agravamento da poluição atmosférica. Além disso, a maior densidade populacional intensifica a produção de resíduos (Pincha & Moreira, 2018), exigindo uma gestão mais eficaz dos serviços de saneamento para evitar impactos negativos na saúde pública e no meio ambiente.



Fig. 12- LPP. (2023). Linha Verde cheia às 18 horas de uma quinta-feira no Martim Moniz [Fotografia]. Fonte: https://lisboaparapessoas.pt/wp-content/uploads/2023/05/metrolinhaverdecaos_01.jpg

Esta pressão populacional reflete-se ainda mais no setor imobiliário, onde a elevada procura por habitação impulsiona a valorização dos imóveis e o aumento das rendas

(Rodrigues, Vilarés, & Lourenço, 2023). Como consequência, o acesso à habitação torna-se mais difícil, sobretudo para as populações economicamente vulneráveis, conduzindo à expansão desordenada das periferias e ao crescimento de bairros informais (Martins & Violante, 2025). Esta dinâmica acaba por aprofundar as desigualdades socioeconómicas, pois começa a concentrar diferentes estratos sociais em zonas distintas, reforçando a **segregação socioespacial**¹³.

Com isto, o aumento gradual do custo de vida urbano torna-se num fator limitador para muitos habitantes, prejudicando a construção de uma vida estável.

Impacto Social e Demográfico

Como foi dito anteriormente, o crescimento acelerado das cidades pode agravar a segregação socioespacial, levando a uma distribuição desigual das classes sociais no território. Este fenómeno resulta no contraste entre bairros economicamente privilegiados e zonas desfavorecidas, acentuando as desigualdades sociais e potencializando a exclusão de determinados grupos. Na Europa, e também em Portugal, a concentração de criminalidade e pobreza em determinadas áreas urbanas está associada ao aumento da perceção de insegurança, ao agravamento da exclusão social e à redução de oportunidades no desenvolvimento socioeconómico desses locais.

Segundo o Eurostat (2024b), em 2020, 32,7% dos habitantes urbanos reportaram às autoridades práticas de crimes como a violência ou o vandalismo, comparativamente a 6,4% nas zonas rurais. Esta diferença evidencia uma maior incidência de criminalidade em áreas urbanas, confirmada também por dados gerais de 2020 em Portugal, que apontam para uma taxa de criminalidade de 25,7% nas zonas urbanas, face a 3,4% nas zonas rurais. Adicionalmente, dados de 2019 (Eurostat, 2021) indicam que 13,4% das

¹³ A **segregação socioespacial** é um termo que descreve a distribuição desigual da população pelo espaço geográfico, geralmente associado a motivos socioeconómicos, culturais, étnicos, entre outros (Academia das Ciências de Lisboa, 2001c).

pessoas em risco de pobreza estavam mais expostas à criminalidade, face a 10,6% daquelas que não se encontravam nessa condição, reforçando a ligação entre vulnerabilidade social e perceção de insegurança.

Para evidenciar a incidência de criminalidade nas zonas urbanas e rurais, foi elaborado uma cartografia de Portugal continental (Fig.13) com as participações registadas por distrito e região autónoma em 2023 conforme o RASI (2024), onde a intensidade da cor representa a quantidade de ocorrências em cada território.

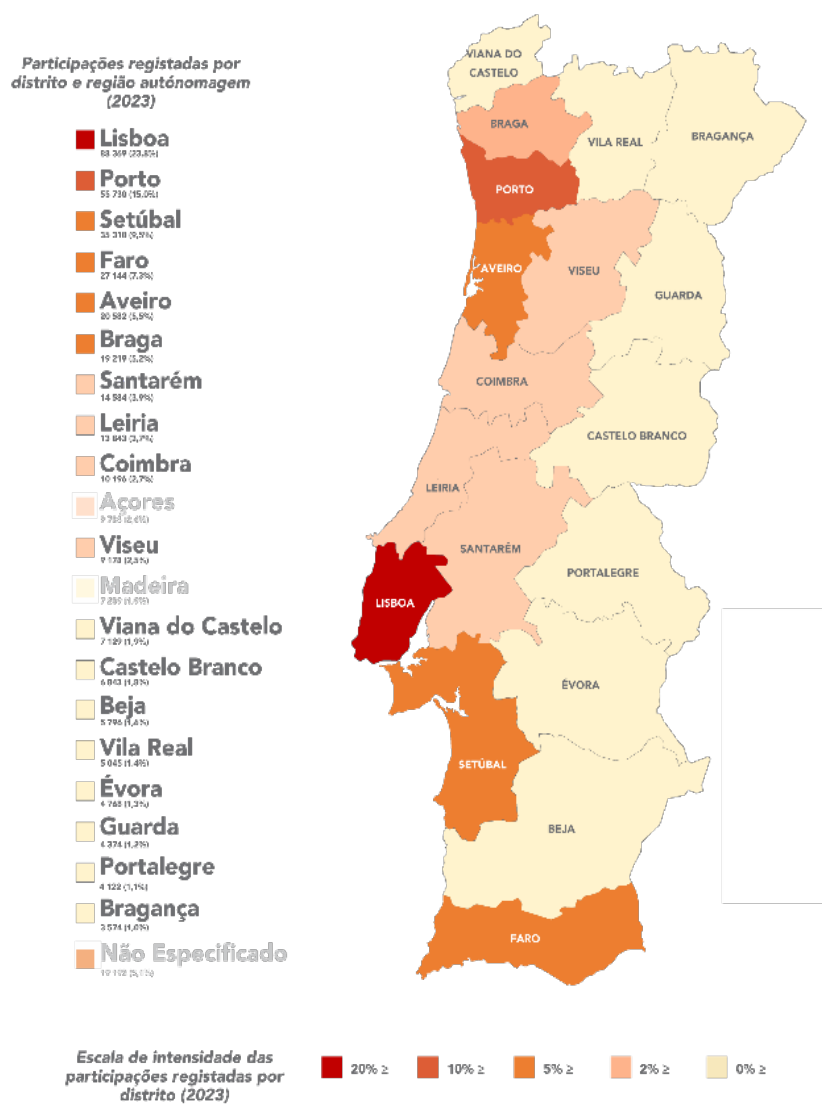


Fig. 13- Mapa da Incidência de criminalidade em Portugal Elaborado pela Autora. Fonte: RASI, 2024

Os distritos de Lisboa, Porto e Setúbal, destacam-se com as tonalidades mais escuras, indicando uma maior concentração de participações, enquanto os distritos com menor número apresentam cores mais claras. Esta análise mostra uma correlação entre a densidade populacional e o número de ocorrências, constando-se que os distritos mais povoados apresentam os valores mais elevados. Este fenómeno pode ser atribuído às desigualdades socioeconómicas, frequentemente mais acentuadas nas áreas urbanas, que podem contribuir para o aumento da criminalidade, especialmente em zonas que enfrentam questões de segregação socioespacial. Além disso, os centros urbanos dispõem de uma maior capacidade institucional para registar e processar denúncias, devido à presença reforçada de infraestruturas de segurança e justiça, o que pode traduzir-se em taxas de participação mais elevadas, independentemente da incidência real da criminalidade.

Outro ponto indireto a considerar é que, com o crescimento da digitalização, muitos indivíduos, especialmente os mais jovens, tendem a permanecer em casa, no ambiente virtual. Apesar desta via permitir o acesso rápido à informação, trata-se, na maioria das vezes, de um conhecimento limitado a bases teóricas, frequentemente dissociadas da experiência real e prática. A ausência de contacto com certos contextos, como as zonas rurais, onde o saber se constrói através da experiência háptica com os materiais, recursos e com as pessoas que ali habitam, contribui para o afastamento progressivo da realidade experienciada. Ademais, as pessoas que ali habitam detêm conhecimentos muitas vezes inexistentes no mundo digital. Tudo isto contribui para a desvalorização e erosão de formas de saber tradicionais.

Todos estes fatores contribuem para o aumento da incidência de problemas de saúde mental, como a depressão e a ansiedade, sendo que os residentes em áreas urbanas apresentam uma probabilidade 20% superior de sofrer de depressão em comparação com habitantes de outros locais (Eurocities, 2024).

Impacto Territorial e Ambiental

Dado o crescimento da população, as áreas urbanas estão sujeitas a adaptarem-se às necessidades dos seus habitantes, tornando-se indispensável a construção de novas infraestruturas para dar resposta. Este processo implica o desmatamento de áreas naturais e agrícolas, comprometendo ecossistemas, a biodiversidade e a disponibilidade de espaços verdes, fundamentais para o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida.

Para além dos impactos ambientais diretos resultantes da expansão urbana, muitas das intervenções feitas não possuem um planeamento urbano adequado, resultando em problemas como a **ocupação irregular dos solos**¹⁴, a crescente impermeabilização dos terrenos e uma maior vulnerabilidade a desastres ambientais. Este risco é particularmente relevante em áreas de elevada densidade populacional, como a cidade de Lisboa e a sua rede urbana.

Esta, por exemplo, encontra-se numa zona historicamente exposta a catástrofes naturais, como ocorreu em 1755¹⁵, sendo atualmente uma das áreas mais povoadas e economicamente centrais de Portugal. A elevada concentração populacional, juntamente à fragilidade das infraestruturas urbanas, pode comprometer a capacidade de resposta a uma eventual crise. Muitos dos serviços de emergência, como hospitais e corpos de bombeiros, enfrentam limitações estruturais e localizações pouco estratégicas, dificultando a assistência eficaz em situações de risco extremo (Costa, 2023).

¹⁴ A **ocupação irregular dos solos** refere-se ao uso desordenado do território, sem observância das normas de planeamento urbano e ordenamento do território. Este fenómeno pode manifestar-se por meio de construções ilegais, expansão urbana descontrolada e utilização indevida de áreas protegidas (Diário da República, 2019).

¹⁵ O **Terramoto de Lisboa de 1755**, seguido de um maremoto e incêndios devastadores, destruiu grande parte da cidade, causando milhares de mortes (França, 2023)

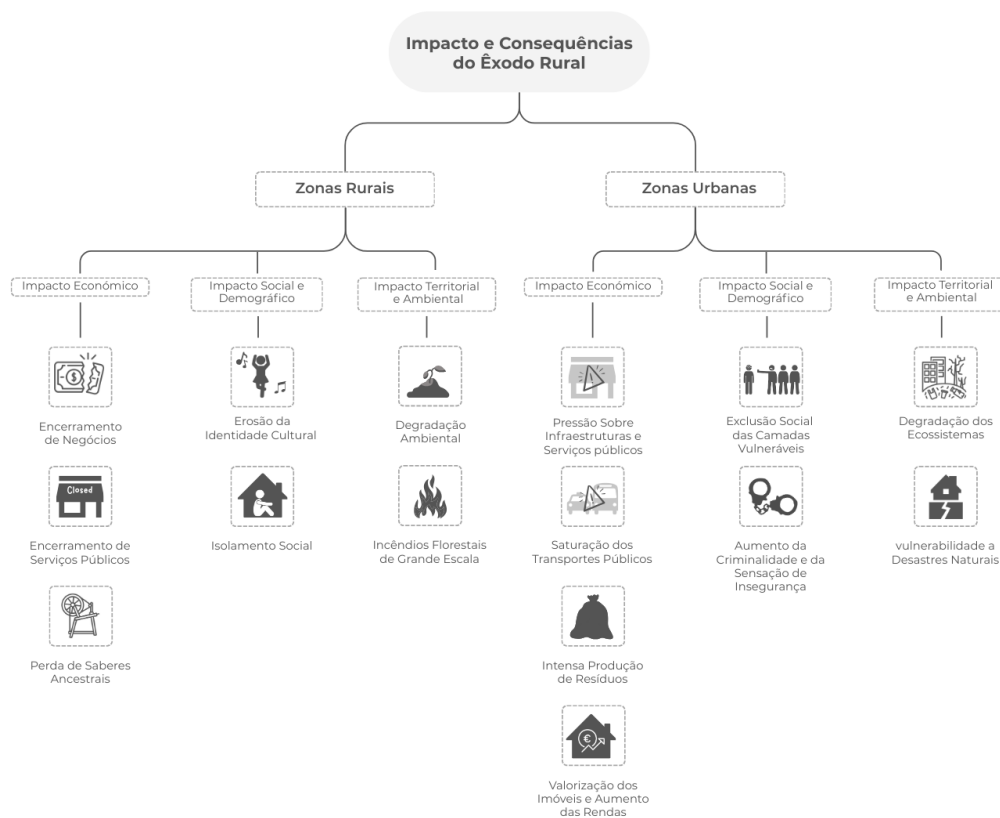


Fig. 14- Impactos e Consequências do Êxodo Rural. Fonte: Autora, 2025

2.7. Medidas e estratégias para mitigar o êxodo rural

Atendendo que o êxodo rural é um problema reconhecido para o equilíbrio territorial, a União Europeia e várias entidades, tanto públicas como privadas, têm desenvolvido estratégias para contrariar o abandono e dinamizar as áreas rurais.

Contudo, ainda não foi definido um plano de ação concreto para travar a desertificação territorial, o que compromete a eficácia dessas políticas. As propostas atuais baseiam-se em diretrizes gerais e na mobilização de fundos de apoio, cuja implementação depende da atuação das entidades responsáveis. Apesar de promoverem a coesão territorial, essas estratégias não se traduzem em medidas concretas que incentivem e fixem a população. Entre as principais estratégias da União

Europeia encontram-se a **Agenda Territorial 2030**¹⁶, o **PAC**¹⁷, a **LDS**¹⁸, a **Shrinking Rural Regions in Europe**¹⁹, **RUBIZMO**²⁰ e a **Rural Vision 2040**²¹, todas elas focadas na sustentabilidade económica e na digitalização em prol do desenvolvimento territorial.

¹⁶ A **Agenda Territorial 2030** disponibiliza orientações para a coesão territorial, promovendo a integração entre áreas urbanas e rurais. Apresenta recomendações para políticas públicas, focadas na sustentabilidade, digitalização e inovação territorial, e sugere o uso de fundos da UE para apoio financeiro através da Política de Coesão e do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (União Europeia, 2020). Salienta-se que não apresenta medidas concretas, deixando a sua implementação a cargo dos Estados-Membros.

¹⁷ A **PAC** apoiada pela FEADER disponibiliza financiamento e incentivos para impulsionar o desenvolvimento económico e o crescimento das zonas rurais, promovendo a sua sustentabilidade e competitividade (European Commission, s.d.-a)

¹⁸ A **LDS** é uma iniciativa inserida no CLLD, que utiliza a abordagem LEADER para a sua elaboração e implementação. O principal objetivo do LEADER é capacitar as comunidades locais para que desenvolvam e apliquem as suas próprias estratégias de desenvolvimento, promovendo a sustentabilidade económica e social (European Network for Rural Development, 2016).

¹⁹ Este relatório elaborado pela ESPON (2017) analisa o fenómeno da desertificação demográfica nas regiões rurais da Europa, identificando os principais desafios e propondo diretrizes para a sua mitigação. Além disso, destaca que os meios políticos possuem somente duas abordagens a considerar: (1) reverter a tendência de despovoamento, promovendo o crescimento populacional e tornando as zonas rurais mais atrativas, ou (2) adaptar-se à redução demográfica, aceitando as suas consequências económicas e sociais e implementando estratégias de desenvolvimento sustentável ajustadas a esta realidade.

²⁰ O **RUBIZMO** é uma iniciativa que estimula o empreendedorismo rural propondo modelos de negócio sustentáveis em setores como a agricultura, a bioeconomia e serviços ecossistémicos através da valorização dos recursos locais e do uso da inovação. Esta dispõe de ferramentas práticas como coaching e formação para apoiar as comunidades rurais na criação de negócios resilientes e colaborativos para transformar estes locais (Rubizmo, s.d.).

²¹ A **Rural Vision 2040** é uma estratégia da União Europeia para fortalecer as zonas rurais, promovendo o desenvolvimento económico, a digitalização, a sustentabilidade ambiental e a melhoria da qualidade de vida, com o intuito de reduzir o despovoamento e reforçar a coesão territorial (European Commission, 2022). Integrada nesta estratégia, está a Rural Pact Community Platform que facilita a cooperação, partilha de conhecimento e criação de redes entre governos, empresas e comunidades, impulsionando a geração de soluções sustentáveis e inovadoras para estas regiões (European Union, s.d.-a)

Adicionalmente, existem iniciativas transversais, como a **NEB**²², e a **NEIA**²³ que embora não tenham sido criadas exclusivamente para combater o êxodo rural, podem beneficiar a revitalização do meio.

O modelo de ação mais próximo de ser estruturado, promovido pela UE, é o conceito de Smart Villages. Esta iniciativa baseia-se na criação de oportunidades a partir dos recursos e potencialidades locais em conjunto com a implementação de tecnologias digitais. Ainda que existam projetos-piloto que seguem este conceito, não há um modelo universal, devendo cada comunidade adaptar esta abordagem à sua realidade específica, garantindo que a revitalização seja uma solução ajustada às necessidades locais (European Network for Rural Development, 2018).

Com isto, a ideia central que se pretende transmitir é que as estratégias frequentemente implementadas passam, essencialmente, por apoios financeiros, subsídios e reduções fiscais destinados, maioritariamente, a iniciativas de empreendedorismo e a medidas sociais como abonos para famílias e crianças que residam e nasçam nestes locais.

²² A **NEB** promove e financia um movimento criativo e transdisciplinar, integrando sustentabilidade, estética e inclusão social na transformação dos espaços habitáveis. Inspirada na escola Bauhaus do século XX, visa unir ciência, tecnologia, arte e cultura para responder aos desafios da transição ecológica e digital (European Union, s.d.-b).

²³ A **NEIA** é uma iniciativa da UE que visa consolidar a Europa como um polo de referência global no setor da inovação. Para tal, promove a transição ecológica e digital, impulsionando o desenvolvimento de tecnologias disruptivas e fortalecendo o ecossistema europeu de inovação. Um dos seus principais objetivos centra-se no fortalecimento da inovação regional, incentivando o crescimento tecnológico e inovador em territórios fora dos grandes centros urbanos (European Commission, 2024).

2.8. Diagnóstico Comparativo: Revisão Literária vs. Realidade Observada

Para consolidar os conhecimentos teóricos adquiridos sobre o êxodo rural, procedeu-se a uma recolha de dados primários com o intuito de validar e aprofundar os conteúdos obtidos, bem como identificar possíveis semelhanças ou diferenças que reforcem a realidade vivida pelas populações tanto de zonas rurais quanto urbanas. Como tal a amostra utilizada foi não probabilística, recorrendo-se especificamente aos métodos por julgamento e conveniência. As informações recolhidas foram também úteis durante a fase seguinte de desenvolvimento, pois se alinham com os princípios do Human-Centered Design (IDEO, 2015) ao valorizar a compreensão empática das experiências dos futuros utilizadores, neste caso, estes correspondem a todos os impactados pelo fenómeno.

A recolha foi desenvolvida por meio de uma abordagem mista com a aplicação de inquéritos por questionário e entrevistas. A escolha destes métodos justifica-se pelo facto de querer compreender as motivações que levam as pessoas a residir em determinadas áreas, bem como identificar condicionantes que influenciam a vida que levam. Além disso, tendo presente que a maioria das informações adquiridas seriam sobre a qualidade de vida dos inquiridos e que esta é uma definição que integra dimensões objetivas e subjetivas, seria necessária uma recolha de dados que fosse além de indicadores estatísticos, incorporando também perceções individuais. Estas podem explicar tendências identificadas nos questionários revelando os motivos e contextos subjacentes às respostas obtidas.

2.8.1. Inquéritos por Questionário a Habitantes de Zonas Rurais e Urbanas

2.8.1.1. Desenvolvimento do Guião

Foram desenvolvidos dois questionários, cada um direcionado a residentes de zonas rurais e urbanas, visando segmentar os dados e agilizar a sua análise. Apesar de apresentarem uma estrutura maioritariamente semelhante, foram introduzidas pequenas adaptações em função das especificidades de cada grupo, para garantir que as questões fossem pertinentes face às realidades vividas por cada. Estes foram aplicados online através da plataforma Google Forms de modo a alcançar mais participantes, e analisados através das ferramentas integradas da aplicação, sendo complementada por folhas de cálculo no Google Sheets para realizar o cruzamento de dados. Foram utilizadas diversas tipologias de perguntas, como escolha múltipla, caixas de verificação e, principalmente, escalas lineares que permitiram medir os níveis de concordância ou satisfação dos inquiridos relativamente a um determinado tópico de maneira quantificável.

Na secção de anexos encontram-se duas tabelas ([Anexo 1](#) e [Anexo 2](#)) que apresentam as perguntas realizadas nos inquéritos por questionário, acompanhadas das respetivas opções de resposta e da justificação para a sua inclusão. Estas justificações explicam o propósito e a relevância de cada questão, no âmbito da sua contribuição para a responder aos dois primeiros objetivos da investigação.

2.8.1.2. Escolha da Amostra

Zonas urbanas: Consideram-se habitantes de zonas urbanas aqueles que residem, sobretudo, no litoral de Portugal Continental em municípios com mais de 100.000 habitantes²⁴, tendo especial preferência pelas grandes áreas metropolitanas.

²⁴ Vivem ≈4.797.087 habitantes nos municípios que possuem mais de 100.000 habitantes em Portugal Continental (= 25 municípios) (Wikipédia, 2025).

Zonas rurais: Consideram-se habitantes de zonas rurais aqueles que residem, especialmente, no interior de Portugal Continental em municípios com menos de 5.000 habitantes²⁵, tendo especial preferência por povoações isoladas.

2.8.1.3. Nível de Confiança

Para definir a amostra, estabeleceu-se um nível de confiança de 95%, sendo 5% a margem de erro prevista, o que significa que, caso o estudo fosse repetido diversas vezes nas mesmas condições, os resultados obtidos variariam no máximo 5% relativamente aos dados reais da população.

Salienta-se que para ter uma amostra representativa concisa seriam necessárias 378 respostas de habitantes de zonas urbanas e outras 378 de rurais, contudo devido a limitações práticas da recolha de dados, não foi possível atingir esses números.

Apesar disso, os dados obtidos deram uma base válida para analisar as perceções e dinâmicas entre os contextos urbanos e rurais, permitindo retirar conclusões para o objetivo desta investigação.

2.8.1.4. Análise e apresentação dos dados

Zonas Urbanas

Abaixo apresentam-se os dados recolhidos nas perguntas de 1 a 6 do questionário, referentes à identificação do perfil sociodemográfico dos inquiridos, com a finalidade de interpretar a análise das respostas com base nesses fatores.

²⁵ Vivem ≈572.364 habitantes nos municípios que possuem menos de 5.000 habitantes em Portugal Continental (= 37 municípios) (Wikipédia, 2025).

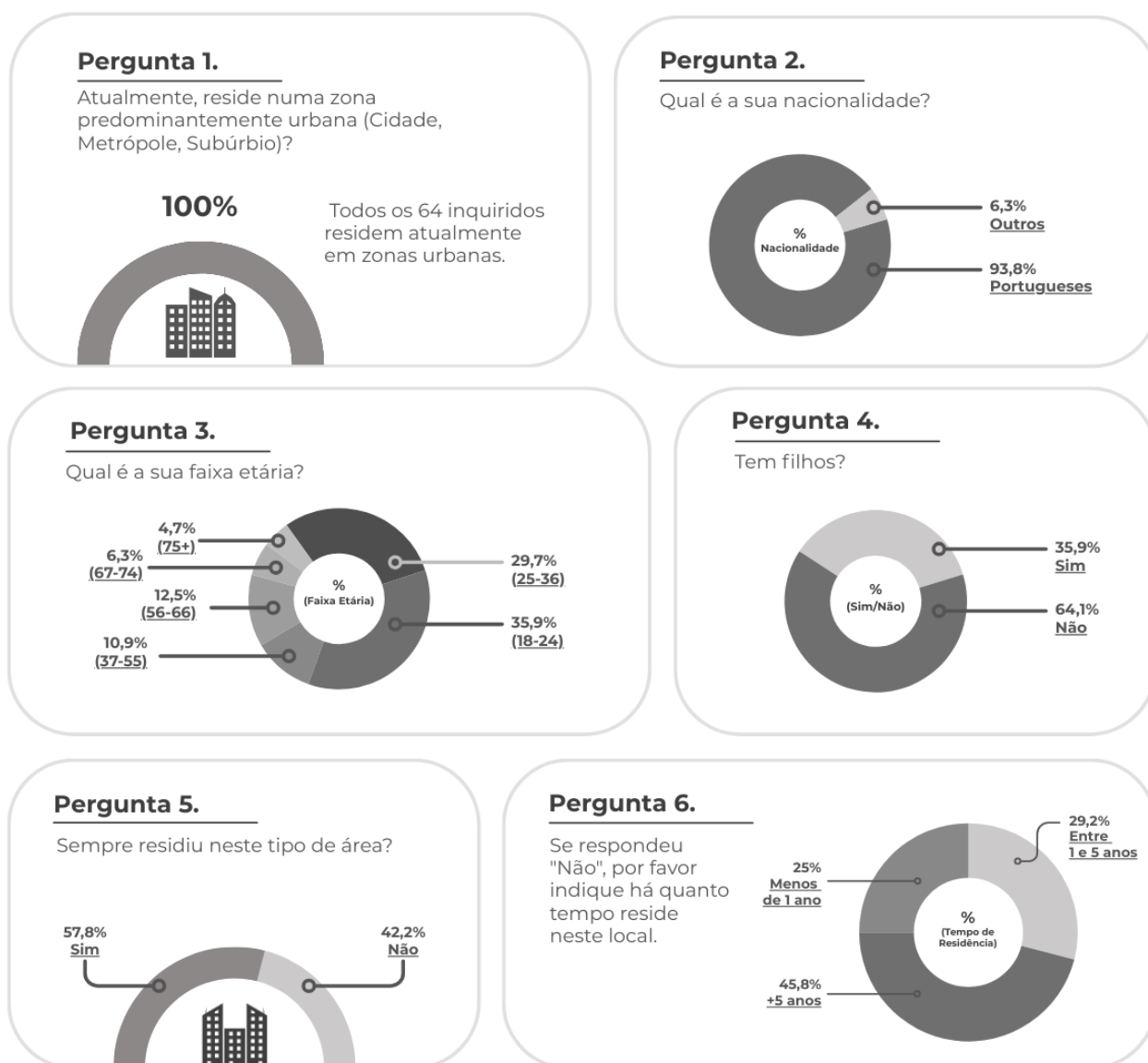


Fig. 15- Inquéritos por Questionários Zonas Urbanas. Perfil Sociodemográfico. Pergunta 1-6. Fonte: Autora, 2025

Como esperado, todos os 64 inquiridos residem em áreas urbanas, sendo a grande maioria de nacionalidade portuguesa (93,8%; N=60) (Fig.15), pertencentes à faixa etária dos jovens adultos (18–24 anos) e dos adultos jovens (25–36 anos) (Fig.15). Estes dados tornam a amostra relevante, visto que a investigação se concentra nas perspetivas destes grupos. Presume-se que esta predominância etária possa ter sido influenciada pela familiaridade destes com o mundo digital, o que facilitou a recolha de respostas. Mas também pela minha própria posição enquanto autora pertencente a este grupo etário,

facto que poderá ter contribuído para um maior contacto e angariação de respostas por parte destes.

No que diz respeito à origem de residência (Fig.15), 37 participantes (57,8%) sempre viveram no contexto urbano, enquanto os restantes 27 (42,2%), mudaram-se posteriormente, o que evidencia que quase metade dos inquiridos optou por viver em zonas urbanas após viver noutra tipologia de território. Os jovens adultos (18–24 anos) e os adultos jovens (25–36 anos) são os que mais se mudarem (18 participantes) sendo que, dentro deste grupo, a maioria vive atualmente no meio urbano entre 1 e a 5 anos, revelando já algum grau de familiarização com este ambiente. Por outro lado, os inquiridos mais velhos ((37-55) (56-66) (75+); N=8) são aqueles já vivem neste meio há mais de 5 anos, sendo residentes de longa data.

Em relação à parentalidade (Fig.15), 23 participantes (35,9%) indicaram ter filhos, sendo este grupo maioritariamente composto pelos inquiridos de faixas etárias mais elevadas (73,9%; N=17), nomeadamente adultos (37-55), adultos de meia-idade (56-66) e seniores ((67-74) e (75+)), ainda que estes representem a minoria da amostra total. Este dado reflete uma tendência de adiamento da parentalidade entre os mais jovens, evidenciada pelo facto da maioria deste não ter filhos.

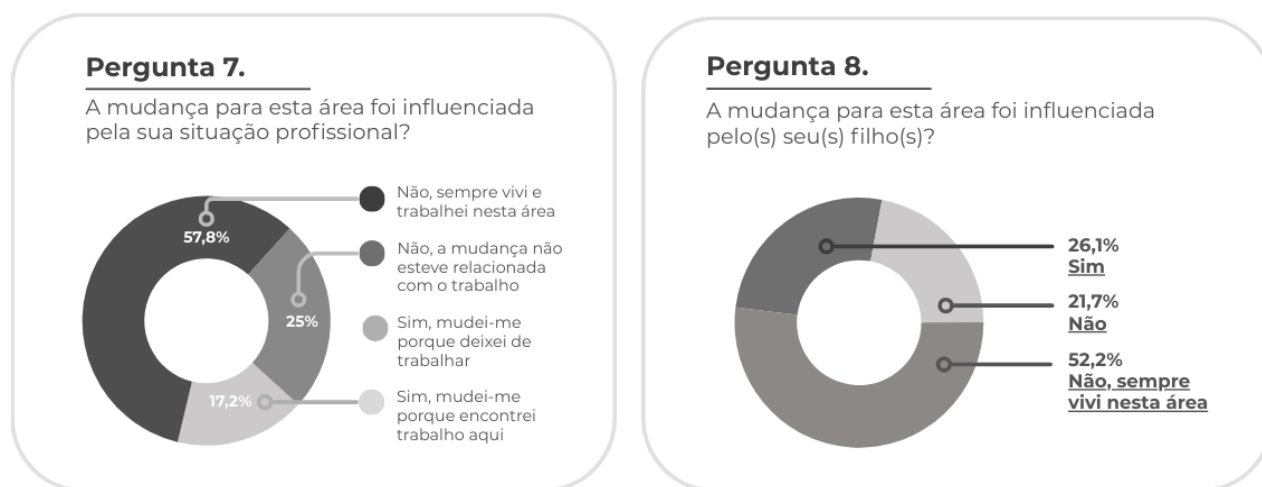


Fig. 16- Inquéritos por Questionários Zonas Urbanas. Pergunta 7 e 8. Fonte: Autora, 2025

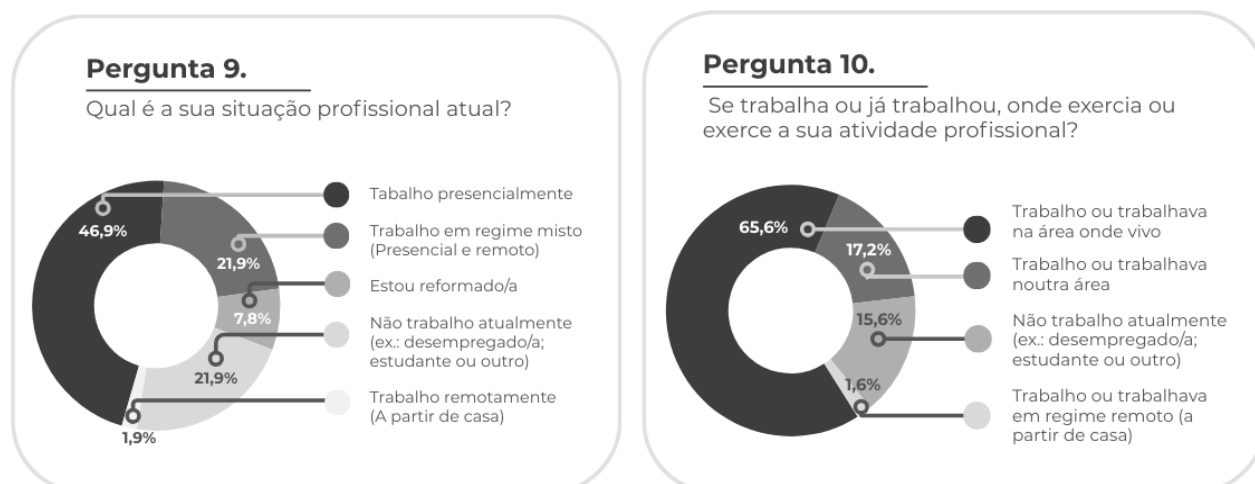


Fig. 17- Inquéritos por Questionários Zonas Urbanas. Pergunta 9 e 10. Fonte: Autora, 2025

No que concerne às questões laborais, 42 inquiridos (65,6%) indicaram que trabalham ou trabalharam na sua área de residência, o que se revela coerente dado que 30 desses participantes (46,9%) exercem funções em regime presencial e outros 14 (21,9%) em regime misto (presencial e remoto). Isto sugere que a proximidade ao local de trabalho pode ser um fator relevante na escolha da área de residência no contexto urbano. Todavia, 14 inquiridos (21,9%) declararam não estar a trabalhar, sendo que a maioria pertence à faixa etária dos 18–24 anos. Este dado poderá indicar que estes participantes se encontram a frequentar o ensino superior ou algum tipo de formação educacional, sendo que, em alguns casos (N=5), a mudança para esta tipologia de área poderá estar relacionada com a prossecução dos estudos.

Dos 27 inquiridos (42,2%) que se mudaram para zonas urbanas, 11 (17,2% da amostra total) referiram que a mudança foi motivada pelo facto de terem encontrado emprego nesta área. Por sua vez, entre os 16 participantes (25%) cuja mudança não esteve associada a motivos laborais, 6 (26,1% deste subgrupo) indicaram que os filhos foram o principal fator que influenciou a sua decisão de mudança.

Quando questionados se a proximidade ao local de trabalho afetava a sua escolha da área de residência (Fig.18), a maioria dos inquiridos indicou que essa variável os afetava ligeiramente e muito. Sendo grande parte destas respostas dada por participantes que se mudaram para zonas urbanas, destacando, em particular, que 11 destes (17,2%) afirmaram ter escolhido esta tipologia de área precisamente por motivos profissionais.



Fig. 18- Inquéritos por Questionários Zonas Urbanas. Pergunta 11. Fonte: Autora, 2025

Em contraste, os participantes que atribuíram classificações entre 1 e 3 são, na sua maioria, aqueles que sempre viveram nesta tipologia de área, o que poderá justificar a perceção reduzida de impacto, uma vez que estão integrados no contexto urbano, especialmente tratando-se dos inquiridos que exercem a atividade profissional presencial na sua área de residência.



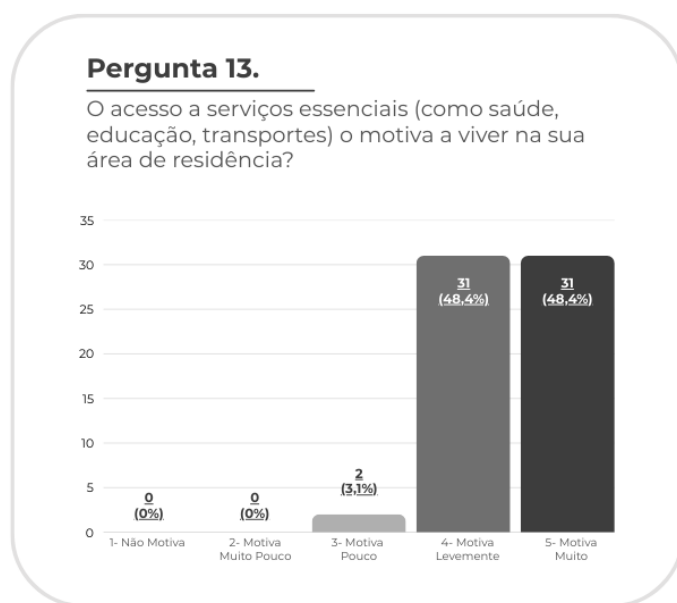
Fig. 19- Inquéritos por Questionários Zonas Urbanas. Pergunta 12. Fonte: Autora, 2025

Relativamente às oportunidades de emprego (Fig.19), verifica-se que os inquiridos das faixas etárias mais jovens atribuem grande relevância a este fator, considerando-o levemente e muito condicionante. Esta

percepção é partilhada tanto pelos residentes permanentes como por aqueles que se mudaram para estas áreas.

Destaca-se, neste sentido, que 14 dos inquiridos que seleccionaram a opção 5 (condiciona muito) advêm de indivíduos que se mudaram para zonas urbanas, dos quais 11 referiram ter tomado essa decisão por encontrarem emprego. Já entre os 22 participantes que escolheram a opção 4, 15 são residentes que sempre viveram no meio urbano, revelando uma preocupação moderada com as oportunidades laborais, ainda que não necessariamente associada a questões de mobilidade.

Por outro lado, os inquiridos que indicaram sentir-se pouco ou nada condicionados por este fator são maioritariamente indivíduos mais velhos, ou reformados. Esta menor preocupação pode dever-se à estabilidade já alcançada nas suas carreiras ou ao facto de estarem fora da vida ativa, não considerando o emprego como uma prioridade na sua vida.



O acesso a serviços essenciais (Fig.20) revelou-se um fator valorizado e motivador para a escolha de residência em zonas urbanas, sendo esta percepção transversal a todas as faixas etárias dos inquiridos.

Fig. 20- Inquéritos por Questionários Zonas Urbanas. Pergunta 13. Fonte: Autora, 2025

A proximidade a familiares e amigos (Fig.21) mostrou-se um fator com algum peso na motivação de permanecer na área de residência, sobretudo entre os inquiridos que sempre viveram nesta área, sendo que 31 escolheram as opções 4 e 5. Esta tendência poderá estar relacionada com o facto destes, presumivelmente, serem oriundos da mesma zona, contribuindo para uma dependência dos laços afetivos e redes de apoio.



Fig. 21- Inquéritos por Questionários Zonas Urbanas. Pergunta 14. Fonte: Autora, 2025

Contrariamente, os inquiridos que se mudaram para áreas urbanas (N=17) tendem a atribuir classificações mais baixas (opção 2 ou 3), o que poderá refletir a situação inversa, ao mudarem-se, estes ficaram mais afastados dos seus familiares, tendo possivelmente abdicado desse fator de proximidade em função de uma perceção de melhor qualidade de vida proporcionada pelo meio urbano.

Além disso, os inquiridos de faixas etárias mais avançadas tendem a atribuir maior importância à proximidade de familiares e amigos do que os mais jovens.

A maioria dos inquiridos considera que o custo de vida nas áreas urbanas não é um fator motivador, sendo os jovens adultos (18–24), adultos jovens (25–36) e os seniores ((65–74); (75+))

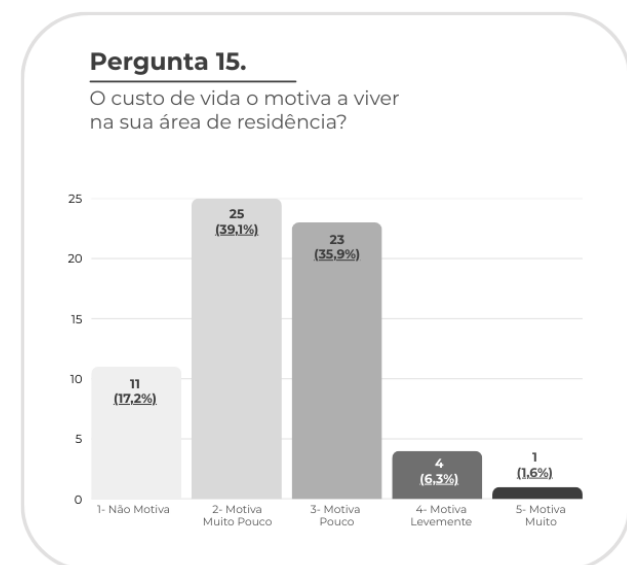


Fig. 22- Inquéritos por Questionários Zonas Urbanas. Pergunta 15. Fonte: Autora, 2025

aqueles que mais atribuíram classificações baixas (opções 1 e 2), num total de 30 inquiridos.

Este entendimento, no caso dos mais jovens, poderá estar relacionada, com o facto de estes se encontrarem numa fase inicial da vida adulta, marcada pela procura da estabilidade financeira e pelo início da carreira profissional, sendo o custo de vida um fator que pode atrasar essa procura. Todavia, os seniores vivem geralmente com rendimentos fixos da reforma, e enfrentam custos adicionais associados à idade, nomeadamente ao nível da saúde, o que poderá agravar a perceção do custo de vida nas zonas urbanas.

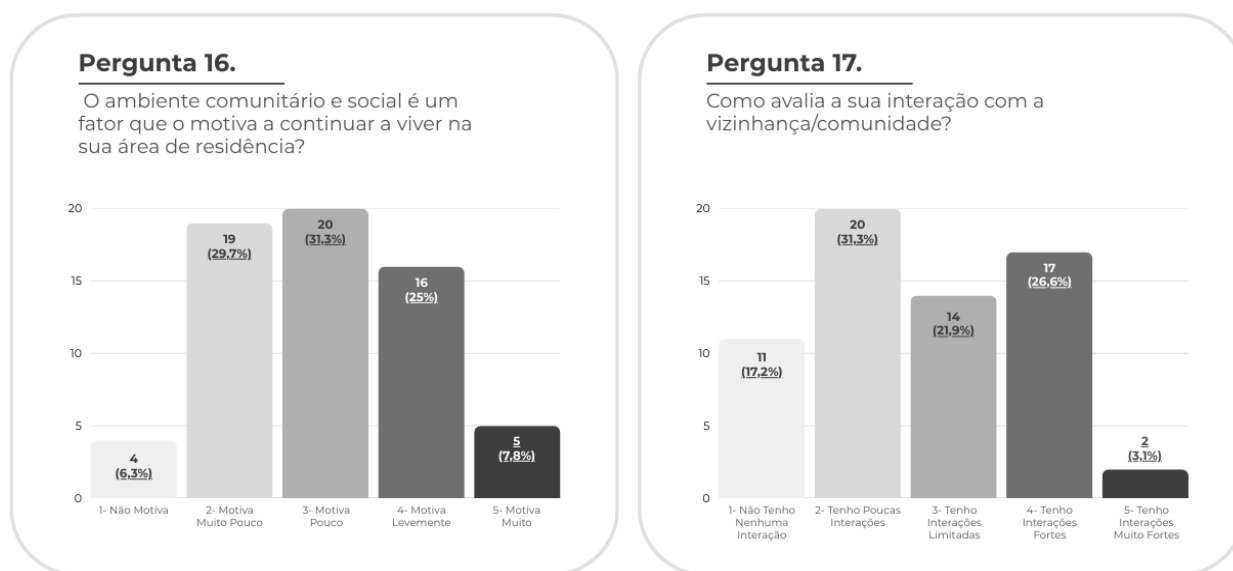


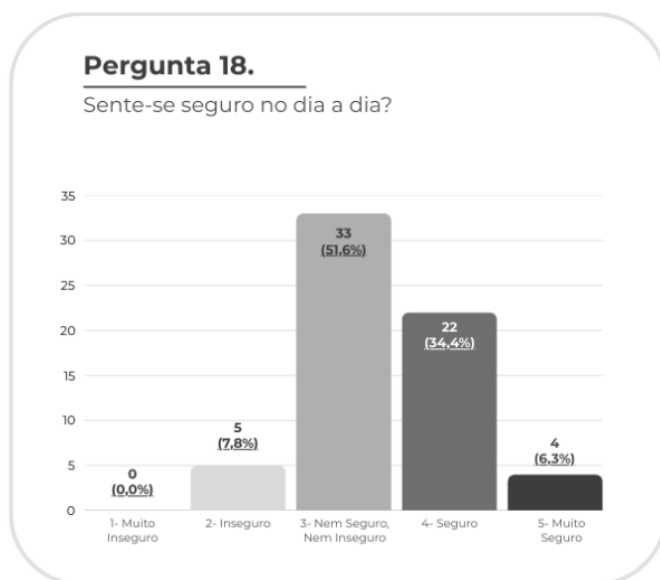
Fig. 23- Inquéritos por Questionários Zonas Urbanas. Pergunta 16 e 17. Fonte: Autora, 2025

Quanto ao ambiente comunitário e social das áreas urbanas, bem como o nível de interação com a vizinhança (Fig.23), as respostas concentraram-se nas opções intermédias (2 a 4), com baixa incidência nos extremos da escala (1 e 5). Sendo os residentes que sempre viveram nesta tipologia de área aqueles que apresentaram maior nível de motivação e envolvimento com a comunidade, onde 16 destes escolheram as opções 4 e 5 da pergunta 16. Contrariamente, 20 daqueles que se mudaram para estas áreas, escolheram as opções 2 e 3, indicando níveis inferiores de interação.

Isto pode dever-se ao facto de os recém-chegados ainda não terem estabelecido vínculos com a comunidade local, dificultando a sua participação ativa nas dinâmicas da vizinhança.

Verifica-se ainda que os inquiridos pertencentes às faixas etárias mais avançadas, nomeadamente os seniores, são os que mais referem ter contacto com a vizinhança (opções 3 a 5) e valorizam o ambiente comunitário como fator motivador para permanecer na sua área de residência. Enquanto os inquiridos mais jovens tenderam a escolher opções inferiores (2 e 3), o que poderá indicar uma menor valorização ou envolvimento nas dinâmicas sociais locais.

A maioria dos inquiridos revelou uma perceção neutra relativamente à segurança no seu quotidiano (Fig.24), com mais de metade a seleccionar a opção 3. Embora não exista uma perceção generalizada de insegurança, também não se verifica uma sensação de segurança particularmente forte. Este resultado poderá indicar uma postura de equilíbrio ou indiferença por parte dos inquiridos.



*Fig. 24- Inquéritos por Questionários Zonas Urbanas.
Pergunta 18. Fonte: Autora, 2025*

Seguidamente, os inquiridos foram questionados sobre os locais ou situações em que se sentem menos seguros (Fig.25). De forma transversal a todas as faixas etárias, as zonas próximas de áreas consideradas problemáticas ou com maior incidência de criminalidade foram unanimemente as mais referidas (93,8%). Em segundo lugar, destacaram-se os espaços públicos com pouca iluminação e, posteriormente, a própria área de residência.

Pergunta 19.

Em que locais/situações se sente menos seguro?

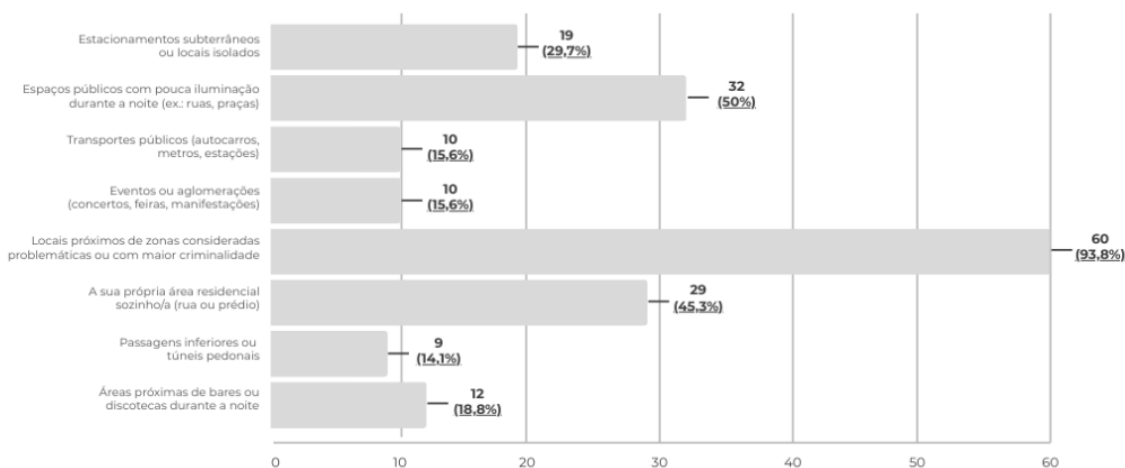


Fig. 25- Inquéritos por Questionários Zonas Urbanas. Pergunta 19. Fonte: Autora, 2025

Importa ainda salientar que os inquiridos pertencentes a faixas etárias mais avançadas ((56-66);(67-74);(75+)) foram os que, além dos locais anteriormente referidos, mais indicaram áreas próximas de bares e discotecas durante a noite, e eventos ou situações com grandes aglomerações (N=12). Já os inquiridos mais jovens tenderam a mencionar os parques de estacionamento subterrâneos e locais isolados bem como os transportes públicos (N=13). Esta diferença de perceção poderá estar relacionada com o facto de os inquiridos mais velhos poderem se sentir mais vulneráveis em ambientes imprevisíveis e agitados associados ao ruído e ao consumo de álcool, enquanto os mais jovens tendem a recluir situações de isolamento, onde a ausência de vigilância ou apoio imediato acentua o sentimento de insegurança.

No que diz respeito ao ambiente urbano (Fig.26), 50% dos inquiridos considera-o um fator influente (opção 4) na escolha da área de residência, mas não determinante (opção 5), indicando uma valorização moderada das características funcionais associadas ao meio urbano.

Pergunta 20.

O ambiente urbano (como a forte movimentação, o dinamismo económico, a industrialização, a densidade populacional e a concentração de serviços e infraestruturas) influencia a sua escolha relativamente à área de residência.

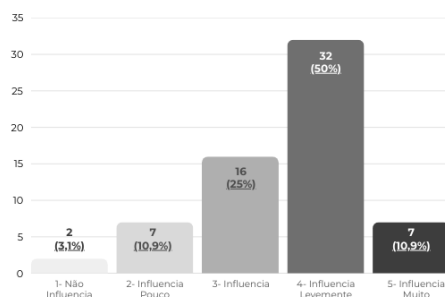


Fig. 26- Inquéritos por Questionários Zonas Urbanas.
Pergunta 20. Fonte: Autora, 2025

Verifica-se ainda que os participantes que se mudaram para esta tipologia de território são os que mais valorizam este ambiente (opção 4 e 5), possivelmente por contraste com experiências anteriores fora do contexto urbano.

Em contrapartida, os inquiridos que sempre viveram em zonas urbanas revelam uma

perceção menos influente (opção 1 e 2), o que poderá estar relacionado com o facto de estas condições fazerem parte da sua realidade quotidiana e, portanto, serem por eles naturalizadas.

Pergunta 21.

Neste estudo a definição de qualidade de vida refere-se ao nível de bem-estar de um indivíduo, resultando da interação entre fatores **objetivos** e **subjetivos**.

Os fatores **objetivos** incluem elementos concretos como o **acesso a serviços essenciais, nomeadamente saúde, educação, transporte e habitação, bem como a estabilidade económica e as condições de trabalho**. Por outro lado, os fatores **subjetivos** estão relacionados com a **perceção individual de bem-estar, como a satisfação com a vida, o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, as relações sociais, o sentimento de pertença à comunidade e a segurança**.

Tendo em conta esta definição, a qualidade de vida que tem atualmente é um fator que o motiva a viver na sua área de residência?

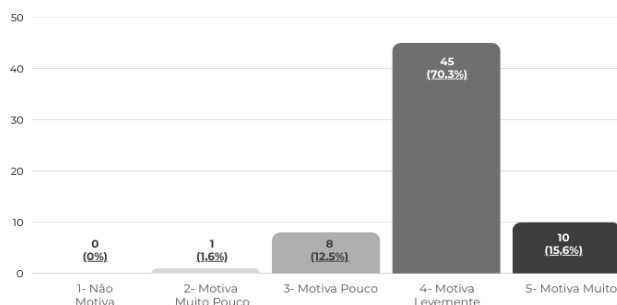


Fig. 27- Inquéritos por Questionários Zonas Urbanas.
Pergunta 21. Fonte: Autora, 2025

Tendo em conta a definição de qualidade de vida apresentada anteriormente (Fig.27), a maioria dos inquiridos selecionou a opção 4, considerando que a qualidade de vida

que têm atualmente no meio urbano constitui um fator motivador para continuar a viver nele. Sendo que este padrão de resposta se verificou transversalmente, tanto entre os inquiridos que sempre viveram nesta tipologia de área como entre aqueles que se mudaram para ela posteriormente.

Seguidamente, acerca da satisfação com a área de residência (Fig.28), mais de metade dos inquiridos indicou estar satisfeita, revelando coerência com os resultados da questão anterior e demonstrando uma relação consistente entre a perceção de qualidade de vida e a satisfação com o local onde vivem.



Fig. 28- Inquéritos por Questionários Zonas Urbanas. Pergunta 22. Fonte: Autora, 2025

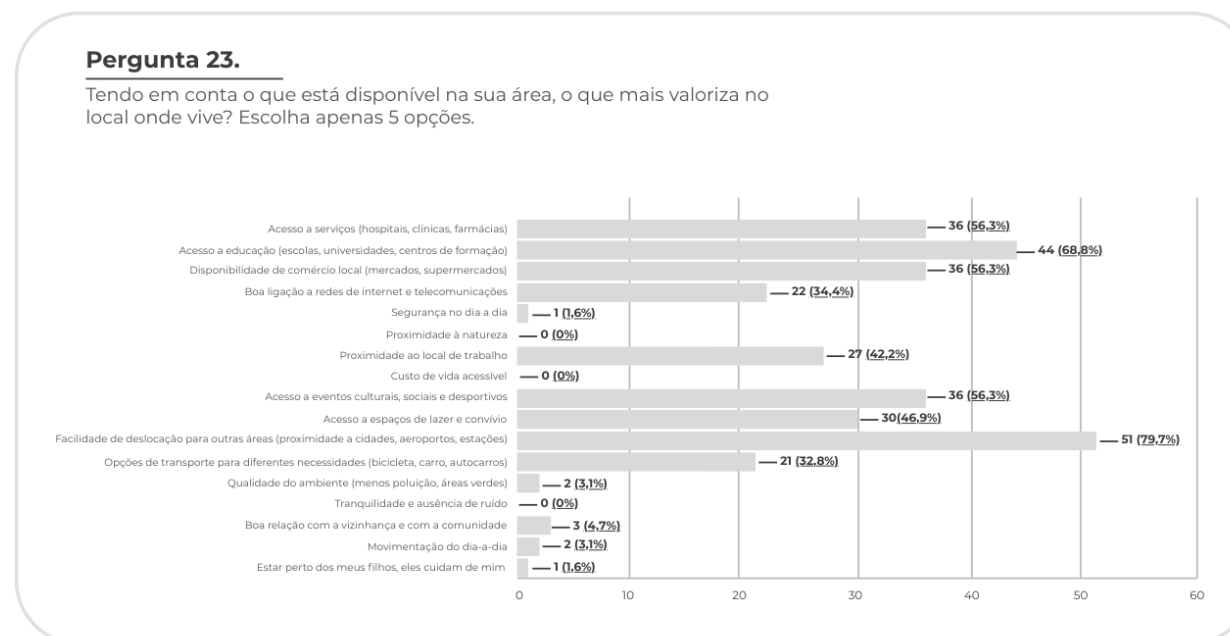


Fig. 29- Inquéritos por Questionários Zonas Urbanas. Pergunta 23. Fonte: Autora, 2025

Considerando os recursos disponíveis no seu local de residência (Fig.29), a maioria dos inquiridos (79,7%; N=51) valorizou, primeiramente, a facilidade de deslocação para outras áreas. Em segundo lugar surge o acesso à educação, com 44 seleções, o que se revela coerente com o perfil da amostra, maioritariamente composta por inquiridos das faixas etárias mais jovens (18–24 e 25–36 anos), dos quais 37 assinalaram esta opção. As restantes 7 respostas correspondem a inquiridos com filhos, reforçando a importância deste fator no contexto familiar.

Posteriormente, registou-se um empate entre três critérios, o acesso a serviços essenciais, a disponibilidade de comércio local e o acesso a eventos culturais, sociais e desportivos, todos com 36 menções. O acesso a serviços revelou-se mais valorizado pelos inquiridos das faixas etárias mais avançadas, ao passo que foi menos referido pelos jovens, sugerindo diferentes prioridades ao longo do ciclo de vida. Por outro lado, o acesso a eventos foi o mais selecionado pelo público jovem (18–24 e (25–36 anos), com 22 destes a destacarem-no. Ainda no âmbito das atividades recreativas, 30 participantes (46,9%) referiram a importância dos espaços de lazer e convívio.

Laboralmente, a proximidade ao local de trabalho (42,2%; N=27) foi valorizada, sobretudo, pelos inquiridos que trabalha em regime presencial, e também, por aqueles com filhos, refletindo a necessidade de conciliar deslocações com responsabilidades familiares. O acesso a redes de internet e telecomunicações (34,4%; N=22) foi sobretudo salientado pelos jovens, destacando-se as faixas etárias dos 18–24 e dos 25–36 anos, com 18 destas respostas. Finalmente, a existência de opções de transporte adaptadas a diferentes necessidades (32,8%) foi igualmente apontada por estes jovens como relevante, totalizando 16 das 21 seleções.

As restantes opções foram selecionadas por menos de cinco inquiridos, o que poderá indicar uma relevância reduzida no contexto geral da amostra, podendo tratar-se de perceções pontuais ou específicas de casos individuais, sem impacto significativo para a análise global da investigação.

Nas perguntas finais (Fig.30 e 31), a maioria dos inquiridos (65,6%; N=42) respondeu negativamente, enquanto 22 (34,4%) afirmaram que sim. Entre os que não manifestaram a intenção de mudar, as justificações mais recorrentes prenderam-se com o facto de se sentirem satisfeitos com a qualidade de vida na sua área de residência, considerando que esta satisfaz as suas necessidades pessoais e profissionais.

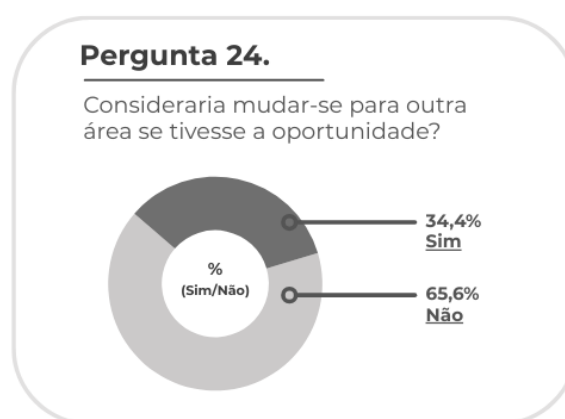


Fig. 30- Inquéritos por Questionários Zonas Urbanas. Pergunta 24. Fonte: Autora, 2025

Paralelamente, entre os que expressaram vontade de mudar de área, destacam-se sobretudo os inquiridos que se mudaram (N=14), os quais referem como principais motivos o desejo de estar mais próximos de familiares e amigos, como também da comunidade e cultura local, mas também por questões económicas. No caso dos inquiridos de faixas etárias mais avançadas, surgem também referências ao desejo de residir num ambiente mais tranquilo e próximo da natureza, sendo que alguns, nas respostas abertas, indicaram a intenção de se mudarem para esse tipo de contexto após a reforma. Este desejo é mais recorrente em inquiridos (N=5) que sempre viveram no meio urbano.

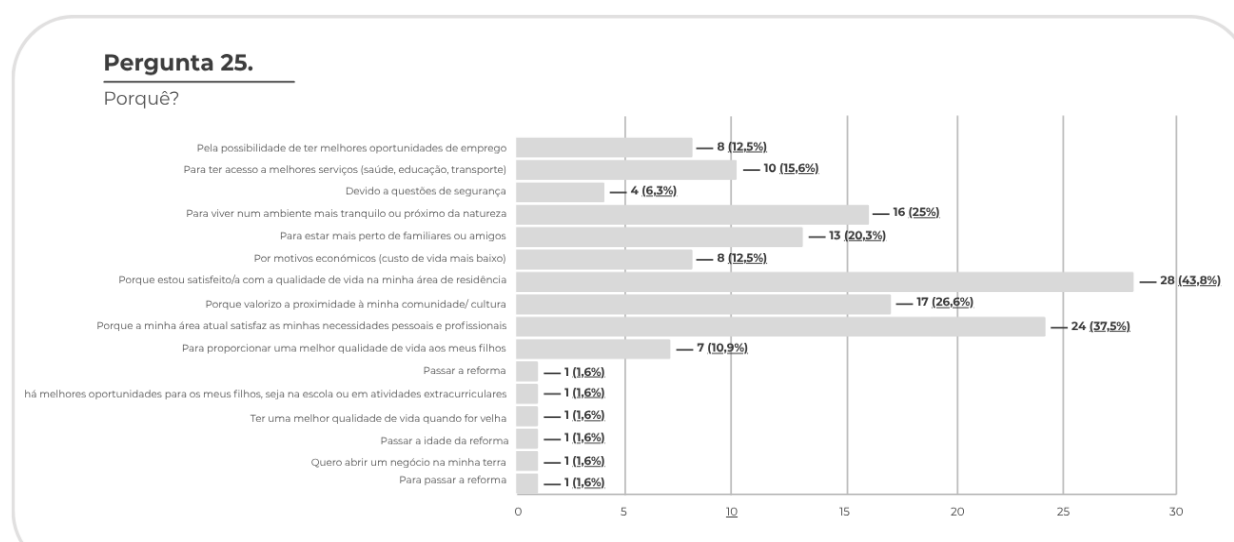


Fig. 31- Inquéritos por Questionários Zonas Urbanas. Pergunta 25. Fonte: Autora, 2025

Zonas Rurais

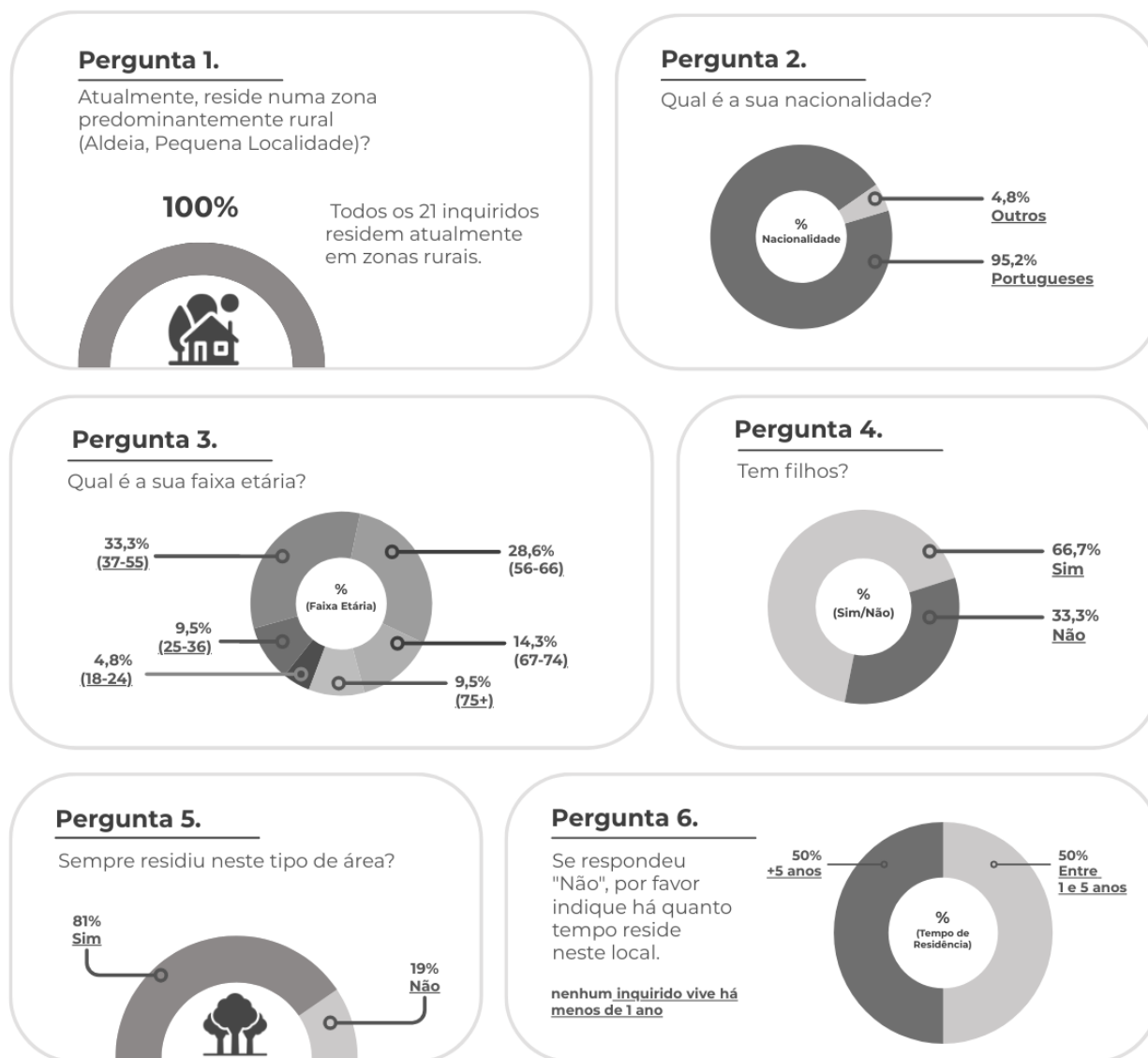


Fig. 32- Inquéritos por Questionários Zonas Rurais. Perfil Sociodemográfico. Pergunta 1-6. Fonte: Autora, 2025

No total, foram obtidas respostas de 21 inquiridos residentes em zonas rurais, dos quais 20 são de nacionalidade portuguesa e apenas um é estrangeiro. A maioria pertence a faixas etárias mais avançadas, sete (33,3%) situam-se entre os 37 e os 55 anos, seis (28,6%) entre os 56 e os 66 anos, três (14,3%) entre os 67 e os 74 anos, e dois (9,5%) com mais de 75 anos. Somente um (4,8%) inquirido pertence à faixa etária dos 18 aos 24 anos. Quanto à experiência de residência, 17 inquiridos (81%) sempre viveram no contexto

rural, enquanto os restantes 4 (19%) mudaram-se posteriormente para este meio. Entre os que se mudaram, dois pertencem à faixa etária dos 66–74 anos, um tem entre 56 e 66 anos (sendo este o único inquirido estrangeiro), e um situa-se entre os 37 e os 55 anos. Observa-se ainda que estes inquiridos residem há mais de um ano nesta tipologia de área, encontrando-se já familiarizados com o meio.

Dado que a maioria dos participantes pertence a faixas etárias mais avançadas, é presumível que estes possuam uma vida familiar já consolidada e como tal reflete-se no facto de 14 inquiridos indicarem ter filhos, enquanto os restantes 7, maioritariamente jovens, ainda não os terem.

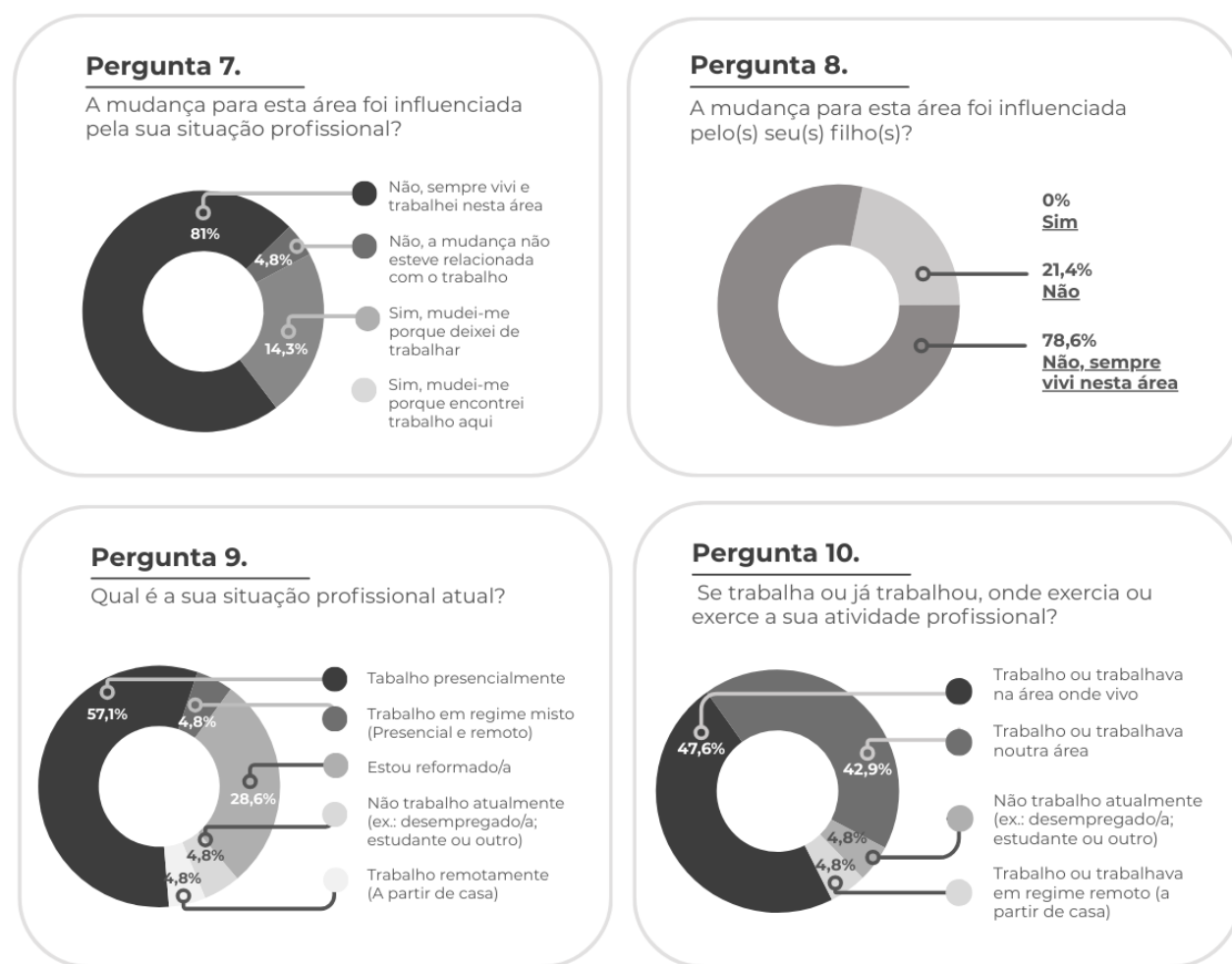


Fig. 33- Inquéritos por Questionários Zonas Rurais. Pergunta 7-10. Fonte: Autora, 2025

Relativamente ao trabalho (Fig.33), nenhum dos inquiridos referiu ter-se mudado para estas áreas porque encontrou emprego, pelo contrário, a mudança foi justificada pelo facto de já não estarem no ativo, tratando-se, maioritariamente, de inquiridos mais velhos e reformados, num total de seis (28,6%). Esta decisão de mudança também não foi influenciada pela presença de filhos, não sendo referida.

A maioria dos inquiridos exerce ou exerceu a sua atividade profissional na área onde reside, sendo o regime presencial o mais comum. Entre estes, 10 indicaram trabalhar na área de residência, enquanto 9 referiram deslocar-se para outro local para exercer a sua atividade. Apenas um inquirido trabalha em regime misto, com deslocações pontuais, e outro exerce a sua profissão exclusivamente em regime remoto.

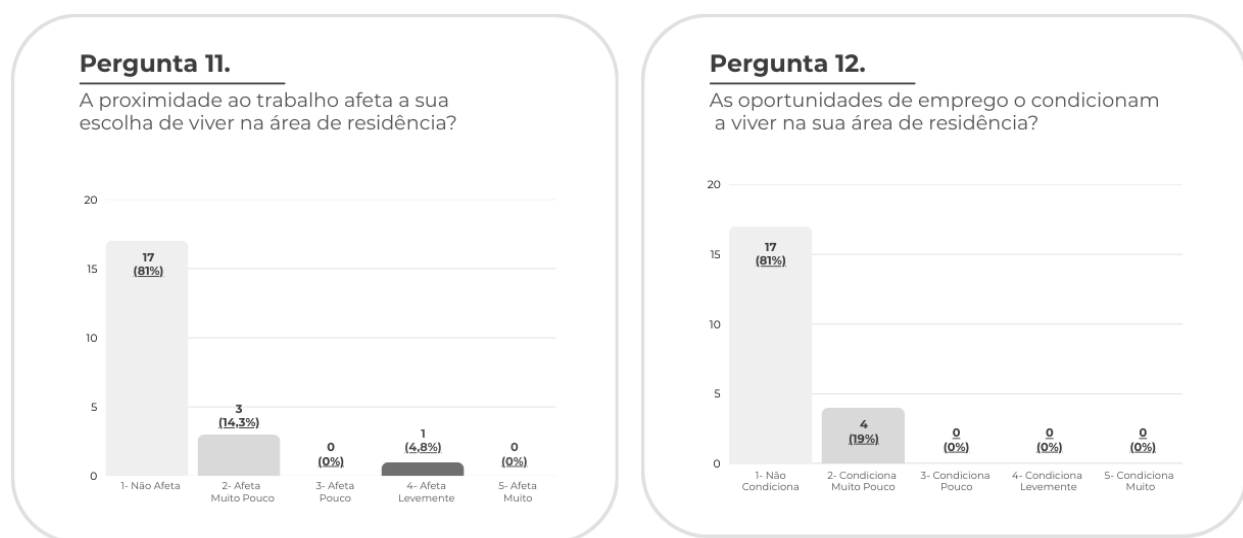


Fig. 34- Inquéritos por Questionários Zonas Rurais. Pergunta 11 e 12. Fonte: Autora, 2025

Quando questionados sobre se a proximidade ao local de trabalho influenciava a escolha da área de residência (Fig.34), a maioria dos inquiridos (N=17) indicou que essa variável não tinha impacto na sua decisão. Somente um escolheu a opção 3 (afeta levemente), sendo este um jovem entre os 18 e os 24 anos que nunca trabalhou. Este dado poderá refletir uma preocupação latente com a necessidade futura de encontrar emprego na área onde reside ou, em alternativa, considerar a possibilidade de se mudar para outro local.

Relativamente à influência das oportunidades de emprego (Fig.34), todos os inquiridos indicaram que esse fator não condiciona a sua permanência na área de residência, com a maioria a selecionar as opções mais baixas da escala. Este resultado é coerente visto que quase metade dos inquiridos são reformados ou trabalham fora da área onde reside, o que poderá indicar que este é um fator indiferente para eles.

Os resultados de ambas as perguntas sugerem que as variáveis laborais não exercem um peso significativo nas decisões da amostra, o que se justifica pelo perfil dos inquiridos, maioritariamente composto por reformados ou indivíduos com a vida profissional já consolidada. Além disso, inquiridos de faixas etárias mais elevadas tendem a ter carreiras estáveis ou já encerradas, reduzindo a influência destes fatores na sua escolha de residência.

O acesso a serviços essenciais (Fig.35) demonstrou não ser um fator motivador para a maioria dos inquiridos, evidenciando uma perceção de insatisfação generalizada face aos serviços disponíveis na sua área de residência. Este resultado revela-se transversal a todas as faixas etárias, sugerindo que as limitações na oferta ou na qualidade destes serviços são uma preocupação comum.

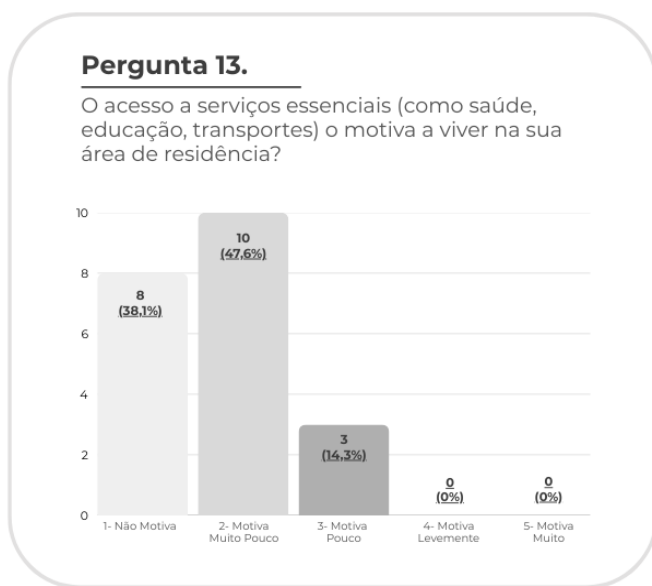


Fig. 35- Inquéritos por Questionários Zonas Rurais. Pergunta 13. Fonte: Autora, 2025

A proximidade a familiares e amigos (Fig.36) revelou ser um fator motivador para viver na área de residência, embora não decisivo, uma vez que a maioria dos inquiridos optou pelas opções intermédias (3 e 4).

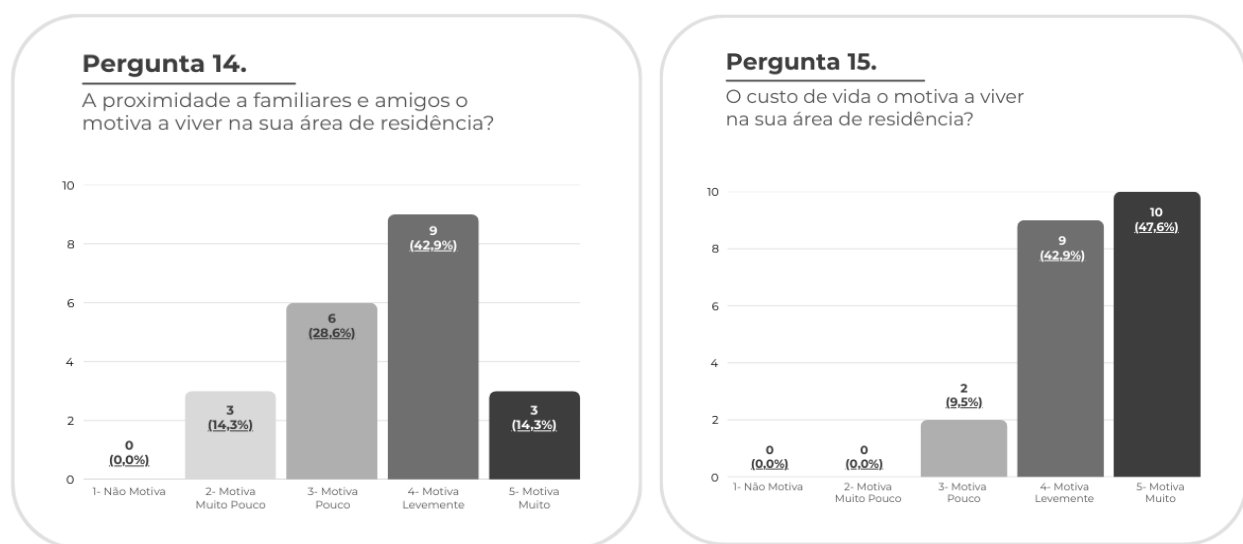


Fig. 36- Inquéritos por Questionários Zonas Rurais. Pergunta 14 e 15. Fonte: Autora, 2025

Os inquiridos que se mudaram para esta tipologia de área foram os que atribuíram classificações mais baixas (nomeadamente a opção 2), o que é compreensível dado que os seus familiares e amigos presumivelmente habitam noutro local. A variável etária, por sua vez, não evidenciou ter uma influência significativa nas preferências assinaladas, sendo as respostas relativamente homogêneas entre diferentes grupos de idade.

Segundo a questão 15, quase todos os inquiridos afirmam que o custo de vida em áreas rurais constitui um fator motivador para permanecerem nessas zonas.

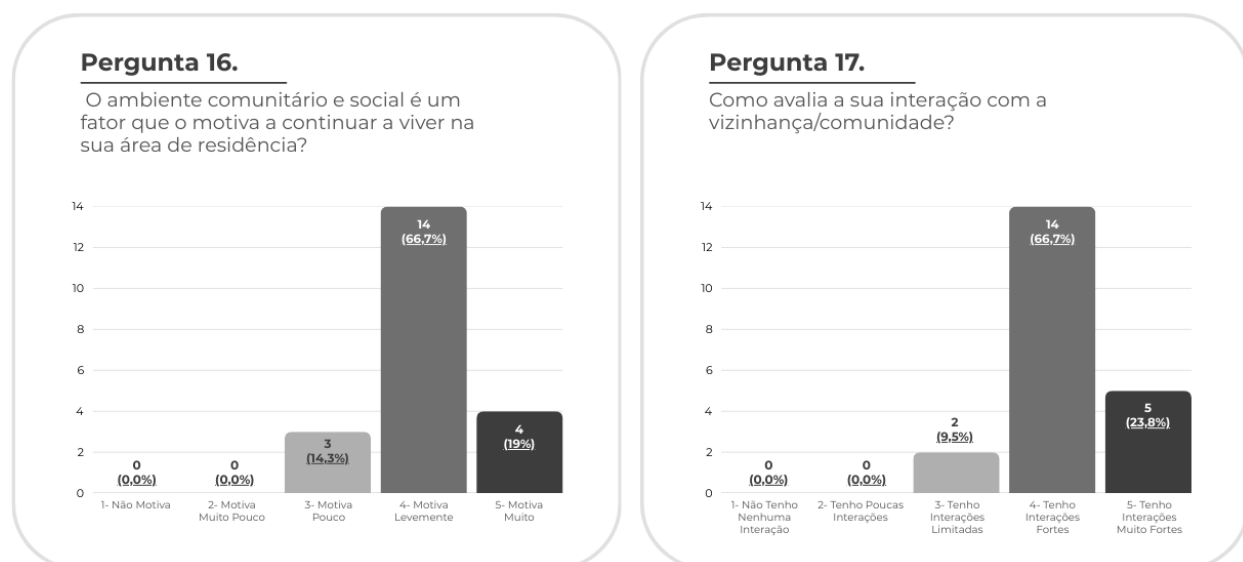


Fig. 37- Inquéritos por Questionários Zonas Rurais. Pergunta 16 e 17. Fonte: Autora, 2025

Relativamente ao ambiente comunitário e social das áreas rurais, bem como ao nível de interação com a vizinhança (Fig.37), as respostas apresentadas pelos inquiridos revelam uma perceção tendencialmente positiva, concentrando-se maioritariamente na opção 4 em ambas as perguntas. Estes resultados indicam que o ambiente comunitário e a relação que têm com a comunidade é um fator que os motiva levemente a permanecerem nestas zonas.

Contudo, os inquiridos que selecionaram a opção 5 são indivíduos com idades entre os 56 a 66 anos e mais de 75 que sempre viveram nessas áreas, com exceção de um caso, contrastando com os inquiridos que escolheram a opção 3 que pertencem às faixas etárias mais jovens (18–24 e 25–36 anos). Isto poderá refletir um menor envolvimento afetivo ou social com a comunidade local, possivelmente devido à diferença nas dinâmicas sociais entre gerações.

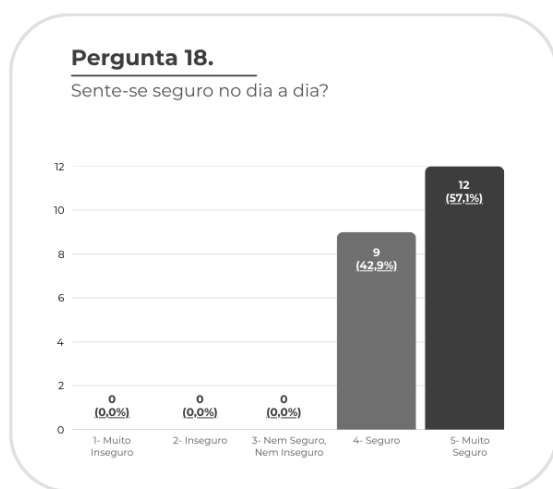


Fig. 38- Inquéritos por Questionários Zonas Rurais. Pergunta 18. Fonte: Autora, 2025

Todos os inquiridos afirmaram sentir-se seguros no seu quotidiano (Fig.38), sendo que a maioria escolheu a opção 5 (muito seguro), reforçando a perceção de que os locais onde residem são, na sua generalidade, ambientes tranquilos e com baixos níveis de insegurança.

Mas, mesmo com essa sensação de segurança, há algumas exceções. Quando questionados sobre os locais ou situações em que se sentem menos seguros (Fig.39), a maioria dos inquiridos referiu sentir-se inseguro ao estar sozinho em casa, seguindo-se dos espaços públicos com pouca iluminação durante a noite.

Pergunta 19.

Em que locais/situações se sente menos seguro?

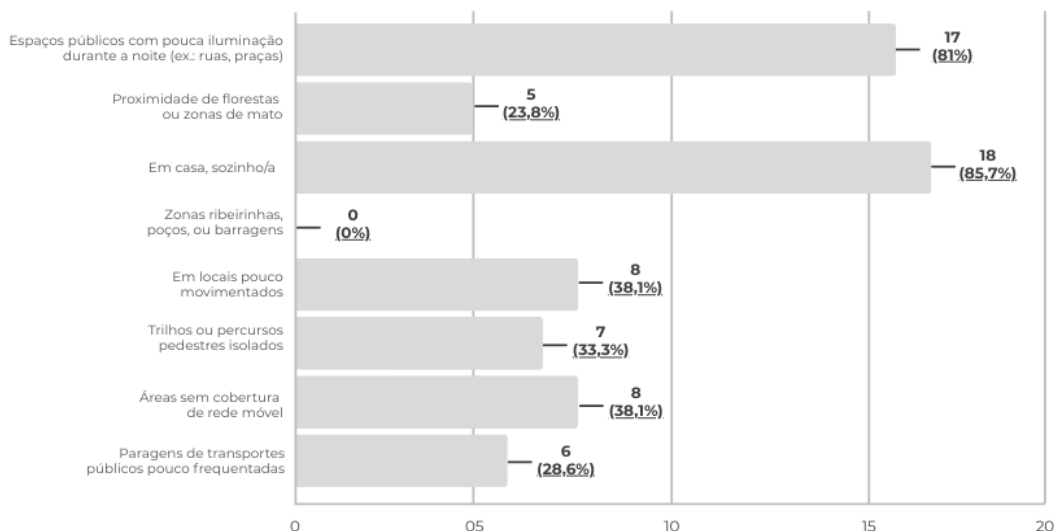


Fig. 39- Inquéritos por Questionários Zonas Rurais. Pergunta 19. Fonte: Autora, 2025

Pergunta 20.

O contacto com a natureza e zonas verdes é um fator que influencia a sua escolha de viver na sua área de residência?

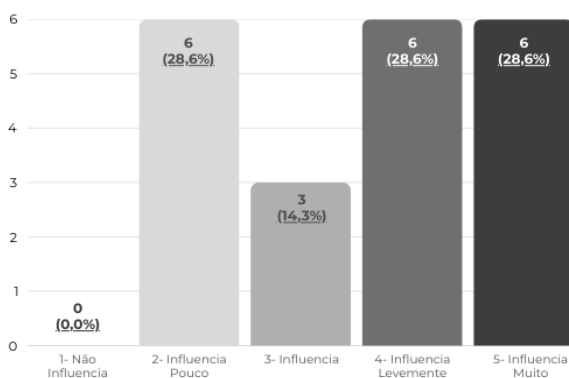


Fig. 40- Inquéritos por Questionários Zonas Rurais. Pergunta 20. Fonte: Autora, 2025

As restantes opções obtiveram em torno o mesmo número de respostas, destacando-se a perceção de insegurança em locais pouco movimentados, sejam percursos, paragens de transporte ou florestas, o que poderá estar associado ao receio da solidão, semelhante ao sentimento de vulnerabilidade que alguns inquiridos relataram ao estarem sozinhos. A insegurança em áreas sem cobertura de rede móvel foi igualmente referida, refletindo preocupações com a dificuldade de acessibilidade em emergências.

O contacto com a natureza (Fig.40) revelou ser mais valorizado pelas faixas etárias mais avançadas (75+, 65–74, 56–66 e 37–55 anos), sendo estes os que mais seleccionaram as opções 4 e 5. Todavia, verificou-se que à medida que a idade diminui, também diminui a importância atribuída ao contacto com a natureza, visto que a maioria dos inquiridos que escolheram as opções 2 e 3 pertencem às faixas etárias dos 18–24, 25–36 e 37–55 anos.

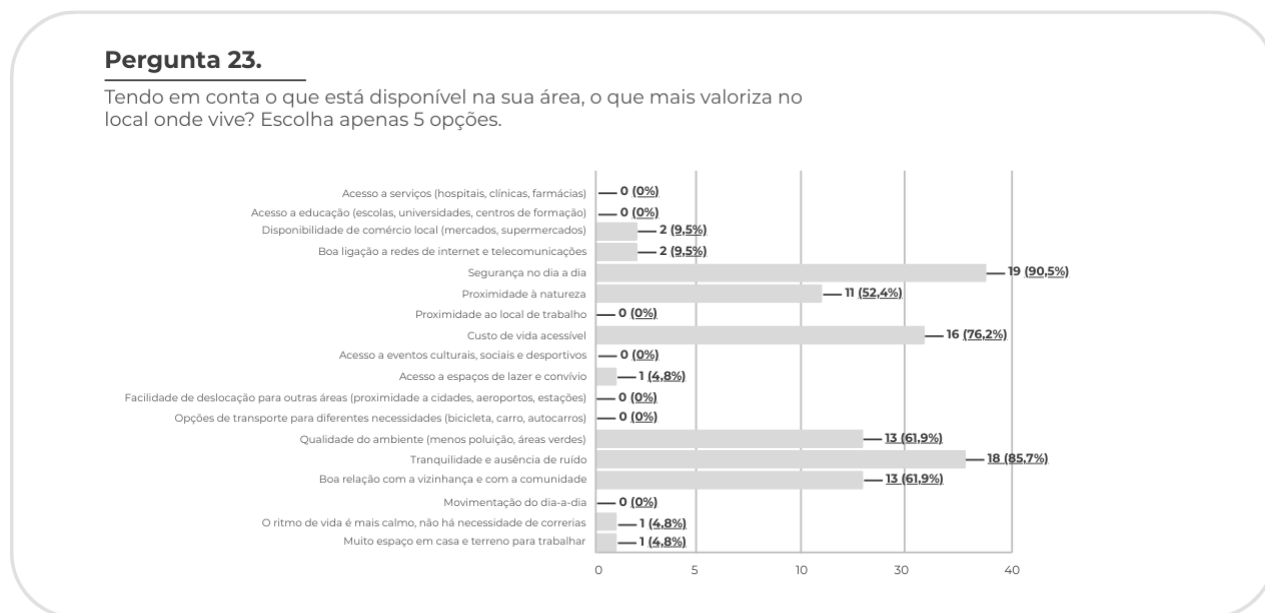


Fig. 41- Inquéritos por Questionários Zonas Rurais. Pergunta 23. Fonte: Autora, 2025

Referente à Pergunta 23 (Fig.41), a maioria dos inquiridos referiu valorizar significativamente a segurança no dia a dia, bem como a tranquilidade e a ausência de ruído nas suas áreas de residência, além disso, o custo de vida acessível foi igualmente destacado. Estes três aspetos demonstraram ser valorizados transversalmente a todas as faixas etárias. Não obstante, a proximidade à natureza e a qualidade do ambiente surgem como aspetos mais apreciados pelos inquiridos de faixas etárias mais avançadas, embora também tenham sido assinalados por alguns participantes mais jovens. Em contraste, a relação com a vizinhança e com a comunidade foi pouco referida pelos inquiridos mais jovens, sugerindo um menor envolvimento social.

Pergunta 24.

Consideraria mudar-se para outra área se tivesse a oportunidade?

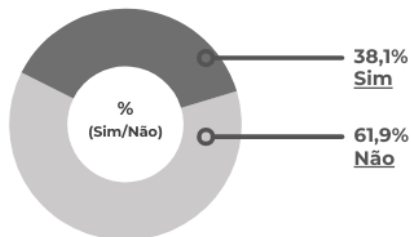


Fig. 42- Inquéritos por Questionários Zonas Rurais. Pergunta 24. Fonte: Autora, 2025

Nas perguntas finais (Fig.42 e 43), 13 inquiridos (61,9%) afirmaram que não mudariam de área de residência, mesmo que tivessem a oportunidade, enquanto os restantes 8 (38,1%) indicaram que sim. Entre os que não manifestaram a intenção de se mudar, a maioria pertence a faixas etárias mais avançadas. Sendo que as justificações mais recorrentes se referem à satisfação com a qualidade de vida que

possuem na área onde residem, bem como a valorização do contacto com a natureza e do ambiente calmo e tranquilo do meio rural.

Pergunta 25.

Porquê?

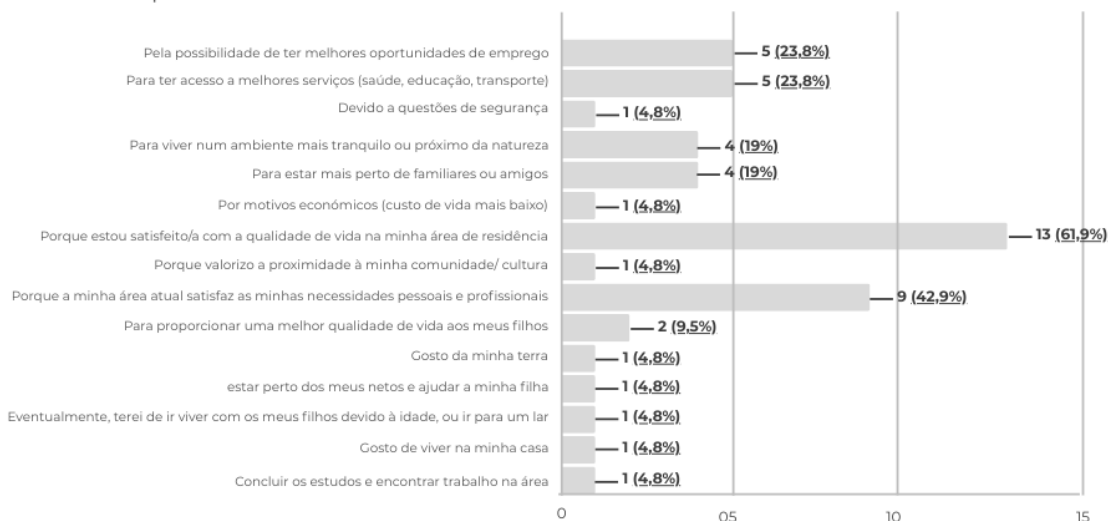


Fig. 43- Inquéritos por Questionários Zonas Rurais. Pergunta 25. Fonte: Autora, 2025

Contudo, os participantes que expressaram vontade de mudar pertencem principalmente às faixas etárias mais jovens, sendo que as suas motivações se relacionam com a procura por melhores oportunidades de emprego, acesso a melhores serviços e a possibilidade de dar melhores condições de vida aos seus filhos. Este último aspeto pode estar associado às oportunidades que os contextos urbanos oferecem, um inquirido da faixa dos 18–24 anos referiu, especificamente, o desejo de se mudar para concluir os estudos e encontrar emprego na sua área de formação. No caso dos inquiridos mais velhos que manifestaram a intenção de mudança, as motivações estão associadas à necessidade de estar mais próximo de familiares e amigos. Um participante mencionou que gostaria de passar mais tempo com os netos, enquanto outro, com mais de 75 anos, referiu que, devido à idade, terá de ir viver com os filhos ou mudar-se para um lar.

2.8.1.5. Conclusões dos Dados Adquiridos

Considerando os dados obtidos em ambos os inquéritos, é possível concluir que a escolha do local de residência está associada a três fatores: **ciclo de vida, histórico residencial e idade.**

No contexto urbano, observou-se que os inquiridos são maioritariamente jovens ativos no mercado de trabalho, que valorizam a mobilidade, o acesso a serviços, a educação, o digital e a oferta cultural. Estes fatores revelam-se determinantes na sua decisão de permanecer nas áreas urbanas, sobretudo na fase inicial da vida adulta, marcada pela procura de estabilidade e oportunidades. Embora reconheçam que o custo de vida nas zonas urbanas é elevado e, por vezes, desmotivador, este fator não se revela, por si só, suficiente para os levar a considerar mudar de contextos.

Contrariamente, no meio rural, a amostra mostrou ser composta por indivíduos mais velhos, já reformados e com a vida consolidada que valorizam a tranquilidade, a natureza, a segurança, o custo de vida acessível e a comunidade, mesmo com uma insatisfação transversal relativamente ao acesso a serviços e uma quase total indiferença (exceto no

caso dos jovens), quanto às oportunidades de emprego, o que se compreende pelo perfil da maioria dos inquiridos.

Ao cruzar estes dados verifica-se uma dualidade geracional, os mais jovens tendem a mudar-se para zonas urbanas em busca de melhores recursos e oportunidades, para construir o seu futuro, embora alguns revelem a intenção de regressar ao meio rural numa fase mais avançada da vida. Já os mais velhos valorizam a tranquilidade e a segurança, mas, em certos casos, optam por se mudar, sobretudo por questões de saúde, envelhecimento ou a necessidade de estar próximo da família.

A ligação afetiva ao território, particularmente entre os que sempre viveram no mesmo contexto, revela-se um fator crucial na decisão de permanecer no local de residência. Muitos valorizam profundamente as suas origens, expressando essa ligação quer como razão para permanecer, quer como um desejo de regressar futuramente.

Verifica-se ainda uma tendência geracional para o individualismo entre os inquiridos mais jovens, mesmo entre aqueles que sempre residiram na mesma área. Apesar da familiaridade com o território, estes demonstram, em geral, um menor envolvimento com a comunidade local. Em oposição, os inquiridos de faixas etárias mais avançadas tendem a integrar-se mais facilmente nas dinâmicas sociais, ainda que nem sempre sejam oriundos do local onde vivem, revelando uma maior predisposição para a construção de relações de proximidade e pertença. Este fenómeno poderá ser explicado por um conjunto de fatores socioculturais que refletem mudanças nas dinâmicas de socialização atuais.

Por fim, observa-se que a perceção de qualidade de vida é multifatorial, sendo influenciada pelo contexto onde os inquiridos vivem. Nos meios urbanos, esta perceção está mais associada à acessibilidade a serviços, infraestruturas e oportunidades, refletindo uma valorização do bem-estar objetivo. Já nos contextos rurais, a qualidade de vida tende a ser percecionada de forma mais subjetiva, relacionada com a tranquilidade do ambiente, o contacto com a natureza e a qualidade das relações interpessoais e comunitárias.

2.8.2. Entrevistas a Habitantes de Zonas Rurais e Urbanas

2.8.2.1. Desenvolvimento do Guião

Para complementar os dados recolhidos nos inquéritos e promover uma reflexão sobre a realidade vivida pelos inquiridos, foi desenvolvido um guião de entrevista composto por quatro questões abertas. As perguntas foram concebidas para estimular os participantes a refletirem criticamente sobre o que valorizam e o que consideram faltar na sua área de residência, identificando necessidades concretas, potenciais melhorias e boas práticas observadas noutros contextos, nomeadamente entre zonas urbanas e rurais. Pretende-se, assim, compreender como cada um percebe a sua qualidade de vida atual e como vê o futuro da sua comunidade, as respostas poderão auxiliar no desenvolvimento da solução de design, orientada para as zonas rurais.

As entrevistas foram realizadas de forma presencial e individualmente, num ambiente informal. A aplicação do guião seguiu uma abordagem semiestruturada, seguindo as perguntas definidas, mas mantendo abertura para divagações por parte dos inquiridos. Importa salientar que todos os participantes já haviam respondido aos inquéritos previamente, o que permitiu dar continuidade à reflexão iniciada. Na secção de anexos encontra-se uma tabela ([Anexo 3](#)) que apresenta as perguntas realizadas na entrevista, acompanhadas da justificação para a sua inclusão.

2.8.2.2. Perfil dos Entrevistados

Apresenta-se, abaixo, uma tabela com a caracterização sociodemográfica dos participantes da entrevista.

Perfil dos Entrevistados

Código do Participante	Faixa Etária	Zona de Residência (Urbana/Rural)	Tempo de Residência	Situação Profissional
R1	(25-36)	Urbana	Sempre viveu lá	Empregado/a
R2	75+	Rural	Sempre viveu lá	Reformado/a
R3	(56-66)	Rural	5+ anos	Reformado/a
R4	(25-36)	Urbana	Sempre viveu lá	Empregado/a
R5	75+	Rural	Sempre viveu lá	Reformado/a
R6	(18-24)	Urbana	Ente 1 e 5 anos	Empregado/a

2.8.2.3. Análise e apresentação dos dados

As entrevistas realizadas foram transcritas na íntegra e encontram-se disponíveis nos Anexos ([Anexo 4](#)). A análise dos dados foi realizada com recurso à técnica de *content analysis* (Hanington & Martin, 2019), baseada na codificação temática, combinando métodos dedutivos e indutivos. Antes da análise, foram estabelecidas três categorias principais: **Infraestruturas e Serviços**, **Qualidade de Vida e Bem-estar**, e **Dinâmicas Sociais e Culturais**, dado que são os principais fatores identificados na revisão da literatura que influenciam a atratividade e a retenção populacional tanto em contextos rurais quanto urbanos. Posteriormente, com base nas respostas dos entrevistados, foram definidas subcategorias dentro destes grupos.

Conforme a leitura de todas as entrevistas identificou-se as respetivas subcategorias:

Códigos Observados	
Categoria	Subcategoria
1- Infraestruturas e Serviços	1.1. Transportes Públicos Insuficientes 1.2. Serviços Escassos e Distantes 1.3. Limitações nas Infraestruturas 1.4. Acesso Facilitado a Bens e Serviços
2- Qualidade de Vida e Bem-Estar	2.1. Questões de Segurança 2.2. Intranquilidade 2.3. Tranquilidade 2.4. Perceção de Isolamento

3- Dinâmicas Sociais e Culturais	3.1. Ligação ao Território 3.2. Mudanças no Estilo de Vida 3.3. Visões sobre o Progresso e a Mudança
---	---

A tabela abaixo apresenta a interpretação das respostas dos participantes organizada por categoria.

Códigos Observados		
Categoria	Subcategoria	Citações
1-Infraestruturas e Serviços	1.1. Transportes Públicos Insuficientes	(R2) – “Não tem transporte, havia de haver transporte.”
		(R3) – “Transportes, gostava que houvesse mais transportes (...).”
		(R5) – “Mais autocarros (...) de graça.”
		(R4) – “Gostava que os comboios estivessem abertos 24h.”
1- Infraestruturas e Serviços	1.2. Serviços Escassos e Distantes	(R2) – “Está longe da vila (...).”; “Está longe dos serviços, e isso é uma pena.”
		(R3) – “(...) tem que se deslocar para a vila para aviar, mas para isso tenho as minhas filhas.”, “As minhas filhas têm que me deslocar, porque agora ando a fazer tratamentos em Lisboa, e tenho o posto médico e tudo, e durante a semana tenho que me deslocar.”
		(R5) – “Todas as terças a câmara manda um autocarro para quem quer ir ao médico, quem quer fazer as compras”, “As coisas aqui ao pé, os supermercados e a farmácia que estão longe (...).”
		(R1) – “(...) há mais escassez de bens essenciais (...).”
		(R6) – “(...) pouco acesso aos diferentes serviços (...).”
1- Infraestruturas e Serviços	1.3. Limitações nas infraestruturas	(R3) – “(...) as casas arranjadas, as coisas arranjadas.”, “(...) têm de ser arranjados aí para cima, e as estradas.”
		(R1) – “Mais espaços verdes (...) de convívio familiar.”
		(R4) – “Imagino que a internet seja não tão boa quanto na cidade.”
		(R6) – “(...) há falta de espaços verdes, ciclovias também, sair para apanhar ar fresco não é uma ideia tão apelativa quando temos de tirar o carro da garagem primeiro, para conseguirmos ir até esses espaços verdes.”
1- Infraestruturas e Serviços	1.4. Acesso facilitado a bens e serviços	(R2) – “É o comércio que está ao pé da porta, os hospitais, a saúde.”; “Pois, ter o médico ao pé de casa.”
		(R3) – “Tem tudo!”, “A gente tem médicos, centros de saúde, médicos particulares também há.”
		(R5) – “Quem vive lá tem transportes, tem o hospital mais perto e quem tem filhos tem a universidade mais perto.”
		(R1) – “(...) a aquisição fácil de produtos, bens essenciais (...).”
		(R4) – “É bom ter tudo ao pé, centros comerciais, lojinhas, etc. É fácil encontrar um pouco de tudo quando se precisa de alguma coisa. Também é bom a parte a nível de encomendas. Geralmente, sempre que encomendo alguma coisa, se for dentro do país, geralmente chega no dia a seguir a casa.”
		(R6) – “(...) ter acesso rápido a todos os tipos de serviços, e uma grande variedade destes serviços, há tudo em abundância e perto. Não tens que preocupar-te em procurar muito.”

2- Qualidade de Vida e Bem-estar	2.1. Questões de Segurança	(R3) – “E há muita criminalidade nessas cidades, e nas aldeias também já há (...), “e os velhotes passam muito por essa gente, têm medo das burlas e dos assaltos.”; “(...) mesmo de dia a gente já tem medo de sair à rua.”
		(R5) – “Mesmo sozinho, a GNR passa sempre aqui a olhar por nós e está tudo bem.”
		(R4) – “(...) um problema maior é a segurança. Lembro-me que há 20 anos atrás eu saía de casa e ia de bicicleta para todo o lado (...). Hoje em dia, já dá mais receio andar, à noite e até mesmo de dia em algumas zonas.”
2- Qualidade de Vida e Bem-estar	2.2. Intranquilidade	(R2) – “(...) o barulho, a confusão.”; “(...) e os ladrões (...)”, “A criminalidade é o que a cidade tem de pior.”
		(R3) – “A cidade, a cidade tem gente a mais.”
		(R5) – “Na televisão só vejo é miséria.”; “As pessoas com menos poder de compra devem lá viver muito mal.”; “Rendas caras, mais água e luz, dívidas e filhos em volta... aí, deve ser muito difícil.”
		(R1) – “Stress, barulho (...) e a qualidade do ar.”
		(R4) – “Bastante ruído (...)”, “não gosto muito do trânsito, nas horas de ponta, é um pesadelo andar de carro em Lisboa (...)”;
		(R6) – “(...) há demasiada coisa a acontecer ao mesmo tempo, não há 1 minuto de silêncio nem de sossego, nem mesmo em casa.”
2- Qualidade de Vida e Bem-estar	2.3. Tranquilidade	(R2) – “(...) os animais no campo e a horta.”
		(R3) – “Não tem barulho, a natureza é boa porque não tem barulho.”
		(R5) – “A calma, faço tudo com calma (...)”
		(R1) – “A calma, a paz e o contacto com a natureza e os animais.”
		(R4) – “(...) Acho que há menos barulho, o ar é mais limpo, acho que é melhor para respirar (...)”
		(R6) – “(...) é sossegado e não tens muito que te dê stress, é uma região que tens mais tempo para fazer tudo, não sei explicar.”
2- Qualidade de Vida e Bem-estar	2.4. Perceção de Isolamento	(R2) – “Vai toda a gente trabalhar, só vão dormir à noite, não se vê ninguém na rua.”
		(R5) – “E para vir para aqui não vêm (...)”
3- Dinâmicas Sociais e Culturas	3.1. Ligação ao Território	(R5) – “Não, sempre vivi aqui.”; “(...) estive sempre aqui e vou ficar aqui.”
3- Dinâmicas Sociais e Culturas	3.2. Mudanças no Estilo de Vida	(R3) – “Os velhotes já não trabalham e os novos não querem trabalhar (...)”; “(...) ninguém vai para o campo (...)”; “Eu sou do tempo do regime antigo e havia gente nas estradas a limpar tudo, andava tudo limpo. Agora não, é tudo desmazelado.”
		(R5) – “(...) as pessoas que abalaram daqui foram fazer a vida, por exemplo em Lisboa, foram para muitos sítios, tiveram filhos e agora têm lá netos.”
3- Dinâmicas Sociais e Culturas	3.3. Visões sobre o Progresso e a Mudança	(R2) – “Melhorar. Em termos de pessoas, vai tudo voltar ao campo.”
		(R3) – “Precisamos de ter pessoas, assim que trabalhem.”, “Não sei, se isto não melhorar vai abaixo, fica tudo velho.”
		(R5) – “Cada vez pior... a não ser que volte gente.”
		(R1) – “(...) vai ficar caótico, acho que vai ficar ainda muito pior.”
		(R4) – “(...) vai ser... vai ser... Allahu Akbar, vai estar cheio de pessoas, não vai haver habitação para ninguém, as rendas vão subir ainda mais e tudo vai estar pela hora da morte.”
		(R6) – “(...) isto mais dia menos dia é uma cidade-dormitório atolada, só usas a casa para dormir, mas acho que isso é a realidade de muitas destas áreas.”

As entrevistas, à semelhança dos inquéritos, revelam que as perspetivas sobre o quotidiano e o futuro das zonas rurais e urbanas são influenciadas pelos mesmos fatores (Idade, o ciclo de vida e o histórico residencial dos participantes). Visto que as categorias e subcategorias temáticas foram sistematizadas em tabela com as respetivas citações dos entrevistados, optou-se por não repetir essa informação descritivamente. Assim, destacam-se aqui as principais visões obtidas.

Uma das principais preocupações identificadas nos contextos rurais é a falta de serviços (1.2), apontada por R2, R3 e R5, como também a qualidade das infraestruturas existentes, referida por R3. Curiosamente, os residentes em contexto urbano (R1, R4 e R6), também o referiram, revelando um reconhecimento externo das limitações estruturais presentes nas zonas rurais. A escassez de serviços e a fraca qualidade dos existentes obrigam os residentes a realizar deslocações mais longas para os aceder, como destacado na literatura e também aqui. Esta realidade afeta particularmente a população envelhecida, maioritariamente dependentes de terceiros para se deslocar. Por isso, a escassez e a ineficiência dos transportes públicos foi identificada pelos residentes (R2, R3 e R5) como um entrave direto ao acesso a serviços, frequentemente localizados a grandes distâncias. Este contraste é notório quando comparado com a realidade urbana, onde o acesso rápido e diversificado a bens e serviços (1.4) é uma das vantagens mais valorizadas (R1, R4 e R6).

Outra dimensão perceptível entre residentes é a segurança (2.1) e a tranquilidade (2.3). Nas zonas urbanas, a perceção de insegurança manifesta-se não só em termos físicos (criminalidade (R3 e R4)) como também psicológicos, numa crescente ansiedade associada ao ritmo da vida urbano, apontado como fonte de intranquilidade (2.2) e stresse (R1, R4 e R6). Já nos territórios rurais, a tranquilidade e o contacto com a natureza (R1, R2, R3 e R4) surgem como elementos altamente valorizados, associados a uma perceção de bem-estar mais subjetiva (2.3). Ainda assim, a “perceção de isolamento” (2.4 (R2 e R6)) emerge como um fator silencioso, mas relevante.

2.8.2.4. Conclusões dos Dados Adquiridos

Através das entrevistas verificou-se que os tópicos abordados pelos entrevistados convergem com as tendências identificadas relativamente aos fatores que contribuem para o despovoamento, e evidenciam as percepções contrastantes entre os contextos urbanos e rurais investigados na pesquisa bibliográfica.

As preocupações com a falta de serviços, a mobilidade, a segurança, e o futuro das comunidades, surgem tanto na teoria como no discurso dos entrevistados evidenciando a pertinência das questões levantadas ao longo da investigação.

2.9. Conclusão Intermédia

A primeira parte deste capítulo, evidenciou a complexidade das dinâmicas territoriais e sociais que afetam as zonas rurais. Foi possível compreender que a desertificação territorial destes meios não resulta somente de escolhas individuais, mas reflete antes profundas disparidades estruturais e oportunidades desiguais, agravadas ao longo de décadas incitando este movimento populacional. Os fatores que levam a esta decisão mantiveram-se consistentes ao longo do tempo, concentrando-se na procura por melhores condições de vida, emprego e acesso a serviços, agora complementados por exigências acrescidas de mobilidade e conectividade digital.

Esta tendência é particularmente evidente entre os jovens, que encaram o meio urbano como um espaço de oportunidades. Não rejeitam o meio rural em si, mas sim as dificuldades que lhe estão associadas, limitando significativamente a sua atratividade.

Esta aversão compromete o contacto com a natureza, a continuidade dos saberes e culturas tradicionais, essenciais para a identidade e resiliência das comunidades. Os jovens, enquanto futuro da sociedade, encontram-se cada vez mais afastados dessas práticas, tornando-se verdadeiros iletrados culturais no seu próprio território.

Os mais velhos referem, por vezes com pesar, que os jovens demonstram desinteresse em aprender este tipo de conhecimentos, não reconhecendo o seu valor. Como consequência, o número de pessoas que detêm estes conhecimentos tende a diminuir, à medida que envelhecem, levando consigo um património imaterial que arrisca perder-se. Não se trata somente da perda de competências práticas, mas de uma rutura profunda com a continuidade cultural e territorial das comunidades e do país.

Destaca-se ainda que, quando se fala da perceção de qualidade de vida, os jovens tendem a privilegiar mais o bem-estar objetivo, associado ao acesso a serviços, oportunidades e infraestruturas, em detrimento do bem-estar subjetivo, como a tranquilidade ou a natureza. Ainda que estas últimas sejam reconhecidas e valorizadas, não se sobrepõem, nas suas prioridades, às condições materiais que as áreas urbanas têm maior capacidade de garantir.

Relativamente ao desenvolvimento da solução de design, o que se extraí é que dificilmente será possível promover, imediatamente, a fixação permanente dos jovens nas zonas rurais, dada a sua preferência enraizada pelos contextos urbanos. Até que as oportunidades das zonas rurais se assemelhem às oferecidas pelas áreas urbanas, a atratividade destas será difícil. **Assim, a solução deverá favorecer de uma estratégia que promova a mobilidade e não a fixação dos jovens nesses territórios, de modo a gerar dinâmicas sociais e económicas que, a médio ou longo prazo, possam contribuir para a revitalização do meio rural.**

Acrescenta-se que seria relevante que a solução proposta contemplasse a partilha de conhecimentos entre as comunidades e os jovens, uma vez que essa troca contribuiria para a preservação da memória coletiva, reforçando o sentimento de pertença e identidade entre as novas gerações que tendem a perdê-las. Simultaneamente, estes teriam competências úteis que poderão aplicar no seu futuro.

Parte 2- O Design como Ferramenta para a Revitalização Territorial

2.10. O Papel do Design como Agente de Mudança Interdisciplinar

O design assume, cada vez mais, um papel relevante como agente de mudança, ao desenvolver soluções visuais e funcionais não só como resposta estética ou técnica, mas também como ferramenta para intervir estrategicamente em dinâmicas sociais, promovendo um impacto comunitário positivo.

Para que esse papel transformador se concretize, o design precisa extrapolar-se e assumir uma prática integrada. Isto é, quando se pensa em design, é comum associá-lo a uma disciplina praticada isoladamente. No entanto, este, na sua essência, consegue integrar-se com diversas outras áreas do saber. Desenvolvendo-se, assim, em sinergia com diferentes conhecimentos e práticas, reunindo-os e adaptando-os ao contexto específico e aos utilizadores a quem se destina.

De acordo com Tim Brown (2020), o conceito de design expande-se quando é chamado a responder aos desafios complexos da sociedade, ultrapassando os limites tradicionalmente lhe atribuídos, e que se considerariam fora do seu espectro de atuação. Para ele, o design assume um papel mais amplo e estratégico, orientado para a resolução de problemas reais que exigem mudanças. Para atingir a resposta é necessária a multidisciplinaridade que dialogam com o design e aprofundam a investigação, é nesse cruzamento que surgem as soluções, mas também novas maneiras de pensar e agir sobre o mundo.

Ademais, quando o design se dedica a responder a problemáticas sociais, revela-se frequentemente mais eficaz na sua resolução, especialmente em casos que, para as estruturas políticas e institucionais convencionais, seriam considerados intratáveis, como o aumento da desigualdade, o envelhecimento das populações ou as ameaças à coesão social. Justamente os desafios que se manifestam nos contextos marcados pelo êxodo rural (Murray, Caulier-Grice e Mulgan, citado por Manzini, 2015, p.12).

Neste sentido, o design assume-se como um agente de mudança, capaz de intervir na realidade, transformando relações e contribuindo positivamente para a construção de um futuro mais resiliente.

2.11. Design Orientado para a Intervenção Social

Enquanto designer é indispensável reconhecer que, sempre que se desenvolve um projeto, existe inevitavelmente uma dimensão social envolvida. Até mesmo quando essa dimensão não é percebida ou considerada, é necessário saber que o design consegue influenciar os comportamentos, as relações e as interações das pessoas. Esta consciência torna-se ainda mais relevante quando o design é direcionado para o bem comum, como em contextos coletivos e comunitários.

O designer Victor Papanek (1984) via o design como uma prática orientada para servir as pessoas e o planeta, com o potencial de transformar a sociedade e o futuro. Para ele o design não deveria alimentar o consumismo, mas sim responder às verdadeiras necessidades humanas, sobretudo das comunidades marginalizadas e dos contextos mais frágeis. O design deveria pautar-se por uma profunda responsabilidade social, onde o bem comum e a sustentabilidade deveriam guiar cada decisão do processo criativo.

Esta visão social também é ampliada por Manzini (2015) que defende que é essencial conhecer profundamente o contexto local, valorizando as riquezas culturais, sociais e ambientais do espaço onde se vai atuar. Isto não significa apenas entender o que ali existe, mas saber como usar toda essa informação de forma criativa e sensível, gerando algo que faça sentido para quem ali habita. Dessa forma é possível desenvolver soluções alinhadas com as aspirações das comunidades e adaptadas às suas dinâmicas.

Manzini (2015) acrescenta ainda que a criação e a promoção de práticas participativas contribuem para o fortalecimento das comunidades, não somente ao nível das relações interpessoais, como também na construção de comunidades ativas e resilientes, com autonomia para agir sob os desafios que enfrentam.

Esta perspectiva abre caminho para uma abordagem HCD considerando que todo o design é, inevitavelmente, destinado a alguém. Portanto, torna-se importante compreender quem são os utilizadores, os seus contextos, necessidades, valores e comportamentos, com o propósito de desenvolver soluções que lhes sejam verdadeiramente significativas e adequadas à sua realidade.

2.12. Design Centrado no Humano

Nesse sentido, o Human-Centered Design surge como uma metodologia que complementa os princípios do design social de maneira faseada e quantificável, dando uma estrutura evidente para a construção de soluções com impacto mensurável.

Tendo isso em consideração, esta investigação orienta-se pelos princípios do HCD, com base, em particular, no guia desenvolvido pela IDEO²⁶, intitulado *The Field Guide to Human-Centered Design* (2015) orientado para a aplicação prática. Este guia aborda três critérios, desejabilidade, viabilidade e praticabilidade, que guiam as decisões ao longo de todo o processo. Cada um destes critérios está associado a uma fase específica do percurso metodológico, inspiração, ideação e implementação, sendo análogas às fases da presente investigação, diferindo-se somente na terminologia adotada.

Segue-se, abaixo, um esquema (Fig.44) elucidativo que ilustra claramente os três critérios fundamentais que sustentam este método.

²⁶ A IDEO é uma empresa de design norte-americana reconhecida por popularizar o conceito de *Design Thinking*, uma abordagem HCD para resolver problemas, combinando empatia, criatividade, prototipagem rápida e multidisciplinaridade (IDEO, 2025). Esta visão foi amplamente difundida por Tim Brown, ex-CEO da IDEO, que defende o design como uma ferramenta estratégica para a inovação e a transformação social (Brown, 2020).

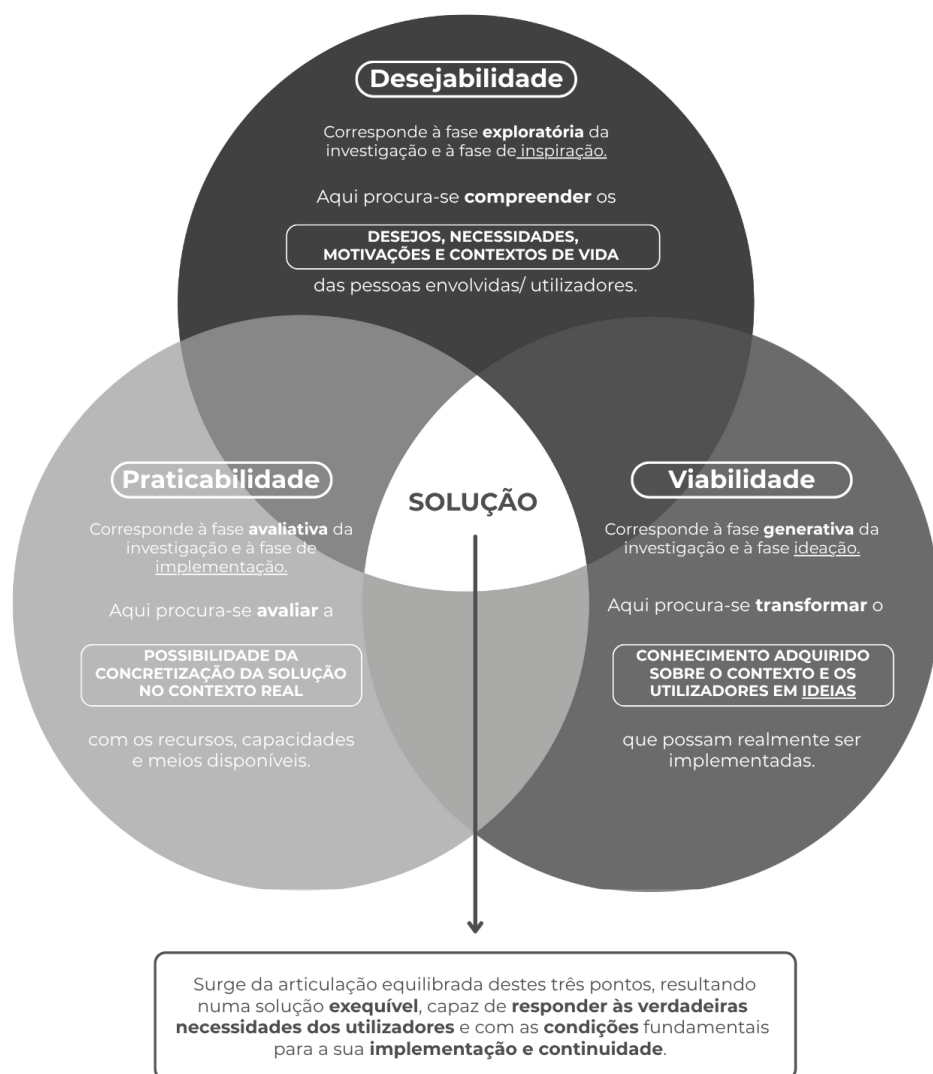


Fig. 44- Critérios do Human-Centered Design Fonte: Autora, 2025

Desde o início do projeto, esta abordagem aplicou-se de forma prática, uma vez que o primeiro passo do método consiste precisamente em observar e compreender o contexto envolvente, assim como as necessidades, desejos e comportamentos das pessoas cujas vidas se pretende transformar. Foi exatamente este o percurso desenvolvido na primeira parte deste capítulo, onde se procurou analisar o fenómeno do

êxodo rural, identificando as suas causas e consequências e conhecer as motivações que levam as pessoas a migrar destes locais. O mesmo procederá nas fases posteriores.

2.13. Design na Revalorização Social e Territorial

Assim, partindo dos conceitos acima explorados é possível reconhecer o design como uma ferramenta estratégica na revalorização e regeneração social e territorial das áreas rurais. Mas de que forma, e em que dimensões concretas, pode esta atuação acontecer?

- Através da Valorização Cultural

O primeiro passo para revalorização dos territórios implica reconhecer e ativar os seus recursos identitários, culturais, económicos e simbólicos, mediante abordagens participativas e enraizadas no contexto local (Manzini, 2015). O design, ao dar visibilidade e significado a esses elementos fortalece a identidade local e reforço do sentimento de pertença, permitindo que os indivíduos, quer os que habitam, quer os que se relacionam com o território, estabeleçam uma ligação afetiva com o espaço e com a comunidade. Esta valorização é importante para resgatar a autoestima destes locais e evidenciar a sua singularidade, posicionando-os como territórios com identidade e potencial próprio.

- Através da Inclusão Social

Como tal, ao integrar componentes culturais no processo de design, é possível fomentar o envolvimento comunitário dos habitantes e, simultaneamente, estabelecer um vínculo entre o público exterior e o meio. Esta aproximação entre diferentes realidades favorece a troca de conhecimentos e experiências, gerando um reconhecimento mútuo que reforça os laços sociais. Através de processos colaborativos e de participação ativa, o design dá origem a dinâmicas que valorizam diferentes vozes e perspetivas, estimulando uma coesão social mais inclusiva (Manzini, 2015).

- Através da Dinamização Territorial

Tendo em mente estas abordagens, abre-se caminho para a revitalização económica das áreas rurais, assente na ativação de microeconomias locais, na valorização dos recursos endógenos e na criação de redes colaborativas (Manzini, 2015). Estas intervenções, quando orientadas por uma compreensão profunda do meio e das suas dinâmicas sociais, permitem o surgimento de oportunidades de desenvolvimento, alinhadas com as necessidades concretas e as aspirações das comunidades locais (Papanek, 1984). O design, neste contexto, atua como conector que impulsiona e facilita os processos.

2.14. Estudos de Caso: Estratégias de Revitalização Territorial

Para compreender melhor como estas dimensões são aplicadas na prática, procedeu-se à análise de estudos de caso. Num primeiro momento, foram selecionados casos onde o design foi aplicado com vista à revalorização das zonas rurais. Seguidamente, foram analisados casos onde o design não foi diretamente aplicado, mas que, pela abordagem adotada, são relevantes para a investigação.

Na avaliação dos casos, foram consideradas as três dimensões exploradas anteriormente, valorização cultural, inclusão social e dinamização territorial, como referências para compreender de que forma estes projetos traduzem-se em práticas com potencial para gerar impacto positivo nas comunidades e nos contextos em que se inserem.

No [Anexo 5](#) encontra-se uma tabela que apresenta os tópicos abordados nas avaliações acompanhadas da justificação para a sua inclusão e no [Anexo 6](#) a justificação para a escolha de cada estudo de caso.

Estudo de Caso 1

Art House Project | 1998 | Naoshima, Japão



Fig. 45- Miles, J. (2020). Haisha exterior [Fotografia]. Japan Journeys.
<https://japanjourneys.jp/kagawa/naoshima/lifestyle/art/naoshima-art-house-project/>

Enquadramento e Objetivos do Projeto

O Art House Project é uma iniciativa artística que transformou casas abandonadas em instalações de arte contemporânea. Estas habitações foram restauradas e reinterpretadas por artistas e arquitetos, cruzando a história e as memórias associadas ao período das suas construções (Benesse Art Site Naoshima, s.d.). O intuito do projeto é promover o turismo ao longo da ilha através do percurso pelas diferentes habitações que incentivam a visita e a descoberta de Naoshima.

Análise dos Critérios

Valorização Cultural

Verifica-se uma valorização cultural, na medida em que as estruturas arquitetónicas das habitações foram preservadas harmoniosamente com as intervenções artísticas realizadas. Estabelecendo-se, assim, um diálogo entre o passado e o futuro, promovendo o reforço da identidade cultural local sem a descaracterizar.

Inclusão Social

A dimensão social do projeto é simbólica, dado que os habitantes não participaram diretamente no seu desenvolvimento. No entanto, ao

	percorrerem a ilha à procura das instalações, os turistas acabam por interagir positivamente com a comunidade residente. Este encontro gera uma partilha cultural entre o urbano e o rural, entre jovens e idosos, entre moradores e visitantes, promovendo, assim, uma forma de inclusão social e cultural.
Dinamização Territorial	O projeto transformou a Naoshima num destino turístico, invertendo a tendência de abandono e estagnação económica. A estratégia resultou na revitalização do espaço físico e económico da ilha, gerando novas fontes de rendimento local associadas ao turismo cultural.

Avaliação Crítica

Pontos Positivos:	- Capacidade de transformar o território sem o apagar culturalmente. (Transformou as habitações em instalações artísticas, sem destruir a identidade arquitetónica local.
Pontos Negativos:	- Dado que a economia da ilha assenta fortemente no turismo, esta mostra-se bastante dependente desse setor, tornando-se, consequentemente, muito sazonal, com períodos de grande afluência turística alternados com épocas de pouco movimento.
Sucesso do Projeto:	A abordagem foi bem-sucedida, mantendo-se ativa até aos dias de hoje, com mais de duas décadas de existência e reconhecimento a nível internacional. Este projeto contribuiu para a construção de novas narrativas em torno de Naoshima, ao valorizar o seu património cultural disperso pela ilha e ao criar percursos que incentivam a exploração turística do território. Esta estratégia promoveu uma dinamização económica distribuída de forma mais homogénea por toda a ilha.

Estudo de Caso 2

Aldeias de Xisto | (s.d.) | Portugal



Fig. 46- VxMag. (2021). Casal de São Simão [Fotografia]. Vortex Magazine / VortexMag. <https://www.vortexmag.net/wp-content/uploads/2015/03/127098-e1509215156678.jpg>

Enquadramento e Objetivos do Projeto

As 27 Aldeias do Xisto encontram-se situadas em quatro unidades territoriais, serra da Lousã, Serra do Açor, Tejo-Ocreza e Zêzere no centro de Portugal (Aldeias do Xisto, s.d.). Estas distinguem-se pela sua identidade cultural única, visível na arquitetura das habitações em pedra de xisto. Nas últimas décadas, estas aldeias têm sido alvo de diversas iniciativas promovidas pela ADXTUR, para contrariar o declínio económico e social enfrentado através da valorização territorial e patrimonial. Estas iniciativas giram em torno do turismo sustentável, na recuperação do edificado tradicional e no estímulo à economia local (Aldeias do Xisto, s.d.).

Análise dos Critérios

Valorização Cultural

A valorização cultural das Aldeias de Xisto assenta, maioritariamente, na arquitetura vernacular²⁷, sendo que todas as novas intervenções procuram respeitar os materiais da região e a identidade da arquitetura

²⁷ A arquitetura vernacular caracteriza-se por ser uma tipologia construtiva de carácter regional, que recorre a materiais e técnicas tradicionais, adaptadas às condições ambientais, culturais e sociais de uma determinada região, com a qual estabelece um envolvimento (Ghisleni, 2020).

	local. Esta valorização é feita tanto através da conservação do património edificado como da sua reinterpretação contemporânea. Paralelamente, desenvolveram-se diversas iniciativas orientadas para a valorização cultural, destacando-se, no âmbito deste estudo, aquelas que se concentram na promoção dos saberes e ofícios tradicionais, reforçando a ligação à identidade cultural local. Um exemplo particularmente relevante é o projeto “Craft + Design + Identidade”, que reúne artesãos, designers, instituições de ensino superior e comunidades locais visando criar objetos e produtos que invocam a identidade das Aldeias do Xisto (Aldeias do Xisto, s.d.).
Inclusão Social	Algumas iniciativas envolvem ativamente os habitantes locais, reforçando o seu sentimento de pertença e utilidade, especialmente em projetos ligados aos saberes tradicionais, nos quais têm a oportunidade de partilhar os seus conhecimentos e vivências com os visitantes. Esta partilha promove uma forma de inclusão produtiva, enquanto contribui para o fortalecimento dos laços sociais e para o combate à solidão, frequentemente vivida pelas populações residentes.
Dinamização Territorial	A valorização da identidade das aldeias, através da requalificação da arquitetura tradicional local, revelou-se um meio eficaz para gerar novas oportunidades de desenvolvimento. Esta abordagem contribuiu para a ativação de microeconomias locais, focadas na valorização de produtos e serviços baseados em recursos endógenos²⁸.
Avaliação Crítica	
Pontos Positivos:	- Utiliza a arquitetura vernacular para valorizar a identidade local e preservar a cultura e história das aldeias. - Os modelos de negócios utilizados fazem uso dos recursos endógenos para impulsionar as microeconomias, promovendo

²⁸ Recursos endógenos são aqueles que têm origem no próprio território de uma região, incluindo recursos naturais, matérias-primas, saberes locais, entre outros, tornando-se num potencial estratégico para o desenvolvimento económico e social, ao promoverem a identidade local e a sustentabilidade, através da valorização de ativos próprios do território (Fórum das Cidades, s.d.).

	atividades como alojamentos locais, artesanato, restauração e outras atividades. - Os habitantes participam em iniciativas e projetos de âmbito local.
Pontos Negativos:	- A economia das aldeias assenta fortemente no turismo, mostrando-se bastante dependente desse setor, tornando-se, conseqüentemente, muito sazonal, com períodos de grande afluência turística alternados com épocas de pouco movimento.
Sucesso do Projeto:	- Considera-se que as iniciativas desenvolvidas têm obtido resultados positivos por meio da revalorização do património e da identidade local. Esta valorização impulsionou o turismo que se tornou numa das principais fontes de economia local, sendo, geralmente, um turismo sustentável, uma vez que utiliza os recursos endógenos do território. Este fortalecimento da identidade e singularidade das aldeias de xisto contribui não só para a atratividade turística, mas também para o fortalecimento do sentimento de orgulho por parte dos residentes. A longo prazo, esta valorização transforma as aldeias em locais sugestivos para novos habitantes, alguns com formações diversificadas, que enriquecem a comunidade e fomentam o surgimento de novas dinâmicas económicas focadas no contexto local.

Estudo de Caso 3

Citizens' Institute on Rural Design | 1991 | EUA



Fig. 47- Spearman, C. (s.d.). Discussing design concepts during a workshop in Frederiksted, VI [Fotografia]. <https://www.rural-design.org/>. https://cdn.prod.website-files.com/609d69b87d0991b293229aa0/680b937290b01ca743a90543_Homepage-FrederikstedVI-byCourtneySp

Enquadramento e Objetivos do Projeto	O CIRD é uma iniciativa desenvolvida pela National Endowment for the Arts, em parceria com o Housing Assistance Council, cujo objetivo é impulsionar o desenvolvimento económico das zonas rurais através do design e da criação colaborativa, nomeadamente por meio de workshops de design participativos. Com arquitetos, paisagistas, especialistas em desenvolvimento a guiar as oficinas. Esta iniciativa procura capacitar as comunidades locais para conceber e implementar os seus próprios projetos, promovendo economias adaptadas às suas realidades, necessidades e interesses específicos (Citizens' Institute on Rural Design , s.d.).
--------------------------------------	---

Análise dos Critérios

Valorização Cultural	A valorização cultural é uma dimensão variável nesta iniciativa, dependente do tipo de projeto, das características da comunidade envolvida e das pessoas que o desenvolvem. O grau de reconhecimento e integração dos elementos culturais locais pode, assim, ser disruptivos consoante o contexto e os agentes implicados. Contudo, há projetos que resgatam e reinterpretam as tradições, património e símbolos locais, atribuindo-lhes novo significado no presente.
Inclusão Social	O projeto estimula a inclusão social e o empoderamento de grupos marginalizados, através da adoção de uma abordagem participativa e equitativa. Ao envolver ativamente habitantes de diferentes idades, origens e condições sociais nos processos de co-criação, promove-se o diálogo entre estas diversas realidades, contribuindo para o combate ao isolamento e para o reforço da coesão comunitária.
Dinamização Territorial	Ao fornecer ferramentas para as comunidades desenvolverem os seus próprios projetos, estas tornam-se capazes de gerar novas economias e fontes de rendimento local, contribuindo para a

	dinamização e revitalização da sua região, atraindo curiosos e novos residentes.
Avaliação Crítica	
Pontos Positivos:	- Promove uma participação comunitária ativa, envolvendo todos os habitantes e evitando a exclusão, o que contribui para o fortalecimento da inclusão social. - Oferece ferramentas como apoio técnico, formação e recursos, que fortalecem a autonomia das comunidades na criação de soluções, capazes de fomentar a economia local e reforçar a coesão comunitária. - Utiliza uma abordagem interdisciplinar aliada ao design, integrando áreas como a história, cultura, o planeamento urbano, a arte e a gestão económica, para transmitir conhecimento e preparar as comunidades para uma participação ativa no desenvolvimento do seu território. - O modelo do projeto pode ser replicável e adaptável a várias regiões rurais.
Pontos Negativos:	- As ideias geradas pelas comunidades dependem de fundos públicos e parceiros institucionais para as colocar em prática. - O sucesso do projeto depende diretamente do grau de envolvimento das comunidades participantes, sendo que os resultados podem variar de região para região, nem sempre apresentando o mesmo nível de eficácia ou inovação.
Sucesso do Projeto:	O projeto tem se mostrado eficaz com o passar dos anos, intervindo em mais de 100 comunidades nos Estados Unidos. Este parte de uma metodologia assente na participação ativa e na capacitação das populações locais, ao dar ferramentas que promovem a autonomia das comunidades contribuindo para o fortalecimento dos laços sociais, permitindo que sejam construídas soluções alinhadas com as necessidades reais da comunidade. Ademais, esta abordagem tem contribuído para o desenvolvimento de comunidades mais resilientes e conscientes do seu próprio potencial.

Segue-se agora a apresentação dos estudos de caso oriundos de realidades diferentes.

Estudo de Caso 4

Valldaura Labs | 2011 | Barcelona, Espanha



Fig. 48- laac. (s.d.). [Valldaura Green Fab Lab] [Fotografia]. Valldaura. <https://valldaura.net/wp-content/uploads/2016/03/valldaura1.jpg>

Enquadramento e Objetivos do Projeto

Este projeto, desenvolvido pelo *Institute for Advanced Architecture of Catalonia*, localiza-se no Parque Natural de Collserola, no centro da área metropolitana de Barcelona, sendo o seu principal objetivo criar um laboratório vivo dedicado ao estudo e ao desenvolvimento de soluções focadas na autossuficiência, integrando tecnologias digitais, saberes tradicionais e práticas ecológicas (laac, s.d.). Atualmente, o Valldaura Labs integra três laboratórios:

- **Green Fab Lab**, dedicado à fabricação digital sustentável com recurso a materiais locais, como madeira e terra, explorando tecnologias de produção ligadas a recursos renováveis e ecológicos;

- **Food Lab**, orientado para a produção alimentar sustentável, através de sistemas de agricultura regenerativa, hortas urbanas e práticas de soberania alimentar;

- **Energy Lab**, focado em soluções de energia renovável e sistemas de gestão de recursos como água e resíduos, com o intuito de alcançar uma infraestrutura autónoma.

Valorização Cultural	Os laboratórios integram técnicas tradicionais da região, como saberes associados à agricultura e à construção, utilizando recursos endógenos locais. Estas práticas são complementadas pelo uso de tecnologias atuais de fabrico digital, como a impressão 3D. A articulação entre tradição e inovação permite, assim, não apenas preservar práticas culturais e ecológicas, mas também adaptá-las às necessidades atuais.
Inclusão Social	Tanto o instituto como os laboratórios acolhem estudantes de diversas áreas, como arquitetura, design e investigação, oriundos de diferentes origens geográficas e culturais. Esta diversidade promove um ambiente de partilha de experiências e saberes de várias perspetivas, incentivando não só o desenvolvimento de novas ideias e abordagens criativas, mas também o fortalecimento do multiculturalismo e da colaboração interdisciplinar.
Dinamização Territorial	No que diz respeito à dinamização territorial, o Valldaura Labs não representa um caso de revitalização, uma vez que se localiza no centro de Barcelona, uma área metropolitana já consolidada do ponto de vista económico, social e infraestrutural, não tendo um forte impacto na região.

Avaliação Crítica

Pontos Positivos:	- Integra saberes tradicionais com tecnologias atuais. - Promove práticas autossuficientes como sistemas de energia, alimentação e construção sustentáveis. - Atrai alunos e investigadores de diversas origens, fortalecendo a troca de novas ideias e abordagens. - Incentiva um novo modo de habitar e produzir, respeitando os ciclos naturais e os recursos locais. - O projeto é passível de ser replicado em outras localizações.
-------------------	--

Pontos Negativos:	-Sem pontos negativos
Sucesso do Projeto:	O projeto considera-se um caso de sucesso, uma vez que é reconhecido internacionalmente, tendo servido de base para o desenvolvimento de diversos outros projetos por parte de alunos e investigadores. Os laboratórios funcionam como meio de experimentação prática, contribuindo para a formação de uma nova geração de profissionais conscientes das questões ecológicas. Relativamente à área do design o espaço tornou-se num modelo inspirador de repensar os modos de habitar, produzir e interagir com o meio envolvente, unindo a tradição com a inovação respondendo às questões atuais.

Estudo de Caso 5

Borgo Office | 2021 | Itália



Fig. 49- BORGIO OFFICE. (2021). La société agricole Ca' Bianca, à Paderna, dans le Piémont (Italie) [Fotografia]. Le Monde.

https://img.lemde.fr/2022/02/03/0/0/4032/2600/1668/0/75/0/c957b63_9074796_53-foto-borgio-office-2.jpg

Enquadramento e Objetivos do Projeto	Esta iniciativa acolhe nómadas digitais em casas localizadas nas aldeias, permitindo-lhes trabalhar remotamente. Como forma de pagamento, estes visitantes apoiam os anfitriões através da aquisição de um “pacote de apoio” que inclui produtos e serviços locais. O projeto procura gerar benefícios entre todos, nomeadamente, os nómadas digitais que usufruem de um espaço tranquilo, rodeado pela natureza, os anfitriões que obtêm apoio direto através do pacote e as próprias aldeias que beneficiam da economia gerada pelo turismo destas estadias. Atualmente, o projeto está implementado em várias aldeias por toda a Itália, onde os anfitriões se inscrevem para participar, disponibilizando as suas casas para acolher nómadas digitais (Bogo Office, s.d.).
--------------------------------------	---

Análise dos Critérios

Valorização Cultural	A valorização cultural é feita por meio de uma experiência imersiva no contexto local, na qual os nómadas alojam-se em aldeias, tendo a oportunidade de contactar diretamente com os modos de vida destas. Esta vivência inclui o acesso à gastronomia regional, produtos agrícolas, artesanato e a exploração do território, criando um envolvimento com a cultura e as tradições locais que diferem de aldeia para aldeia.
Inclusão Social	A inclusão social do projeto limita-se a interações entre os próprios nómadas ou entre estes e a comunidade local, num contexto predominantemente, turístico onde fazem partilhas culturais favorecendo uma lógica de coexistência temporária em detrimento de uma verdadeira integração social e colaborativa. Refere-se ainda que o grau de envolvimento comunitário e a promoção destas relações depende, em grande medida, da iniciativa de cada unidade de hospedagem e da predisposição das comunidades locais para interagir com os visitantes.

Dinamização Territorial	Ao nível da dinamização territorial, o projeto contribui para a criação de microeconomias locais associadas ao turismo e ao trabalho remoto, ao estimular o consumo de bens e serviços produzidos na própria região.
-------------------------	--

Avaliação Crítica

Pontos Positivos:	- O projeto promove o consumo local através da valorização de experiências ligadas ao território, nomeadamente ao nível da gastronomia tradicional e de atividades culturais e recreativas. - Este contribui para a reativação económica das aldeias, gerando rendimento para os anfitriões, bem como para os pequenos negócios e produtores locais, reforçando assim a microeconomia regional. - O projeto é fácil de ser replicado em diferentes aldeias.
Pontos Negativos:	- A dinamização do território promovida pelo projeto assenta numa lógica de consumo temporário, que apesar de gerar rendimento imediato, depende da rotatividade dos visitantes. Não tendo estratégias complementares que promovam o envolvimento da comunidade local, como a criação de outros empregos ou a fixação de novos residentes, existe o risco destas aldeias se tornarem apenas espaços turísticos, sem contribuir significativamente para a sua sustentabilidade económica e social a longo prazo. - A iniciativa tende a tornar as aldeias dependentes do turismo que, por natureza, são sazonais e instáveis, o que pode comprometer a continuidade e a resiliência do seu desenvolvimento territorial. - O sucesso do projeto depende da adesão de anfitriões disponíveis e aptos para ceder as suas habitações.
Sucesso do Projeto:	O projeto é um sucesso porque conseguiu criar um foco de economia ao atrair nómadas digitais interessados em passar tempo no ambiente rural rodeados pela tranquilidade e natureza. Esta estadia não só gera rendimento direto para os anfitriões, como também impulsiona a economia local através do aumento da procura por bens e serviços, beneficiando produtores, restaurantes, atividades culturais e

	outras formas de comércio da região. Com isto, estas aldeias tornam-se destinos atrativos para um novo perfil de visitantes, contribuindo para a revitalização económica destes territórios. Além disso, este projeto é facilmente replicável dependendo exclusivamente da adesão de anfitriões que estejam dispostos a partilhar a sua casa.
--	--

Estudo de Caso 6

Universidade da Beira Interior | 1986 | Covilhã, Portugal



Fig. 50- Universidade da Beira Interior [Fotografia]. (s.d.). CRUP – Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas. <https://www.crup.pt/crupsite/wp-content/uploads/2022/02/capaUBI-1.jpg>

Enquadramento e Objetivos do Projeto	A UBI situa-se no interior centro de Portugal, tendo surgido como resposta à crise da indústria têxtil na década de 1970, que levou o encerramento de várias fábricas e gerou fortes consequências económicas e sociais na região. Perante este cenário, a criação da universidade pretendeu não só revitalizar o território, mas também fixar a população local que pretendia prosseguir estudos no ensino superior, evitando a sua deslocação definitiva para outras cidades do país, regredindo o despovoamento regional. Ao longo dos anos, a universidade evoluiu oferecendo cursos em diferentes áreas de conhecimento. Anualmente atrai milhares de estudantes para a Covilhã, contribuindo para a dinamização do território (Universidade Beira Interior, 2024).
---	---

Análise dos Critérios

Valorização Cultural	Relativamente à valorização cultural, a Universidade reutilizou e requalificou edifícios ligados à antiga indústria têxtil da cidade, respeitando a memória dos lugares integrando o passado económico da Covilhã na nova dinâmica universitária, preservando elementos identitários, resgatando a narrativa histórica local (Universidade Beira Interior, 2019). Além disso, a UBI promove atividades culturais, científicas e artísticas que envolvem tanto a comunidade académica como a população local, contribuindo para o enriquecimento da vida cultural da cidade, criando pontes entre o saber académico e os interesses da comunidade (Diário as Beiras, s.d.).
Inclusão Social	A inclusão social é visível em diversas iniciativas que visam garantir o acesso equitativo ao ensino e à integração dos estudantes, disponibilizando apoios sociais a alunos em contextos desfavorecidos e de regiões do interior do país nomeadamente através da atribuição de bolsas de estudo, alojamento acessível e outros serviços. Além disso, esta promove também a integração de estudantes internacionais, contribuindo para um ambiente académico multicultural e inclusivo. A UBI desenvolve ainda projetos com a comunidade local, incentivando a participação em atividades culturais, sociais e educativas, reforçando os laços entre a academia e a comunidade.
Dinamização Territorial	A universidade revitalizou o tecido urbano da Covilhã, ao requalificar o património construído, atribuindo-lhes novas funções, estando estes espaços universitários dispersos em diferentes pontos da cidade, o que ajudou a reorganizar o território e a dinamizar zonas que estavam estagnadas. Esta transformação causou impacto económico, ao criar fontes de emprego direto como docentes, técnicos e administrativos e indireto, nomeadamente nos setores da restauração, alojamento e serviços. Esta dinâmica é sustentada pela presença constante de uma população jovem em contexto académico, que, embora temporária, gera uma atividade económica contínua e representa um fator importante de renovação e vitalidade no território.

Avaliação Crítica

Pontos Positivos:	- Requalificou edifícios industriais ligados à história têxtil da Covilhã, preservando a identidade cultural, dando novos usos ao património local. - A universidade gera emprego direto e indireto, contribuindo para a dinamização económica da cidade. - Contribui para contrariar o envelhecimento ao fixar temporariamente a população jovem. - Promove a inclusão social ao apoiar estudantes dos mais diferentes contextos. - Desenvolve projetos culturais, sociais e educativos em articulação com entidades locais, aproximando a universidade à comunidade local. - Embora a maioria dos jovens se desloque para a cidade apenas temporariamente, para frequentar a universidade, o fluxo constante de estudantes gera uma dinâmica económica estável. Esta rotatividade cria um contexto favorável à abertura de negócios por parte de quem escolhe viver na região de forma permanente, beneficiando de uma procura contínua por bens e serviços.
Pontos Negativos:	- A economia local gira em torno da universidade, o que pode representar uma fragilidade caso haja instabilidade no setor do ensino superior. - A maioria dos estudantes não permanece na região após a conclusão dos estudos, o que pode limitar o impacto a longo prazo.
Sucesso do Projeto:	UBI pode ser considerada um caso de sucesso, uma vez que, numa região do interior marcada pela perda de população e pela estagnação industrial, conseguiu revitalizar o seu território, valorizando o património industrial e preservando a identidade da cidade. No plano económico e territorial, a universidade teve um impacto positivo claro, ao gerar emprego, atrair investimento e

	estimular a atividade comercial e habitacional. A presença contínua de jovens contribui para a constante renovação do tecido social que revitaliza a dinâmica urbana da Covilhã.
--	--

Para simplificar os pontos-chave de cada estudo e facilitar a sua análise geral encontra-se uma tabela comparativa no [Anexo 7](#).

2.14.1. Conclusões sobre os Estudos de Caso

Uma das principais induções retiradas desta análise é que os projetos que envolvem ativamente a comunidade, seja na fase de diagnóstico, planeamento ou implementação, tendem a produzir resultados mais consistentes e com maior potencial para se tornarem casos de sucesso consolidado. Esta tendência torna-se ainda mais evidente quando está em causa a valorização cultural do território, que aponta ser um catalisador crucial para a mudança. Quando a cultura local é respeitada, celebrada e integrada nos projetos, seja através do património material, das tradições ou de práticas imateriais, a comunidade sente-se reconhecida e representada, gerando um sentido coletivo de pertença, incentivando o seu envolvimento ativo. Esta participação reflete-se na partilha de saberes e no compromisso com as dinâmicas locais.

Nos casos analisados, os projetos que se revelaram como sucessos consolidados foram precisamente aqueles nos quais o design assumiu um papel como mediador entre as necessidades da comunidade e as potencialidades do território. Exemplos como as Aldeias do Xisto, o Citizens' Institute on Rural Design, o Valldaura Labs e a Universidade da Beira Interior demonstram que o design, quando orientado para uma abordagem contextual e participativa, consegue gerar valor coletivo.

Estes projetos destacam-se precisamente por impulsionar práticas de valor como a reabilitação do património atendendo a arquitetura vernacular, a disponibilização de ferramentas que capacitam as comunidades a desenvolver os seus próprios projetos, a valorização dos recursos endógenos e dos conhecimentos ancestrais locais, tudo isto

incluindo a população. Todos estes projetos não se limitaram a responder a problemas pontuais, em vez disso conseguiram ativar dinâmicas com impacto social, cultural e económico, contribuindo para uma regeneração territorial mais enraizada e inclusiva.

Por outro lado, os projetos mais superficiais focados somente na atração de visitantes, ainda que possam gerar impacto económico no curto prazo, revelam fragilidades ao nível da coesão social. A ausência ou o pouco envolvimento real das comunidades, poderá resultar numa dissociação entre o território e os seus habitantes, acabando por privilegiar experiências efémeras e relações unilaterais, onde os visitantes são consumidores e os residentes prestadores de serviços. Neste modo, a cultura local arrisca ser transformada em produto, perdendo a sua essência e valor simbólico. Dinâmicas deste género dificilmente conseguem fixar a população ou criar outras economias que regenerem as suas localidades a longo prazo.

Ademais, as dinâmicas focadas exclusivamente no turismo revelam-se instáveis, uma vez que, por norma, não promovem a fixação de novos habitantes nem criam soluções complementares que incentivem a permanência destes no território. Embora o turismo possa ser uma boa fonte económica a curto prazo, possui limitações, nomeadamente a sua sazonalidade. Dependendo da localização, muitos destes territórios registam fluxos intensos de visitantes apenas em determinadas épocas do ano, existindo largos períodos onde a atividade económica é reduzida ou até mesmo estagnada.

Além disso, o setor do turismo demonstrou ser vulnerável em contextos de crise, como foi evidente durante a pandemia de COVID-19. Ao longo de três anos marcados por confinamentos, restrições de circulação e limitações na mobilidade internacional, o turismo foi um dos setores mais afetados, trazendo consequências severas para os territórios cuja economia dependia fortemente dele.

O que se conclui é que, para que uma solução seja consistente e tenha potencial para se tornar um verdadeiro caso de sucesso, o design deve respeitar o território onde vai atuar, as suas raízes e a sua identidade. Mais do que intervir de forma externa, é essencial

ouvir a comunidade, integrá-la ativamente no processo e capacitá-la para que possa dar continuidade e apropriar-se das transformações iniciadas, garantindo a sua sustentabilidade a longo prazo.

2.15. Conclusão Intermédia

O que se extrai é que o design para conseguir combater o êxodo rural precisa de incentivar a regeneração territorial destes locais. Mas como? A resposta não se mede pela criatividade das soluções nem na capacidade de atrair investimentos externos, mas sim na forma como eles são canalizados para ativar e capacitar os recursos locais, sociais e económicos. O que isto quer dizer? O design quando totalmente pensado para o bem comum consegue funcionar como um agente facilitador de processos que valorizam o território e capacitam as suas comunidades. Isto implica que o design deixe de ser uma prática projetual concentrada apenas na resolução de problemas técnicos e assuma um compromisso ético com as pessoas e com os lugares.

Ao abordar a regeneração territorial, não se trata somente em recuperar o edificado ou dinamizar a economia local, mas sim de reconstruir os vínculos entre as comunidades e os seus espaços, criando um sentimento de pertença e cooperação. É nesse cruzamento que o design social se torna essencial, ao operar como uma prática crítica, inclusiva e colaborativa, capaz de ativar os recursos de um território, sejam eles culturais, humanos ou ambientais. A chave para a solução está, portanto, no ouvir, no respeito e na participação. Quando o design se compromete com os saberes locais, com os modos de vida existentes e com as aspirações das pessoas que habitam nesses lugares, ele deixa de impor soluções externas e constrói respostas em conjunto. É nessa mudança de postura de projetar para a comunidade para projetar com a comunidade, que o design se torna verdadeiramente útil, assumindo-se como motor de uma regeneração social e territorial coesa e resiliente.

2.16. Síntese Conceptual do Capítulo

Para facilitar a compreensão global da problemática do êxodo rural e o modo como o design pode atuar como agente de mudança, apresenta-se abaixo um diagrama (Fig.51) que sintetiza os principais conceitos, relações e dimensões abordados ao longo deste capítulo. No [anexo 8](#), encontra-se igualmente a versão horizontal do mesmo.

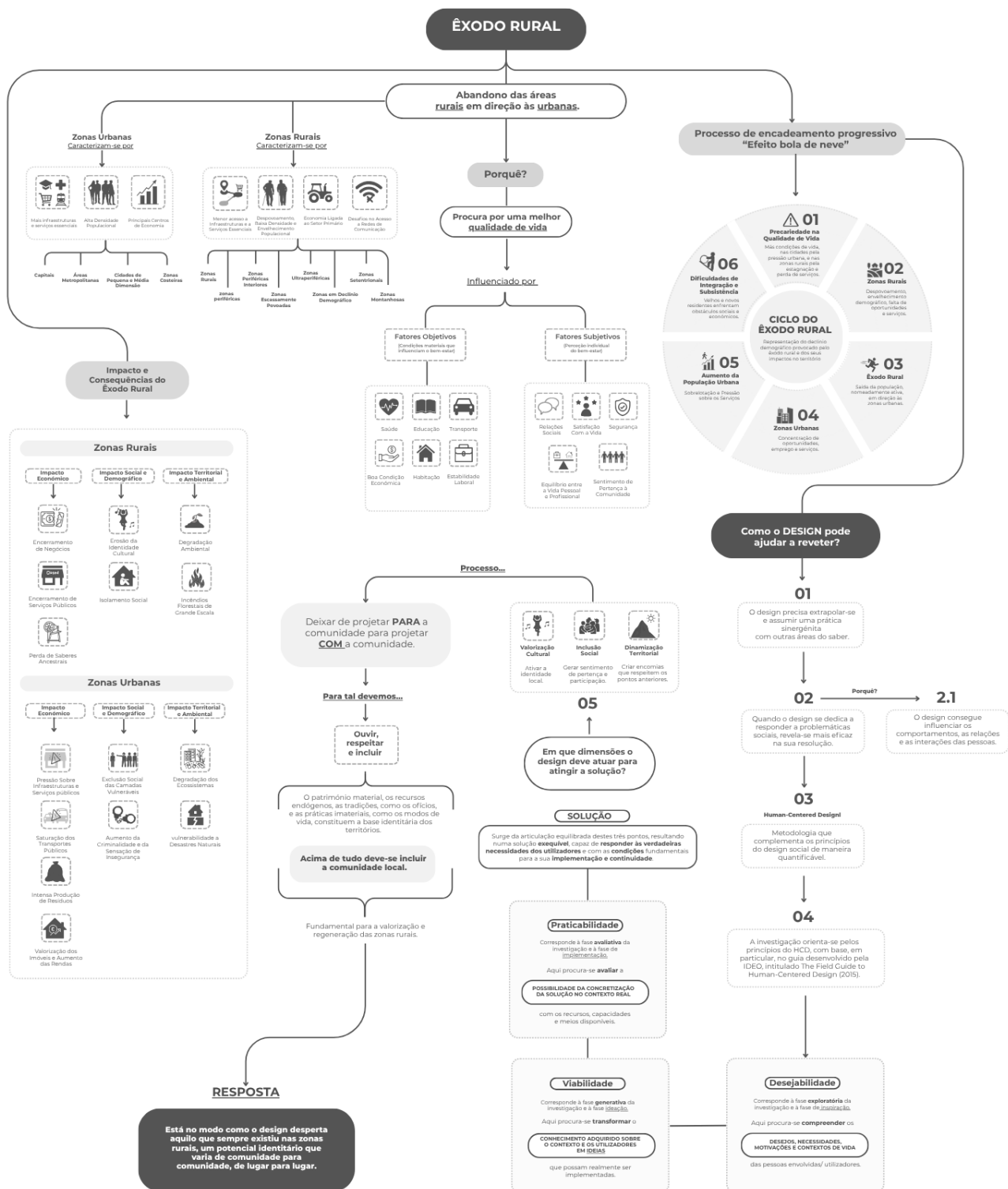


Fig. 51- Síntese Conceptual do Capítulo, Fonte: Autora, 2025

III | Capítulo 3- Fase Generativa: Caso de Estudo

3.1. Enquadramento da Proposta

Tendo consciência de que a fixação de jovens nas zonas rurais é uma realidade que dificilmente se concretizaria a curto prazo, esta proposta foca-se antes em promover a **mobilidade temporária** dos jovens nesses locais, para gerar novas dinâmicas económicas, sociais e culturais. Mas como? A resposta passa por cruzar esta problemática com outras realidades igualmente urgentes, a erosão cultural, a homogeneização dos territórios e o crescente afastamento das gerações mais jovens relativamente às culturas locais.

Os conteúdos abordados no capítulo anterior permitiram unir esta problemática, ao evidenciarem que o verdadeiro potencial das áreas rurais reside precisamente nos **recursos endógenos, no património identitário, nos saberes tradicionais** e na **relação com o território**. Estes elementos constituem valores únicos, que não só devem ser reconhecidos, como também ativados e valorizados. Os projetos mais assertivos, segundo os estudos de caso analisados, são aqueles que colocam as comunidades locais no centro, valorizando a cultura autóctone e usando o design como instrumento de escuta, mediação e ativação territorial.

3.2. Conceito da Proposta

Como tal, considerando esses parâmetros, o conceito base desta proposta assenta na criação de uma **Rede de Aprendizagem e Intercâmbio em Zonas Rurais (RAIZ)** que irá germinar estes locais. Pensada para mobilizar jovens maioritariamente, estudantes e investigadores das mais diversas áreas como engenharia, design, gastronomia, arquitetura, ciências entre outras, convidando-os a passar uma temporada nestas áreas para adquirir conhecimentos práticos no terreno através da participação e experimentação ativa. Conhecer a fauna e a flora, compreender a origem da matéria-

prima e, sobretudo, escutar os saberes dos habitantes locais é, muitas vezes, o caminho mais genuíno para obter respostas sobre os desafios do presente, pois nem sempre estas residem nas soluções atuais, mas sim em conhecimentos que o tempo preservou.

Num modelo facilmente **replicável**, as aprendizagens promovidas pela RAIZ serão adaptadas a cada local onde forem implementadas, reconhecendo que cada território é único, com saberes, tradições, paisagens e ritmos próprios. É precisamente essa diversidade que enriquece o projeto, tornando cada experiência singular e enraizada no contexto onde acontece.

Os programas de estudo poderão incluir, por exemplo, oficinas de construção com artesãos locais, investigação sobre recursos endógenos, desenvolvimento de sistemas sustentáveis, oficinas de produção alimentar ou mapeamento do território. Almeja-se que estas experiências integrem saberes académicos com conhecimentos empíricos, num processo de aprendizagem mútua.

Em cooperação com instituições de ensino superior, os jovens terão a oportunidade de passar uma pequena parte do seu semestre nas zonas rurais, participando em atividades locais e desenvolvendo projetos utilizando os novos conhecimentos. Esta vivência permitir-lhes-á não só aplicar conhecimentos académicos no contexto real, mas também criar laços com as comunidades e experienciar outros modos de vida, contribuindo para a regeneração do meio rural.

De igual modo, a RAIZ poderá estender-se a outros grupos e programas, como os corpos militares, cuja imersão em territórios rurais será uma oportunidade para aprofundar a sua preparação prática. Ao saírem das suas instalações e integrarem-se temporariamente nas comunidades locais, os militares terão a oportunidade de realizar treinos em cenários reais com diferentes desafios e complexidades territoriais. Além disso, poderiam prestar apoio técnico, logístico ou social, contribuindo para o reforço da resiliência das comunidades. Esta iniciativa é particularmente pertinente de ser referida

face ao atual panorama europeu, marcado por uma crescente instabilidade geopolítica, conflitos emergentes e um reforço no foco por parte de vários governos nas áreas da segurança, defesa e coesão territorial.

A proposta parte do princípio de que a mobilização destes grupos possa, a médio e longo prazo, criar condições favoráveis à fixação de novos habitantes ativos, capazes de identificar oportunidades e desenvolver os seus próprios projetos ou negócios. A presença recorrente destes cria ritmos e necessidades no território, que exigem respostas locais, desde serviços, espaços de convívio, áreas de comércio, cultura e produção local.

Neste sentido, os grupos não apenas usufruem do território como visitantes, mas tornam-se agentes ativos na sua transformação, abrindo caminho à criação de microeconomias e à diversificação do tecido económico local. A própria comunidade residente poderá beneficiar com esta dinâmica, ao ver a sua cultura valorizada, as suas necessidades ouvidas e novas possibilidades de cooperação emergirem. Assim é possível estimular a regeneração social e económica destes locais, contribuindo para a sua vitalidade e resiliência.

3.3. Integração do Design na Proposta

Como já foi referido anteriormente, as propostas mais eficazes são aquelas que evocam a cultura local e integram os recursos endógenos no seu design. Nesse sentido, para o desenvolvimento da solução, privilegia-se a construção ou reabilitação de espaços nas zonas rurais destinados à iniciativa, para que se integre no contexto local.

No entanto, dado que o projeto se encontra ainda numa fase de proposição e carece de implementação para que o seu verdadeiro potencial possa ser avaliado, algo que não será realizado no âmbito desta investigação, torna-se irrealista, nesta etapa, considerar soluções desse tipo sem que sejam previamente testadas. Soluções com estas características tendem a ter um carácter permanente e a exigir um investimento

significativo de tempo e recursos, o que, numa fase inicial como esta, não se afigura como o meio mais adequado para validar a viabilidade da iniciativa.

Nesse sentido, a proposta de design deste projeto irá traduzir-se num **módulo que funcionará como núcleo de vivência e aprendizagem** para os jovens, destinado à instalação temporária em zonas rurais. Funcionando como um protótipo, testando assim a sua eficácia, adaptabilidade e impacto junto da comunidade local e dos jovens participantes, sem impactar permanentemente o espaço envolvente e a comunidade.

A proposta assenta no princípio de um custo reduzido em comparação com a reabilitação de espaços existentes, permitindo uma implementação mais acessível na fase de validação do projeto.

Ademais, importa referir que, numa fase mais avançada, os módulos poderiam deixar de ser apenas elementos de teste da adesão à iniciativa para assumirem um papel ativo e contínuo na criação de novas dinâmicas nas zonas rurais, sem que isso implique uma intervenção definitiva no território. Os módulos, com a sua natureza versátil e adaptável a diferentes contextos, podem, por exemplo, funcionar como centros de investigação científica itinerantes, permitindo que investigadores se desloquem entre várias localizações para recolher dados no terreno. Este modelo é conveniente relativamente à reabilitação de edifícios fixos cuja renovação implicaria custos elevados e longos prazos de execução.

Com os módulos, basta apenas investir na construção e equipamento de uma única unidade laboratorial, que poderá ser transportada para diferentes locais consoante as necessidades específicas de cada investigação. Assim, promove-se uma abordagem mais económica, ágil e eficaz para apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento no contexto rural. Esta premissa assenta na ideia de que a utilização dos módulos não se limita a fins de investigação, podendo igualmente ser aplicada em contextos militares, de proteção civil e outras áreas de intervenção no território.

3.4. Parâmetros para o Desenvolvimento do Produto

Primeiramente foi necessário definir os critérios a considerar no desenvolvimento do módulo, com o intuito de delimitar o conteúdo a pesquisar e assegurar a coerência com os valores identificados ao longo da investigação. Os parâmetros encontram-se divididos em **cinco critérios** principais:

1. **O módulo tem de ser compacto:** Considerando que, por vezes, existem localidades de difícil acesso, é importante ter em conta que não é viável que os módulos sejam transportados exclusivamente por veículos pesados de grandes dimensões. Assim, o módulo deverá ser compacto e de fácil transporte por meios alternativos, uma solução interessante poderá passar pela utilização de um **sistema “folding”²⁹**, que **permita reduzir as dimensões durante o transporte**, sem comprometer a área útil no momento de utilização.

Também seria pertinente que os módulos pudessem ser **acoplados entre si**, permitindo assim a ampliação da área útil dos espaços, consoante as necessidades dos utilizadores. Esta possibilidade confere uma maior flexibilidade de uso, adaptando-se a diferentes contextos, número de ocupantes ou funções específicas, sem comprometer a estrutura original. Além disso, esta abordagem modular cria um sentido de unidade, funcionando como um sistema.

2. **O módulo tem de ter interiores equipados:** O módulo deve ser dimensionado para garantir a versatilidade necessária para ser adaptado a diferentes funções, como dormitório, balneário, sala de convívio, refeitório, sala de aula ou laboratório.
3. **O módulo tem de ter um design apelativo para os jovens:** A atratividade visual é o primeiro ponto de contacto entre os jovens e a experiência proposta pela iniciativa,

²⁹ A utilização do termo “folding” refere-se a um sistema de dobragem ou articulação que permite que a estrutura do módulo seja compactada ou expandida conforme necessário.

um design apelativo desperta curiosidade e interesse, o que poderá aumentar significativamente a probabilidade de envolvimento.

4. **O módulo tem de ser termicamente eficiente:** O facto de existirem zonas rurais com condições climatéricas acentuadas faz com que o módulo precise de se adaptar às diferentes realidades geográficas, tendo o poder de reter o calor no inverno e manter o ambiente fresco no verão.
5. **O módulo tem de se integrar no ambiente:** O módulo deverá ser discreto e capaz de se integrar harmoniosamente no meio envolvente, preservando a identidade local e respeitando o ambiente onde será inserido. Paralelamente, deverá garantir um baixo impacto ambiental, tanto na fase de instalação como durante a sua permanência temporária.

Para ilustrar visualmente foi desenvolvido um diagrama (Fig.50) com os pontos-chave a considerar no desenvolvimento do módulo.

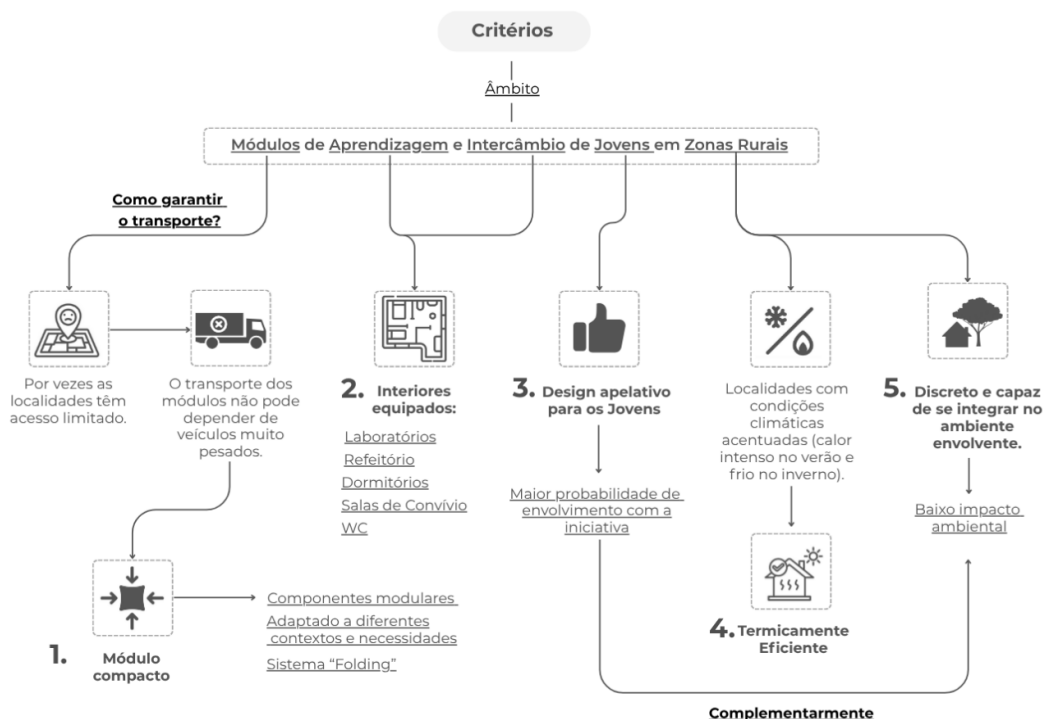


Fig. 52- Critérios para o desenvolvimento do módulo Fonte: Autora, 2025

3.5. MoodBoard

Tendo em mente os objetivos do projeto e a atmosfera que se pretende transmitir, foi elaborado um moodboard (Fig.53) que reúne referências visuais, materiais e conceptuais para o desenvolvimento da proposta.



Fig. 53- Moodboard,
Adaptado pela Autora, 2025

Fonte:

1. <https://thenordicnomad.com/iceland/sudurland/high-and-base-in-selfoss-iceland/>

2. <https://www.archdaily.com/997414/habitable-module-iwi-juan-ruiz-plus-amelia-tapia>

3. <https://tinyhouseprojectusa.com/>

4. <https://casa.abril.com.br/arquitetura/casa-dobavel-fica-pronta-3-horas/>

5. <https://radmanhomes.eu/en/house-catalog/jahorina/>

6. <https://www.architecturalreview.com/today/modular-genetics-by-ctrl-g>

7. <https://pt.pinterest.com/pin/193091902769282035/>

8. <https://pt.pinterest.com/pin/52776626874343041/>

9. <https://pt.pinterest.com/pin/369787819420663393/>

10. <https://pt.pinterest.com/pin/328622104079288452/>

11. <https://pt.pinterest.com/pin/501658846012340133/>

12. <https://pt.pinterest.com/pin/461970874297209734/>

13. <https://es.pinterest.com/pin/1114922451475906010/>

Para a elaboração do moodboard, procurou-se por referências visuais de sistemas folding, que permitissem reduzir as dimensões dos módulos durante o transporte e armazenamento (Imagens 2,4,7,8 e 12). Foram também analisadas soluções que contemplassem o acoplamento entre si, possibilitando a expansão dos espaços (Imagens 6,7,10 e 13), no entanto, a maioria das referências encontradas corresponde a construções de carácter permanente, com exceção da imagem 7, que apresenta um sistema compacto e transportável. Sabendo que os módulos estarão instalados durante períodos prolongados, é importante que os materiais utilizados sejam resistentes. Nesse sentido, materiais como madeiras tratadas, aço galvanizado ou aço corten são opções adequadas e acessíveis (Imagens 1,3,5,9 e 11). Além disso, a estrutura pode ser construída com um sistema em LSF³⁰, conhecido por ser leve, durável e de fácil montagem, podendo ainda facilitar a implementação do sistema folding.

No que se refere à linguagem formal dos módulos, embora as formas orgânicas pudessem promover uma melhor integração visual com a paisagem, estas exigiriam uma maior complexidade construtiva e custos acrescidos, fatores que não se alinham com os objetivos desta fase de prototipagem. Por isso, formas mais retilíneas são uma melhor opção para uma execução mais simples, económica e eficiente, sem comprometer a funcionalidade geral da proposta.

Para finalizar, a paleta cromática é composta por tons que estabelecem uma ligação direta com o meio rural, remetendo a elementos naturais da paisagem, como a terra, a vegetação e os materiais locais, combinadas com nuances mais atuais para ir de encontro às preferências do público jovem. Deste modo alcança-se um equilíbrio entre tradição e inovação, valorizando a identidade local sem abandonar uma linguagem visual capaz de dialogar com as novas gerações.

³⁰ O LSF é um sistema construtivo que utiliza perfis de aço galvanizado na estrutura de construções. Destaca-se pela sua rapidez de execução, durabilidade e desempenho energético.

3.6. Esboços da Proposta

Neste ponto, deu-se início à elaboração de esboços para a proposta de módulo de alojamento, tendo como referência os critérios anteriormente definidos.

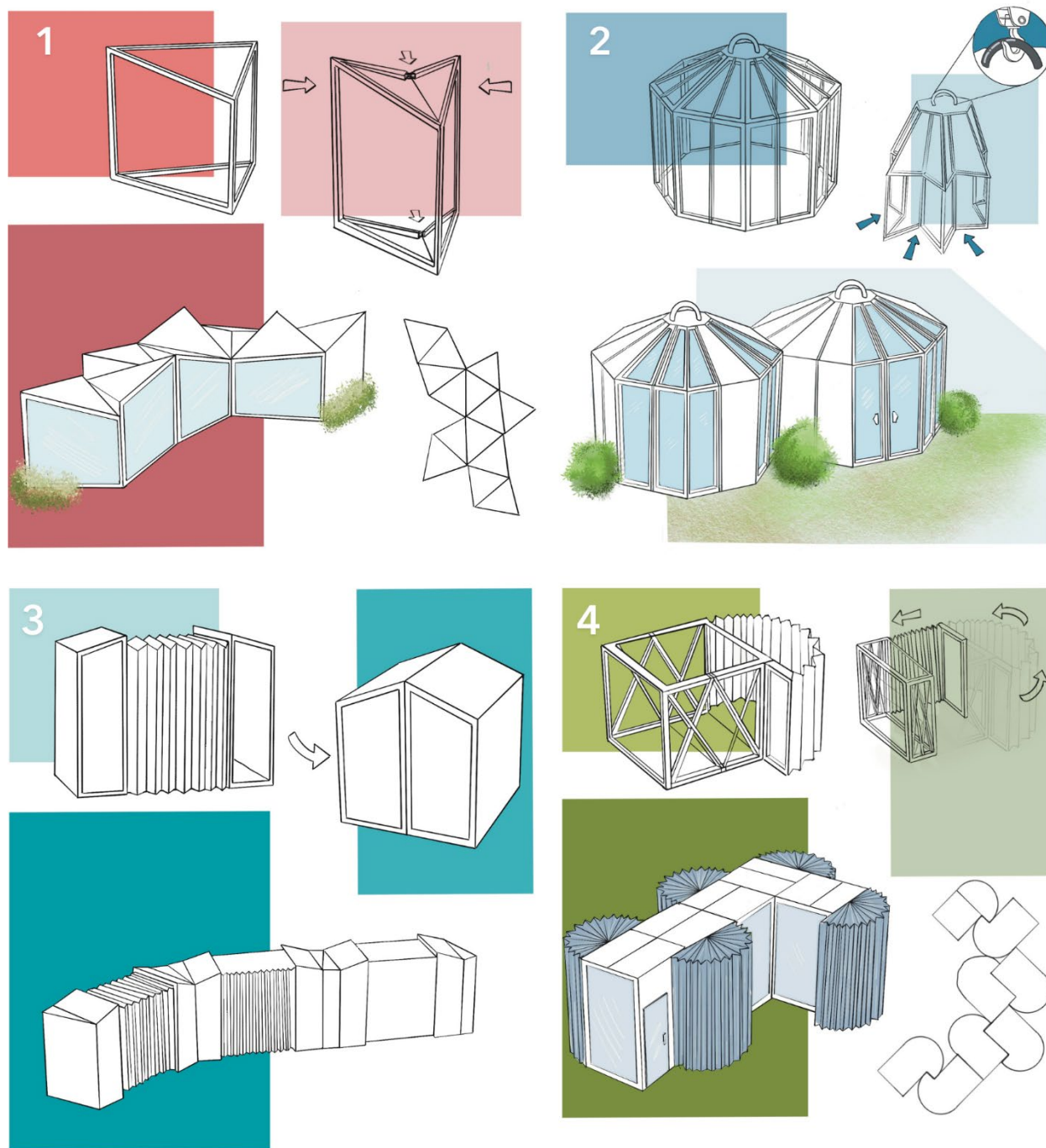


Fig. 54- Esboços de Ideação do Módulo 1-4, Fonte: Autora, 2025

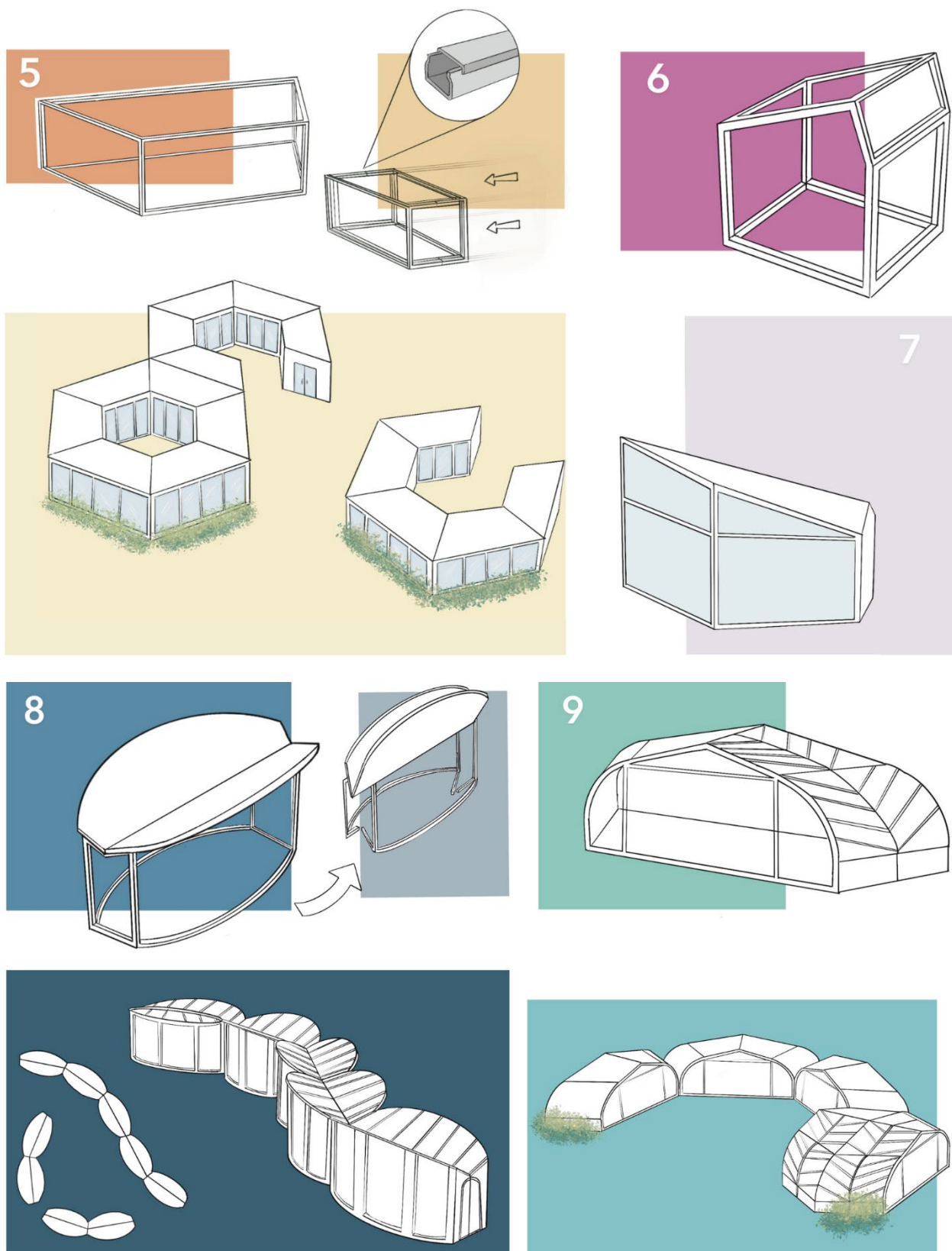


Fig. 55- Esboços de Ideação do Módulo 5-9, Fonte: Autora, 2025

3.7. Seleção das Propostas

Após os esboços, foram selecionados três módulos com maior potencial para serem explorados por meio de renderização tridimensional. Esta etapa serviu, assim, de base para o capítulo seguinte, dedicado à avaliação do conceito e das propostas.

A escolha dos módulos foi orientada tendo em vista critérios como a modularidade, a capacidade de promover um equilíbrio entre funcionalidade e identidade territorial, bem como a atratividade junto do público-alvo, nomeadamente os jovens. Com base nesses critérios, foram selecionados os módulos 5, 4 e 8.

Abaixo encontram-se os módulos selecionados.

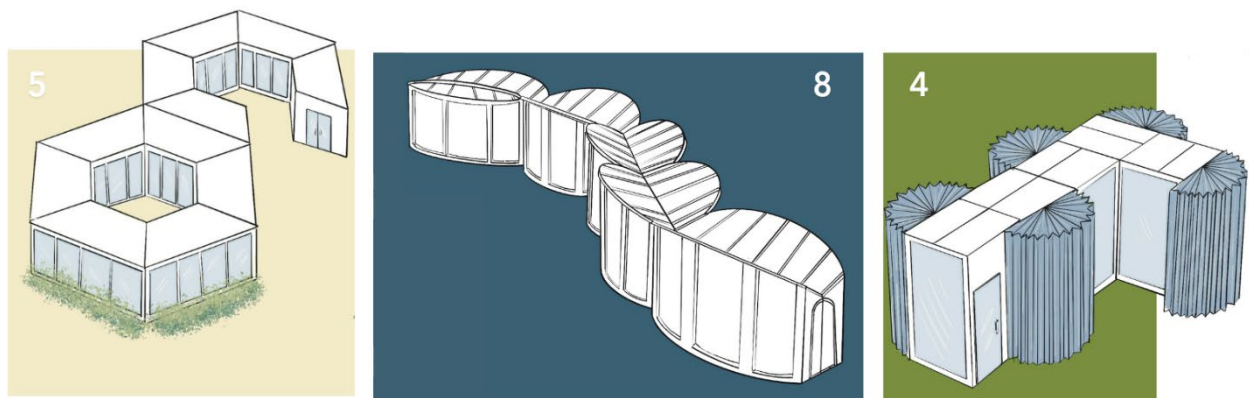


Fig. 56- Seleção dos esboços a explorar, Fonte: Autora, 2025

3.8. Exploração Tridimensional das Propostas Seleccionadas

Para a materialização tridimensional dos esboços, recorreu-se a ferramentas de IA, tanto para gerar renders realistas dos módulos como para idealizar os respetivos espaços interiores. A utilização desta demonstrou-se pertinente e estratégica para responder aos objetivos da presente fase do projeto, dado que o capítulo seguinte dedica-se à avaliação da viabilidade conceptual e formal das propostas. Seria contraproducente ignorar o potencial da IA para agilizar este processo de exploração, além de apoiar a

futura tomada de decisões, torna-a mais fundamentada para ser avaliada. Ressalta-se que a IA neste contexto não substitui o pensamento crítico e projetual, mas antes complementa-o, servindo para testar as soluções com maior rapidez e qualidade técnica face ao tempo de execução.

A seguir, apresentam-se as imagens dos módulos transformados.



Fig. 57- Módulos Singulares Renderizados a Partir dos Esboços, Fonte: Autora, 2025



Fig. 58- Módulos Acoplados Renderizados a Partir dos Esboços, Fonte: Autora, 2025

Antes de avançar para o planeamento dos interiores, foi necessário definir a aparência interna dos módulos. Para tal, foram elaborados esboços representativos, que serviram como base para a geração das imagens. Os renders dos interiores dos módulos 5 e 8 foram gerados a partir do mesmo esboço, sendo que, no caso do módulo 8, a imagem foi posteriormente editada para se assemelhar o máximo possível à sua forma original.

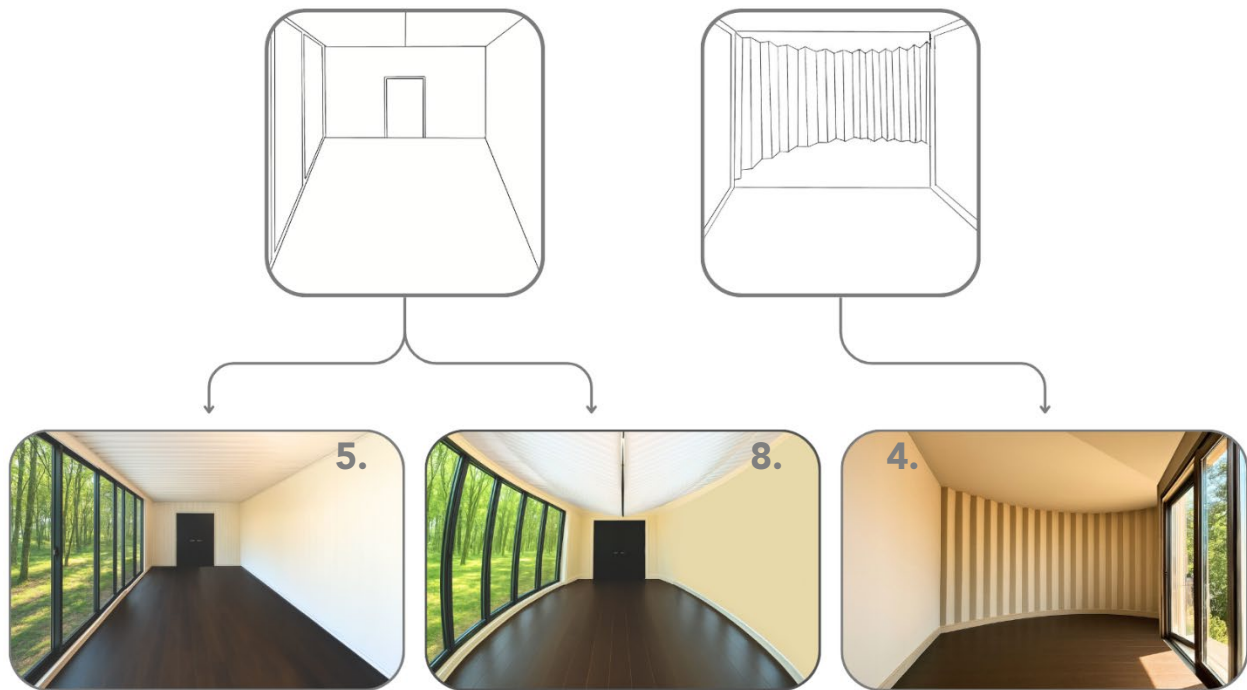


Fig. 59- Aparência Interior dos Módulos Renderizados a Partir dos Esboços, Fonte: Autora, 2025

Para garantir que a posterior avaliação dos módulos fosse imparcial, foi necessário manter uma coerência e uma linguagem estética em todos. Para que a IA preservasse esse critério, foi-lhe fornecida referências visuais dos espaços interiores (Fig.58). Neste caso, imagens de balneários, dormitórios, salas de convívios e laboratórios de estudo.



Fonte:

1. Laboratório:

<https://gr.pinterest.com/pin/396105729746427873/>

2. Sala de Convívio:

<https://cl.pinterest.com/pin/569705421633408162/>

3. Dormitório:

<https://es.pinterest.com/pin/12244230230919650/>

4. Banheiros:

<https://ar.pinterest.com/pin/13651605114297067/>

Fig. 60- Imagens de Referência, Interiores,
Adaptado pela Autora, 2025

A partir das referências, foram produzidas as seguintes representações dos interiores. No [Anexo 9](#), é possível visualizar as imagens com melhor percepção dos detalhes.

Dormitórios



Fig. 61- Dormitórios dos Módulos, Fonte: Autora, 2025

Balneários



Fig. 62- Balneários dos Módulos, Fonte: Autora, 2025

Laboratórios

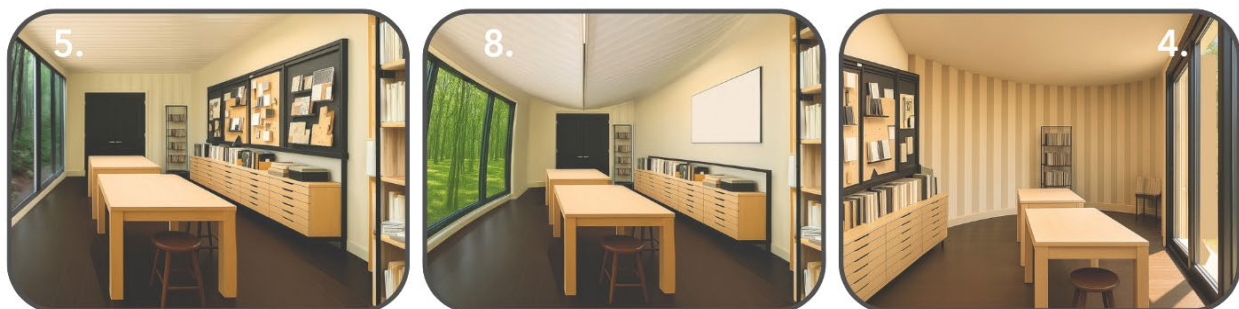


Fig. 63- Laboratórios dos Módulos, Fonte: Autora, 2025

Salas de Convívio

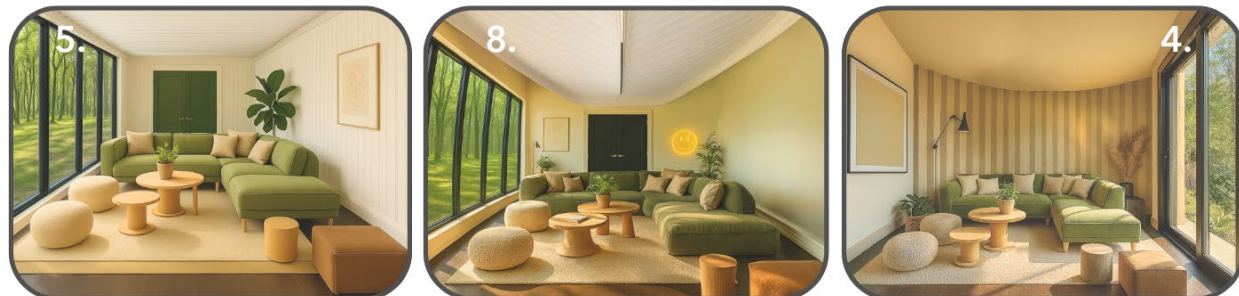


Fig. 64- Salas de Convívio dos Módulos, Fonte: Autora, 2025

Complementarmente, foram elaboradas plantas simplificadas do espaço, sem rigor métrico, destinadas a apoiar o processo de avaliação de modo a oferecer uma melhor percepção da organização interior. Estas encontram-se disponíveis no [Anexo 10](#).

IV| Capítulo 4- Fase Avaliativa: Validação da Proposta

4.1. Desenho da Experiência

O momento de validação do projeto pretende avaliar duas vertentes, a primeira consiste em analisar a relevância e a recetividade do projeto enquanto conceito para incentivar a revitalização das áreas rurais. A segunda atenta-se na avaliação dos módulos enquanto solução formal que sustenta o conceito e a implementação do projeto. A avaliação destes será realizada por meio de inquéritos por questionário aplicados a dois grupos de stakeholders³¹.

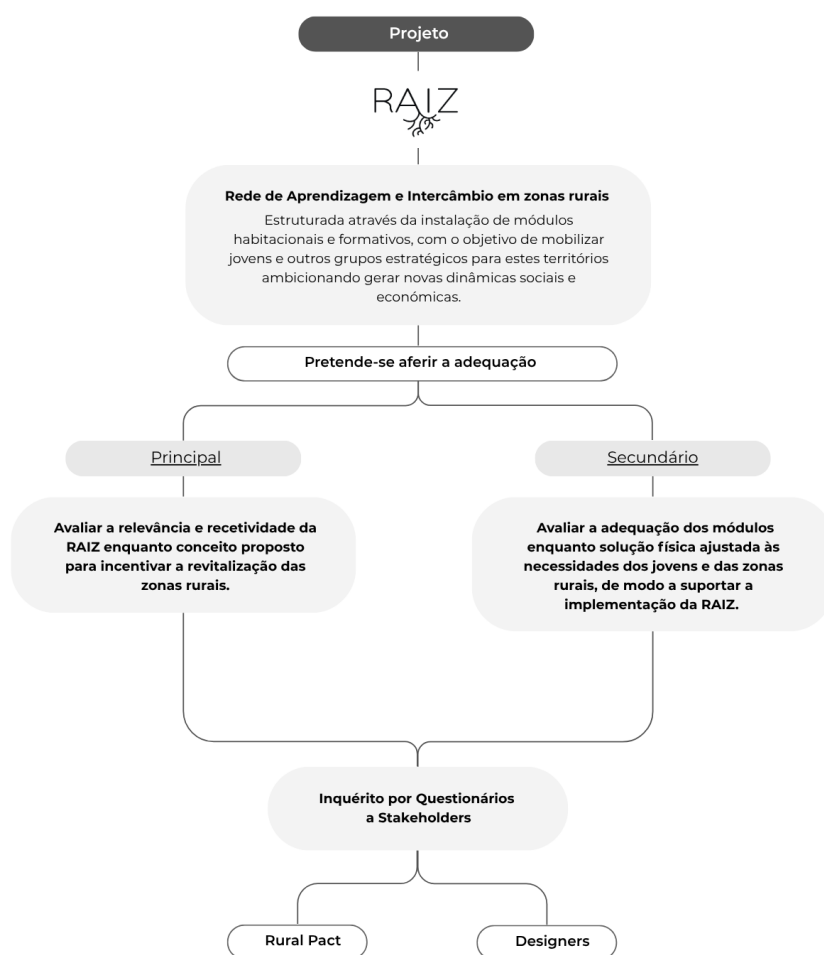


Fig. 65- Desenho da Experiência, Fonte: Autora, 2025

³¹ Entende-se por stakeholders todas as partes interessadas ou envolvidas num projeto, que podem influenciar ou ser influenciadas pelos seus resultados.

4.2. Desenvolvimento do Guião

Foram desenvolvidos dois questionários idênticos, diferenciando-se apenas no idioma, um em inglês e outro em português, direcionados a cada grupo de stakeholders. Estes foram aplicados online através da plataforma Google Forms, e analisados através das ferramentas integradas da aplicação, sendo complementada por folhas de cálculo no Google Sheets para realizar o cruzamento de dados. Foram utilizadas várias tipologias de perguntas, como escolha múltipla, caixas de verificação e escalas lineares que permitiram medir os níveis de concordância e satisfação dos stakeholders face ao projeto de maneira quantificável.

No [anexo 11](#) encontra-se uma tabela com as perguntas realizadas no inquérito, acompanhadas das respetivas opções de resposta e da justificação para a sua inclusão. Estas explicam o propósito e a relevância de cada questão, no âmbito da validação do projeto.

Refere-se ainda que as perguntas foram organizadas por áreas de interesse para possibilitar uma análise mais estruturada e segmentada dos resultados. As categorias definidas foram: experiência/conhecimento; social/cultural, sustentabilidade, economia, integração social, político-económico e produto.

4.3. Perfil dos Stakeholders

Para avaliar o projeto, foram selecionados dois grupos de stakeholders com formações, experiências e perspetivas diferentes, mas complementares. Cada grupo contribui com um tipo de conhecimento ou visão que o outro não possui, permitindo uma análise mais rica e equilibrada do projeto.

Posto isto, os stakeholders envolvidos nesta avaliação são:

1. Comunidade Rural Pact³² - A comunidade Rural Pact é um dos stakeholders da avaliação, mais especificamente os membros do grupo Culture and Creativity in Rural Areas. A escolha deste grupo assenta no facto dos seus membros demonstrarem um interesse genuíno pelo tema e estarem diretamente envolvidos nas dinâmicas que ocorrem nas zonas rurais, bem como nos desafios que estas enfrentam. Acresce que os interesses e áreas de atuação deste grupo estão ligados ao tema central do projeto, a promoção da cultura e da criatividade como motores de transformação e revitalização rural, indo ao encontro dos objetivos que este projeto procura concretizar. O grupo integra investigadores, autoridades e profissionais interessados no desenvolvimento rural, o que lhes confere uma compreensão fundamentada para avaliar o impacto da proposta.

2. Designers - A escolha de designers foi importante para garantir uma validação crítica dos aspetos formais dos módulos, mas também para avaliar a coerência entre o conceito e a materialização do projeto. Todos os designers envolvidos são profissionais seniores, com mais de 10 anos de experiência e conhecimento nas áreas do design de produto e industrial.

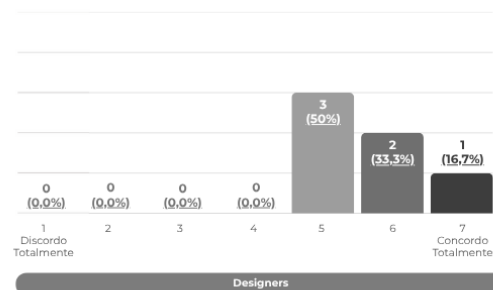
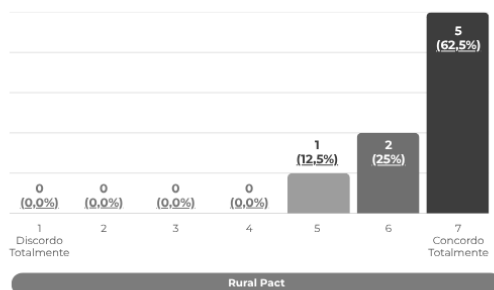
4.4. Análise e Apresentação dos Dados

Abaixo apresentam-se os dados recolhidos através dos inquéritos por questionário, sendo que, para cada questão, foram disponibilizadas duas tabelas com as informações referentes à opinião de cada grupo de stakeholders.

³² A Rural Pact é uma iniciativa lançada pela Comissão Europeia em 2021, que se apresenta como uma comunidade de cooperação entre autoridades públicas, sociedade civil, empresas, instituições de ensino e investigação e cidadãos, atuando a nível europeu, nacional, regional e local. O propósito central desta é promover a interação e a partilha de experiências sobre o meio rural, fomentando a troca mútua de conhecimentos entre diferentes níveis de governação, mobilizando autoridades e stakeholders para agir em resposta às necessidades e aspirações das populações rurais. Atualmente, através da Rural Pact, é possível participar em grupos criados no âmbito da iniciativa, dedicados a diferentes ações e projetos que visam estimular a revitalização e o desenvolvimento das áreas rurais (European Union, s.d.-a).

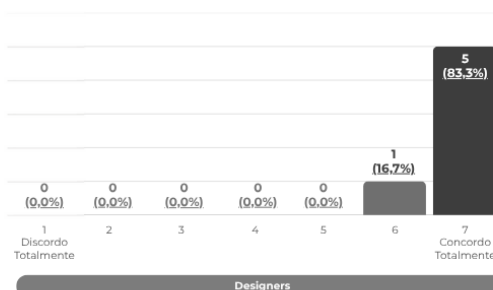
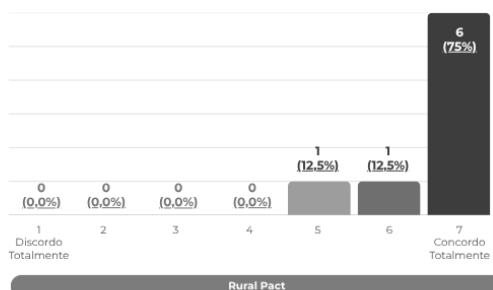
Pergunta 1.

A imersão e a aprendizagem em ambientes rurais permitirá que os jovens experienciem contactar com realidades diferentes das suas. Este contacto desperta novas formas de ver, sentir e agir, estimulando o pensamento crítico e a criatividade.



Pergunta 2.

A vivência proporcionada por esta experiência permitirá aos jovens desenvolver competências e sensibilidades que dificilmente seriam adquiridas num contexto unicamente académico.



Pergunta 3.

A iniciativa revela-se especialmente apelativa para jovens, investigadores e professores, pois desafia-os a sair das salas de aula e romper com a previsibilidade da rotina, oferecendo uma oportunidade de aprendizagem prática, diretamente no terreno.

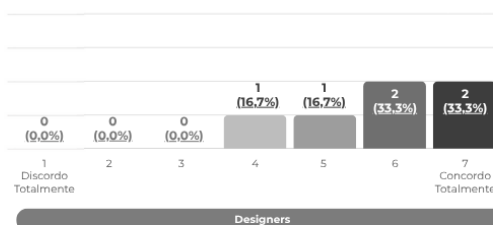
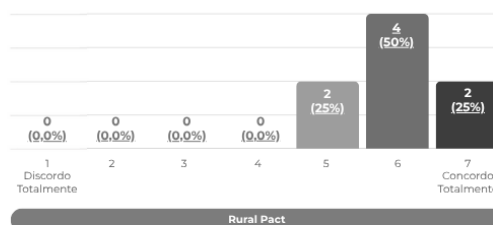


Fig. 66- Inquéritos por Questionários Stakeholders Pergunta 1 a 3. Fonte: Autora, 2025

Pergunta 4.

O contacto com as vivências destes locais conseguirá transformar os jovens, levando-os a repensar hábitos e a valorizar modos de vida antes ignorados, despertando-lhes uma nova consciência.



Fig. 67- Inquéritos por Questionários Stakeholders Pergunta 4. Fonte: Autora, 2025

A nível da experiência e conhecimento, observa-se que os membros da comunidade Rural Pact tendem a demonstrar um grau de concordância mais elevado, com a maioria das respostas situadas entre os valores 5 e 7. Diferindo um pouco, dos designers que se revelaram mais reservados nas suas avaliações, optando por níveis de concordância moderados face às afirmações apresentadas. Ainda assim, a iniciativa é vista como apelativa e com capacidade para dotar os jovens de novas competências.

Pergunta 1 e 4

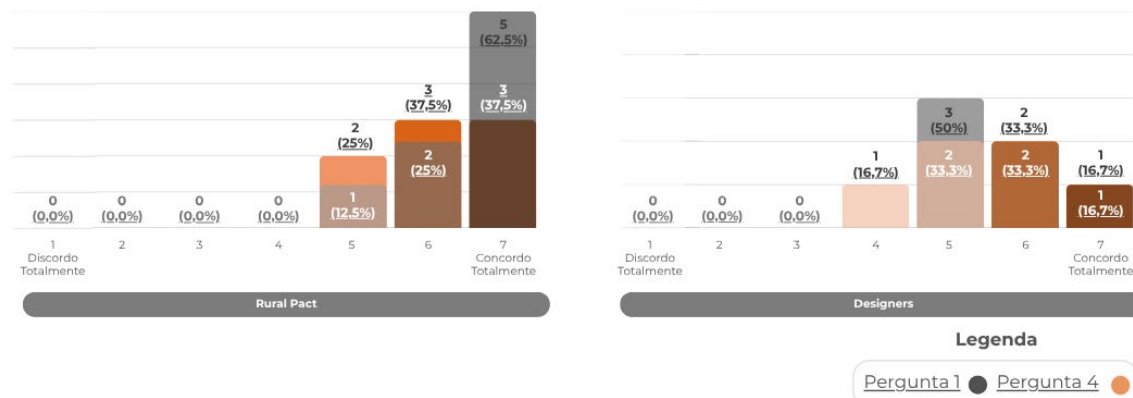


Fig. 69- Inquéritos por Questionários Stakeholders Cruzamento Pergunta 1 e 4. Fonte: Autora, 2025

Contudo, ao cruzar as respostas das Perguntas 1 e 4, observa-se uma ligeira distinção entre o reconhecimento do potencial da iniciativa em transmitir aos jovens uma nova visão do mundo, através do contacto com realidades diferentes das suas (P1), e a percepção da sua efetividade em provocar essa transformação (P4).

Enquanto se verifica um consenso sólido quanto ao valor da experiência proporcionada pela iniciativa, o grau de concordância diminui ligeiramente quando a questão incide sobre a sua eficácia. Esta variação revela uma visão mais crítica, particularmente pelos membros da Rural Pact, que reconhecem que, apesar do potencial da iniciativa, a transformação pessoal depende também da predisposição dos jovens. Os designers mantiveram uma opinião estável em ambas as questões, revelando uma visão mais linear entre a oportunidade e o impacto.

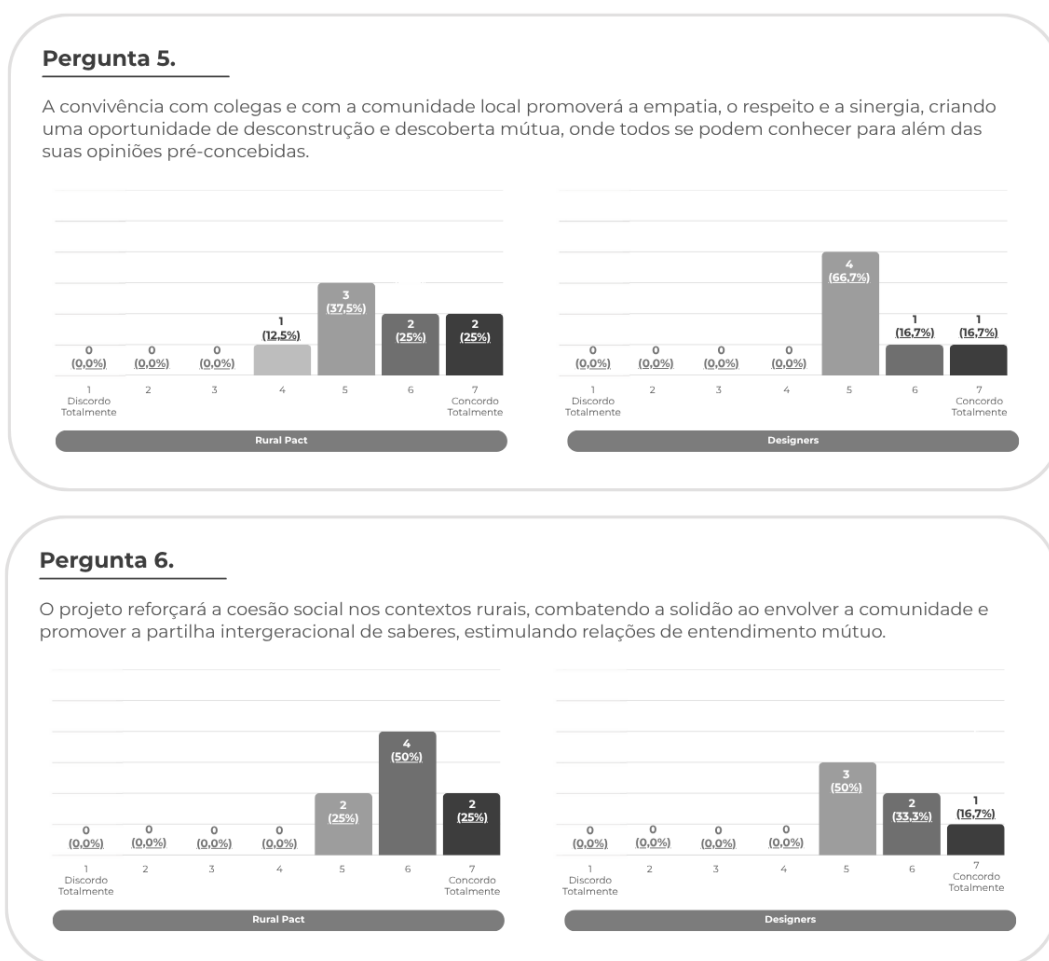


Fig. 70- Inquéritos por Questionários Stakeholders Pergunta 5 e 6. Fonte: Autora, 2025

Os resultados das perguntas 5 e 6 demonstram uma forte concordância comparativamente ao impacto emocional e reflexivo da experiência (Fig.70). A RAIZ é percebida como capaz de gerar envolvimento emocional por parte dos jovens, promovendo uma maior sensibilização tanto para com as comunidades locais como para com os colegas com quem irão partilhar a experiência.

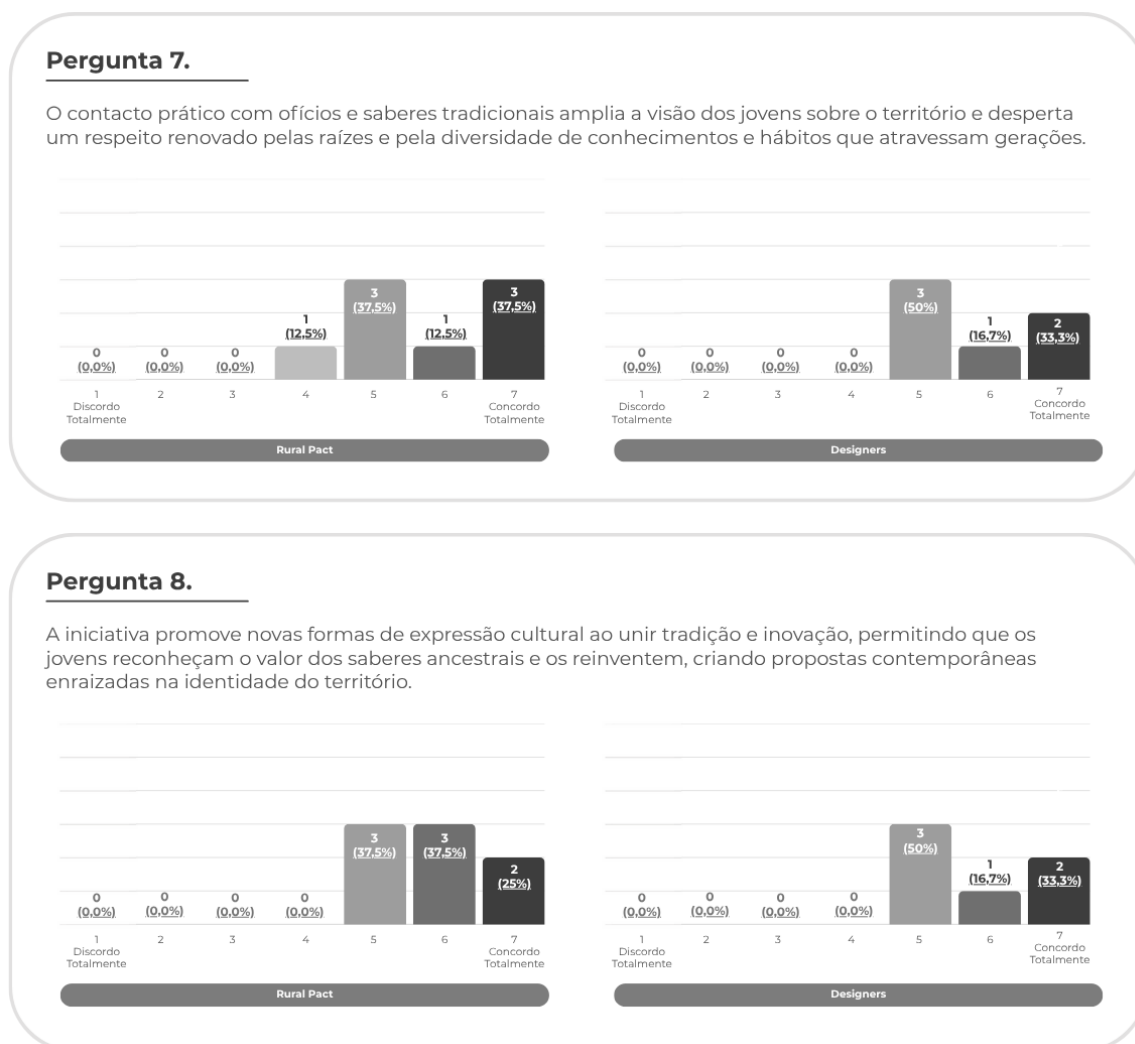


Fig. 71- Inquéritos por Questionários Stakeholders Pergunta 7 e 8. Fonte: Autora, 2025

Do ponto de vista sociocultural, a iniciativa é vista como um meio capaz de potencializar a valorização das zonas rurais, com as respostas a revelarem uma tendência positiva consistente.

Ao cruzar estes dados com os obtidos nas perguntas iniciais (1 a 4), observa-se que os stakeholders concordam que a dimensão cultural e identitária destas aéreas é um fator importante capaz de incentivar o envolvimento dos jovens. Porém, essa percepção revela-se mais cautelosa, com as respostas a situarem-se, maioritariamente, entre os níveis 5 e 7, indicando uma concordância moderada, mas não absoluta. Esta oscilação sugere que, embora o potencial do projeto seja reconhecido, existem dúvidas quanto à sua verdadeira eficácia em transformar os jovens, sobretudo se não houver, por parte destes, um envolvimento proativo com o meio e os seus valores culturais.

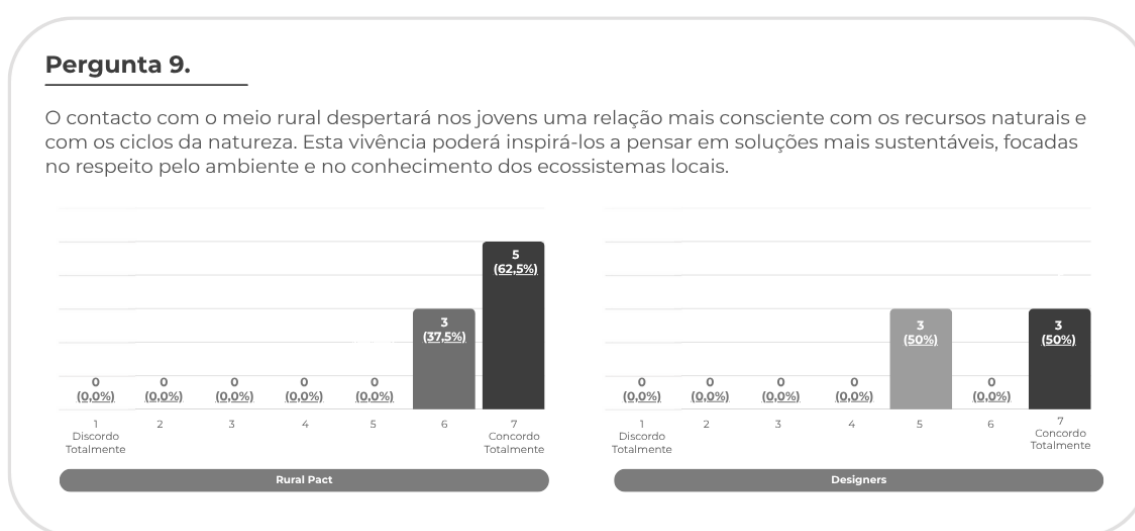


Fig. 72- Inquéritos por Questionários Stakeholders Pergunta 9. Fonte: Autora, 2025

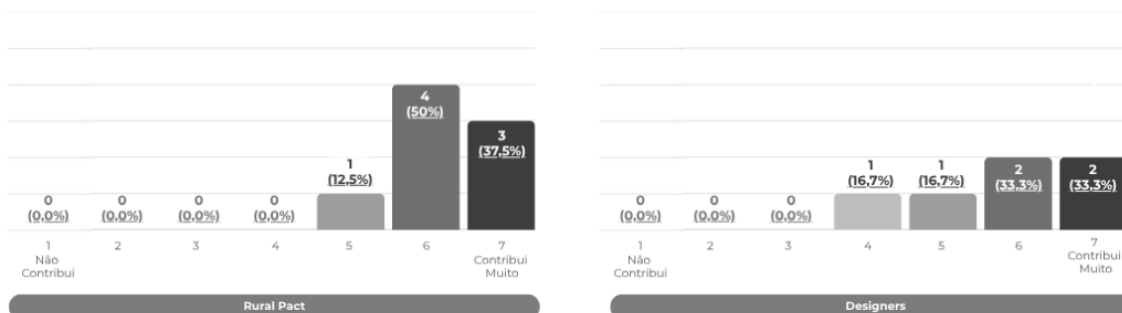
Na pergunta 9 sobre se o contacto com o meio rural despertará nos jovens uma relação mais consciente e sustentável com os recursos naturais e com a natureza, as respostas revelaram uma concordância bastante positiva, especialmente entre os membros da Rural Pact. No entanto, ao comparar estes dados com os resultados das Perguntas 7 e 8 observa-se uma ligeira oscilação nos níveis de concordância.

Esta diferença sugere que os stakeholders veem uma maior predisposição dos jovens para a consciência ambiental, mas mostram alguma prudência quanto ao seu envolvimento com saberes e práticas tradicionais. Isto é, os jovens são vistos como mais recetivos às questões ambientais do que à dimensão cultural. Esta distinção pode refletir

uma tendência geracional, onde os temas da sustentabilidade são vistos como maior preocupação face à valorização cultural, visto que esta exige um envolvimento afetivo para que essa ligação aconteça.

Pergunta 10.

Considera que uma iniciativa como esta pode contribuir de forma relevante para o desenvolvimento das zonas rurais?



Pergunta 10.1.

Porquê?

- | Rural Pact | Designers |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> Any measure to support these communities is always positive. Often Rural Areas are closed to exchange and innovation due to limited interaction with "urban" more dynamic life. Thus many potential advantages are closed to both type of populations bringing decadence to the rural one and highly standardizing and levelling the creativity of the latter. Life in rural areas can be beautiful if culture, transportation, social events, community spaces are available. Young students might discover they love living in the country side. Just the fact that more people are living in them will help with the development. As more people learn by word of mouth about what's that experience is like, the population should also increase. Attracting people with different education and experiences in rural areas, will have a synergy effect on the community. Because it gives space for engagement and learning, which lacks in rural areas. | <ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento do meio e criação de novos estabelecimentos comerciais. Para que as zonas rurais não morram no esquecimento, para acrescentar valor às zonas rurais e que estão na eminência de desaparecer populacionalmente e com todos os seus recursos, para que exista o motivo de apostar mais nas zonas em risco da desertificação, para se valorizar todo o território e para evitar os grandes aglomerados nas cidades, para proteger o território e o legado do passado. Pelas afirmações descritas acima. Ainda que o verdadeiro impacto, não seja simples de medir e sujeito a outros fatores que não estão aqui explanados, como o potencial económico. Só o impacto económico positivo futuro (a ocorrer) poderia contribuir para o desenvolvimento ... |

Fig. 73- Inquéritos por Questionários Stakeholders Pergunta 10 e 10.1. Fonte: Autora, 2025

Relativamente à pergunta 10 a RAIZ é percecionada como uma iniciativa pertinente e com elevado potencial para contribuir no desenvolvimento das zonas rurais (Fig.71).

Tanto os membros da Rural Pact como os designers demonstraram um grau positivo de concordância sob o impacto da proposta.

Quando questionados sobre o motivo da sua concordância (P 10.1), as respostas dadas acabam por validar as dimensões abordadas nas questões anteriores e as seguintes, reconhecendo que a iniciativa é um mecanismo de regeneração territorial com um impacto social, cultural e económico positivo. Salienta-se que a perceção do aumento de pessoas, especialmente jovens, nestes territórios pode gerar um efeito multiplicador na dinamização e atratividade local, promovendo a criação de um ambiente propício à aprendizagem, ao envolvimento comunitário e à valorização do meio rural.

Esta dinâmica é vista como uma oportunidade para revitalizar o tecido económico local através do surgimento de novos negócios. Contudo, é também referido que o sucesso da regeneração destas áreas depende de fatores externos, com especial ênfase para as condições económicas e de investimento a médio e longo prazo.

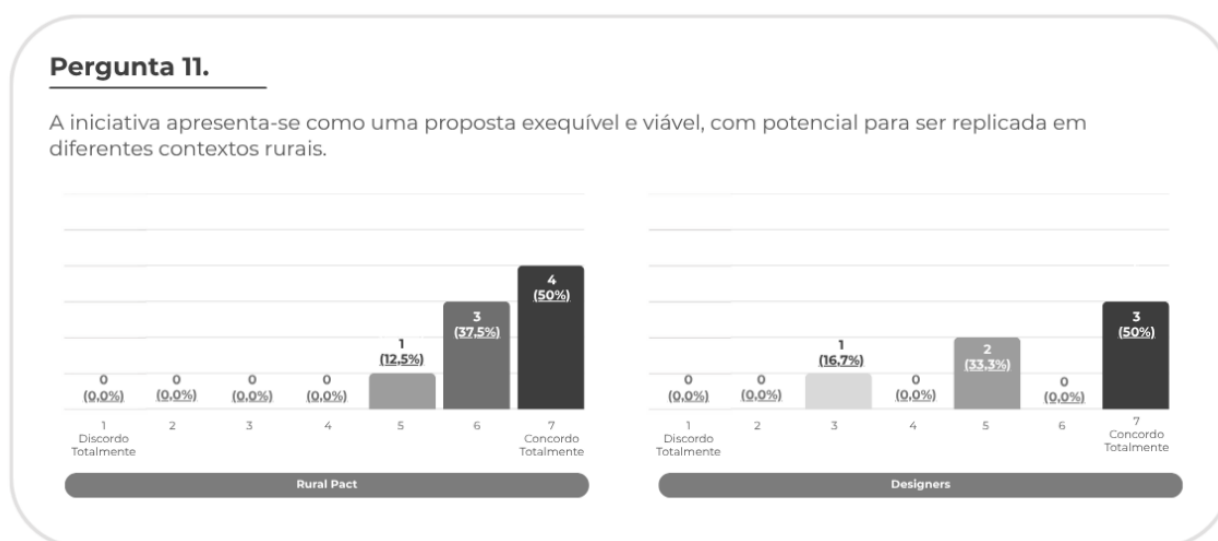


Fig. 74- Inquéritos por Questionários Stakeholders Pergunta 11. Fonte: Autora, 2025

Segundo a questão 11 sobre a exequibilidade e viabilidade da iniciativa, bem como o seu potencial de replicação, observa-se uma tendência de otimismo por parte dos membros da Rural Pact, cujas respostas se situam entre os níveis 5 e 7, com a maioria concentrada no valor máximo de concordância. Já no caso dos designers, embora metade tenha selecionado o valor 7, registam-se também respostas nos níveis 3 e 5, indicando uma postura mais cautelosa relativamente a esta questão.

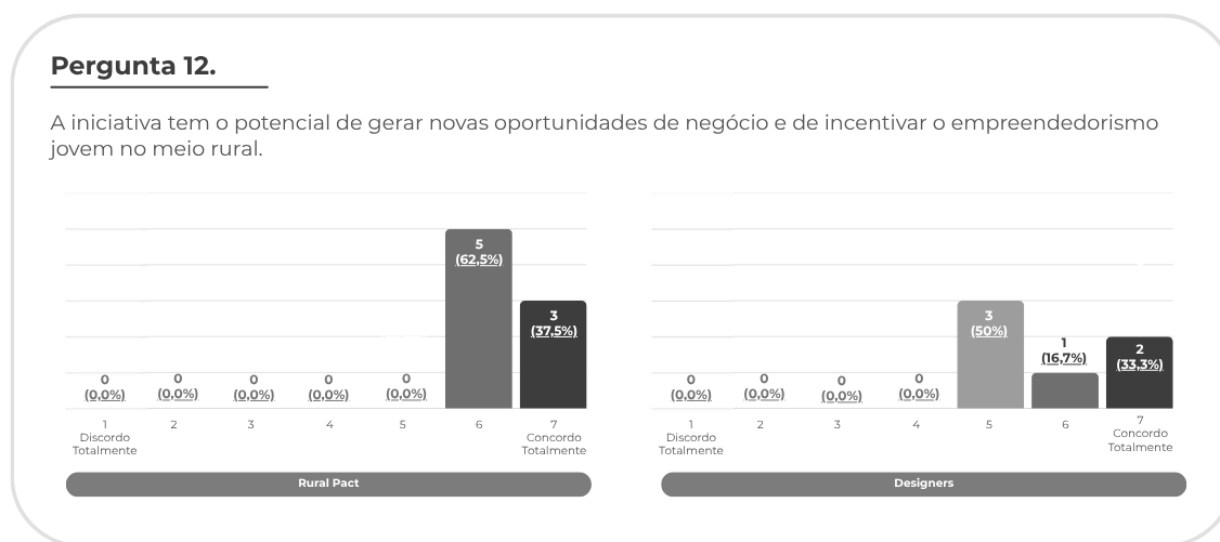


Fig. 75- Inquéritos por Questionários Stakeholders Pergunta 12. Fonte: Autora, 2025

Existe um grande grau de concordância entre os inquiridos quanto ao potencial da iniciativa para fomentar o empreendedorismo jovem e gerar oportunidades no meio rural. No grupo Rural Pact, todos os participantes escolheram os níveis mais altos de concordância (6 e 7). Entre os designers, existe uma ligeira dispersão, com a maioria a demonstrar concordância (níveis 5 a 7) mas não tanto quanto o grupo anterior.

Pergunta 13.

Acredito que os habitantes locais aceitarão bem o projeto e a presença dos jovens estudante

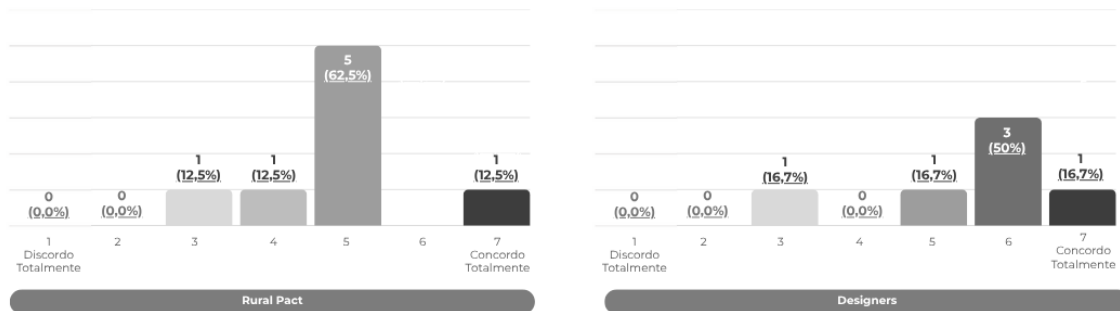


Fig. 76- Inquéritos por Questionários Stakeholders Pergunta 13. Fonte: Autora, 2025

Referente à aceitação da presença dos jovens por parte das comunidades locais, o grupo Rural Pact manifestou uma opinião tendencialmente mais neutra, enquanto os designers mostraram-se mais otimistas. Esta dissimilitude poderá refletir uma maior sensibilidade à questão por parte dos membros do Rural Pact, uma vez que estes estão diretamente ligados às dinâmicas das comunidades rurais e, por isso, têm um conhecimento mais aprofundado das suas realidades, resistências e expectativas. Por isso, têm uma perceção mais realista dos obstáculos que envolvem a integração de novas pessoas nos territórios, ainda por cima jovens externos ao contexto local.

Pergunta 14.

Considera que a iniciativa pode contribuir para o reforço do sentimento de segurança das comunidades locais?

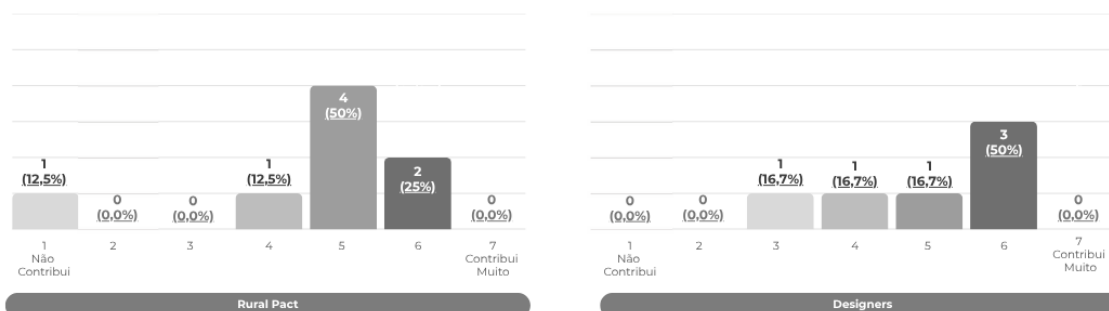


Fig. 77- Inquéritos por Questionários Stakeholders Pergunta 14. Fonte: Autora, 2025

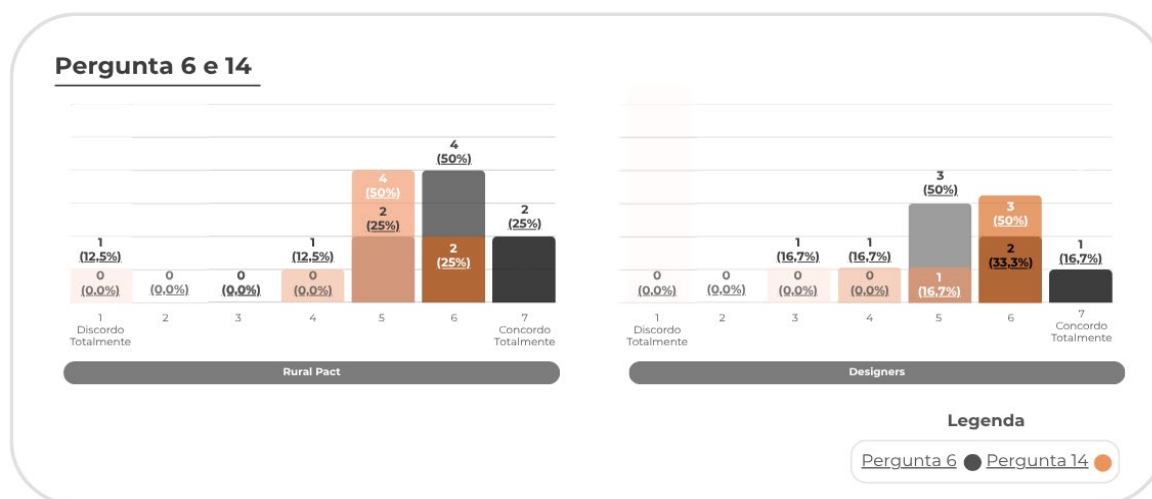


Fig. 78- Inquéritos por Questionários Stakeholders Cruzamento Pergunta 6 e 14. Fonte: Autora, 2025

Cruzando as respostas das questões 6 e 14, afere-se que os inquiridos reconhecem o potencial do projeto para reforçar os laços sociais e combater a solidão (P6), com as respostas entre os níveis 5 e 7 de concordância em ambos os grupos de stakeholders. Contudo, quando a questão se foca no reforço do sentimento de segurança das comunidades locais que o projeto poderá trazer (P14), a intensidade das respostas diminui, ficando entre os 4 e 6, com um dos inquiridos a indicar mesmo o nível 1. Sugerindo que, embora a ligação entre coesão social e segurança emocional seja reconhecida, há uma percepção menos consensual da sua eficácia. Ainda que a presença de novos fluxos no território traga a oportunidade de criar um ambiente mais próximo, no qual os habitantes se sintam mais seguros e acompanhados.

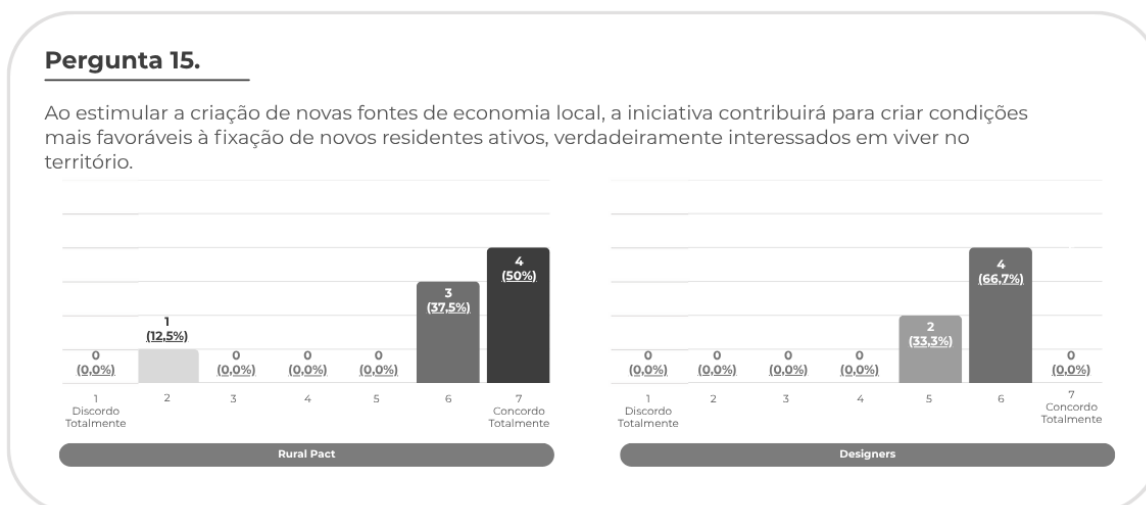


Fig. 79- Inquéritos por Questionários Stakeholders Pergunta 15. Fonte: Autora, 2025

Pergunta 10 e 15					
Rural Pact			Designers		
Pergunta 10	Pergunta 10.1	Pergunta 15	Pergunta 10	Pergunta 10.1	Pergunta 15
6	Any measure to support these communities is always positive.	6	5	Desenvolvimento do meio e criação de novos estabelecimentos comerciais.	6
7	Often Rural Areas are closed to exchange and innovation due to limited interaction with "urban" more dynamic life. Thus many potential advantages are closed to both type of populations bringing decadence to the rural one and highly standardizing and levelling the creativity of the latter.	7	6	Para que as zonas rurais não morram no esquecimento, para acrescentar valor às zonas rurais e que estão na eminência de desaparecer populacionalmente e com todos os seus recursos, para que exista o motivo de apostar mais nas zonas em risco da desertificação, para se valorizar todo o território e para evitar os grandes aglomerados nas cidades, para proteger o território e o legado do passado.	5
7	Life in rural areas can be beautiful if culture, transportation, social events, community spaces are available. Young students might discover they love living in the country side.	7	6	Pelas afirmações descritas acima. Ainda que o verdadeiro impacto, não seja simples de medir e sujeito a outros fatores que não estão aqui explanados, como o potencial económico.	5
6	Because it gives space for engagement and learning, which lacks in rural areas.	6	4	Só o impacto económico positivo futuro (a ocorrer) poderia contribuir para o desenvolvimento ...	6
6	Just the fact that more people are living in them will help with the development. As more people learn by word of mouth about what's that experience is like, the population should also increase.	7			
7	Attracting people with different education and experiences in rural areas, will have a synergy effect on the community.	6			

Fig. 80- Inquéritos por Questionários Stakeholders Cruzamento Pergunta 10 e 15. Fonte: Autora, 2025

Ao comparar as respostas das perguntas 10 e 15, verifica-se uma consistência nas perceções de ambos os grupos de stakeholders. As justificações apresentadas por alguns dos inquiridos na pergunta 10.1 reforçam esta coerência, evidenciando também diferenças na forma como cada grupo interpreta o impacto da iniciativa. O grupo Rural Pact possui uma visão focada nos efeitos socioculturais e comunitários, destacando o papel do projeto na dinamização social, no envolvimento intergeracional e na valorização das vivências no meio rural. Já os designers tendem a apresentar uma visão mais pragmática e económica, mostrando preocupações com a viabilidade da proposta, pois esta depende de fatores externos ao projeto.

Somente um dos designers manifestou preocupação com o declínio das zonas rurais, frisando a urgência de agir e intervir sob a desertificação territorial destas áreas. Esta perspetiva evidencia, o cerne da presente investigação e do projeto proposto, intervir neste fenómeno e contribuir para a continuidade e regeneração dos contextos rurais.

Curiosamente, esta visão vai ao encontro de uma das respostas dos membros do Rural Pact, que afirma “qualquer medida para apoiar as comunidades rurais é sempre positiva”, revelando uma consciência partilhada sobre a vulnerabilidade destes territórios e a necessidade de promover ações que contrariem as dinâmicas de despovoamento.

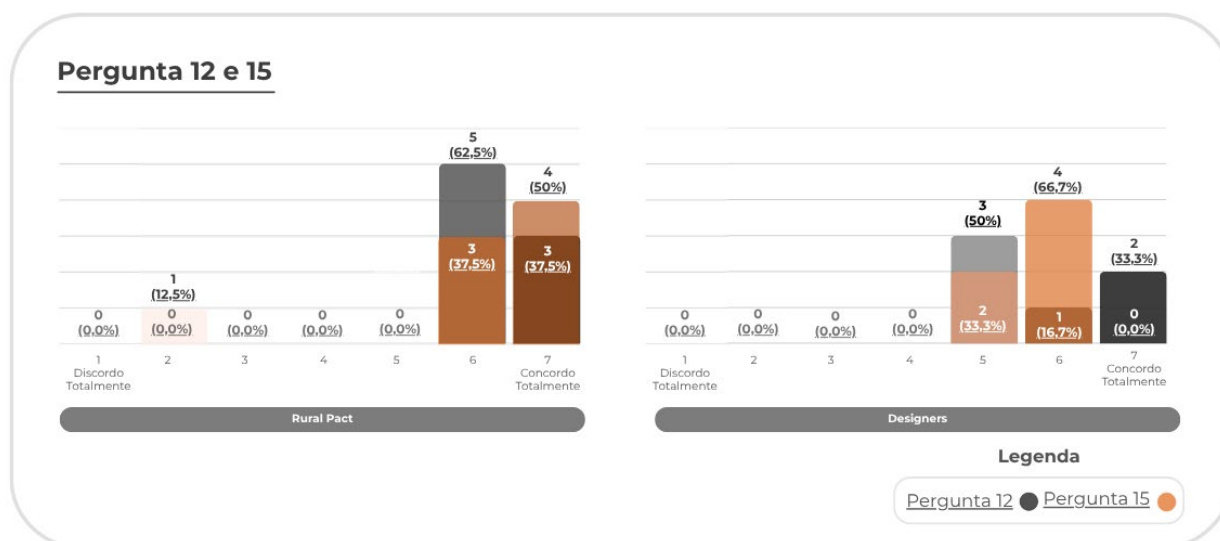


Fig. 81- Inquéritos por Questionários Stakeholders Cruzamento Pergunta 12 e 15. Fonte: Autora, 2025

Quando a análise se estende à avaliação da dinamização económica e se esta contribuirá para a fixação de novos residentes, a perceção sofre ligeiras alterações face à questão 12. No grupo Rural Pact, embora a maioria das respostas continue elevada, um dos inquiridos optou pelo nível 2, sugerindo uma reserva quanto à eficácia da iniciativa nesse objetivo específico. Entre os designers, nota-se uma descida nos níveis de concordância, com as respostas concentradas nos níveis 5 e 6.

Esta diferença de perceções mostra que, embora o estímulo à economia local seja valorizado, há uma menor convicção de que esse fator, por si só, seja suficiente para garantir a fixação de novos residentes no território.

Pergunta 16.

Acredito que os jovens aceitarão bem a presença e participação da comunidade local.

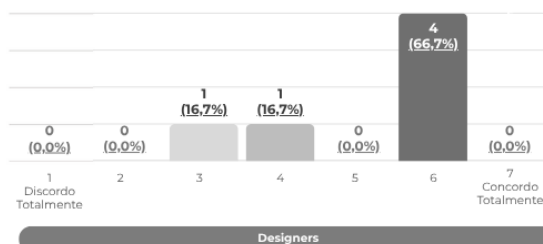
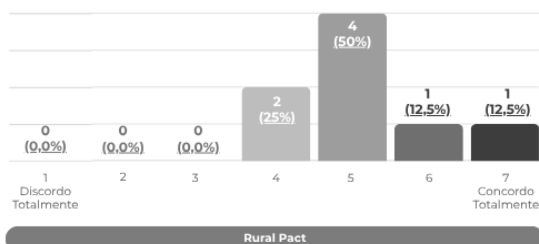
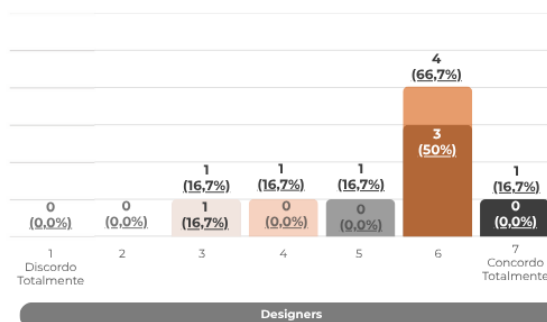
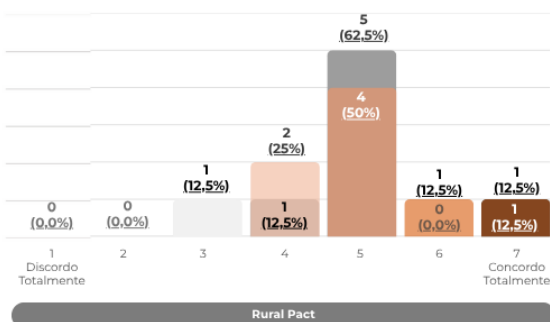


Fig. 83- Inquéritos por Questionários Stakeholders Pergunta 16. Fonte: Autora, 2025

Pergunta 13 e 16



Legenda

Pergunta 13 ● Pergunta 16 ●

Fig. 82- Inquéritos por Questionários Stakeholders Cruzamento Pergunta 13 e 16. Fonte: Autora, 2025

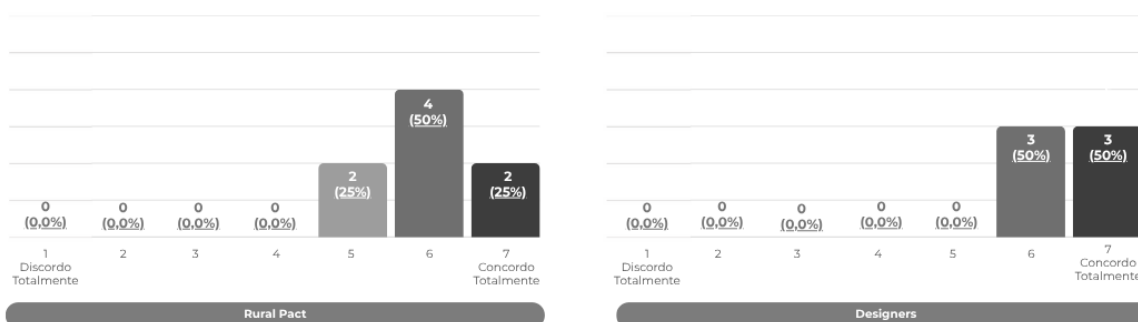
Cruzando os dados das perguntas 13 e 16, verifica-se que tanto os jovens como as comunidades locais são percecionados como recetivos à interação na iniciativa. No entanto, embora a diferença seja subtil, os resultados indicam uma tendência para considerar os jovens como mais disponíveis e abertos à participação do que a própria comunidade local.

Este resultado pode estar relacionado com o facto de os jovens tenderem a ser mais abertos a novas experiências e menos enraizados nas dinâmicas da comunidade

local. Permitindo-lhes adotar uma postura mais neutra e colaborativa, muitas vezes desprovida de preconceitos ou barreiras culturais. Porém, os habitantes locais, frequentemente mais velhos, tendem a apresentar um forte sentido comunitário e social dentro do seu próprio círculo, como se verificou nas respostas ao questionário analisado no capítulo anterior. No entanto, essa mesma coesão pode traduzir-se numa maior resistência a intervenções externas, sobretudo quando estas envolvem mudanças nos seus hábitos ou modos de vida.

Pergunta 17.

A iniciativa é um modelo que poderia integrar-se nas políticas públicas municipais para revitalização rural.



Pergunta 18.

Considera que as autarquias ou outras entidades públicas deveriam apostar numa iniciativa como esta para combater o despovoamento das zonas rurais?

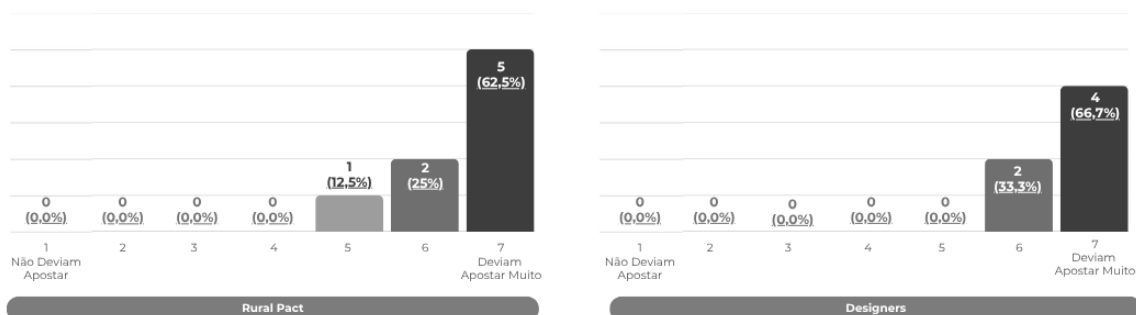


Fig. 84- Inquéritos por Questionários Stakeholders Pergunta 17 e 18. Fonte: Autora, 2025

Pergunta 18.1.

Se respondeu 4 ou inferior, porquê?

Rural Pact

- This is a theoretical answer, the initiative can be successful, in my view, only if local life "wellness" is improved as in many rural areas the social services are limited.

Designers

- Em qual das questões? Desde que seja pelo menos uma? Clarificar este ponto. Sem prejuízo, vou assumir que seja pelo menos uma (Q11): Não se compreende qual é o processo que permite a iniciativa ser exequível e viável financeiramente. Na realidade, temos questões (como a Q19) que pretendem saber aspecto da iniciativa, mas falta informação (pouco detalhe na introdução e/ou link para conhecer melhor) para responder com conhecimento (que vi que está a seguir mais informação...).

Fig. 85- Inquéritos por Questionários Stakeholders Pergunta 18.1 Fonte: Autora, 2025

Através dos dados obtidos nas respostas às perguntas 17 e 18, observa-se que tanto os membros do Rural Pact como os designers reconhecem o potencial da iniciativa para ser integrada nas políticas públicas municipais de revitalização rural. Na Pergunta 17, verifica-se um elevado grau de concordância, com respostas entre os níveis 5 e 7 da escala. Esta tendência intensifica-se na Pergunta 18, onde a maioria considera que as autarquias e outras entidades públicas devem apostar fortemente em iniciativas como esta para combater a desertificação rural.

Embora a Pergunta 18.1 estivesse destinada apenas a participantes que atribuísem uma pontuação igual ou inferior a 4, alguns inquiridos optaram por partilhar alguns comentários. Um membro do Rural Pact salientou que o sucesso da iniciativa dependerá da melhoria das condições de vida local, nomeadamente no que diz respeito aos serviços e infraestruturas habitualmente limitadas nas zonas rurais. Esta observação torna-se relevante numa fase inicial de implementação do projeto, por ser expectável que a presença de jovens possa contribuir para a criação de dinâmicas capazes de gerar novas infraestruturas e serviços a médio e longo prazo.

Pergunta 19.

A iniciativa demonstra respeito pelas dinâmicas culturais e sociais existentes nas comunidades?

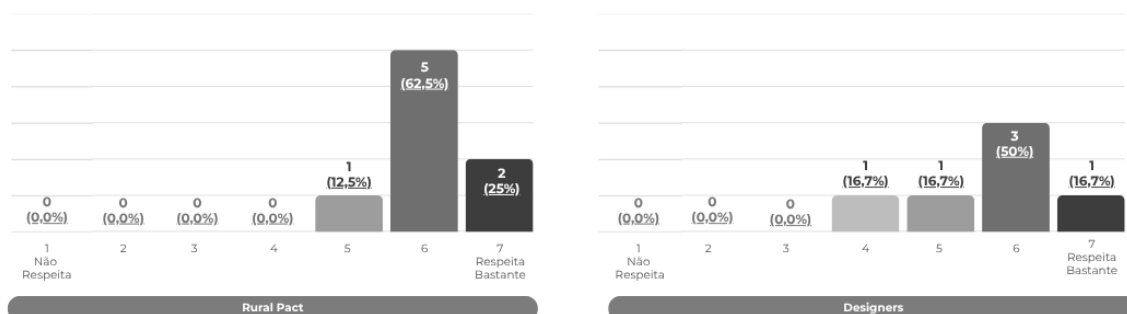


Fig. 87- Inquéritos por Questionários Stakeholders Pergunta 19. Fonte: Autora, 2025

Pergunta 10 e 19

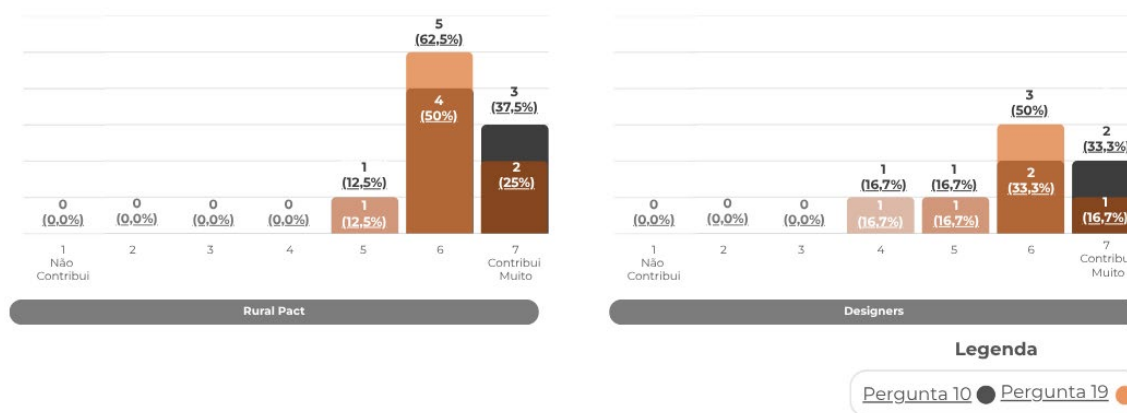


Fig. 86- Inquéritos por Questionários Stakeholders Cruzamento Pergunta 10 e 19. Fonte: Autora, 2025

Quando analisadas em conjunto, as respostas às perguntas 10 e 19 mantêm coerência, especialmente entre os membros do Rural Pact. O facto da avaliação dada por este grupo ser mais elevada dada na pergunta 19 pode ser justificada nas respostas abertas da pergunta 10.1, nas quais é evidente uma valorização da dimensão social e cultural da iniciativa. Estas respostas indicam que os inquiridos acreditam que a proposta não só respeita as dinâmicas sociais e culturais existentes nas zonas rurais, como também tem o potencial de as reativar e dinamizar os territórios onde se insere.

Por outro lado, embora os designers também tenham atribuído valores positivos à pergunta 19, as suas respostas são ligeiramente inferiores. Esta dispersão é congruente visto que as justificações apresentadas na pergunta 10.1, recaem sobre a eficácia da proposta em termos de impacto económico. Fazendo com que as suas perceções estejam mais orientadas para os resultados tangíveis e para o potencial da iniciativa como meio de regeneração territorial através da criação de dinâmicas económicas, evidenciando uma menor atenção às especificidades socioculturais das comunidades locais.

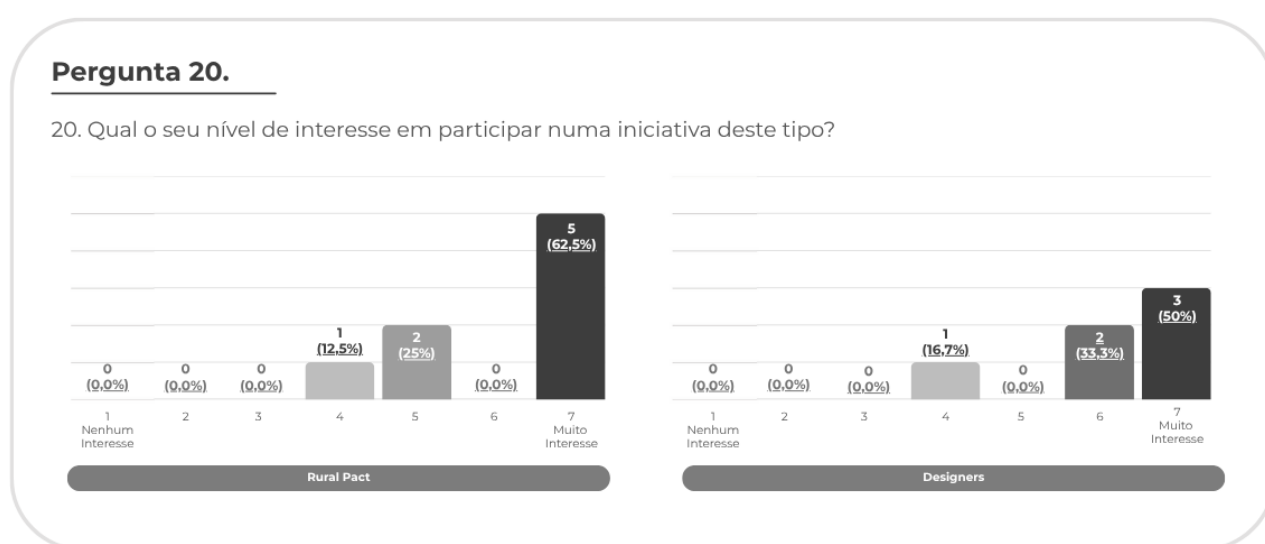


Fig. 88- Inquéritos por Questionários Stakeholders Pergunta 20 Fonte: Autora, 2025

Quando questionados sobre o seu nível de interesse, os stakeholders reforçam os padrões já observados ao longo das respostas anteriores. O grupo Rural Pact demonstra um envolvimento maior, com cinco dos participantes a atribuírem a classificação máxima. Este resultado confirma não só a valorização dos objetivos propostos, mas também uma forte predisposição para o envolvimento direto, refletindo uma identificação clara com os propósitos do projeto, o que é coerente face aos interesses do grupo.

Por sua vez, o grupo dos **Designers** manifesta igualmente um interesse relevante, com metade dos participantes a escolherem o valor máximo da escala. Este dado é especialmente significativo, uma vez que alguns dos inquiridos exercem funções como

docentes e investigadores, o que poderá indicar uma predisposição concreta para colaborar ativamente na iniciativa, nomeadamente enquanto formadores dos jovens envolvidos.

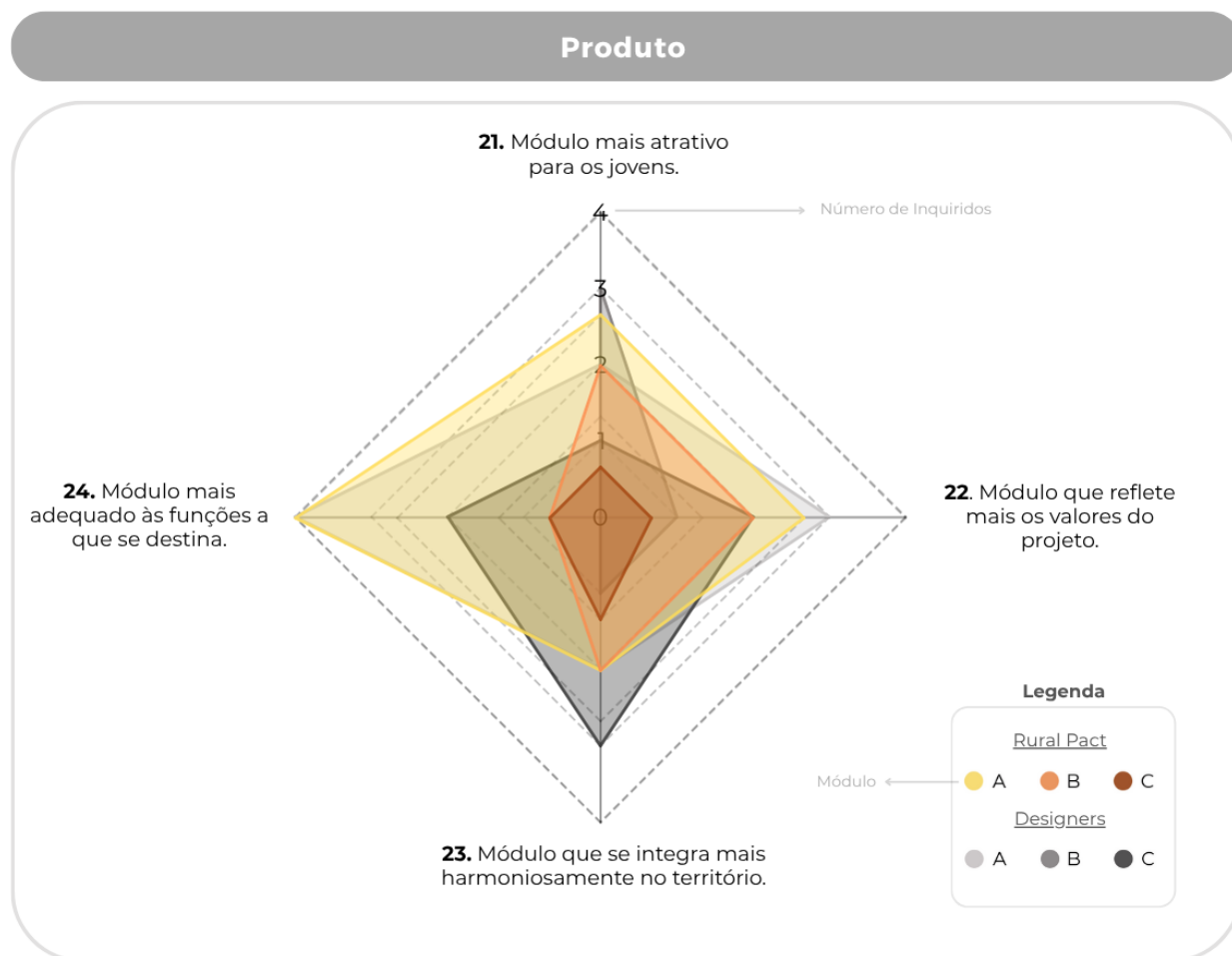


Fig. 89- Inquéritos por Questionários Stakeholders Pergunta 21 a 24 Fonte: Autora, 2025

No que se refere à aparência dos módulos, constatou-se um consenso em torno da opção A sendo a mais votada ao longo das questões entre ambos os stakeholders. O módulo A destacou-se por responder, maioritariamente, a critérios objetivos, como a funcionalidade, praticidade, comodidade e a facilidade de instalação e remoção. Para além dos aspetos técnicos, foram também atribuídas ao módulo A algumas qualidades subjetivas, nomeadamente a sua capacidade de gerar e promover a interação social.

Em segundo lugar, surge o módulo B, cuja preferência associa-se sobretudo a dimensões subjetivas, sendo descrito como uma proposta moderna, capaz de estimular a criatividade e favorecer relações sociais com os habitantes locais. Estes atributos foram especialmente destacados pelos inquiridos da comunidade Rural Pact, refletindo uma perceção diferenciada face aos designers, que tendem a privilegiar opções assentes em aspetos mais funcionais.

Apesar de ter sido a menos escolhida no conjunto geral das respostas, a opção C foi considerada pelos designers como a que melhor se integra no território. Já entre os membros da Rural Pact, verificou-se um empate nas preferências entre as opções A e B.

No [Anexo 12](#) é possível consultar as justificações dadas a cada resposta relativamente ao produto.

Pergunta 25.

Tem sugestões para melhorar o projeto? O que mudaria ou acrescentaria à iniciativa?

Rural Pact

- It'd make more sense to have young people living in village homes.They'd blend in better, connect more with the locals, and it wouldn't put as much strain on the environment or the community.
- Rural areas are full of empty spaces that can be reused for the project, it will be more difficult to find spaces for new buildings.
- The future doesn't lie in building anew, but in reimagining what we have. Design must turn to the abandoned structures — to reuse, recycle, and recover spaces and materials that once served us, and can serve again, differently.

Designers

- Indicação de onde seria feita a colocação destes módulos, na povoação ou fora da povoação.
- O projeto, na sua perspetiva de ligação entre saberes artesanais, e os designer é de grande interesse e será útil para a comunidade local (se a "coisa" correr bem). Pessoalmente não creio que essa missão exigisse o custo de uma edificação própria - que pode até obstaculizar pela via económica a implementação do processo. Mas, a achar isso necessário eu tenderia a desenvolver estruturas que pudessem ser transportadas pro um camião e colocadas temporariamente num determinado local (como se fossem um contentor)...
- Questão 12 a iniciativa terá de ser governamental e com decisão de descentralizar os recursos humanos, infraestruturas, serviços, acessos. Questão 15 Há ainda o estigma das baixas remunerações e excessivo trabalho nas zonas rurais. Quanto ao projeto a proposta C é mais adaptável aos locais, porém terá de ser explorada a hipótese de fazer melhor a conexão entre módulos e o poder garantir espaços interiores (PÁTIOS) para convívio e atividades ao ar livre. O exemplo C é mais acolhedor para os utilizadores e torna-se mais discreto para os ambientes envolventes.

Fig. 90- Inquéritos por Questionários Stakeholders Pergunta 25 Fonte: Autora, 2025

Relativamente às sugestões que podem melhorar o projeto, todos os membros da Rural Pact que responderam a esta questão salientaram a importância de utilizar habitações já existentes nas aldeias. Defendendo que a reabilitação de espaços

abandonados é uma estratégia crucial, por permitir “reutilizar, reciclar e recuperar espaços e materiais que um dia nos serviram e nos podem voltar a servir, de forma diferente”. Ademais, foi referido que poderá ser difícil encontrar um local adequado para a instalação dos módulos, o que é oportuno, visto que existem zonas rurais localizadas em áreas íngremes e de muito florestação, o que pode dificultar a implementação dos módulos. Reforçando a pertinência de reaproveitar o edificado existente.

Em contrapartida, os designers manifestaram alguma reserva ao que diz respeito à reabilitação de edifícios, considerando que esta opção pode ser um obstáculo à implementação do projeto, devido aos custos que isso acarretaria. Igualmente foi questionado onde seriam colocados os módulos se dentro ou fora das povoações, indo um pouco ao encontro do facto anterior de existirem zonas rurais com condicionantes que podem impedir a colocação dos módulos.

Acrescenta-se ainda a observação de que o sucesso do projeto dependerá, sobretudo, de iniciativas governamentais. Segundo esta perspetiva, apenas o poder público consegue “descentralizar os recursos humanos, infraestruturas, serviços e acessos” para criar dinâmicas económicas. Pois sem elas existirá o estigma persistente em torno destas áreas, associado às baixas remunerações e ao excesso de trabalho, fatores que podem influenciar a atratividade destes territórios para potenciais residentes.

Para terminar, um dos designers referiu que o módulo C é o mais acolhedor e discreto, adaptando-se bem às localidades rurais. No entanto, destacou que seria interessante melhorar a ligação entre os módulos, de modo a criar pátios de convívio que incentivem atividades ao ar livre. Esta sugestão aproxima-se, em certa medida, da configuração do módulo A, cuja disposição favorece naturalmente a criação de espaços comuns exteriores.

4.5. Contributos Complementares da Comunidade Rural Pact

Paralelamente, e a título de contextualização, o questionário foi partilhado por meio de uma discussão aberta no fórum Culture and creativity in rural areas, visando divulgar a iniciativa e recolher respostas. Esta interação gerou um conjunto de comentários espontâneos por parte dos membros que, embora não estejam integrados formalmente no questionário, constituem um contributo complementar relevante para a análise e serão apresentados a seguir.

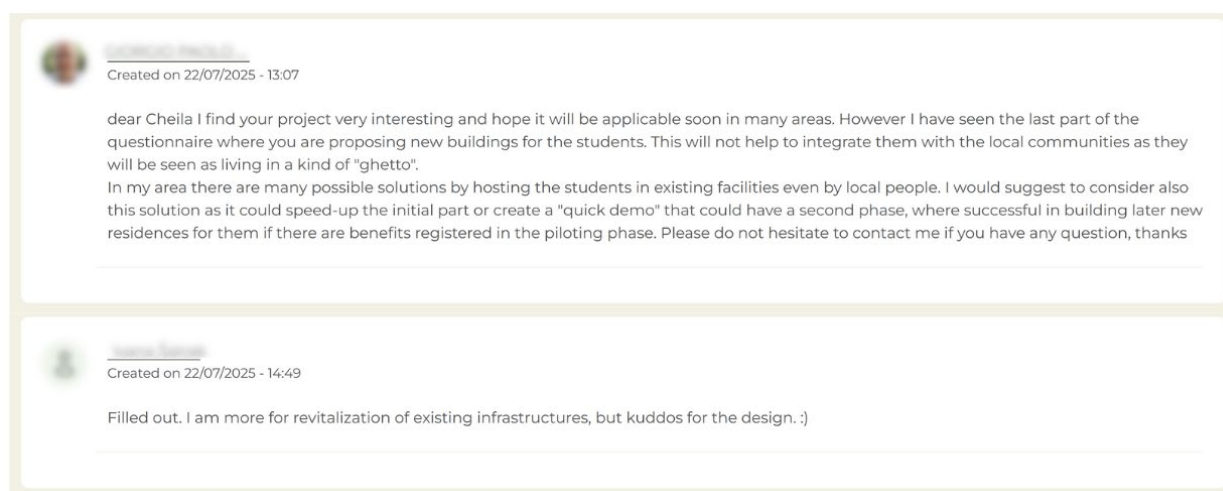


Fig. 91- Feedback complementar da Rural Pact, Fonte: Autora, 2025

O contributo dado reforça a opinião verificada no questionário, o grupo privilegia a reutilização de infraestruturas já existente, em detrimento da construção de módulos. Uma sugestão oferecida que poderia acelerar o arranque e validação do projeto seria a utilização de habitações de residentes. Assim era possível avaliar a eficácia da iniciativa antes de avançar para reabilitações ou construções permanentes.

4.6. Conclusão Sobre a Avaliação dos Stakeholders

Através do questionário, verificou-se que ambos os grupos estão recetivos com o projeto. A comunidade Rural Pact o foi o grupo que demonstrou maior entusiasmo em relação à iniciativa, sobretudo no que se refere ao seu potencial sociocultural. Este

resultado era expectável, dado que os membros trabalham e interessam-se por esta temática, sendo naturalmente mais propensos a valorizar dimensões como a coesão social, a valorização cultural e o envolvimento comunitário que a proposta pode gerar nas zonas rurais. No entanto, este grupo manifestou algumas reservas em aspetos mais pragmáticos, como a integração dos jovens nas comunidades e a aceitação destes por parte das mesmas, reconhecendo que o verdadeiro sucesso do projeto dependerá de um processo de adaptação mútua.

Por sua vez, os designers mantiveram uma recetividade positiva com a iniciativa, mas adotaram uma postura mais prudente face à sua viabilidade e exequibilidade, questionando se esta será suficiente para ajudar a reverter o processo de desertificação territorial. Para estes, o desenvolvimento das áreas rurais depende sobretudo da criação de novas dinâmicas económicas, um fator externo ao projeto que não é controlável, mas que este pretende estimular.

É pertinente referir que a diferença de perspetivas e preocupações entre os stakeholders reflete, subtilmente, uma tendência identificada ao longo da investigação relativamente à definição de qualidade de vida. Enquanto os habitantes de zonas rurais tendem a valorizar critérios subjetivos, como os vínculos comunitários e culturais, os de zonas urbanas tendem a privilegiar critérios objetivos, como infraestrutura, serviços e condições económicas. Embora não se possa afirmar que todos os membros da Rural Pact vivem em zonas rurais, nem que todos os designers residem em áreas urbanas, o contexto com que interagem no seu quotidiano influencia as suas perceções. Assim, a Rural Pact, pela sua ligação às dinâmicas rurais, aproxima-se mais da valorização subjetiva, enquanto os designers, inseridos em contextos mais técnicos e funcionais, revelam uma visão orientada para critérios objetivos, como a viabilidade técnica, a funcionalidade e o impacto económico.

Assim, a escolha destes dois grupos acabou por equilibrar estas duas as dimensões que moldam o conceito enriquecendo a análise global do projeto incorporando tanto os

fatores mensuráveis como aqueles de natureza mais intangível, mas igualmente determinantes para a aceitação e sustentabilidade da iniciativa.

Acerca dos módulos, a preferência de ambos os grupos recai sobre a opção A, valorizada maioritariamente por fatores objetivos, como a funcionalidade e a praticidade. Ficando em segundo lugar a opção B, associada sobretudo a fatores subjetivos. Com estes dados entende-se que será proveitoso propor uma nova solução que combine os pontos positivos de cada módulo, adaptando o módulo mais votado (A) tendo em conta os elementos considerados relevantes nas outras opções (B e C).

V| Capítulo 5- Proposta Final

5.1. Síntese dos Pontos Fortes dos Módulos

Para orientar o desenvolvimento do novo módulo, foi elaborada um esquema que reúne os pontos fortes identificados em cada uma das propostas. Deste modo, foi possível sistematizar as características mais valorizadas pelos stakeholders para que a proposta final integre os elementos com maior relevância e aceitação durante a fase de avaliação.

Pontos Fortes		
A	B	C
• Forma e Função; • Permite a criação de Pátios Interiores e Exteriores Definidos; • Transmite maior Comodidade para os Utilizadores; • Fácil de Instalar no Terreno; • Facilita a Vivência dos Grupos	• Design Apelativo para os Jovens; • Possui potencial para promover relações sociais com a comunidade local; • Estimula a criatividade; • Adapta-se melhor aos locais; • Permite um Maior Relacionamento entre Grupos e Habitantes	• Adapta-se melhor aos locais; • É Discreto em Relação às Envoltentes; • Menos Evasivo

Fig. 92- Pontos Fortes de Cada Módulo, Fonte: Autora, 2025

5.2. Apresentação da Proposta

Salienta-se que na secção de anexos encontra-se reunida a componente projetual, nomeadamente plantas e desenhos técnicos, sendo o presente ponto dedicado somente à apresentação visual do módulo.

5.2.1. Módulo Base

A imagem abaixo corresponde ao módulo standard, concebido como unidade-base da proposta. Contudo, é importante sublinhar que a solução prevê também a existência de versões alternativas, com menos componentes como janelas ou portas.



Fig. 93- Módulo Standard, Fonte: Autora, 2025

5.2.2. Sistema de Fecho

Relativamente ao sistema de fecho (Fig.94), a proposta apresentada assenta numa lógica de folding, de modo a otimizar o transporte, facilitar o armazenamento e simplificar o processo de montagem, uma vez que todo o mecanismo se baseia na utilização de dobradiças.

Enquanto designer júnior, reconhecesse que desenvolver um sistema destes requer competências técnicas especializadas, particularmente ao nível da logística de produção e dos processos de montagem, que tendem a ser mais complexos. Sendo esta proposta uma aproximação conceptual, funcionando como ponto de partida para futuras iterações. Refere-se ainda que soluções desta natureza exigem uma sinergia entre equipas multidisciplinares, para garantir a viabilidade técnica e a eficácia do produto final.

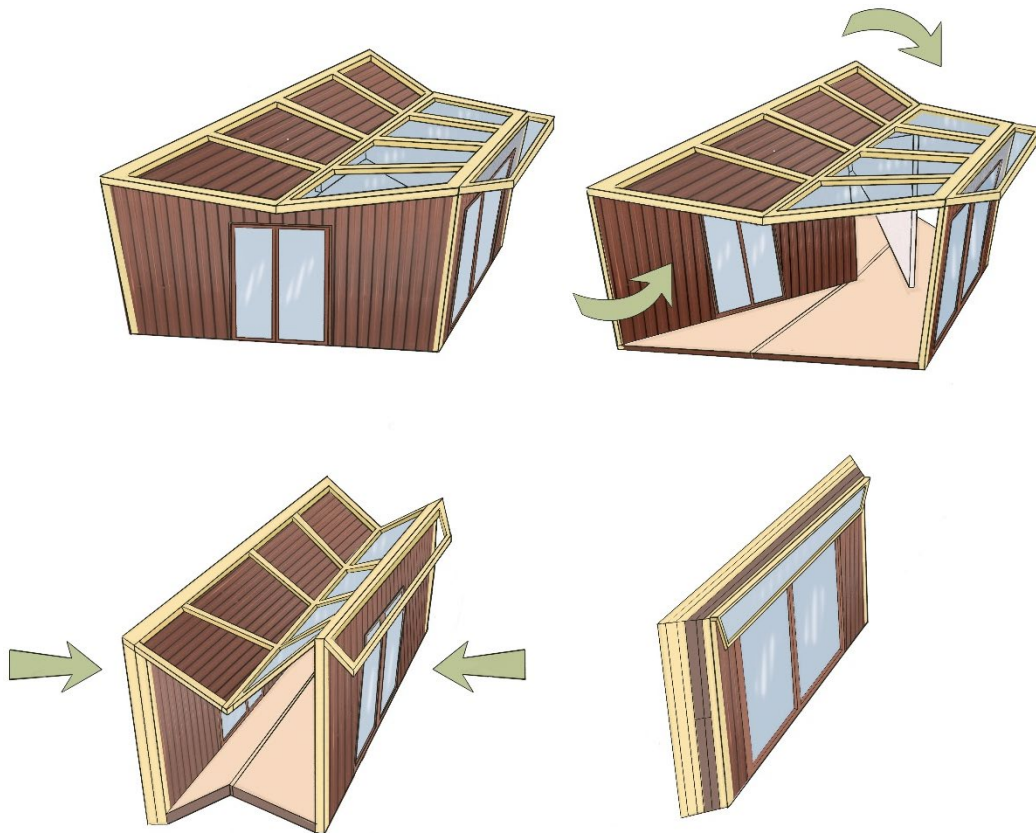


Fig. 94- Proposta de Sistema de Fecho do Módulo, Fonte: Autora, 2015

5.2.3. Organização Espacial dos Módulos

Apresenta-se abaixo uma proposta de configuração espacial dos módulos, ilustrando a possível organização destes no meio envolvente.



Fig. 95- Organização Espacial dos Módulos, Fonte: Autora, 2025



Fig. 96- Organização Espacial dos Módulos 2, Fonte: Autora, 2025

5.2.4. Layout dos Espaços Interiores

- Laboratórios:



Fig. 97- Layout Laboratórios 1, Fonte: Autora, 2025



Fig. 98- Layout Laboratórios 2, Fonte: Autora, 2025

- WC e Balneários:



Fig. 99- Layout WC, Fonte: Autora, 2025



Fig. 100- Layout Balneário 1, Fonte: Autora, 2025

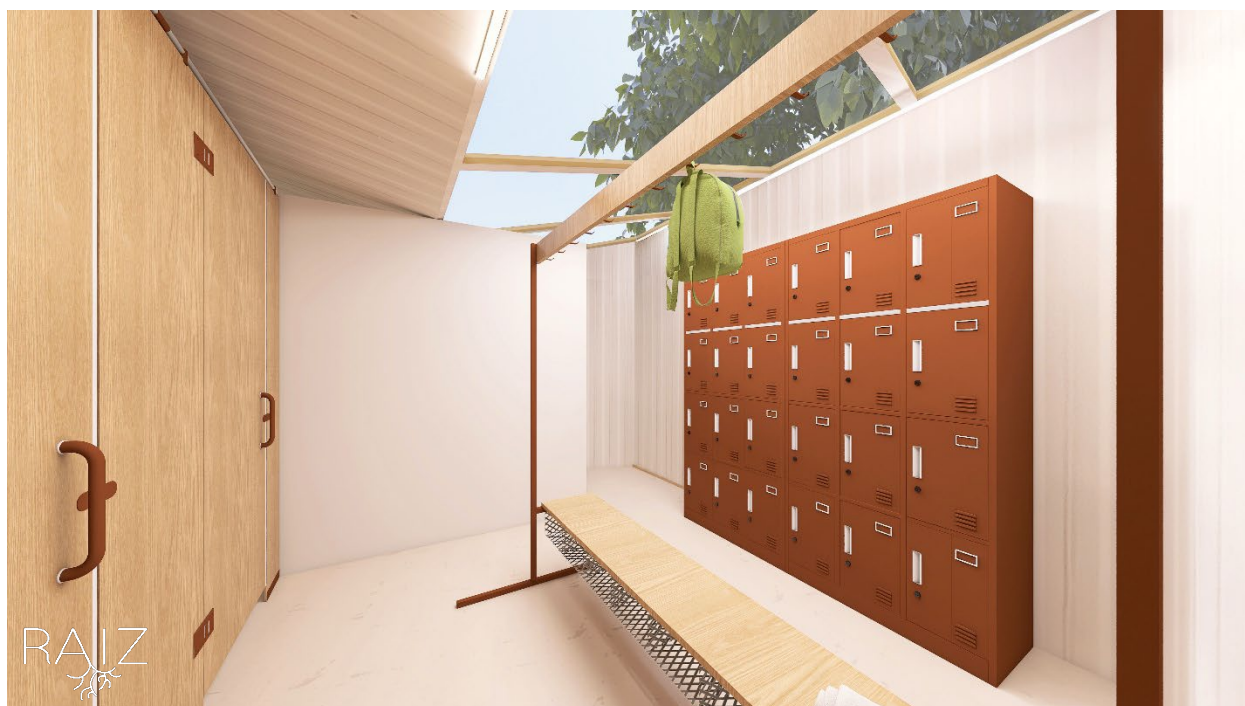


Fig. 101- Layout Balneário 2, Fonte: Autora, 2025

- Dormitórios:



Fig. 102- Layout Dormitórios 1, Fonte: Autora, 2025

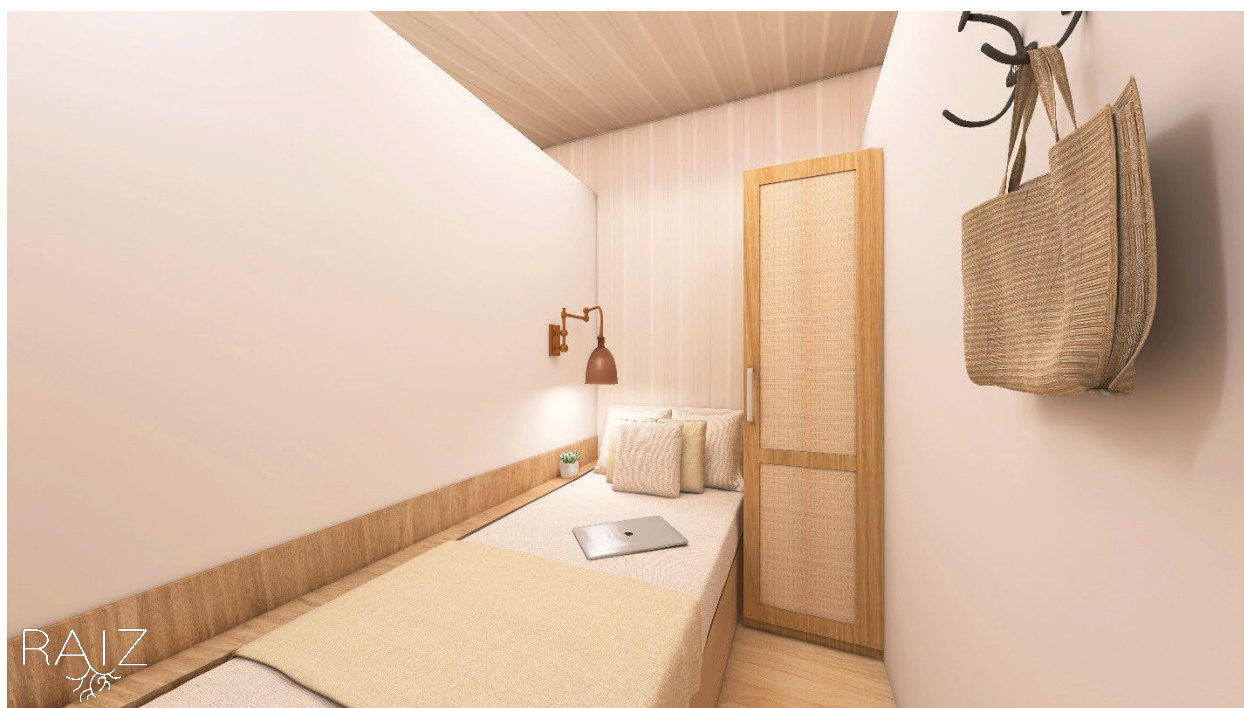


Fig. 103- Layout Dormitórios 2, Fonte: Autora, 2025

- Sala de Convívio:



Fig. 104- Layout Sala de Convívio, Fonte: Autora, 2025

VI| Capítulo 6- Conclusão

6.1. Conclusões

A presente investigação teve como principal objetivo compreender de que forma o design pode assumir um papel ativo no combate ao êxodo rural, contribuindo para a atração e fixação da população jovem nesses locais, uma faixa etária importante para garantir a continuidade, a inovação e o dinamismo das comunidades locais. Propondo, para tal, uma solução projetual de design de produto e do espaço, orientada para responder a esta questão.

Ao longo da revisão literária compreendeu-se que a desertificação territorial nas zonas rurais, resulta de décadas de negligência institucional, governamental e social, o desinvestimento no tecido empresarial local contribuiu significativamente para a estagnação económica das regiões resultando na sua desertificação e abandono.

Esta desatenção fomentou, gradualmente, a saída das populações, sobretudo das mais jovens, deixando envelhecer quem lá permaneceu. A decisão de partir surge muitas vezes como um ato forçado, resultado da incapacidade das zonas rurais oferecerem condições comparáveis às das áreas urbanas, nomeadamente no que diz respeito ao acesso a serviços básicos, infraestruturas, mobilidade, oportunidades de emprego e educação, geralmente disponível num raio próximo das residências urbanas. Num ciclo fechado, estas zonas continuam a crescer, beneficiando de investimentos cada vez maiores.

Este conjunto de fatores representa, para muitos, especialmente para os jovens, uma noção concreta de qualidade de vida. Foi por meio da investigação ativa (inquéritos por questionário e entrevistas) que se verificou que, entre os jovens, apesar de muitos manifestarem desagrado face ao ritmo de vida acelerado e ao stress característico das áreas urbanas, valorizam o bem-estar objetivo (93,9% dos jovens residentes em zonas urbanas). Este é entendido como o acesso ao conforto material e a recursos essenciais, fatores que assumem uma importância na tomada de decisões sobre onde viver, sobretudo no início da vida adulta.

Apesar de muitos reconhecerem o valor inerente do meio rural e apreciarem a qualidade de vida subjetiva, associada ao bem-estar emocional e à simplicidade, que este meio pode proporcionar, estes elementos, por si só, não são suficientes para contrariar a tendência migratória. Quem permanece nestes territórios tende a sentir-se desvalorizado e esquecido ("Isto tornou-se num dormitório!"; "Vai toda a gente trabalhar, só vão dormir à noite, não se vê ninguém na rua."), alimentando, ainda assim, a esperança de que a sua terra não seja apenas um lugar para envelhecer, mas sim um território vivo e valorizado ("Não sei, eu penso que o campo vai melhorar. Em termos de pessoas, vai tudo voltar ao campo.").

Atendendo esta realidade, constatou-se que os jovens dificilmente escolhem fixar-se permanentemente nas zonas rurais, uma vez que não estão dispostos a abdicar das condições objetivas que tanto valorizam (93,9%). Assim, uma das primeiras inferências retiradas da investigação é que a solução projetual deveria privilegiar a mobilidade em vez da fixação dos jovens.

Perante este paradigma, surgiu a dúvida, como poderia o design intervir para tornar as zonas rurais mais atrativas para os jovens?

Numa primeira fase reconheceu-se que o design social, era o ponto de partida para responder a esta questão, este consideraria não somente os aspetos funcionais, mas também os sociais, culturais e humanos da problemática. A inclusão da visão de autores como Victor Papanek (1984) e Manzini (2015) reforçaram essa ideia, o design quando pensado para o bem comum, consegue prevalecer como um agente que valoriza o território e capacita as comunidades.

Esta perspetiva abriu caminho para uma abordagem metodológica HCD (IDEO, 2015), e para a definição de 3 dimensões onde o design poderia atuar na revalorização social e territorial, sendo estas através da valorização cultural, da inclusão social e da dinamização territorial. Para compreender melhor este raciocínio e as dimensões identificadas de maneira prática, foram analisados estudos de caso onde o design foi aplicado como estratégia de revitalização de zonas rurais tendo em mente o público jovem. Complementarmente, foram incluídos outros casos pertinentes, ainda que não ligados ao contexto rural: Valldaura Labs, Borgo Office e Universidade da Beira Interior.

Com esta análise, chegou-se à inferência de que o design deve assumir um papel de mediador entre as necessidades da comunidade e as potencialidades do território, só desta forma este contribui para que as comunidades se sintam reconhecidas e representadas, incentivando o seu envolvimento. A ausência desta pode levar à dissociação entre os habitantes e o território onde vivem, enfraquecendo o vínculo comunitário, dificultando a sustentabilidade de projetos a longo prazo. Casos como o da Universidade da Beira Interior e o Valldaura Labs, demonstram que é possível mobilizar os jovens e propor-lhes dinâmicas que promovam o seu envolvimento ativo no desenvolvimento territorial, permitindo-lhes contribuir para a valorização das raízes locais que acabam por incentivar a geração de oportunidades que estimulem a economia local. É importante frisar que se compreendeu que dinâmicas como o turismo, embora possam ser uma boa fonte de rendimento a curto prazo, são instáveis, uma vez que, por norma, são sazonais e não promovem a fixação de novos habitantes, nem criam soluções que incentivem a permanência destes no território (Autora, 2025).

Por essa razão, propôs-se o projeto RAIZ que pretende mobilizar jovens e outros grupos interessados para uma experiência imersiva no território, promovendo a aprendizagem prática e colaborativa com as comunidades locais. Esta vivência estimulará a criação de laços afetivos, valorizará o conhecimento enraizado no local unindo-o ao conhecimento jovem, contribuindo assim para a regeneração social, económica e cultural das áreas rurais. Almeja-se que, a médio e longo prazo, a presença recorrente destes grupos estimule o desenvolvimento económico local, favorecendo a fixação de novos habitantes ativos, que desenvolvam os seus próprios projetos e negócios, capazes de responder às novas necessidades. Desde serviços, comércio a espaços de convívio e produção regional.

No âmbito do projeto de investigação, o design foi introduzido nesta iniciativa através do desenvolvimento de um módulo de vivência compactável e móvel, concebido para se integrar no ambiente rural, quando utilizado vários em conjunto, formam núcleos de aprendizagem. A ideia foi utilizar os módulos como protótipos para testar e validar a RAIZ e o seu impacto junto das comunidades locais e dos jovens numa fase inicial de implementação do projeto. Deste modo não se provocam alterações permanentes no espaço envolvente, nem se interfere intrusivamente nas comunidades.

Contou-se com a colaboração de stakeholders com visões distintas, para avaliar a recetividade da iniciativa enquanto conceito proposto para estimular a revitalização das zonas rurais e também para avaliar a adequação dos módulos enquanto solução física que suporta a sua implementação. A comunidade Rural Pact e Designers Seniores, avaliaram a proposta do projeto por meio de um inquérito por questionário. Os dados e o feedback recolhidos demonstraram-se, de forma geral, bastante positivos para com a iniciativa, no entanto, convém referir que surgiram algumas preocupações relativamente à efetividade do projeto na resolução do problema, visto que este conta com muitas variáveis em questão. As principais preocupações apontadas foram a integração dos jovens nas comunidades e a aceitação destes por parte das comunidades locais, e se, de facto, a iniciativa conseguiria contribuir para o crescimento económico e a resiliência destes territórios.

No que se refere à criação dos módulos portáteis para as formações multidisciplinares, concluiu-se que o desenho de uma nova proposta, desenvolvida a partir do feedback recolhido durante o processo de avaliação, foi a abordagem mais sensata, por permitir combinar os pontos fortes identificados em cada módulo previamente avaliado pelos stakeholders. Assim, a nova proposta procura reunir as condições ideais de funcionalidade, sustentabilidade, integração no território, favorecimento da criação de relações interpessoais, garantindo uma melhor aceitação e experiência por parte das comunidades e dos jovens participantes, caso se avance com a implementação futura do projeto.

Respondendo à hipótese, conclui-se que o design pode ser uma ferramenta estratégica para travar a desertificação rural, ao assumir um papel mediador entre as necessidades das comunidades e as potencialidades locais, atuando através da valorização cultural, da inclusão social e da dinamização territorial. Só desta forma é possível alcançar soluções duradouras, sustentáveis e com potencial de crescimento a longo prazo que envolvam as comunidades locais e os jovens urbanos.

Salienta-se que desde o início da investigação, entendeu-se que uma intervenção de design como a que está a ser proposta, não resolverá, por si só, a problemática do êxodo rural, uma vez que esta envolve variáveis incontornáveis que carecem de ação governamental e desenvolvimento territorial para fomentar a revitalização das zonas rurais.

Com este trabalho, procura-se consciencializar para a problemática do êxodo rural e demonstrar que o design pode e deve, ter um papel ativo no combate destas problemáticas, funcionando como ferramenta estratégica de transformação social e territorial. Aliás, pretende-se incentivar a integração do design em problemáticas onde este não é trabalhado, mostrando o seu potencial enquanto agente facilitador da mudança. O projeto desenvolvido através desta investigação evidencia que o design pode fazer mais do que criar objetos, pode gerar encontros, criar oportunidades e raízes, garantindo a melhor performance dos sistemas.

Com uma investigação empírica, reflexão crítica e uma proposta concreta, esta dissertação pretende abrir caminho, para repensar e reimaginar o desenvolvimento rural

com outros olhos. Podendo o design ser uma ferramenta imprescindível para ativar o potencial adormecido destes locais.

Questiona-se ainda, porque não terão os futuros médicos, uma pequena formação em zonas rurais, onde há um maior índice de envelhecimento e consequentemente problemas de saúde? Porque haverão de expirantes a engenheiros, designers e arquitetos ter as suas formações somente nos grandes centros urbanos? Porque não aprender com os populares e com os saberes tradicionais que estes carregam, para ganhar outras experiências e técnicas? Por que não aprender mais com o contacto com a natureza na “Biomimética”? São estas as grandes questões, que levaram a querer trabalhar um tema tão sensível quanto este.

Pretende-se, assim, inspirar o desenvolvimento de soluções que aproximem os jovens desses territórios e incentivem novas formas de viver, habitar e intervir neles.

6.2. Fatores Críticos de Sucesso

Apesar dos contributos que esta investigação oferece, é importante reconhecer algumas limitações que marcaram o seu desenvolvimento. Uma das principais foi o número de participantes nos inquéritos e entrevistas, podendo não refletir, na totalidade, todas as perspetivas existentes (Entender as perceções dos habitantes relativamente à sua realidade vivida, tanto em contextos urbanos quanto rurais), condicionando a generalização dos resultados. Esta limitação foi evidente no caso da população rural. Enquanto investigadora, compreendi que muitos dos habitantes destas localidades, sobretudo os mais idosos, não têm acesso facilitado a meios digitais ou competências para responder a inquéritos online, o que exigiu da minha parte a deslocação até às localidades para recolher dados. Essa aproximação presencial foi difícil, a natureza pessoal de algumas questões levantou algum desconforto ou desconfiança entre os potenciais inquiridos, levando vários a optarem por não participar. Este comportamento foi compreensível e até expectável, tendo em conta a minha condição de “estranha” naqueles locais, o que pode ter afetado a confiança necessária à participação.

Em segundo lugar, os dados empíricos da investigação fundamentaram-se sobretudo na recolha de perceções (Inquéritos e Entrevistas), sendo necessário reconhecer a sua natureza subjetiva, ainda que válida no âmbito do design e das ciências sociais. Destaca-se, ainda, o facto da componente projetual da investigação ter sido desenvolvida até à fase conceptual, carecendo, por isso, de implementação prática no terreno, impossibilitando a validação do seu real impacto junto das comunidades rurais.

Por fim, apesar do esforço em desenvolver uma investigação abrangente, mas coerente, as limitações de extensão impostas ao presente documento condicionaram a possibilidade de aprofundar determinados aspetos teóricos, bem como de expandir, com maior detalhe, algumas dimensões da proposta projetual. Teria sido pertinente da minha parte dedicar mais espaço e tempo à fundamentação técnica dos módulos.

6.3. Pesquisas Futuras

Espera-se que esta investigação, bem como o projeto que dela resultou, possa abrir caminhos e inspirar novos estudos tanto na área do design social como no campo do desenvolvimento territorial, prezando por investigações com uma visão mais humana e colaborativa nas suas abordagens. Reafirma-se que a implementação prática do projeto RAIZ em localidades rurais, através de um projeto-piloto, servirá não só para validar a viabilidade, a aceitação e os resultados da proposta. Mas também para validar uma solução com potencial real de aplicação em diversos territórios, contribuindo significativamente para a revitalização das zonas rurais, combatendo o êxodo rural.

No que se refere a possibilidades que se anteveem para a continuidade desta investigação, destacam-se alguns caminhos que poderão aprofundar, testar e expandir os contributos aqui desenvolvidos, sendo estes:

- Investigar sobre como as instituições de ensino podem incorporar vivências rurais em programas académicos, seja por meio de disciplinas, estágios ou programas de mobilidade, e qual o impacto disso nos estudantes.

- Investigar sobre o papel do design na formulação de políticas públicas, especialmente em áreas como coesão territorial, juventude e desenvolvimento local, avaliando o potencial do design como mediador entre cidadãos e instituições.

- Investigar as implicações éticas e políticas da participação comunitária em projetos de design, questionando relações de poder, representatividade e os limites da co-criação em contextos rurais.

- Investigar aprofundadamente os fatores que influenciam as decisões de fixação ou abandono do território, especialmente entre os jovens, relacionando escolhas de vida, expectativas e acesso a oportunidades.

- Investigar como os jovens se relacionam com o território, como o percebem, como o vivem e como constroem ou rejeitam a sua ligação ao meio onde crescem.

Com este trabalho, deixa-se uma semente de reflexão e ação, na esperança de que desta germine para o futuro. Porque, no fundo, investigar é um ato metodológico de germinar hipóteses para colher soluções. É a partir desse cuidado que novos conhecimentos brotam, transformando-se em novos caminhos, ideias e, acima de tudo, mudanças.

Referências Bibliográficas

- Academia das Ciências de Lisboa. (2001a). *êxodo*. Obtido de Dicionário da Língua Portuguesa Academia das Ciências de Lisboa: <https://dicionario.acad-ciencias.pt/pesquisa/?word=exodo>
- Academia das Ciências de Lisboa. (2001b). *rural*. Obtido em 13 de outubro de 2024, de Dicionário da Língua Portuguesa Academia das Ciências de Lisboa: <https://dicionario.acad-ciencias.pt/pesquisa/?word=rural>
- Academia das Ciências de Lisboa. (2001c). *Segregação*. Obtido de Dicionário da Língua Portuguesa: Academia das Ciências de Lisboa: <https://dicionario.acad-ciencias.pt/pesquisa/?word=segrega%C3%A7%C3%A3o+>
- Aldeias do Xisto*. (s.d.). Obtido de Aldeias do Xisto: <https://www.aldeiasdoxisto.pt/pt/>
- Alvarez, L. (2023). *Transportes a abarrotar em Lisboa: “Há cada vez mais pessoas e os autocarros são os mesmos”*. Obtido de Público: <https://www.publico.pt/2023/05/12/local/reportagem/filas-transportes-abarrotar-ha-pessoas-autocarros-sao-2049477>
- Aparício, A. M. (2007). *Monografia de Alvôco da Serra*. Edição de Autor.
- AURAMBOUT, J. P., SILVA, F. B., BOSCO, C., CONTE, A., GHIO, D., KALANTARYAN, S., . . . TINTORI, G. (2021). *The Demographic Landscape of EU Territories*. European Commission. Publications Office of the European Union. doi:<https://dx.doi.org/10.2760/658945>
- Benesse Art Site Naoshima. (s.d.). *Art House Project*. Obtido de Benesse Art Site Naoshima: <https://benesse-artsite.jp/en/art/arthouse.html>
- Bogo Office. (s.d.). *About*. Obtido de Bogo Office: https://borgo-office.it/en_gb/chi-siamo/
- Brown, T. (2020). *Design Thinking - Uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias*. (C. Yamagami, Trad.) Alta Books.
- Cambridge Dictionary. (2024). *Meaning of proletariat in English*. Obtido de Cambridge Dictionary | English Dictionary, Translations & Thesaurus: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/proletariat>
- Cartwright, M. (2023a). *The Impact of the British Industrial Revolution*. Obtido de Word History Encyclopedia: <https://www.worldhistory.org/article/2226/the-impact-of-the-british-industrial-revolution/>
- Cartwright, M. (2023b). *Social Change in the British Industrial Revolution*. Obtido de Word History Encyclopedia: <https://www.worldhistory.org/article/2229/social-change-in-the-british-industrial-revolution/>
- Citizens’ Institute on Rural Design . (s.d.). *Strengthening Rural Communities by Design*. Obtido de Citizens’ Institute on Rural Design : <https://www.rural-design.org/overview>

- Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural. (2022). *Relatório sobre uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE – Rumo a zonas*. Parlamento Europeu. Obtido de https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-9-2022-0269_PT.html
- Conselho das Finanças Públicas. (2024). *Evolução do Desempenho do Serviço Nacional de Saúde em 2023*. Obtido de <https://www.cfp.pt/pt/publicacoes/sectores-das-administracoes-publicas/evolucao-do-desempenho-do-servico-nacional-de-saude-em-2023>
- Costa, J. P. (2023). *TSF*. Obtido de Se houver um sismo em Lisboa "o São José colapsa, o Curry Cabral cai e o Santa Maria fica inoperacional": <https://www.tsf.pt/portugal/sociedade/se-houver-um-sismo-em-lisboa-so-ha-um-hospital-que-fica-de-pe-17024017.html/>
- Curtale, R., Stut, M., Alessandrini, A., Deuster, C., Batista e Silva, F., Natale, F., & Dijkstra, L. (25 de janeiro de 2025). Rural Observatory. *Observatory Outlook and demographic perspectives for EU's rural regions: A modelling-based exercise*. Obtido de <https://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/handle/JRC140514>
- Diário as Beiras. (s.d.). *Universidade da Beira Interior mostra património do passado industrial da Covilhã*. Obtido de Diário as Beiras - O meu jornal, a minha região: <https://www.asbeiras.pt/universidade-da-beira-interior-mostra-patrimonio-do-passado-industrial-da-covilha/>
- Diário da República. (2019). *Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro | Lei de bases à habitação*. Obtido de Diário da República: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/83-2019-124392055>
- ESPON. (2017). *Policy Brief Shrinking rural regions in Europe*. Obtido em 10 de novembro de 2024, de <https://archive.espon.eu/sites/default/files/attachments/ESPON%20Policy%20Brief%20on%20shrinking%20Rural%20Regions.pdf>
- ESPON. (2022). *Updating and Integrating PROFECY Dataset and Maps | ESPON 2020 data and maps updates II*. Obtido de <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.espon.eu/sites/default/files/attachments/Final%2520Report%2520Updating%2520and%2520Integrating%2520PROFECY%2520Dataset%2520and%2520Maps.pdf&ved=2ahUKEwjQ1JCWtbGLAxVFTaQEHRdCHH4>
- Eurocities. (2024). *Mental Health in Cities: Beyond traditional healthcare services*. Obtido de <https://eurocities.eu/latest/mental-health-in-cities-beyond-traditional-healthcare-services/>
- Eurofound. (2023). *Living conditions and quality of life: Bridging the rural–urban divide: Addressing inequalities and empowering communities*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- European Commission. (2021b). *Culture and Creativity*. Obtido de European Commission: <https://culture.ec.europa.eu/pt-pt/node/1181>
- European Commission. (s.d.-a). *Rural development*. Obtido de European Commission: https://agriculture.ec.europa.eu/common-agricultural-policy/rural-development_en

- European Commission. (2021a). *Communication From the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions: Eu Soil Strategy for 2030 Reaping the Benefits of Healthy Soils for People, Food, Nature and Climate*. Brussels. Obtido de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52021DC0699>
- European Commission. (2022). *Rural Vision*. Obtido de European Union: https://rural-vision.europa.eu/index_en
- European Commission. (2024). *New European Innovation Agenda on the move*. doi:10.2777/097305
- European Network for Rural Development. (9 de março de 2016). *LEADER Local Development Strategies (LDS) Guidance on design and implementation*. Obtido de LEADER/CLLD: https://ec.europa.eu/enrd/sites/default/files/enrd-guidance_ids.pdf
- European Network for Rural Development. (2018). Smart Villages Revitalising Rural Services. *EU Rural Review*(26), 1-52. Obtido de https://ec.europa.eu/enrd/sites/default/files/enrd_publications/publi-enrd-rr-26-2018-en.pdf
- European Union. (s.d.-a). *Rural Pact Community Platform*. Obtido de European Union: https://ruralpact.rural-vision.europa.eu/index_en
- European Union. (s.d.-b). *New European Bauhaus*. Obtido de European Commission: https://new-european-bauhaus.europa.eu/about/about-initiative_en
- Eurostat. (2021). *Crime, violence or vandalism in the local area*. Obtido de Eurostat: <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-eurostat-news/-/ddn-20210310-1>
- Eurostat. (julho de 2024a). *Urban-rural Europe - introduction*. Obtido de Eurostat: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Urban-rural_Europe_-_introduction#Area_and_population
- Eurostat. (2024b). *Crime, violence or vandalism in the area by degree of urbanisation*. doi:https://doi.org/10.2908/ILC_MDDW03
- Fórum das Cidades. (s.d.). *Desenvolvimento endógeno*. Obtido de Fórum das Cidades: <https://www.forumdascidades.pt/content/desenvolvimento-endogeno>
- França, J.-A. (2023). *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Ghisleni, C. (25 de novembro de 2020). *What is Vernacular Architecture?* Obtido de Arch Daily: <https://www.archdaily.com/951667/what-is-vernacular-architecture>
- Gibson, C. (2020). Human Geography. Em C. Gibson, *International Encyclopedia of Human Geography* (2 ed., pp. 89-99). Human Geography: Elsevier. doi:<https://doi.org/10.1016/B978-0-08-102295-5.10888-1>
- Groeneveld, E. (2017). *Early Human Migration*. Obtido de World History Encyclopedia: <https://www.worldhistory.org/article/1070/early-human-migration/>

- Hanington, B., & Martin, B. (2019). *Universal Methods of Design: 125 Ways to Research Complex Problems, Develop Innovative Ideas, and Design Effective Solutions*. Rockport Publishers.
- Hekkert, P., & Dijk, M. V. (2011). *Vision in Design: a guidebook for innovators*. (2 ed.). BIS Publishers.
- Iaac. (s.d.). *Valldaura Labs*. Obtido de Iaac | Advanced Architecture Barcelona: <https://iaac.net/about-us/valldaura-labs/>
- IDEO. (2015). *The Field Guide to Human-Centered Design*. Obtido de <https://www.designkit.org/resources/1.html>
- IDEO. (2025). *About* . Obtido de IDEO: <https://www.ideo.com/about>
- INE. (2022). *Censos 2021: Resultados Definitivos*. Obtido em 3 de janeiro de 2025, de <https://www.ine.pt/xurl/pub/65586079>
- Lagarto, M. (2021). *Procurar vida melhor nas cidades e no estrangeiro*. Obtido de RTP Ensina: <https://ensina.rtp.pt/explicador/procurar-vida-melhor-nas-cidades-e-no-estrangeiro/>
- Liga dos Bombeiros Portugueses. (2024). *Bombeiros em Portugal*. Obtido em 21 de Dezembro de 2024, de Liga dos Bombeiros Portugueses | Bombeiros de Portugal: <https://lbp.pt/lbp/sobre-nos/bombeiros-portugal/>
- Manzini, E. (2015). *Design, When Everybody Designs - An Introduction to Design for Social Innovation*. Obtido em 20 de maio de 2025
- Marques, T. S., Saraiva, M., Santos, H., Tavares, A., Ribeiro, D., Ferreira, M., . . . Torres, M. (junho de 2019). O papel dos sistemas urbanos na caracterização do território nacional no contexto ibérico e europeu. p. 49.
- Martins, A., & Violante, R. (2025). *Mais de 1.200 famílias vivem em casas ilegais em Lisboa*. Obtido de Sic Notícias: <https://sicnoticias.pt/pais/2025-02-23-video-mais-de-1.200-familias-vivem-em-casas-ilegais-em-lisboa-6d1333b0>
- Mauritti, R., Craveiro, D., Cabrita, L., Botelho, M. d., Nunes, N., & da Silva, S. F. (2022). *Territórios de Bem-Estar: Assimetrias nos municípios portugueses*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Obtido de <https://ffms.pt/pt-pt/estudos/estudos/territorios-de-bem-estar-assimetrias-nos-municipios-portugueses>
- OECD. (s.d.). *O que é o Índice para uma Vida Melhor?* Obtido de OECD Better Life Index: <https://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/sobre/>
- ONU. (31 de Outubro de 2019). *As urbanization grows, cities unveil sustainable development solutions on World Day*. Obtido de United Nations: <https://news.un.org/en/story/2019/10/1050291>
- Paço, A. S., Rajada, A., Gaspar, C., Portella, C., Vilar, E., Sertório, E., . . . Nunes, T. (2008). *Os Anos de Salazar O que se Contava e o que se Ocultava Durante o Estado Novo* (Vol. 12). Planeta de Agostini.
- Papanek, V. (1984). *Design for the Real World: Human Ecology and Social Change*. Thames and Hudson.

- Pawlewicz, A., & Pawlewicz, K. (2023). The Risk of Agricultural Land Abandonment as a Socioeconomic Challenge for the Development of Agriculture in the European Union. doi:<https://doi.org/10.3390/su15043233>
- Pincha, J. P., & Moreira, C. F. (2018). *Em Lisboa e no Porto, o lixo nas ruas é um desafio por vencer*. Obtido de Público: <https://www.publico.pt/2018/08/26/local/noticia/lixo-em-lisboa-e-porto-1841991>
- Porto Editora. (s.d.). *litoralização na Infopédia*. Obtido em 14 de novembro de 2024, de Infopédia Dicionários Porto Editora: [https://www.infopedia.pt/\\$litoralizacao](https://www.infopedia.pt/$litoralizacao)
- Pousinho, N. (2021). *O surgimento do operariado*. Obtido de RTP Ensina: <https://ensina.rtp.pt/explicador/o-surgimento-do-operariado-h78/>
- Redol, A. (1989). *Gaibéus* (17 ed.). Caminho. Obtido em 23 de novembro de 2024
- Rioux, J.-P. (1972). *A Revolução Industrial* (43.ª ed.). (A. P. Ribeiro, Trad.) Éditions du Seuil.
- Rodrigues, P. M., Vilares, H. d., & Lourenço, R. F. (2023). Fundação Francisco Manuel dos Santos. *Policy Paper: A crise da habitação nas grandes cidades*. Obtido de <https://ffms.pt/pt-pt/estudos/policy-papers/crise-da-habitacao-nas-grandes-cidades-uma-analise>
- Rubizmo. (s.d.). *The Rubizmo Project*. Obtido de Rubizmo: <https://rubizmo.eu/project>
- Sistema de Segurança Interna. (2024). *Rasi: Relatório Anual de Segurança Interna 2023*. Obtido de <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc24/comunicacao/documento?i=relatorio-anual-de-seguranca-interna-2023>
- The World Health Organization [WHO]. (2012). *The World Health Organization Quality of Life (WHOQOL)*. Obtido de <https://www.who.int/publications/i/item/WHO-HIS-HSI-Rev.2012.03>
- UNESCO. (2021). *Cities, culture, creativity: leveraging culture and creativity for sustainable urban development and inclusive growth*. doi:<https://doi.org/10.58337/IIRA3223>
- Unesco. (s.d.). *Traditional craftsmanship*. Obtido de Unesco: Intangible Cultural Heritage: <https://ich.unesco.org/en/traditional-craftsmanship-00057>
- União Europeia. (2020). *Agenda Territorial 2030: Um futuro para todos os territórios*. Obtido de <https://territorialagenda.eu/pt-pt/>
- Universidade Beira Interior. (2019). *Recuperação de Património*. Obtido de Universidade Beira Interior: https://www.ubi.pt/entidade/recuperacao_patrimonio
- Universidade Beira Interior. (2024). *História e Símbolos*. Obtido de Universidade Beira Interior: <https://www.ubi.pt/Pagina/historia>
- UNO-Habitat. (2022). *World Cities Report - Envisaging the Future of Cities*.
- Wikipédia. (2025). *Lista de municípios de Portugal por população*. Obtido de Wikipédia: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_munic%C3%ADpios_de_Portugal_por_popula%C3%A7%C3%A3o

Anexos

Anexo 1- Inquérito por Questionário a Residentes de Zonas Rurais

1. Atualmente, reside numa zona predominantemente rural (Aldeia, Pequena Localidade)? ○ Sim ○ Não	Ao segmentar os inquiridos com base na sua área de residência é possível classificar as respostas e validar a representatividade da amostra, assegurando que os dados recolhidos correspondem ao público-alvo definido para este questionário.	
2. Qual é a sua nacionalidade? ○ Portuguesa ○ Outra	É importante compreender o contexto cultural e social no qual os inquiridos estão inseridos, pois a nacionalidade pode influenciar as experiências e perceções sobre o local de residência. Identificar se os residentes estrangeiros optam por viver em zonas rurais devido a fatores específicos, diferentes dos portugueses.	
3. Qual é a sua faixa etária? ○ 18-24 ○ 25-36 ○ 37-55 ○ 56-66 ○ 67-74 ○ 75+	Compreender como as necessidades, preferências e comportamentos variam entre as diferentes faixas. Este cruzamento é relevante para captar a perceção dos jovens, enquanto grupo-chave desta investigação na reflexão sobre o futuro das zonas rurais, tendo em conta o seu papel decisivo na continuidade ou	<u>Justificação do intervalo de idade:</u> • 18-24: Transição para a vida adulta; entrada no ensino superior ou no mercado de trabalho. • 25-36: Procura de estabilidade profissional e pessoal; início da vida familiar e planeamento do futuro. • 37-55: Consolidação da carreira; foco no crescimento familiar e na estabilidade financeira. • 56-66: Auge da carreira; redefinição dos objetivos a longo prazo; planeamento da reforma.

	abandono destes territórios.	• 67-74: Entrada na reforma, reestruturação do estilo de vida; adaptação ao tempo livre. • 75+: Prioridade à saúde, bem-estar e acessibilidade; possíveis necessidades de apoio ou cuidados específicos.
4. Tem filhos? ☐ Sim ☐ Não	Avaliar se a presença de filhos influencia as motivações e decisões relacionadas ao local de residência. Este fator pode ser determinante na escolha entre viver em zonas rurais ou urbanas.	
5. Sempre residiu neste tipo de área? ☐ Sim ☐ Não	Compreender o histórico residencial dos inquiridos para identificar possíveis movimentos migratórios ao longo da vida, como a transição de áreas rurais para urbanas (ou vice-versa). Esta informação permitirá analisar os fatores que levaram os inquiridos a permanecerem ou mudarem de contexto geográfico.	
6. Se respondeu "Não", por favor indique há quanto tempo reside neste local. ☐ Menos de 1 ano ☐ Entre 1 e 5 anos ☐ 5+	Avaliar como o tempo de residência influencia o nível de satisfação, a adaptação à comunidade local e o envolvimento nas dinâmicas sociais da área.	<u>Justificação do intervalo temporal:</u> • Menos 1 ano: Fase de adaptação e integração inicial, na qual o indivíduo ainda está a familiarizar-se com a local. 1 a 5 anos: Período de integração progressiva, na qual o indivíduo já possui uma experiência consistente da área e das suas dinâmicas, embora com uma percepção relativamente recente da transição e adaptação ao local. 5+: Residente de longa duração, com vivências consolidadas e maiores percepções sobre os recursos, desafios e transformações do local.
7. A mudança para esta área foi influenciada pela sua situação profissional?	Identificar se a mudança para a área de residência atual foi influenciada por questões profissionais. É essencial para	

○ Sim, mudei-me porque encontrei trabalho aqui ○ Sim, mudei-me porque deixei de trabalhar ○ Não, sempre vivi e trabalhei nesta área ○ Não, a mudança não esteve relacionada com o trabalho	compreender o peso do trabalho na decisão entre zonas rurais e urbanas.
8. A mudança para esta área foi influenciada pelo(s) seu(s) filho(s)? ○ Sim ○ Não ○ Não, sempre vivi nesta área	Identificar se a escolha da atual área de residência foi influenciada pelo facto de ter filho(s), posteriormente esta informação será cruzada com outras variáveis do questionário, de modo a compreender melhor as motivações subjacentes a essa decisão.
9. Qual é a sua situação profissional atual? ○ Trabalho presencialmente ○ Trabalho remotamente (a partir de casa) ○ Trabalho em regime misto (presencial e remoto) ○ Não trabalho atualmente (ex.: desempregado/a, estudante ou outro) ○ Estou reformado/a	Compreender se a situação profissional dos inquiridos influencia a sua escolha de local de residência. Esta informação ajuda a avaliar se fatores como o regime de trabalho (presencial, remoto ou misto) ou até mesmo a condição de reformado têm impacto na decisão de mobilidade, ou fixação territorial.

10. Se trabalha ou já trabalhou, onde exercia ou exerce a sua atividade profissional? ☐ Trabalho ou trabalhava na área onde vivo ☐ Trabalho ou trabalhava noutra área ☐ Trabalho ou trabalhava em regime remoto (a partir de casa) ☐ Não se aplica (nunca trabalhei)	Compreender como a proximidade ou distância relativamente ao local de trabalho, quando cruzada com outras variáveis, influencia a perceção da qualidade de vida e as preferências residenciais. Esta pergunta permite ainda explorar as dinâmicas associadas ao trabalho remoto e os padrões de mobilidade diária, dando uma visão mais abrangente sobre os fatores que moldam as escolhas de residência.
11. A proximidade ao trabalho afeta a sua escolha de viver na área de residência? 1 2 3 4 5 Não Afeta ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Afeta Muito	Avaliar o grau de influência que a proximidade ao local de trabalho exerce na escolha da área de residência. As respostas permitirão identificar se este fator é determinante para a fixação de residentes em áreas urbanas ou para a permanência em zonas rurais.
12. As oportunidades de emprego o condicionam a viver na sua área de residência? 1 2 3 4 5 Não Condiciona ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Condiciona Muito	Compreender até que ponto as oportunidades de emprego limitam a escolha do local de residência dos inquiridos. Esta pergunta permite avaliar se as oportunidades de emprego são um atrativo em áreas urbanas ou se a sua escassez em zonas rurais contribui para o êxodo populacional.
13. O acesso a serviços essenciais (como saúde, educação, transportes) o motiva a viver na sua área de residência? 1 2 3 4 5 Não Motiva ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Motiva Muito	Esta pergunta permite avaliar o impacto do acesso a serviços essenciais na escolha da área de residência e identificar se a falta de serviços contribui para o êxodo rural ou se a sua presença é um dos principais atrativos para a permanência em áreas urbanas.

14. A proximidade a familiares e amigos o motiva a viver na sua área de residência? 1 2 3 4 5 Não Motiva ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Motiva Muito	Compreender o impacto dos laços sociais na escolha e permanência no local de residência, visto que a convivência com familiares e amigos constitui um fator frequentemente associado ao bem-estar emocional, à estabilidade social e à qualidade de vida.
15. O custo de vida o motiva a viver na sua área de residência? 1 2 3 4 5 Não Motiva ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Motiva Muito	Avaliar se o custo de vida influencia a escolha da área de residência, pois este é um dos principais fatores que impactam diretamente a qualidade de vida e as possibilidades de fixação em determinadas regiões. Esta pergunta ajuda a identificar barreiras económicas que podem tanto favorecer quanto limitar a atratividade de uma área.
16. O ambiente comunitário e social é um fator que o motiva a continuar a viver na sua área de residência? 1 2 3 4 5 Não Motiva ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Motiva Muito	Avaliar o impacto do ambiente comunitário e social na motivação dos inquiridos para permanecerem na sua área de residência. O objetivo da pergunta é compreender em que medida a qualidade das relações interpessoais e o sentido de pertença à comunidade contribuem para a decisão de continuar a viver no local, refletindo o papel da coesão social na retenção dos residentes.
17. Como avalia a sua interação com a vizinhança/comunidade? 1 2 3 4 5 Não tenho nenhuma interação ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Tenho interações muito fortes	Avaliar o nível de interação social do inquirido com a comunidade local, para compreender o seu grau de integração social. Esta questão permite investigar a coesão comunitária, analisando a força das relações interpessoais e o sentido de pertença à comunidade. Esses fatores são determinantes para a qualidade de vida, o envolvimento social pode influenciar diretamente a escolha da área de residência.
18. Sente-se seguro no dia a dia? 1 2 3 4 5 Muito Inseguro/a ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Muito Seguro/a	Identificar como a sensação de segurança influencia a experiência dos habitantes em diferentes contextos territoriais. A perceção de segurança no dia a dia é um fator crucial para a qualidade de vida e desempenha um papel decisivo na escolha do local de residência.

19. Em que locais/situações se sente menos seguro? ☐ Espaços públicos com pouca iluminação durante a noite (ex.: ruas, praças) ☐ Proximidade de florestas ou zonas de mato ☐ Em casa, sozinho/a ☐ Zonas ribeirinhas, poços, ou barragens ☐ Em locais pouco movimentados ☐ Trilhos ou percursos pedestres isolados ☐ Outra opção...	Compreender quais são as situações que geram maior sensação de insegurança entre os inquiridos é fundamental para identificar os contextos específicos que impactam negativamente a percepção de segurança e bem-estar. Esta pergunta permite identificar problemas associados a diferentes ambientes, talvez poderá constituir um ponto a ter em conta no desenvolvimento da solução.
20. O contacto com a natureza e zonas verdes é um fator que influencia a sua escolha de viver na sua área de residência? 1 2 3 4 5 Não influencia ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Influencia Muito	Esta pergunta permite compreender até que ponto o contacto com a natureza influencia a escolha de residência dos inquiridos e qual o papel que esta desempenha na qualidade de vida percebida. A presença de espaços verdes é frequentemente associada ao bem-estar, à saúde mental e à tranquilidade, determinar a importância desse fator permite avaliar se o contacto com a natureza é um atrativo significativo para a fixação de residentes.
21. Neste estudo a definição de qualidade de vida refere-se ao nível de bem-estar de um indivíduo, resultando da interação entre fatores <u>objetivos</u> e <u>subjetivos</u>. Os fatores <u>objetivos</u> incluem elementos concretos como o acesso a serviços essenciais, nomeadamente saúde, educação, transporte e habitação, bem como a estabilidade económica e as condições de trabalho. Por outro lado, os fatores <u>subjetivos</u> estão relacionados com a percepção individual de	Avaliar até que ponto a qualidade de vida percebida pelos inquiridos é um fator motivador para permanecerem na sua área de residência. A qualidade de vida é o elemento central no estudo do êxodo rural e na atratividade das áreas urbanas e rurais. Compreender se os inquiridos consideram a qualidade de vida na sua área como um motivador ajuda a identificar as forças e fraquezas dessas regiões.

bem-estar, como a satisfação com a vida, o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, as relações sociais, o sentimento de pertença à comunidade e a segurança. Tendo em conta esta definição, a qualidade de vida que tem atualmente é um fator que o motiva a viver na sua área de residência? 1 2 3 4 5 Nada Motivador ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Muito Motivador	
22. Sente-se satisfeito(a) a viver na sua área de residência? 1 2 3 4 5 Muito Insatisfeito ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Muito Satisfeito	Esta pergunta permite avaliar o nível de satisfação dos inquiridos em relação à sua área de residência, analisando de que modo fatores como a qualidade de vida, o acesso a serviços, a segurança e a convivência social influenciam as condições de vida no local e a perceção geral de bem-estar. A satisfação com o local de residência é um indicador para compreender os motivos que levam as pessoas a permanecerem ou a considerarem uma mudança para outra área.
23. Tendo em conta o que está disponível na sua área, o que mais valoriza no local onde vive? Escolha apenas 5 opções. ☐ Acesso a serviços (hospitais, clínicas, farmácias) ☐ Acesso a educação (escolas, universidades, centros de formação) ☐ Disponibilidade de comércio local (mercados, supermercados) ☐ Boa ligação a redes de internet e telecomunicações ☐ Segurança no dia a dia	Esta pergunta permite identificar os fatores prioritários que os inquiridos valorizam no local onde residem, observando as características consideradas essenciais para a qualidade de vida e bem-estar. Isso pode ajudar a identificar quais elementos são mais relevantes para a fixação de residentes e o que pode atrair ou afastar pessoas de áreas específicas.

☐ Proximidade à natureza ☐ Proximidade ao local de trabalho ☐ Custo de vida acessível ☐ Acesso a eventos culturais, sociais e desportivos ☐ Acesso a espaços de lazer e convívio ☐ Facilidade de deslocação para outras áreas (proximidade a cidades, aeroportos, estações) ☐ Opções de transporte para diferentes necessidades (bicicleta, carro, autocarros) ☐ Qualidade do ambiente (menos poluição, áreas verdes) ☐ Tranquilidade e ausência de ruído ☐ Boa relação com a vizinhança e com a comunidade ☐ Movimentação do dia-a-dia ☐ Outra opção...	
24. Consideraria mudar-se para outra área se tivesse a oportunidade? ○ Sim ○ Não	Avaliar a disposição dos inquiridos para mudarem de área de residência caso tivessem a oportunidade, permitindo compreender o grau de atratividade e retenção das áreas onde atualmente residem. Os dados obtidos poderão ajudar a identificar os fatores que impulsionam o desejo de mudança, como a insatisfação com os serviços disponíveis, as condições de vida ou a falta de oportunidades na área de residência.
25. Porquê? ☐ Pela possibilidade de ter melhores oportunidades de emprego ☐ Para ter acesso a melhores serviços	Compreender as razões que motivam a escolha ou a intenção de mudar de área de residência, permitindo identificar os fatores que mais influenciam as decisões dos inquiridos.

(saúde, educação, transporte) ☐ Devido a questões de segurança ☐ Para viver num ambiente mais tranquilo ou próximo da natureza ☐ Para estar mais perto de familiares ou amigos ☐ Por motivos económicos (custo de vida mais baixo) ☐ Porque estou satisfeito/a com a qualidade de vida na minha área de residência ☐ Porque valorizo a proximidade à minha comunidade/ cultura ☐ Porque a minha área atual satisfaz as minhas necessidades pessoais e profissionais ☐ Para proporcionar uma melhor qualidade de vida aos meus filhos ☐ Outra opção...	
--	--

Anexo 2- Inquérito por Questionário a Residentes de Zonas Urbanas

Nota: A tabela abaixo inclui apenas as questões exclusivas deste questionário, não sendo repetidas as que são comuns ao questionário acima apresentado (Anexo 1).

Qualidade de Vida entre os Residentes de Zonas Urbanas

Pergunta	Objetivo e Pertinência da Pergunta
1. Atualmente, reside numa zona predominantemente urbana (Cidade, Metrópole, Subúrbio)? ☐ Sim ☐ Não	Ao segmentar os inquiridos com base na sua área de residência é possível classificar as respostas e validar a representatividade da amostra, assegurando que os dados recolhidos correspondem ao público-alvo definido para este questionário.
19. Em que locais/situações se sente menos seguro? ☐ Estacionamentos subterrâneos ou locais isolados ☐ Espaços públicos com pouca iluminação durante a noite (ex.: ruas, praças) ☐ Transportes públicos (autocarros, metros, estações) ☐ Eventos ou aglomerações (concertos, feiras, manifestações) ☐ Locais próximos de zonas consideradas problemáticas ou com maior criminalidade ☐ A sua própria área residencial sozinho/a (rua ou prédio) ☐ Passagens inferiores ou túneis pedonais	Compreender quais são as situações que geram maior sensação de insegurança entre os inquiridos é fundamental para identificar os contextos específicos que impactam negativamente a perceção de segurança e bem-estar. Esta pergunta permite identificar problemas associados a diferentes ambientes, talvez poderá constituir um ponto a ter em conta no desenvolvimento da solução.

☐ Áreas próximas de bares ou discotecas durante a noite ☐ Outra opção...	
20. O ambiente urbano (como a forte movimentação, o dinamismo económico, a industrialização, a densidade populacional e a concentração de serviços e infraestruturas) influencia a sua escolha relativamente à área de residência.	Esta pergunta permite avaliar até que ponto o ambiente urbano e as suas comodidades influenciam a decisão dos inquiridos em escolher zonas urbanas como área de residência.

Anexo 3- Guião de Entrevista a Residentes de Zonas Rurais e Urbanas

Perceções da área de residência entre residentes de Zonas Urbanas e Rurais

Pergunta	Objetivo e Pertinência da Pergunta	Referência(s) chave
1. Que mudanças gostaria de ver na sua área de residência para melhorar a qualidade de vida?	Identificar as necessidades sentidas pelos inquiridos, revelando áreas de possível intervenção para melhorar o bem-estar e a atratividade do território. Observar se as necessidades relacionadas com a qualidade de vida são objetivas ou subjetivas.	WHO (2012); OECD (s.d.)
2. Indique três aspetos positivos e três aspetos negativos da sua área de residência. 2.1. Indique três aspetos positivos e três negativos que associe ao ambiente rural e/ou urbano.	Compreender a interpretação que os participantes fazem do contexto em que vivem, procurando estabelecer comparações com a perceção que têm relativamente à realidade do território oposto ao seu.	(Hekkert & Dijk, 2011); (AURAMBOUT, et al., 2021).
3. O que falta na sua área de residência que o meio urbano e/ou rural tem?	Identificar elementos ausentes ou desejados na área atual com base na comparação entre espaços rurais e urbanos, revelando o que os residentes consideram essencial para melhorar o seu contexto de vida.	(Hekkert & Dijk, 2011); (AURAMBOUT, et al., 2021).
4. Como imagina a sua área de residência daqui a 10 anos?	Estimular a reflexão prospetiva dos participantes e recolher visões pessoais sobre o futuro do território, permitindo antecipar tendências, esperanças ou receios.	(Hekkert & Dijk, 2011)

Anexo 4- Entrevista a Residentes de Zonas Rurais e Urbanas

Entrevistas a residentes de Zonas Urbanas e Rurais

Código do Participante	Faixa Etária	Zona de Residência (Urbana/Rural)	Tempo de Residência	Situação Profissional
R1	(25-36)	Urbana	Sempre viveu lá	Empregado/a (presencial)

E: A primeira pergunta é: que mudanças gostaria de ver na sua área de residência para melhorar a qualidade de vida?

R1: Mais espaços verdes, humm, e mais espaços de convívio familiar.

E: Não há?

R1: Não há muitos espaços.

E: Okay, agora a pergunta seguinte é: três aspetos positivos que associe às cidades. O que a cidade tem de bom?

R1: Humm, a aquisição fácil de produtos, bens essenciais, tirando isso não vejo assim... (Não dá mais respostas)

E: Okay, agora três pontos negativos.

R1: Stress, barulho, humm, e a qualidade do ar.

E: E agora gostaria de saber três pontos positivos que pense que o campo, zonas interiores, tenham.

R1: A calma, a paz e o contacto com a natureza e os animais.

E: Três pontos negativos que o campo tem, ou pense que o campo tenha.

R1: Pronto, há mais escassez de bens essenciais, temos que nos deslocar para conseguir comprá-los, hummm, falta de trabalho, porque lá acaba por haver falta de trabalho, não tens tantas coisas para trabalhar, e um terceiro, humm, não estou a ver de momento mais nenhum.

E: Vamos passar à seguinte. O que falta no campo que a cidade tem?

R1: Mas se nós formos tentar alterar o campo vamos transformá-lo na cidade e não é isso que queremos.

E: Talvez, hahahah.

R1: E não é isso que queremos, mas sim, como é que eu hei de dizer isto, deveria de haver um...

E: Equilíbrio?

R1: Sim, um equilíbrio, exatamente, um equilíbrio, ou seja, não transformar o campo numa cidade nem uma cidade num campo, mas haver um equilíbrio, haver uma estabilidade, okay, entre os meios.

E: Okay, agora a última pergunta é: como imagina a sua área de residência daqui a 10 anos?

R1: Aff, acho que vai ficar caótico, acho que vai ficar ainda muito pior.

E: Com mais pessoas?

R1: Mais pessoas, mais stress, cada vez mais a pressão de produzir é maior, o consumismo é maior, humm, vivemos a contrarrelógio.

E: Já está, obrigada.

R1: De nada.

Código do Participante	Faixa Etária	Zona de Residência (Urbana/Rural)	Tempo de Residência	Situação Profissional
R2	(56-66)	Rural	5+	Reformado/a

E: Que mudanças gostaria de ver na sua área de residência para melhorar a qualidade de vida?

R2: Mais população.

E: Okay.

R2: Isto tornou-se num dormitório!

E: Vai toda a gente...

R2: Vai toda a gente trabalhar, só vão dormir à noite, não se vê ninguém na rua.

E: Agora eu gostava de saber três aspetos positivos que associe à sua zona de residência.

R2: A calma.

E: Okay.

R2: Agora, três... os animais no campo.

E: E agora três coisas negativas que o campo tem.

R2: Negativas? Está longe da vila, a pessoa tem de se deslocar de carro ou autocarro.

E: Então é longe dos serviços.

R2: Está longe dos serviços, e isso é uma pena. Não tem transporte, havia de haver transporte.

E: E agora três aspetos positivos que associe às cidades.

R2: Humm...

E: O que a cidade tem de bom?

R2: O que a cidade tem de bom? É o comércio que está ao pé da porta, os hospitais, a saúde.

E: Pois, precisa de ir ao hospital tem de deslocar-se.

R2: E a gastronomia, o comer.

E: Okay, agora três coisas que a cidade tem de negativo.

R2: Ahh, isso é o barulho, hahahah, uma delas é o barulho, o barulho, a confusão.

E: Tem muitas pessoas?

R2: Muitas pessoas, acho que é isso, ah... e os ladrões, como se chama...

E: A criminalidade?

R2: A criminalidade é o que a cidade tem de pior.

E: Agora queria perguntar o que falta no campo que a cidade tem?

R2: O que falta no campo que a cidade tem? É a saúde.

E: O centro de saúde ou hospital perto.

R2: Pois, ter o médico ao pé de casa.

E: A última pergunta é: como imagina o campo daqui a 10 anos?

R2: Não sei, eu penso que o campo vai m...

E: Melhorar?

R2: Melhorar. Em termos de pessoas, vai tudo voltar ao campo.

E: É?

R2: Penso que sim!

E: Okay, muito obrigada.

R2: De nada.

Código do Participante	Faixa Etária	Zona de Residência (Urbana/Rural)	Tempo de Residência	Situação Profissional
R3	(75+)	Rural	Sempre viveu lá	Reformado/a

E: Que mudanças gostaria de ver na sua área de residência para melhorar a qualidade de vida?

R3: Transportes, gostava que houvesse mais transportes, e qualidade de... que mudassem, como é que eu vou dizer?

E: Mais transportes?

R3: Mais transportes, mais s...

E: Serviços?

R3: Serviços de..., as casas arranjadas, as coisas arranjadas.

E: Sim.

R3: Aqueles becos sem saída têm de ser arranjados aí para cima, e as estradas. É isso tudo assim. É isso que eu gostava.

E: Três aspetos positivos que associe às cidades?

R3: Supermercados.

E: E tem mais o quê?

R3: Tem mais coisas.

E: Tem lá tudo!

R3: Tem tudo! Há médicos.

E: Sim.

R3: A gente tem médicos, centros de saúde, médicos particulares também há.

E: Pois é.

R3: Essas coisas assim há.

E: E agora três coisas más que as cidades têm?

R3: A cidade, a cidade tem gente a mais.

E: É? Hahahah.

R3: A cidade tem gente a mais, eu sou duma época mais atrasada, acho que as cidades têm gente a mais.

E: Também é aquilo que vê nas notícias.

R3: Há muito trabalho por fazer, que não se faz, e há cidades que estão sujas, há cidades sujas.

E: Okay, mais alguma coisa?

R3: E há muita criminalidade nessas cidades, e nas aldeias também já há, em certas aldeias já se vê essas coisas assim.

E: O quê? Assaltos?

R3: Ahh, assaltos e essas coisas, e os velhotes passam muito por essa gente, têm medo das burlas e dos assaltos.

E: A senhora não anda aqui à noite.

R3: Não ando à noite, mas mesmo de dia, mesmo de dia a gente já tem medo de sair à rua.

E: Agora vou perguntar três coisas positivas que o campo tem?

R3: Positivo que o campo tem?

E: Sim, a aldeia, aqui.

R3: Tem... tem vinhas, tens agriculturas, poucas, pouca agricultura.

E: As pessoas já não trabalham?

R3: Os velhotes já não trabalham e os novos não querem trabalhar, hahahah.

E: Hahahah.

R3: Porque só estudam e não fazem nada.

E: Hahahah, está a brincar comigo?

R3: Hahahah, não são todos, mas há muitos.

E: Já não querem fazer o trabalho do campo.

R3: Pois, ninguém vai para o campo, a gente precisa do...

E: De jovens?

R3: Precisamos dessas pessoas que vêm de fora para ajudar...

E: Estrangeiros?

R3: Nas agriculturas, para ajudar nessas coisas. Os pobres já estão muito cansados e já não conseguem.

E: Então, quer dizer...

R3: Precisamos de ter pessoas assim que trabalhem.

E: Que queiram estar aí.

R3: Pois, que queiram ajudar.

E: Sim.

R3: Nessas coisas, para fazer as coisas é sempre preciso. Nas cidades tem pessoas que vão às compras para pessoas que não podem sair de casa.

E: Sim, é verdade.

R3: Pedem e encomendam as coisas, levam à loja e aviam-se para a patroa.

E: Hum hum.

R3: É isso, porque agora noutros sítios não há, e agora não há tanto, não há tantos a fazer esse trabalho.

E: Então, mas uma coisa boa do campo é o facto de estar rodeada da natureza, não tem barulho.

R3: Não tem barulho, a natureza é boa porque não tem barulho.

E: Está sossegada.

R3: Eu gosto muito da natureza, mas se fosse mudar... falta limpar muita coisa, é ruas, é valetas, é tudo... pronto, é preciso muita gente para trabalhar nessas coisas e ninguém quer trabalhar, ninguém limpa, só vejo... não sei. Eu sou do tempo do regime antigo e havia gente nas estradas a limpar tudo, andava tudo limpo. Agora não, é tudo desmazelado.

E: Hahahah.

R3: Hahahah, é um desmazelo.

E: Agora três...

R3: Agora só pensam no dinheiro e não pensam em mais nada.

E: Agora três pontos negativos que o campo tem?

R3: Pontos negativos... o que hei de dizer de negativo... tem que se deslocar para a vila para aviar, mas para isso tenho as minhas filhas.

E: Também é a nível da saúde.

R3: A saúde também. As minhas filhas têm que me deslocar, porque agora ando a fazer tratamentos em Lisboa, e tenho o posto médico e tudo, e durante a semana tenho que me deslocar.

E: Okay.

R3: De vez em quando tenho que ir levar injeções.

E: Como imagina a sua zona de residência, o sítio onde vive, daqui a 10 anos?

R3: Não sei, se isto não melhorar vai abaixo, fica tudo velho.

E: Já estão.

R3: Pois, há muitas coisas que estão velhas, que não são recuperadas, vai tudo abaixo e é isso.

E: Obrigada!

Código do Participante	Faixa Etária	Zona de Residência (Urbana/Rural)	Tempo de Residência	Situação Profissional
R4	(25-36)	Urbana	Sempre viveu lá	Empregado/a (presencial)

E: Que mudanças gostaria de ver na sua área de residência para melhorar a qualidade de vida?

R4: Gostava que os comboios estivessem abertos 24h. Já me aconteceu ter que chegar à estação e já tinha passado da hora e não tinha como voltar para casa, tive que ir de Uber. Foi chato, pois saiu mais caro que a viagem de comboio.

E: Então, aquilo que gostaria que mudasse seria ter transportes 24h por dia, talvez com mais recorrência?

R4: Sim, isso também.

E: Agora, diga três aspetos positivos que associe às cidades.

R4: É bom ter tudo ao pé, centros comerciais, lojinhas, etc. É fácil encontrar um pouco de tudo quando se precisa de alguma coisa. Também é bom a parte a nível de encomendas. Geralmente, sempre que encomendo alguma coisa, se for dentro do país, geralmente chega no dia a seguir a casa. Acho que isso é um ponto positivo.

E: Agora três pontos negativos associados às zonas urbanas, o que a cidade tem de mau?

R4: Bastante ruído, a nível de barulho devido aos carros, camiões, etc. É algo que me incomoda, é isso. Também não gosto muito do trânsito, nas horas de ponta é um pesadelo andar de carro em Lisboa, por exemplo. Outra coisa que também acho que seja um problema maior é a segurança. Lembro-me que há 20 anos atrás eu saía de casa e ia de bicicleta para todo o lado, ia para o Lumiar e para as Amoreiras de bicicleta sem problema nenhum, sem medo de nada. Hoje em dia, já dá mais receio andar, à noite e até mesmo de dia em algumas zonas.

E: Agora eu gostava que dissesse três aspetos positivos que ache que o campo tem, as zonas rurais. O que acha que o campo tem de bom?

R4: Basicamente é o contrário da cidade. Acho que há menos barulho, o ar é mais limpo, acho que é melhor para respirar. Para uma pessoa andar a correr, saltar, etc...

E: Para fazer exercício?

R4: Sim, sem medo de ser atropelado por um carro, hahahah.

E: Hahahah.

R4: Um bocadinho por aí.

E: E agora três aspetos negativos que o campo tem.

R4: Se calhar as infraestruturas, nomeadamente a internet. Imagino que a internet seja não tão boa quanto na cidade. Digo isto porque eu utilizo a internet para trabalhar e preciso de uma certa qualidade na ligação e o sinal precisa de estar o mais estável possível, sem poder haver quebras. E se calhar nas zonas rurais não há assim tanta qualidade de rede, não só a nível de antena mas também a nível de cabo de fibra, etc.

E: Esta é a última pergunta: como imagina a cidade daqui a 10 anos?

R4: Eish, nem sei...

E: Caótico?

R4: Sem dúvida, vai ser... vai ser... Allahu Akbar, vai estar cheio de pessoas, não vai haver habitação para ninguém, as rendas vão subir ainda mais e tudo vai estar pela hora da morte. Se agora encontramos 20 pessoas a viver numa casa, daqui a 10 anos vai ser caótico. Não consigo imaginar.

E: É tudo?

R4: Sim.

E: Obrigada.

Código do Participante	Faixa Etária	Zona de Residência (Urbana/Rural)	Tempo de Residência	Situação Profissional
R5	(75+)	Rural	Sempre viveu lá	Reformado/a

E: Que mudanças gostaria de ver na sua área de residência para melhorar a qualidade de vida?

R5: Mais autocarros, porque todas as terças-feiras a câmara disponibiliza um autocarro aqui para a aldeia.

E: Então só tem um autocarro às terças-feiras.

R5: Autocarro de graça.

E: Ah, okay.

R5: Mas mesmo o normal, não há muitos. Todas as terças a câmara manda um autocarro para quem quer ir ao médico, quem quer fazer as compras.

E: Então é para tudo?

R5: É, para quem quiser aviar o que quer.

E: Okay, mas o senhor conduz?

R5: Eu conduzo mas não vou para novo.

E: Pois, é verdade. Agora eu gostaria que dissesse três aspetos positivos que associe aqui à aldeia.

R5: A calma, faço tudo com calma, tenho as minhas coisas, faço o que quero, nem quero sair daqui. Já vivo aqui desde pequenito. Mesmo sozinho, a GNR passa sempre aqui a olhar por nós e está tudo bem.

E: Agora que o senhor sempre viveu aqui, eu gostaria de saber três aspetos positivos que associe às cidades. O que a cidade tem de bom?

R5: Quem vive lá tem transportes, tem o hospital mais perto e quem tem filhos tem a universidade mais perto. Digo isto pelos meus filhos e netos. Gastei uma pipa de massa com eles, porque eles ficavam em Castelo Branco na escola agrária, ainda tive de comprar um carro para eles para virem todos os dias para casa.

E: Nunca pensou em mudar-se?

R5: Não, sempre vivi aqui. Só estive ausente 28 meses, em Angola, no tempo das guerras coloniais. De resto, estive sempre aqui e vou ficar aqui.

E: Agora três negativos que a cidade tem?

R5: Nunca vivi lá, como hei de saber? Hahahah

E: Hahahah, o que vê na televisão?

R5: Na televisão só vejo é miséria.

E: A minha avó também diz isso, é universal.

R5: As pessoas com menos poder de compra devem lá viver muito mal.

E: Pois é...

R5: Rendas caras, mais água e luz, dívidas e filhos em volta... aí, deve ser muito difícil. Nas aldeias temos hortas, não pagamos a renda da casa.

E: Pois. Agora eu gostava de saber o que o falta na cidade que o campo tem?

R5: As coisas aqui ao pé, os supermercados e a farmácia que estão longe de resto mais nada.

E: Como imagina a aldeia daqui a 10 anos? Esta é a última pergunta.

R5: Não sei. Já disse tanta coisa. Cada vez pior... a não ser que volte gente, a gente não sabe o dia de amanhã.

E: Eu sinto que as pessoas já não procuram tanto as cidades, procuram as periferias mas o interior ainda está complicado.

R5: Tá, tá, porque é assim: as pessoas que abalaram daqui foram fazer a vida, por exemplo em Lisboa, foram para muitos sítios, tiveram filhos e agora têm lá netos. E, por norma, aqui nesta terra não conheço nenhum que não tenha lá casa própria. Eles têm lá as suas vidinhas, os seus filhos e netos. E para vir para aqui não vêm. Alguns vêm, há aqui casais que são de Lisboa e vêm cá, mas isso é minoria. Vêm cá nas festas, ora no Natal. E é assim.

E: Está bem, obrigada.

R5: De nada.

Código do Participante	Faixa Etária	Zona de Residência (Urbana/Rural)	Tempo de Residência	Situação Profissional
R6	(18-24)	Urbana	Ente 1 e 5 anos	Empregado/a

E: Para começar, que mudanças gostaria de ver na sua área de residência para melhorar a qualidade de vida?

R6: Acho que na minha área há falta de espaços verdes, ciclovias também, sair para apanhar ar fresco não é uma ideia tão apelativa quando temos de tirar o carro da garagem primeiro, para conseguirmos ir até esses espaços verdes. Estraga um pouco o mood.

E: Entendo, agora gostaria que dissesse três aspetos positivos que associes aqui à tua área de residência.

R6: Ora...em relação às cidades acho que o principal é mesmo ter acesso rápido a todos os tipos de serviços, e uma grande variedade destes serviços, há tudo em abundância e perto. Não tens que preocupar-te em procurar muito.

E: E agora três aspetos negativo daqui.

R6: Quanto aos negativos...hummm... acho que há demasiada coisa a acontecer ao mesmo tempo, não há 1 minuto de silêncio nem de sossego, nem mesmo em casa.

E: Okay, agora gostava de saber três aspetos positivos das zonas rurais.

R6: Ao contrário daqui o campo, é sossegado e não tens muito que te dê stress, é uma região que tens mais tempo para fazer tudo, não sei explicar.

E: E agora três aspetos negativo do campo.

R6: Os negativos, acho que é só mesmo o pouco acesso aos diferentes serviços, não sei. Se calhar pode ser aborrecido, mas acho que isso vai depender do perfil de cada pessoa.

E: É verdade. Agora gostava de saber o que o falta na cidade que o campo tem?

R6: Bem como disse à pouco, acho que se trata do acesso a diferentes serviços e o nível de movimento que cada região tem. A cidade vai sempre ter mais coisas para fazer e serviços ao teu dispor, enquanto que no campo vai ser o contrário.

E: Agora a última pergunta, como imaginas a cidade daqui a 10 anos?

R6: Desde que vivo em minha casa que cada vez mais vejo casas a serem construídas nas zonas arredores, isto mais dia menos dia é uma cidade-dormitório, mas acho que isso é a realidade de muitas destas áreas.

Anexo 5- Estudos de Caso- Critérios de Avaliação

Critérios de Avaliação	
Apresentação do Caso	
Nome do Projeto	Identificação da intervenção
Ano	Compreender o contexto sociopolítico em que o projeto foi desenvolvido, bem como aferir o potencial impacto ao longo do tempo.
Local	Situar o projeto no território específico onde foi implementado, considerando as suas características geográficas, culturais e demográficas
Enquadramento e Objetivos do Projeto	Obter uma visão geral sobre o contexto de origem do projeto, incluindo os problemas que motivaram a sua criação, os objetivos traçados e as condições locais. Entender o grau de adaptação das soluções desenvolvidas às necessidades da comunidade.
Avaliação Crítica	
Valorização Cultural	Avaliar se o projeto conseguiu integrar e valorizar elementos culturais como parte do processo de design. Este critério ajuda a perceber até que ponto o design atua como mediador identitário.
Inclusão Social	Avaliar o grau de envolvimento da comunidade local no desenvolvimento e continuidade do projeto. Identificar se existe a promoção de dinâmicas inclusivas ou a exclusão delas.
Dinamização Territorial	Avaliar os impactos económicos e organizacionais resultantes do projeto, como a ativação de microeconomias, criação de redes locais, novas formas de uso do espaço ou revitalização de atividades.
Análise dos Critérios	
Análise mais reflexiva e interpretativa do projeto, identificando o que correu bem e menos bem (pontos positivos e negativos) e se o projeto tem sucesso.	

Anexo 6- Estudos de Caso- Justificação para a escolha dos Casos

Justificação para a escolha dos Casos	
<i>Art House Project</i>	Foi escolhido por demonstrar como a arte e o design podem convergir na revitalização territorial de uma comunidade insular. Esta intervenção assenta na reabilitação de habitações tradicionais, transformadas em instalações, onde o design assume uma dimensão artística, promovendo o turismo na ilha.
<i>Aldeias de Xisto</i>	Este projeto mostra o design numa vertente integrada de reabilitação e revalorização cultural, com especial atenção à preservação da identidade arquitetónica e simbólica das aldeias. Para além da intervenção no património edificado, o projeto expande-se ao design de serviços e experiências, promovendo a criação de uma rede colaborativa entre as comunidades e os visitantes.
<i>Citizens' Institute on Rural</i>	A iniciativa promove o design participativo e inclusivo numa vertente social, dando ferramentas de planeamento comunitário que capacitam os habitantes das zonas rurais a desenvolver os seus próprios projetos, de forma alinhada com as verdadeiras necessidades da comunidade. Este parte do princípio de que são os próprios residentes quem melhor conhecem o território e os seus desafios, valorizando o saber local como base para soluções sustentáveis. Esta abordagem reforça o papel do design como processo de empoderamento e coesão social.
<i>Valldaura Labs</i>	Apesar da sua localização urbana, este projeto foi escolhido pois pretende restabelecer as pessoas com a natureza. Este procura despertar o interesse e ensinar estudantes e investigadores a valorizar o território através do contacto direto com o meio natural, incentivando-os a desenvolver soluções que partam dos recursos locais e que promovam a autossuficiência e a sustentabilidade ecológica.

<i>Borgo Office</i>	O projeto foi escolhido por promover a revitalização económica de aldeias através da atração de teletrabalhadores, um perfil turístico em rápido crescimento. A iniciativa baseia-se na criação de uma rede de alojamentos adaptados ao trabalho remoto em contexto rural, incentivando a ocupação temporária de habitações locais. A adesão ao projeto é voluntária e aberta a qualquer proprietário que deseje candidatar-se, contribuindo para dinamização do território.
<i>Universidade da Beira Interior</i>	Este projeto demonstra como a implementação de uma nova dinâmica pode revitalizar uma cidade do interior. A presença da Universidade gera um fluxo migratório anual de jovens estudantes provenientes de várias regiões, contribuindo para a dinamização económica da cidade através do consumo local, da criação de novos serviços e da ocupação de alojamentos.

Anexo 7- Estudos de Caso- Tabela Comparativa

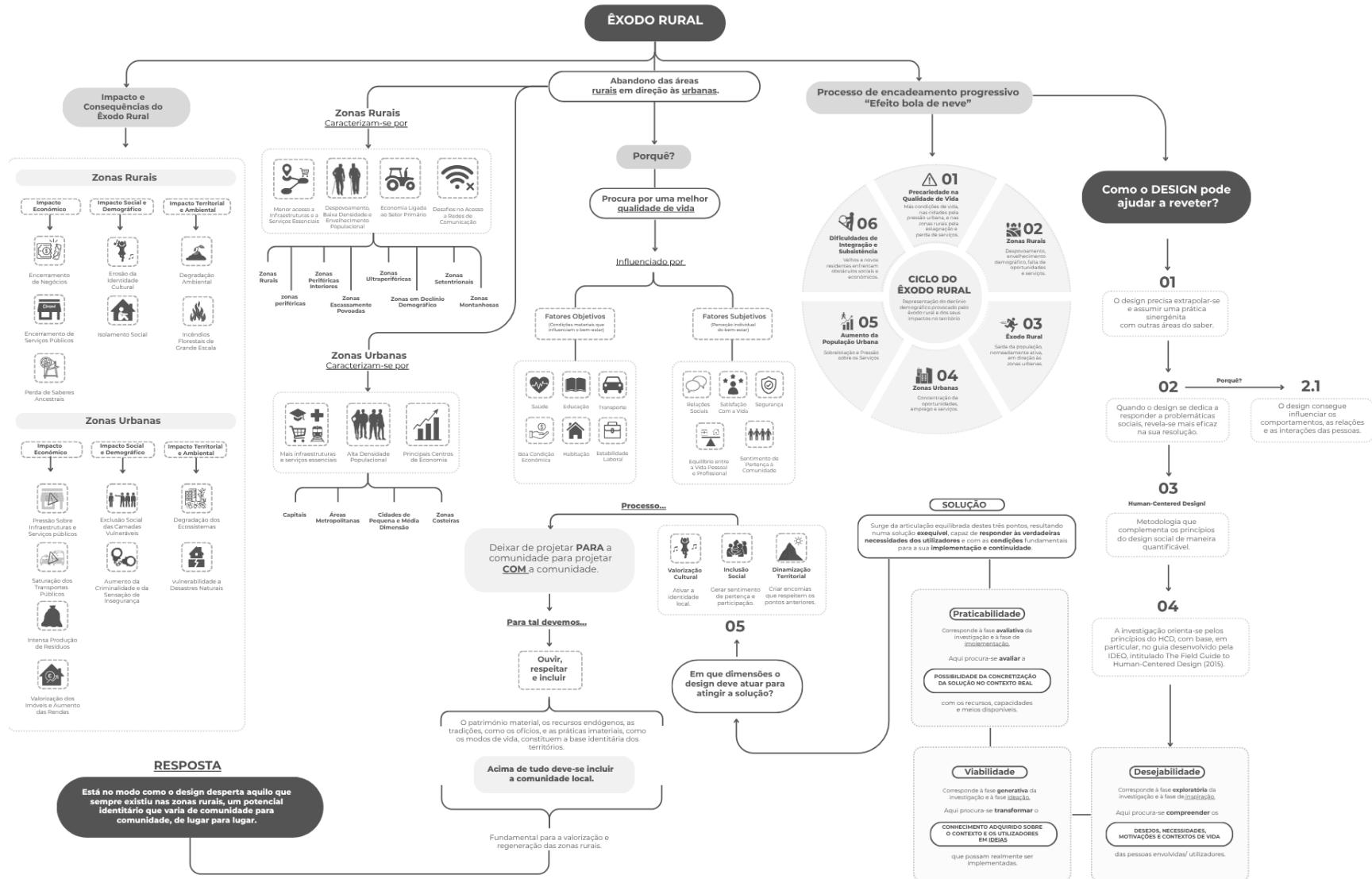
Projeto	Presença Direta do Design	Valorização Cultural	Inclusão Social	Dinamização Territorial	Pontos Positivos	Pontos Negativos	Avaliação Global
① Art House Project	<u>Sim</u> ✓ - Artistas e arquitetos intervieram nas casas tradicionais, reinterpretando-as como instalações artísticas.	<u>Média</u> - A estrutura arquitetónica das habitações foi preservada. - As intervenções artísticas estabelecem um diálogo entre o passado e o futuro.	<u>Média</u> - A comunidade não participa diretamente no projeto. - Os turistas interagem com a comunidade enquanto andam pela ilha, estabelecendo uma partilha cultural entre o urbano e o rural, entre jovens e idosos, entre moradores e visitantes.	<u>Alta</u> - O turismo revitalizou a economia da ilha.	- Transformou as habitações em instalações artísticas, sem destruir a identidade arquitetónica local. - Promove uma economia mais homogénea por toda a ilha.	- Economia ligada ao turismo. - Economia sazonal.	<u>Sucesso Parcial</u> - Impulsiona o turismo; - Gera novas dinâmicas económicas em torno do turismo.
② Aldeias do Xisto	<u>Sim</u> ✓ Reabilitação/conservação valorizando o património arquitetónico local.	<u>Alta</u> - Arquitetura Vernacular. - Respeito pela arquitetura local. - Iniciativas orientadas para a	<u>Alta</u> - Desenvolvimento de iniciativas que envolvem ativamente os habitantes locais.	<u>Alta</u> - A requalificação da arquitetura local contribuiu para a ativação de microeconomias na região.	- Utiliza a arquitetura vernacular para valorizar a identidade local. - Utiliza recursos endógenos para impulsionar as microeconomias.	- Economia ligada ao turismo. - Economia sazonal.	<u>Sucesso Consolidado</u> - Impulsiona o turismo; - Capta novos Residentes;

		valorização cultural. - Valorização dos recursos endógenos.			- A comunidade participa em iniciativas em locais.		-Gera novas dinâmicas económicas.
③ Citizens' Institute on Rural Design	<u>Sim ✓</u> - Realiza workshops de design participativo com arquitetos, paisagistas, especialistas, entre outros, capacitando as comunidades.	<u>Baixa</u> - É variável dependendo do projeto e das ideias da comunidade.	<u>Alta</u> - Estimula a inclusão de toda a comunidade, sobretudo grupos es. - Usa processos de co-criação. -Combate o isolamento.	<u>Média</u> - A comunidade gera novas economias dinamizando a região atraindo curiosos e novos residentes.	- Participação comunitária ativa. - Oferece ferramentas para fomentar a economia local e a autonomia das comunidades. - Uso da multidisciplinaridad e para preparar as comunidades. - Modelo replicável.	- Os projetos das comunidades estão dependentes de fundos públicos. - O sucesso dos projetos depende das comunidades e da sua região.	<u>Sucesso Consolidado</u> - Replicado em vários locais. - Contribuí para tornar as comunidades mais resilientes. -Gera novas dinâmicas económicas.
④ Valldaura Labs	<u>Implícito ±</u> - As práticas desenvolvidas nos Labs estão ligadas aos pensamentos e processos de design.	<u>Média</u> - Integra técnicas tradicionais com tecnologias atuais. - Utiliza recursos endógenos no desenvolvimento de projetos.	<u>Alta</u> - Acolhe estudantes de diversas origens geográficas e culturais. - Promove a partilha de experiências e saberes de várias perspetivas.	<u>Baixa</u> - Não representa um caso de revitalização, uma vez que se localiza no centro de Barcelona.	- Articulação entre a tradição e inovação. - Promove práticas autossuficientes - Atrai alunos e investigadores de diversas origens.	-Sem pontos negativos	<u>Sucesso Consolidado</u> - Reconhecido internacionalmente. - Contribui para incentivar os jovens a integrar conhecimentos tradicionais com

			- Fortalece o multiculturalismo e a colaboração interdisciplinar.		- A produção respeitando os ciclos naturais e os recursos locais. -Modelo replicável.		atuais fazendo uso dos recursos naturais e do meio envolvente.
⑤ Borgo Office	<u>Implícito ±</u> - O design assume uma função estratégica de consumo e marketing territorial, já que as habitações são reabilitadas pelos anfitriões, sem intervenção ou decisão da organização.	<u>Alta</u> - Experiência imersiva no contexto local. - Envolvimento com a cultura local que difere de aldeia para aldeia.	<u>Média</u> - Interações entre os próprios nómadas ou entre estes e a comunidade local, num contexto, predominantemente, turístico onde estes fazem partilhas culturais.	<u>Média</u> - Contribui para a criação de microeconomias locais associadas ao turismo e ao trabalho remoto.	- Promove o consumo local através da valorização de experiências ligadas ao território. - Contribui para a reativação económica das aldeias. - Modelo replicável.	- Lógica de consumo temporário, depende da rotatividade dos visitantes. - As aldeias são apenas espaços turísticos. - Economia sazonal. - O sucesso do projeto depende da adesão de anfitriões.	<u>Sucesso Parcial</u> - Cria um foco de economia ligado ao turismo. - Gera rendimento para os anfitriões, como também para a economia local através da procura por bens e serviços.
⑥ Universidad e da Beira Interior	<u>Implícito ±</u> - Reabilitação de edifícios históricos valorizando o património arquitetónico local.	<u>Média</u> - Requalificou edifícios ligados à antiga indústria têxtil da cidade. - Organiza atividades que enriquecem a vida	<u>Alta</u> - Promove atividades que envolvem tanto a comunidade académica como a população local. -Iniciativas que visam garantir o acesso equitativo ao ensino e à	<u>Alta</u> - Requalifica o património construído, atribuindo-lhe novas funções.	- Requalificou edifícios ligados à história da Covilhã. - Gera emprego contribuindo para a dinamização económica da cidade.	- A economia local gira em torno da universidade. - A maioria dos estudantes não permanece na região após a	<u>Sucesso Consolidado</u> - Conseguiu revitalizar o território, valorizando o património industrial e preservando a

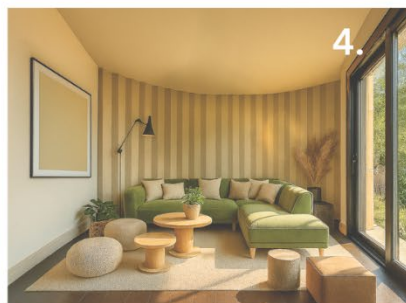
		cultural da cidade, criando pontes entre o saber académico e os interesses da comunidade.	integração dos estudantes. - Promove a integração de estudantes internacionais.	- Cria fontes de emprego diretas e indiretas. - Gera uma atividade económica contínua.	- O fluxo constante de estudantes gera uma dinâmica económica estável. - Desenvolve projetos com a comunidade local.	conclusão dos estudos.	identidade da cidade. - A economia local mantém-se dinâmica, apesar da maioria dos estudantes não permanecer na cidade após concluir os estudos. Existe uma rotatividade constante de jovens que renovam o tecido social e económico.
--	--	--	---	--	--	-------------------------------	---

Anexo 8- Síntese Conceptual do Capítul- Versão Horizontal

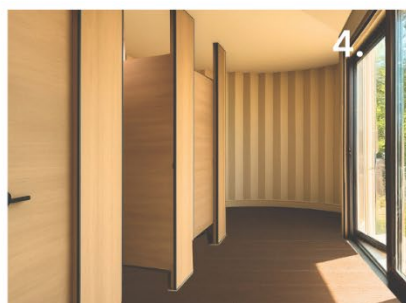
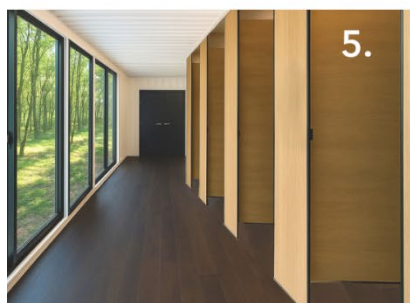


Anexo 9- Apresentação dos interiores dos módulos 5, 8 e 4

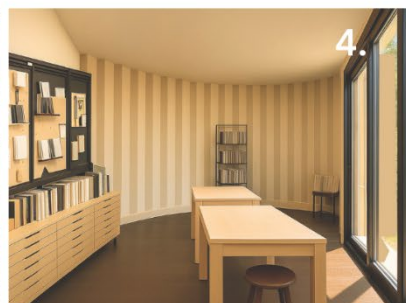
Salas de Convívio



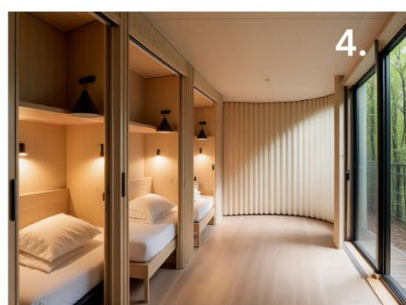
Balneários



Laboratórios



Dormitórios

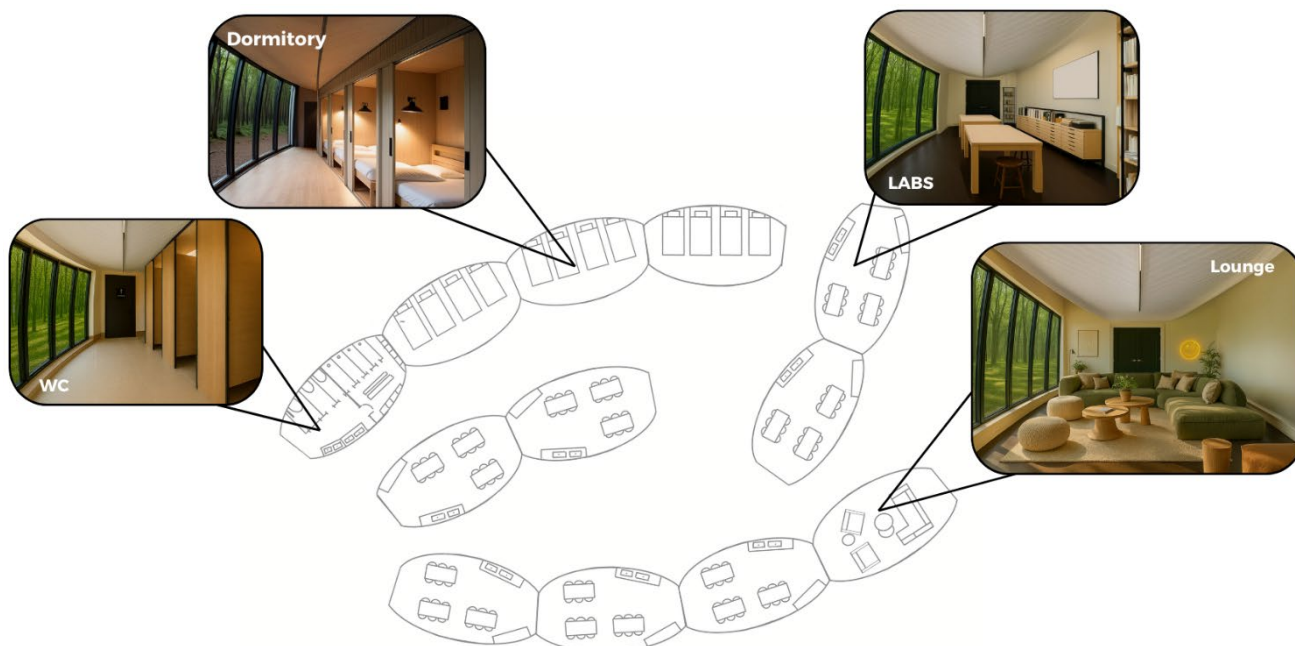


Anexo 10- Planta dos Módulos 5,8 e 4.

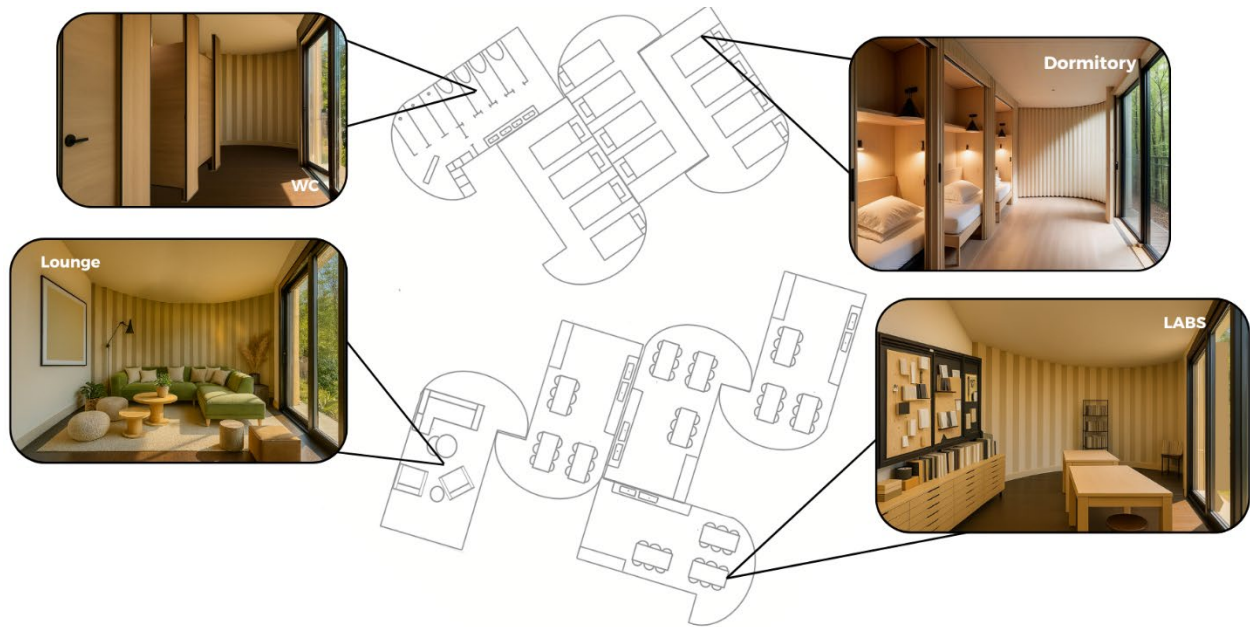
5.



8.



4.



Anexo 11- Inquérito por Questionário a Stakeholders

Validação do Conceito e dos Módulos	
Experiência / Conhecimento	
Pergunta	Objetivo e Pertinência da Pergunta
1. A imersão e a aprendizagem em ambientes rurais permitirá que os jovens experienciem contactar com realidades diferentes das suas. Este contacto desperta novas formas de ver, sentir e agir, estimulando o pensamento crítico e a criatividade. 1 2 3 4 5 6 7 Discordo Totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo Totalmente	Compreender até que ponto os stakeholders reconhecem o valor formativo e transformador do contacto com as realidades rurais.
2. A vivência proporcionada por esta experiência permitirá aos jovens desenvolver competências e sensibilidades que dificilmente seriam adquiridas num contexto unicamente académico. 1 2 3 4 5 6 7 Discordo Totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo Totalmente	Compreender se os stakeholders reconhecem o valor das aprendizagens complementares como as competências interpessoais, adaptabilidade, empatia e consciência cultural que a vivência prática no meio rural pode proporcionar. Ajuda a sustentar o argumento de que o projeto acrescenta valor formativo e humano.
3. A iniciativa revela-se especialmente apelativa para jovens, investigadores e professores, pois desafia-os a sair das salas de aula e romper com a previsibilidade da rotina, oferecendo uma oportunidade de aprendizagem prática, diretamente no terreno. 1 2 3 4 5 6 7 Discordo Totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo Totalmente	Aferir se os stakeholders concordam que a iniciativa é atrativa para estes grupos, considerando que são os principais responsáveis por garantir o envolvimento, a participação e, consequentemente, o sucesso da sua implementação.

4. O contacto com as vivências destes locais conseguirá transformar os jovens, levando-os a repensar hábitos e a valorizar modos de vida antes ignorados, despertando-lhes uma nova consciência. 1 2 3 4 5 6 7 Discordo Totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo Totalmente	Avaliar a perceção sobre o impacto da experiência proposta no que diz respeito à formação de valores, atitudes e comportamentos mais conscientes. Sustentar o argumento de que o projeto não se limita a transmitir conhecimento, mas também promove mudanças na forma como os jovens se relacionam com o mundo e com as comunidades rurais.
--	---

Social / Cultural

5. A convivência com colegas e com a comunidade local promoverá a empatia, o respeito e a sinergia, criando uma oportunidade de desconstrução e descoberta mútua, onde todos se podem conhecer para além das suas opiniões pré-concebidas. 1 2 3 4 5 6 7 Discordo Totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo Totalmente	Compreender até que ponto os stakeholders reconhecem o valor social e humano da interação entre os diferentes grupos no contexto do projeto. De forma a sustentar que a iniciativa consegue fortalecer os laços comunitários, reduzindo as barreiras culturais, fomentando uma convivência mais inclusiva e colaborativa.
6. O projeto reforçará a coesão social nos contextos rurais, combatendo a solidão ao envolver a comunidade e promover a partilha intergeracional de saberes, estimulando relações de entendimento mútuo. 1 2 3 4 5 6 7 Discordo Totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo Totalmente	Avaliar se os stakeholders reconhecem o papel do projeto como catalisador para a interação social e integração comunitária. Ao validar este ponto, reforça-se a ideia de que a iniciativa não apenas gera impacto educativo e cultural, mas também contribui para a revitalização das dinâmicas sociais nos territórios rurais.

7. O contacto prático com ofícios e saberes tradicionais amplia a visão dos jovens sobre o território e desperta um respeito renovado pelas raízes e pela diversidade de conhecimentos e hábitos que atravessam gerações. 1 2 3 4 5 6 7 Discreto Totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo Totalmente	Avaliar se os stakeholders reconhecem o papel do projeto na valorização e preservação do património cultural imaterial. Avaliando este aspeto, reforça-se que a iniciativa também contribui para a salvaguarda de tradições e para a construção de uma ligação entre os jovens e o território.
8. A iniciativa promove novas formas de expressão cultural ao unir tradição e inovação, permitindo que os jovens reconheçam o valor dos saberes ancestrais e os reinventem, criando propostas contemporâneas enraizadas na identidade do território. 1 2 3 4 5 6 7 Discreto Totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo Totalmente	Aferir se os stakeholders veem potencial no projeto para estimular os jovens a desenvolver processos criativos que respeitem e valorizem a herança cultural, enquanto a atualizam e adaptam à atualidade.

Sustentabilidade

9. O contacto com o meio rural despertará nos jovens uma relação mais consciente com os recursos naturais e com os ciclos da natureza. Esta vivência poderá inspirá-los a pensar em soluções mais sustentáveis, focadas no respeito pelo ambiente e no conhecimento dos ecossistemas locais. 1 2 3 4 5 6 7 Discreto Totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo Totalmente	Compreender se os participantes reconhecem o contributo do projeto para a educação ambiental e para a promoção de comportamentos sustentáveis, sensibilizando as novas gerações.
--	---

Economia

10. Considera que uma iniciativa como esta pode contribuir de forma relevante para o desenvolvimento das zonas rurais? 1 2 3 4 5 6 7 Não Contribui ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Contribui Muito	Compreender se os stakeholders reconhecem o contributo do projeto para a educação ambiental e para a promoção de comportamentos sustentáveis, sensibilizando as novas gerações.
10.1. Porquê? Texto de resposta curta	Complementa a resposta da pergunta anterior com dados qualitativos que permitem interpretar e contextualizar os resultados obtidos. As justificações podem revelar pontos de vista que enriquecem a análise e a compreensão do potencial do projeto.
11. A iniciativa apresenta-se como uma proposta exequível e viável, com potencial para ser replicada em diferentes contextos rurais. 1 2 3 4 5 6 7 Discordo Totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo Totalmente	Compreender a perceção dos stakeholders sobre a capacidade prática de implementação do projeto e a sua escalabilidade.
12. A iniciativa tem o potencial de gerar novas oportunidades de negócio e de incentivar o empreendedorismo jovem no meio rural. 1 2 3 4 5 6 7 Discordo Totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo Totalmente	Compreender se os participantes reconhecem o potencial do projeto para estimular a atividade económica, atrair investimento e reter jovens empreendedores nas zonas rurais. A questão reforça a premissa de que a iniciativa não se limita ao impacto social e cultural, mas também promove o desenvolvimento económico sustentável do território.

13. Considera que a iniciativa pode contribuir para o reforço do sentimento de segurança das comunidades locais? 1 2 3 4 5 6 7 Não Contribui ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Contribui Muito	Compreender se os stakeholders percecionam a iniciativa como um ponto que pode fortalecer a coesão social e a vigilância comunitária, elementos que influenciam o sentimento de bem-estar nas zonas rurais, podendo impactar positivamente a perceção de segurança por parte dos habitantes.
14. Ao estimular a criação de novas fontes de economia local, a iniciativa contribuirá para criar condições mais favoráveis à fixação de novos residentes ativos, verdadeiramente interessados em viver no território. 1 2 3 4 5 6 7 Discordo Totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concorro Totalmente	Aferir se os stakeholders reconhecem o potencial do projeto para atrair e reter população nas zonas rurais, promovendo o repovoamento sustentável, combatendo a desertificação territorial. A validação deste aspeto reforça a importância da iniciativa como ferramenta para revitalizar o território a nível económico e social.

Integração Social

15. Acredito que os habitantes locais aceitarão bem o projeto e a presença dos jovens estudante. 1 2 3 4 5 6 7 Discordo Totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concorro Totalmente	Compreender as expectativas relativamente à receptividade da população local, visto que uma boa aceitação da iniciativa por parte destes garante o seu envolvimento ativo nas atividades propostas e o sucesso do projeto.
16. Acredito que os jovens aceitarão bem a presença e participação da comunidade local. 1 2 3 4 5 6 7 Discordo Totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concorro Totalmente	Compreender as expectativas quanto à receptividade dos jovens face à interação com os residentes, fator essencial para garantir a integração, o sucesso das dinâmicas propostas e a criação de vínculos entre ambos os grupos.

Político - Económico

17. A iniciativa é um modelo que poderia integrar-se nas políticas públicas municipais para revitalização rural. 1 2 3 4 5 6 7 Discordo Totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo Totalmente	Aferir se os stakeholders reconhecem o potencial do projeto para ser institucionalizado e apoiado por estratégias de desenvolvimento local. A validação deste aspeto reforça a credibilidade da iniciativa e o seu alinhamento com os objetivos e planos governamentais.
18. Considera que as autarquias ou outras entidades públicas deveriam apostar numa iniciativa como esta para combater o despovoamento das zonas rurais? 1 2 3 4 5 6 7 Não Deviam Apostar ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Deviam Apostar Muito	Compreender até que ponto os stakeholders veem a iniciativa como uma solução viável e prioritária nas políticas de desenvolvimento territorial, e se esta tem potencial para integrar programas e investimentos públicos focados na revitalização demográfica e socioeconómica das áreas rurais.
18.1. Se respondeu 4 ou inferior, porquê? Texto de resposta longa	Compreender eventuais reservas, preocupações ou críticas relativamente à implementação da iniciativa por parte de entidades públicas, bem como identificar conjunturas a corrigir para aumentar a sua viabilidade de execução.
19. A iniciativa demonstra respeito pelas dinâmicas culturais e sociais existentes nas comunidades? 1 2 3 4 5 6 7 Não Respeita ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Respeita Bastante	Aferir se a iniciativa é percecionada como sensível ao contexto sociocultural em que será implementado, evitando impactos negativos na sua adesão. A validação deste ponto reforça a credibilidade da iniciativa e a sua aceitação pelas comunidades-alvo, contribuindo para uma integração sustentável.
20. Qual o seu nível de interesse em participar numa iniciativa deste tipo? 1 2 3 4 5 6 7 Nenhum Interesse ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Muito Interesse	Aferir o potencial de envolvimento dos <i>stakeholders</i> numa iniciativa deste tipo, seja como beneficiários diretos, parceiros, colaboradores ou apoiantes. Deste modo, permite-se prever a adesão e o impacto real do projeto. A validação deste aspeto contribui para estimar a viabilidade prática da iniciativa.

Avaliação do Produto

Responda às seguintes afirmações indicando qual o módulo se adequa melhor, em termos de conceito e de aplicação nas zonas rurais.

A proposta assenta num modelo único de módulo, com dimensões e estrutura exterior padronizadas, concebido para poder ser acoplado a outros módulos semelhantes.

Embora o exterior se mantenha igual em todos os casos, o interior do módulo é flexível e adapta-se consoante a função a que se destina, podendo incluir dormitórios, balneários, laboratórios de investigação, salas de convívio, entre outros espaços necessários para acolher os jovens durante a sua estadia.



(A)



(B)



(C)



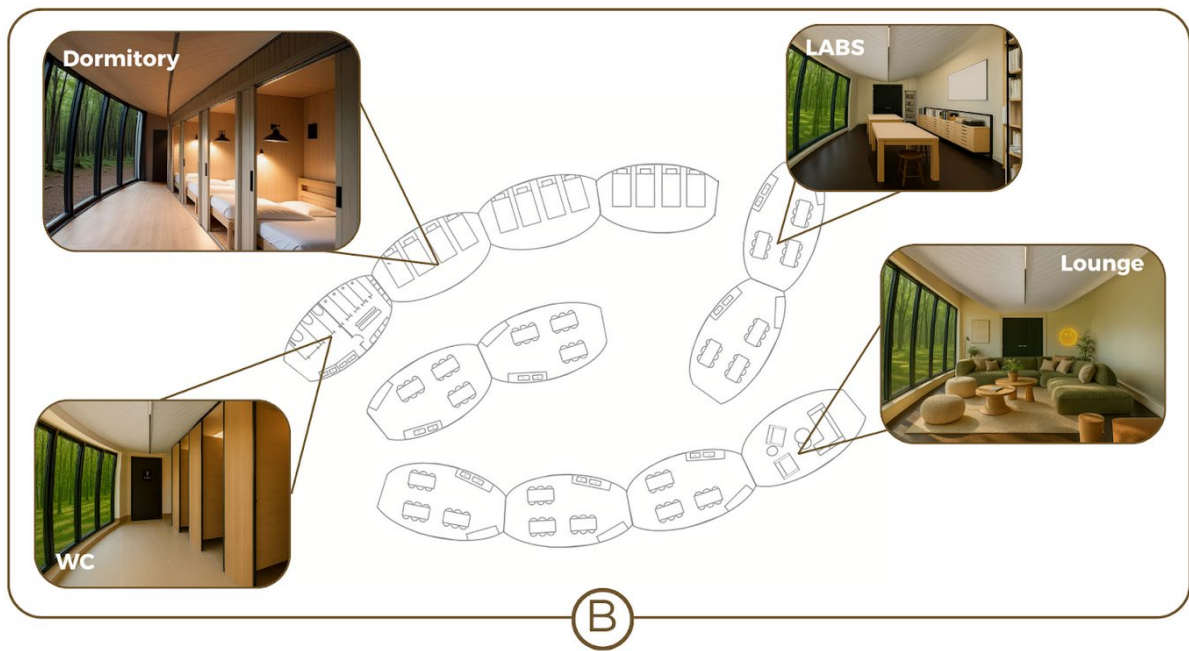
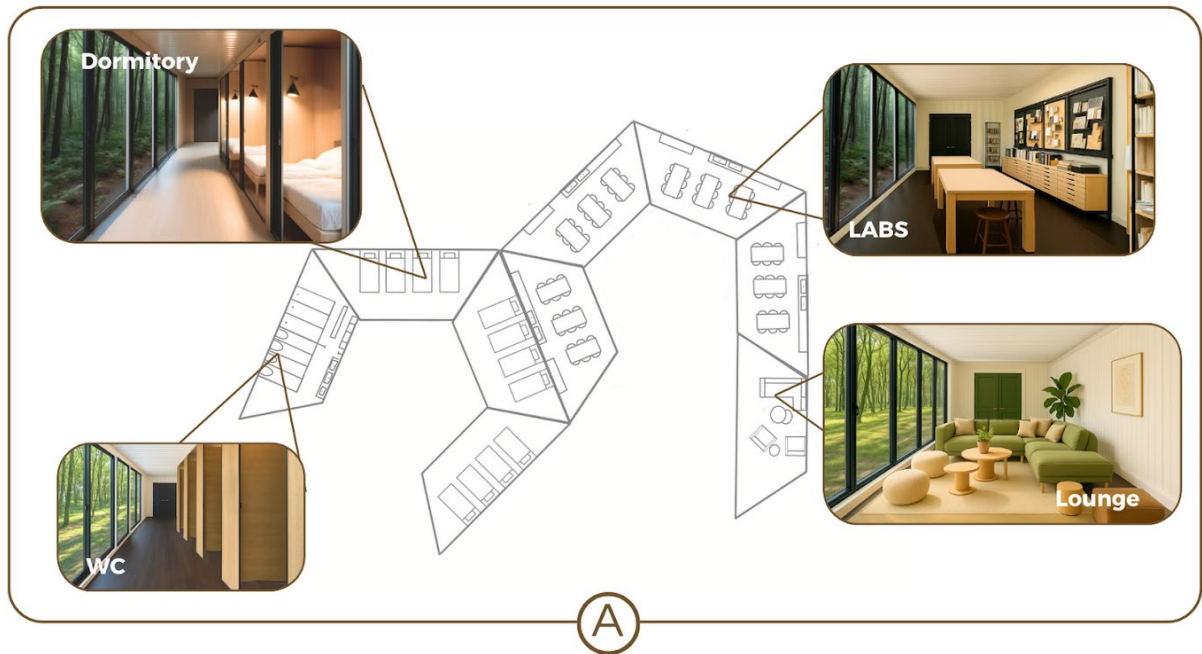
(A)



(B)



(C)



	
21. Na sua opinião, qual dos módulos é mais atrativo para o público jovem? ○ A ○ B ○ C	Compreender quais soluções os stakeholders consideram despertar maior interesse e aceitação entre os jovens.
21.1. Porquê? ☐ Estética Agradável ☐ Funcionalidade do Espaço ☐ Boa Organização dos Ambientes Interiores ☐ Acessibilidade e Mobilidade Dentro dos Módulos ☐ Privacidade (ex: separação entre zonas de descanso e de trabalho) ☐ Inspiração e Estímulo à criatividade	Compreender os fatores determinantes que influenciam a preferência dos stakeholders, de modo a orientar melhorias de design e adaptar a futura proposta às expectativas e necessidades do público-alvo.

☐ Ambiente de Convivência e Socialização ☐ Abordagem Disruptiva ☐ Design Moderno ☐ Outra Opção...	
22. Qual dos módulos reflete melhor os valores fundamentais do projeto? ☐ A ☐ B ☐ C	Avaliar a coerência entre os valores que orientam a iniciativa e a sua materialização no design dos módulos de modo a aferir se as propostas transmitem a identidade e missão da mesma, reforçando a ligação entre conceito, forma e função.
22.1. Porquê? ☐ Integra Melhor no Meio Rural ☐ Praticabilidade de Vivência dos Grupos ☐ Gerar mais Empatia aos Habitantes Locais ☐ Permite um Maior Relacionamento entre Grupos e Habitantes ☐ Outra Opção...	Compreender os fatores que sustentam a percepção de coerência entre o design dos módulos e os valores centrais do projeto, possibilitando alinhar futuras decisões de criação com aspetos que favoreçam a aceitação e o impacto positivo na comunidade.
23. Qual dos módulos se integra de forma mais harmoniosa no território, respeitando o equilíbrio e a identidade do lugar? ☐ A ☐ B ☐ C	Compreender se o design dos módulos é percecionado como harmonioso e sensível ao contexto local, fator essencial para garantir a preservação do carácter do território.

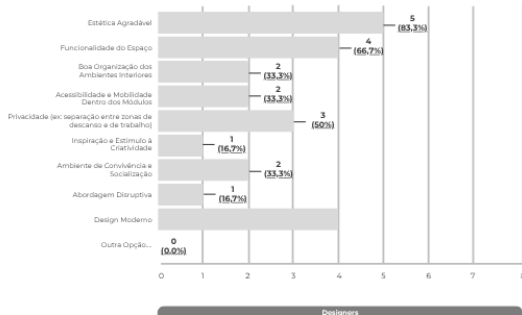
23.1. Porquê? ☐ É Discreto em Relação às Envolventes ☐ Respeita os Valores Locais ☐ Menos Evasivo ☐ Fácil de Aplicar e Desmontar ☐ Permite a Integração dos Habitantes ☐ Transmite Valor Sentimental ☐ Oferece Conforto aos Habitantes Locais ☐ Promove a Segurança ☐ Outra Opção...	Compreender se o design dos módulos é percecionado como harmonioso e sensível ao contexto local, fator essencial para garantir a preservação do caráter do território.
24. Qual dos módulos propostos considera mais adequado às funções a que se destinam, tendo em conta a organização e funcionalidade dos espaços interiores.	Compreender quais elementos sustentam a perceção de harmonia entre o módulo e o território, identificando aspetos que respeitem e valorizem o contexto social, cultural e ambiental em que se insere.
24.1. Porquê? ☐ Mais Funcional ☐ Mais Cómodo ☐ Mais Eficaz na Forma de Abrigar ☐ Mais Eficaz na Forma de Gerar Atividades ☐ Mais Eficaz na Forma de Promover a Interação ☐ Permite Maior Espaço Temporal de Utilização	Compreender os critérios que orientam a perceção de adequação e utilidade dos módulos.

☐ Mais Adequado à sua Aplicação no Local ☐ Outra Opção...	
25. Tem sugestões para melhorar o projeto? O que mudaria ou acrescentaria à iniciativa?	Obter feedback direto dos stakeholders, reunindo perspectivas e ideias que enriqueçam a proposta final. As respostas ajudam a detetar pontos fracos e oportunidades de inovação ou estratégia que reforcem o impacto e a aceitação da iniciativa.

Anexo 12- Justificações associadas a cada resposta relativa ao produto.

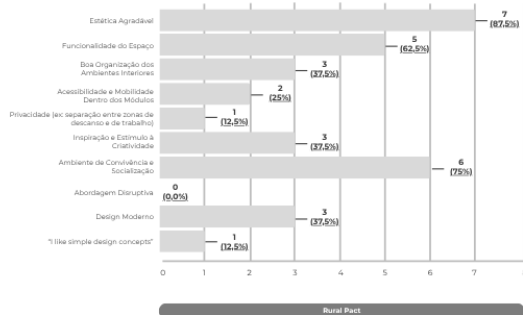
Pergunta 21.1.

Porquê?



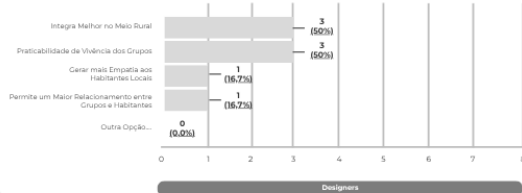
Pergunta 21.1.

Porquê?



Pergunta 22.1.

Porquê?



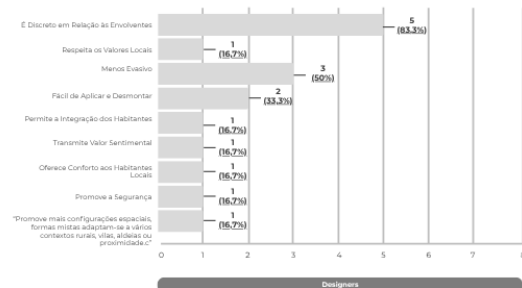
Pergunta 22.1.

Porquê?



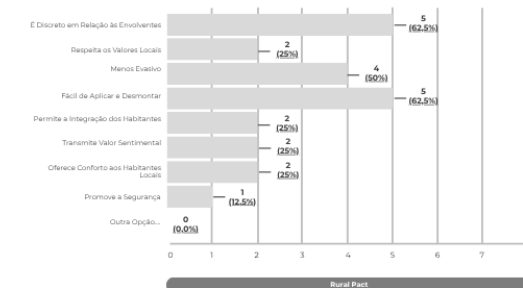
Pergunta 23.1.

Porquê?



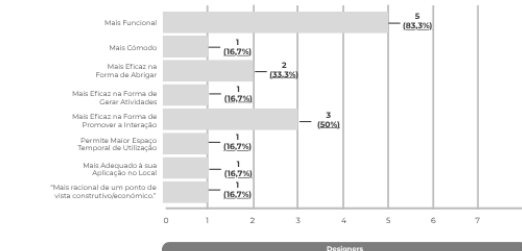
Pergunta 23.1.

Porquê?



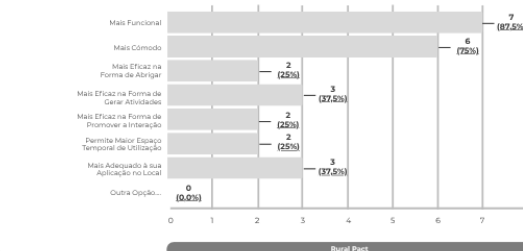
Pergunta 24.1.

Porquê?



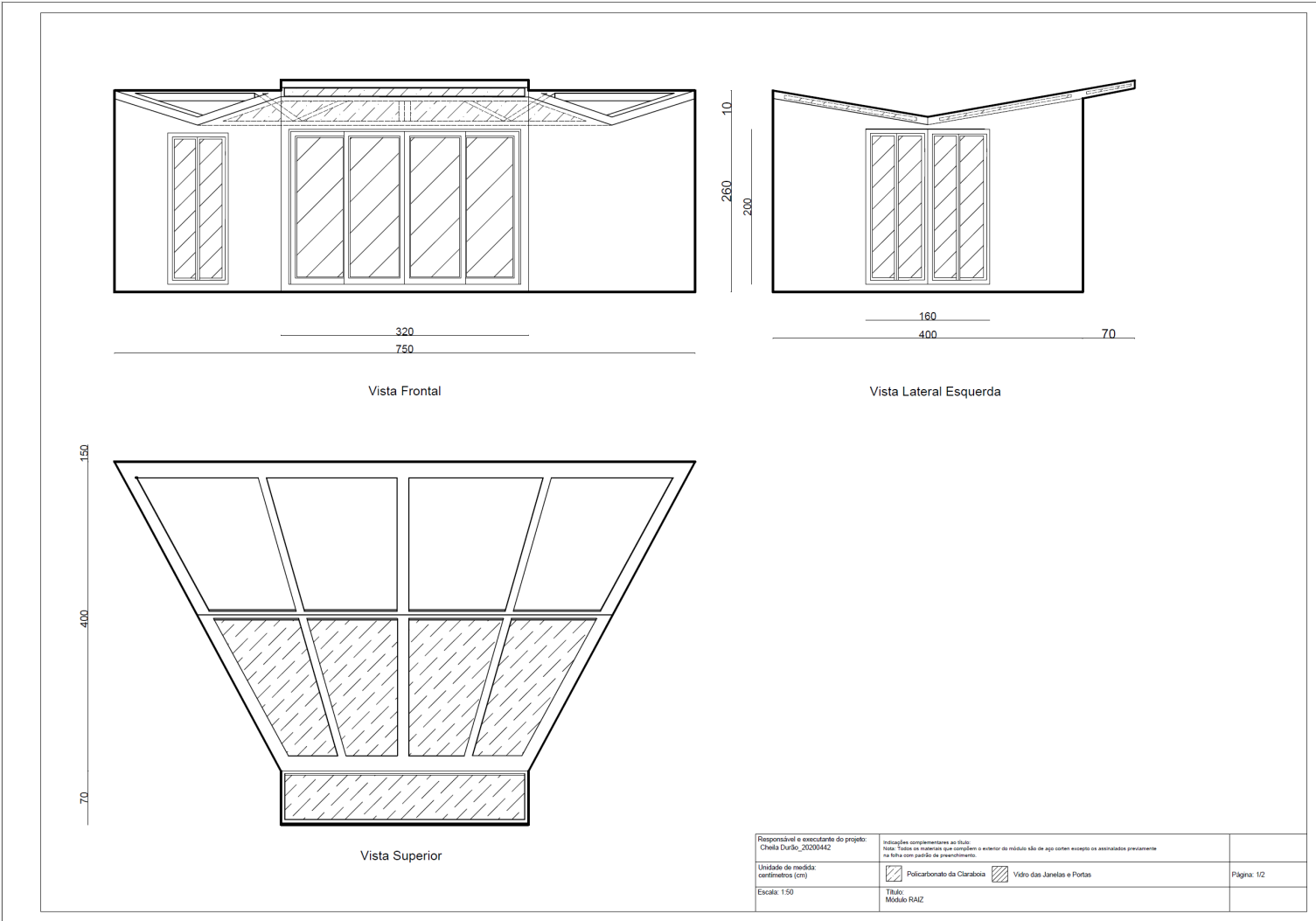
Pergunta 24.1.

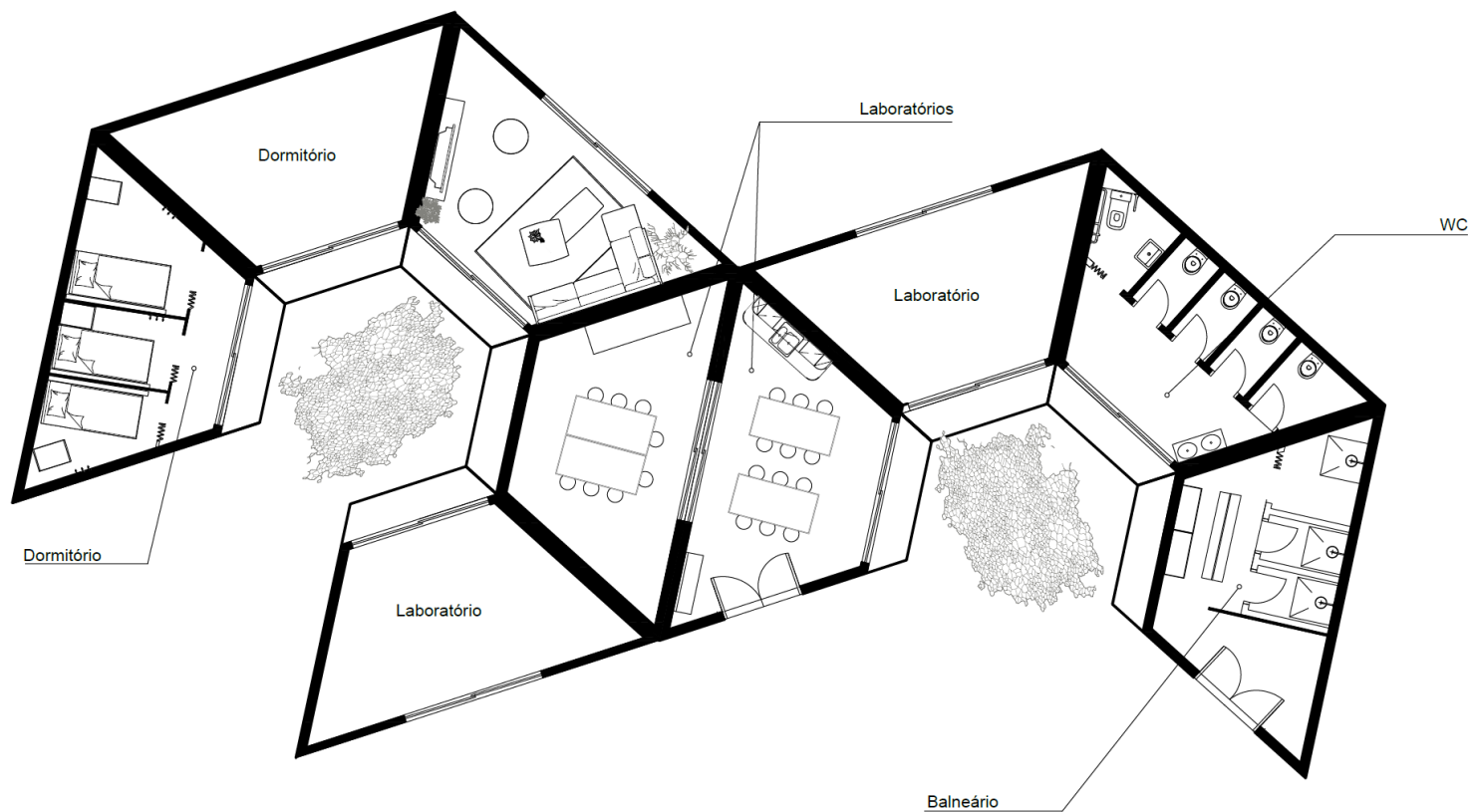
Porquê?



Anexo 13- Desenhos Técnicos

Nota: Clarifica-se que os seguintes desenhos técnicos abaixo apresentados têm caráter puramente explicativo, sendo que os documentos reais foram elaborados em formato A2, à escala 1:50 e 1:200.





Responsável e executor do projeto: Chella Durão_20200442		
Unidade de medida: centímetros (cm)		Página: 2/2
Escala: 1:200	Título: Módulo RAZZ Planta	